



Proc. nº 40804113
Fls. 341
Rúbrica Flaume

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE REESTUDO DE LIMITES DA TERRA INDÍGENA XACRIABÁ

JORGE LUIZ DE PAULA

ANTROPÓLOGO COORDENADOR

PORTARIA Nº 1096/2007 e complementares

MARÇO

2013

CGID/DPT
Recebido em 25/03/13
Flaume



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

NOTA

RECOMENDAMOS AOS
ESTADOS E MUNICÍPIOS
A ADOÇÃO DE

RECOMENDAMOS AOS

ESTADOS E MUNICÍPIOS

RECOMENDAMOS AOS

EM ORDEM

SECRETARIA

DE

SECRETARIA
DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 342
Librica Elaine

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Objetivo e composição do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação	2
Fontes utilizadas neste Relatório	5
Legislação pertinente a identificação de terras indígenas	7
Contestações judiciais	10
 I PARTE – DADOS GERAIS	 14
Dados lingüísticos	14
Outros nomes dados ao grupo	16
Distribuição espacial e organização política	16
História da ocupação	19
A doação e a identificação dos índios com o seu território.	26
A luta pela terra	29
As providências junto à FUNAI	36
A demarcação e o território	36
 II - SEGUNDA PARTE - HABITAÇÃO PERMANENTE	 38
População	38
Os Xakriabá nos censos recentes (1991, 2000 e 2010)	41
Crêrrios para localização das aldeias	45
As comunidades Xakriabá de fora da Terras demarcadas	46
 III - TERCEIRA PARTE - ATIVIDADES PRODUTIVAS	 100
Atividades produtivas e usos dos recursos naturais	100
- Agricultura	103

Je

1000



Proc. nº 4080413
Fls. 343
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

- Caça	105
- Extrativismo	107
- Criação de animais	110
- Cerâmica	112
- Modo de produção	114
 IV - QUARTA PARTE - MEIO AMBIENTE:	 126
Metodologia	126
Caracterização Ambiental	127
- clima	129
- Relevo	132
- Solos	138
- Hidrografia	145
- Vegetação	149
- Fauna	157
Atividades produtivas e usos dos recursos naturais	159
- Agricultura	159
- Caça	163
- Extrativismo	163
- Pesca	173
Degradação Ambiental	174
Reestudo dos limites da terra indígena	179
Unidades de Conservação e sobreposições	184
 V - QUINTA PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL	 198
Reprodução física	198

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 244
Rúbrica *Elaine*

- Mortalidade e esperança de vida	200
Reprodução Cultural	203
- O culto à Yayá Cabocla	205
- O Toré, o ritual secreto dedicado à Yayá Cabocla	210
- A dimensão política do Toré e as lutas pelo território	216
- Festa da Santa Cruz	219
- A "Via-Sacra"	225
- Os cemitérios, territórios sagrados	228
- Outros territórios sagrados	231
VI - SEXTA PARTE - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	234
Histórico da ocupação não-indígena	234
Caracterização socioeconômica da região	237
Sobreposição com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	239
Os trabalhos de levantamento fundiário	240
VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO	247
VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253

je

EM ANEXO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

INTRODUÇÃO

Perdemos nossos velhos, sem os novos reconhecer

Autor: Chico de Bião

Aldeia Sumaré I

*Perdemos nossos velhos, sem os novos reconhecer
Lutamos com coragem, sem ninguém esmorecer.*

Refrão:

*Nós somos nossos índios, do grupo Xakriabá.
Perdemos nossa cultura, agora queremos resgatar.*

*Nossas terras eram grandes, fazendeiros que cercou.
Pode agora aproximando, que nós já precisou.*

*Nosso grupo era pequeno, foi agora que cresceu.
Muitos índios já casaram, mais crianças já nasceu.*

*Nossa luta estava parada, foi agora que reviveu.
Todos nós que lutamos, ninguém nunca esmoreceu.
Trabalhamos com pajé e YáYá Cabocla, nem você perde nem eu.*

*Arrecudando o que é nosso, você recebe o que é seu
Nós não queremos conflitos, porque andamos com Deus.*

*Não tenho leitura, mas quem decorou fui eu
Nós temos um novo cacique, mas do Rodrigoão nós nunca esqueceu*

*Este eu mim chamo: Francisco Fernandes de Alkimim
Mas conhecido por Chico de Bião*

*Continuamos a nossa luta todo junto com vocês
Quero terra com fartura para nos podermos manter
Temos tutano no osso para nós sobreviver
Para plantá milho e feijão e cana para nós moer
(Versos escritos por Chico de Bião, cedidos ao GT Xakriabá.)*



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
DISCIPLINA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS
DE DIREITO CONSTITUCIONAL
DE 15/05/2015

Nome: _____
Número de Matrícula: _____

Assinale a alternativa correta em relação ao
sistema de controle de constitucionalidade

a) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

b) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

c) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

d) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

e) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

f) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

g) O sistema de controle de constitucionalidade
é um sistema de controle de constitucionalidade

EM BRANCO

2

3



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Objetivo e composição do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação

O presente relatório refere-se ao reestudo de limites da Terra Indígena Xacriabá, reivindicada pelo Povo Xacriabá. Os espaços territoriais reivindicados e tradicionalmente ocupados pelos Xacriabá são contíguos às atuais Terras Indígenas e fazem parte administrativamente dos municípios de Itacarambi, São João das Missões e Cônego Marinho, no Estado de Minas Gerais.

A Terra Indígena Xacriabá foi regularizada pela União, sendo homologada pelo Decreto nº 94.608, de 14.07.87.

A demarcação da TI Xacriabá resultou de um longo processo conflituoso, que, além de índios e fazendeiros, teve como atores também a FUNAI e o Governo do Estado de Minas Gerais, através da RURALMINAS, seu órgão fundiário. Ainda entre os anos de 1960 a 1980, quando os Xacriabá procuraram a FUNAI em busca de seus direitos, houve um longo período em que foram levantadas suspeitas contra a indianidade do grupo. Isso se devia ao fato dos Xacriabá não apresentarem as características estereotipadas do que é considerado um grupo indígena pelo senso comum, pelo fato da própria legislação da época não considerar dignos dos mesmos direitos aqueles índios considerados aculturados e por ainda não ter se tornado tão visível o fenômeno que veio a ser conhecido posteriormente como "etnogênese".

Com base na legislação da época e fruto de negociações entre a FUNAI e o Governo do Estado, foram estudadas várias propostas de delimitação das terras, levando em conta principalmente critérios políticos e econômicos, buscando minimizar os impactos da demarcação sobre a população não índia e sobre os projetos de colonização em curso. Assim aventou-se a hipótese inicial de demarcação de apenas 10.000 ha, depois de 25.000 ha e, finalmente, optou-se pela demarcação dos 46.000 ha que foram efetivados.

Este processo demonstrou-se excludente de uma significativa parcela da população Xacriabá, tanto é que até a aldeia de Rancharia, uma das maiores aldeias existentes na época, a qual era conhecida e frequentemente citada no processo de demarcação, já sendo assistida pelo Posto Indígena (PIN) Xacriabá desde o início dos de 1970, foi excluída da demarcação. Essa falha somente veio a ser corrigida anos depois, com os estudos de identificação e delimitação da TI Xacriabá/Rancharia.



Ministério da Saúde
Secretaria de Estado de Saúde
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo

Assessoria de Comunicação Social - Assessoria de Imprensa - Assessoria de Relações Públicas

Segundo o relatório, o sistema de saúde do Brasil, apesar de ter avançado em muitos aspectos, ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à cobertura e à qualidade dos serviços. O relatório também destaca a importância de fortalecer a atenção primária e de promover a participação da comunidade na gestão dos serviços de saúde.

O relatório também aponta a necessidade de melhorar a infraestrutura dos serviços de saúde e de investir em tecnologia para otimizar a gestão e a prestação dos serviços.

Em conclusão, o relatório destaca a importância de continuar a trabalhar para melhorar a saúde da população brasileira.

O relatório também aponta a necessidade de fortalecer a atenção primária e de promover a participação da comunidade na gestão dos serviços de saúde. Além disso, o relatório destaca a importância de melhorar a infraestrutura dos serviços de saúde e de investir em tecnologia para otimizar a gestão e a prestação dos serviços.

EM BRANCO

O relatório também aponta a necessidade de fortalecer a atenção primária e de promover a participação da comunidade na gestão dos serviços de saúde. Além disso, o relatório destaca a importância de melhorar a infraestrutura dos serviços de saúde e de investir em tecnologia para otimizar a gestão e a prestação dos serviços.

O relatório também aponta a necessidade de fortalecer a atenção primária e de promover a participação da comunidade na gestão dos serviços de saúde. Além disso, o relatório destaca a importância de melhorar a infraestrutura dos serviços de saúde e de investir em tecnologia para otimizar a gestão e a prestação dos serviços.

Assessoria de Comunicação Social



Proc. nº 40804113
Fls. 347
Rubrica *Flaume*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Aqueles estudos foram determinados pela Portaria 1.012/PRES, de 11.11.1996, no mesmo ano em que entrara em vigor o Decreto 1775. Naquele momento ainda não se havia acumulado uma experiência na elaboração de relatórios seguindo as diretrizes do referido Decreto, de forma que a delimitação das terras viria apresentar falhas que seriam admitidas pelo próprio Antropólogo Coordenador dos trabalhos, tempos depois.

O que motivou a constatação da existência de tais falhas foi o início de um movimento capitaneado pelo índio Xakriabá, Santo Caetano Barbosa, que tendo reunido um grupo de índios Xakriabá que encontravam-se “desaldeados”, reivindicava a demarcação de parcelas do território que haviam sido preteridas nos processos anteriores. Entre os seus seguidores encontrava-se uma família que tinha habitado a região conhecida como Catito, contígua à TI Xakriabá/Rancharia e que houvera sido impelido a de lá sair, tendo este local sido eleito como foco das reivindicações daquele grupo.

Em função dessa reivindicação, o Antropólogo Coordenador do GT Xakriabá/Rancharia, Marco Paulo Frões Schettino, voltou a campo e, em seu relatório de viagem, apresentado em 17.03.2003, afirmou ter reunido elementos indicativos de que outras áreas ainda não demarcadas seriam de ocupação tradicional indígena, anotando inclusive a presença de famílias indígenas vivendo naquelas. Em relação especificamente à área do Catito, seu parecer foi conclusivo:

“Ao longo dessa vistoria, constatamos uma falha na delimitação da T.I. Xakriabá Rancharia. Refere-se à localidade do Catito. Nessa localidade onde habitava o indígena Pio, verificamos vestígios de sua moradia e de cemitério indígena. A presença dessa antiga ocupação foi citada no relatório de identificação e delimitação. No entanto, essa faixa não foi delimitada. Segundo os informantes, essa faixa é hoje ocupada pelos não indígenas Zé Biriha e Dezinho.” (Schettino, 2003:5)

O antropólogo ainda justificou a referida falha tendo em vista o impedimento imposto pelo proprietário para que o grupo visitasse o local, não tendo sido possível constatar a existência dos vestígios de ocupação descritos.

No mesmo documento o antropólogo afirma:

“Não obstante a possibilidade de trabalhar essa faixa em separado, com vistas à pretensão do grupo que apresenta a demanda junto à Funai, deve-se considerar que outras

Je



Ministry of Education of the Republic of Serbia
Institution for the Development of Quality in Education
Institution for the Development of Quality in Education

On the basis of the decision of the Ministry of Education of the Republic of Serbia, the Institution for the Development of Quality in Education is authorized to carry out the following activities:

1. To carry out research and development in the field of quality in education, including the development of standards, guidelines, and other documents that define the requirements for quality in education.

2. To carry out research and development in the field of quality in education, including the development of standards, guidelines, and other documents that define the requirements for quality in education.

EM BRANCO

3. To carry out research and development in the field of quality in education, including the development of standards, guidelines, and other documents that define the requirements for quality in education.

4. To carry out research and development in the field of quality in education, including the development of standards, guidelines, and other documents that define the requirements for quality in education.

5. To carry out research and development in the field of quality in education, including the development of standards, guidelines, and other documents that define the requirements for quality in education.

Signature



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

faixas circunvizinhas a essas duas terras indígenas vem sendo citadas pelos índios como terras indígenas a serem consideradas para efeito de regularização. Sendo estas áreas o córrego Trairas, a área do Remanso, a cidade de Missões e a área do Dizimeiro, essa última, objeto de reivindicação já formalizada pelo cacique Rodrigo." (Schettino, 2003:9)

Na sequência, ele propõe a realização de um novo estudo que contemple a análise de todas essas reivindicações dos Xakriabá.

Apesar de todas essas evidências, houve ainda resistências por parte da direção da Funai, à época, em reconhecer que tais terras poderiam ser caracterizadas como de ocupação tradicional. Diante da indefinição da Funai e de suas prementes necessidades, o grupo liderado pelo Cacique Santo resolveu realizar a "retomada" das terras do Catito, tendo lá fundado a Aldeia Morro Vermelho, no ano de 2006.

Após a ocupação dos índios foi designado o antropólogo Rodrigo Thurler Nacif para realizar uma qualificação da reivindicação. O documento elaborado pelo antropólogo, denominado "*Breve relato sobre área demandada por grupo da etnia Xakriabá*", de 2006 (anexo), confirmou as informações anteriores e reafirmou a necessidade de se constituir o GT para reestudo dos limites.

Tais estudos foram determinados por meio das Portarias 1096/PRES de 13.11.2007 e 549/PRES, de 01.06.2009, sendo os trabalhos de campo desenvolvidos nos períodos de novembro a dezembro de 2007 e de junho a julho de 2009, contando com a participação dos seguintes membros:

Nome	Cargo/Função	Instituição
Jorge Luiz de Paula	Antropólogo/Coordenador	FUNAI
Hélcio de Matos Batista	Engenheiro Agrimensor	FUNAI
Paulo Emílio Gomes Nobre	Engenheiro Ambiental (Ambientalista)	COLABORADOR



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Por sua vez, o levantamento fundiário, que deve compor a sexta parte do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, conforme orienta a Portaria 14/1996 e o Decreto 1775/96, foi realizado no ano de 2011, em três etapas, por meio da Portaria nº 776, de 20 de maio de 2011 (alterada pela Portaria nº 848, de 7 de junho de 2011) que o constituiu; da Portaria nº 1189, de 11 de agosto de 2011 (alterada pela Portaria nº 1281 de 31 de agosto de 2011) que autorizou a segunda etapa do levantamento fundiário, e, por fim, a Portaria nº 1498, de 31 de outubro de 2011 autorizando a realização da etapa final destes estudos. O relatório final com o cadastramento dos ocupantes não índios somente foi entregue em agosto de 2012.

Fontes utilizadas neste Relatório

As informações presentes neste relatório resultam especialmente dos dados presentes nos processos referentes à regularização fundiária das Terras Indígenas Xakriabá e Xakriabá/Rancharia, além de bibliografia específica a respeito dos Xakriabá, especialmente dissertações e teses que tratam de vários aspectos da sua cultura e organização social, de diversos artigos científicos publicados, muitos deles disponíveis através da internet e especialmente de diversos artigos resultantes das pesquisas e trabalhos levados a cabo nas terras Xakriabá pela UFMG, notadamente aqueles desenvolvidos pelo Programa de Educação Escolar Indígena e pelo CEDEPLAR (CEDEPLAR/FAE, UFMG, 2004); de dados obtidos junto a outros órgãos públicos que atuam na região especialmente dados populacionais fornecidos pela FUNASA e dados ambientais fornecidos pelo ICMBIO, através do Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. Também foram utilizados dados primários, obtidos através de entrevistas com diversas pessoas, especialmente as lideranças e os mais idosos habitantes das terras indígenas.

O trabalho de campo e a participação indígena

Na primeira etapa de trabalho de campo, realizada no período de novembro a dezembro de 2007, tivemos a participação do Antropólogo Coordenador, Jorge Luiz de Paula e do Engenheiro Agrimensor Hélcio de Matos Batista. A segunda etapa, realizada no período



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

de junho a julho de 2009, teve como integrantes o Coordenador, Jorge Luiz de Paula, o Engenheiro Agrimensor Hélcio de Matos Batista e o Ambientalista Paulo Emílio Gomes Nobre. Em ambas as etapas também contamos com o apoio da Administração Regional (AER) de Governador Valadares, que providenciou um veículo com motorista, e com o apoio do Chefe do PIN Xakriabá, Paulo César Soares, o qual participou das reuniões realizadas com a comunidade, nos acompanhou durante alguns deslocamentos pelas terras em estudo e nos apoiou com a viatura do Posto em alguns deslocamentos, além de nos proporcionar o apoio logístico da sede do PIN e do alojamento e nos fornecer importantes informações.

A participação indígena foi efetivada durante os trabalhos de campo, em todas as etapas, através de reuniões gerais com os caciques e lideranças, realizadas no início de cada etapa dos trabalhos, nas quais era apresentada a equipe e discutido o plano de trabalho. A partir das informações dos próprios índios, foram definidos os locais de visitação e os informantes. Nessas ocasiões também foram indicadas lideranças para acompanhar o GT em todos os seus deslocamentos. Em todas as etapas, além daquelas lideranças indicadas, tivemos o acompanhamento, na maior parte dos deslocamentos, do próprio Cacique Domingos Nunes. Em cada região visitada, as lideranças que nos acompanharam indicaram lideranças locais que ali também passaram a nos acompanhar e foram feitas reuniões com as comunidades. Nessas etapas, entre outros acompanhantes, citamos o Cacique Antônio Posidônio, da aldeia Boqueirão/Rancharia; o Cacique Agenor, da aldeia Tenda/Rancharia; o cacique Santo, da aldeia Morro Vermelho; os Representantes: Livino, da aldeia Sumaré; Cirilo, da aldeia Custódio; João de Jovina, de Sumaré III (também vereador); Toninho, do Dizimeiro; Dé, de Poções; Almerindo, de Vargem Grande; Jaca, de Caraibas; Dedé, de Remanso e Antônio, da Ilha do Capão. Também foram nossos informantes os Representantes: Valdinho da aldeia Barreiro Preto e Valdemar, da aldeia Prata e o vereador Hilário, da aldeia Barreiro Preto. Além destes, entrevistamos várias outras pessoas, especialmente anciãos, os quais serão citados no decorrer do relatório.

Ao término dos trabalhos foram realizadas novas reuniões gerais, nas quais foram apresentadas as conclusões preliminares dos estudos e a proposta de delimitação, as quais receberam a anuência das lideranças.

Handwritten notes in the top left corner.



Handwritten title and header text in the center.

First paragraph of the document, containing several lines of handwritten text.

Second paragraph of the document, continuing the handwritten text.

Third paragraph of the document, continuing the handwritten text.

EM BRANCO

Fourth paragraph of the document, continuing the handwritten text.

Fifth paragraph of the document, continuing the handwritten text.

Sixth paragraph of the document, continuing the handwritten text.

Seventh paragraph of the document, continuing the handwritten text.

Handwritten signature or initials at the bottom left.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Legislação pertinente a identificação de terras indígenas

A promulgação da Constituição Federal de 1988 avançou decididamente na proteção aos direitos indígenas ao reconhecer o direito originário das populações indígenas sobre as terras que ocupam, conforme exposto no caput do artigo 231:

"São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Para que uma terra seja considerada tradicionalmente ocupada pelos índios é necessário, como estabelece os itens do artigo 231, que:

- sejam por eles habitadas em caráter permanente;
- utilizadas para suas atividades produtivas;
- imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar;
- necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Em regulamentação à Constituição, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para demarcação de terras indígenas, estabelecendo o que ficou conhecido como o "princípio do contraditório", expresso particularmente no parágrafo 8º do Artigo 2º, no Artigo 9º e no parágrafo único deste último.

Em resumo, além de regulamentar os procedimentos para regularização de terras indígenas, o Decreto 1775 possibilitou aos não-índios, que se sintam prejudicados pelas



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

EM BRANCO

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

demarcações, o direito à "ampla defesa". Paralelamente, permanece em vigência a Lei 6001 de 1973 - o Estatuto do Índio - o qual assinala em seu artigo 62 que:

" Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o Domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§ 1 - Aplica-se o disposto deste artigo às terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade ou particular."

O princípio da nulidade foi também incorporado ao texto constitucional de 1988, constando no Art. 231, § 6º, da Constituição Federal:

"São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé."

Cabe lembrar que a legislação em vigor na época da demarcação da TI Xacriabá conflita com a proteção constitucional do artigo 231 da CF 88, além de não atender às exigências de participação e de anuência das comunidades indígenas a contento.

De acordo com a Informação Técnica nº 51/ DPT/FUNAI/2012 (cópia em anexo):

"Cumpre informar que nos anos 70 e 80 a demarcação da área indígena era basicamente feita por engenheiro agrimensor, a partir da descrição da reserva disposta em atos normativos e não da identificação das áreas imprescindíveis para os povos indígenas. Os limites das demarcações eram então definidos com significativa discricionariedade, mas,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2011, sobre a percepção dos docentes e discentes das instituições de ensino superior sobre a qualidade da educação superior no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2011, com a participação de 10.000 docentes e 10.000 discentes de instituições de ensino superior no Brasil. Os resultados da pesquisa foram analisados e os principais achados foram os seguintes: a percepção dos docentes e discentes sobre a qualidade da educação superior no Brasil é positiva, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias.

O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2011, sobre a percepção dos docentes e discentes das instituições de ensino superior sobre a qualidade da educação superior no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2011, com a participação de 10.000 docentes e 10.000 discentes de instituições de ensino superior no Brasil. Os resultados da pesquisa foram analisados e os principais achados foram os seguintes: a percepção dos docentes e discentes sobre a qualidade da educação superior no Brasil é positiva, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias.

O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2011, sobre a percepção dos docentes e discentes das instituições de ensino superior sobre a qualidade da educação superior no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2011, com a participação de 10.000 docentes e 10.000 discentes de instituições de ensino superior no Brasil. Os resultados da pesquisa foram analisados e os principais achados foram os seguintes: a percepção dos docentes e discentes sobre a qualidade da educação superior no Brasil é positiva, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias.

O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2011, sobre a percepção dos docentes e discentes das instituições de ensino superior sobre a qualidade da educação superior no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2011, com a participação de 10.000 docentes e 10.000 discentes de instituições de ensino superior no Brasil. Os resultados da pesquisa foram analisados e os principais achados foram os seguintes: a percepção dos docentes e discentes sobre a qualidade da educação superior no Brasil é positiva, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias.

O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2011, sobre a percepção dos docentes e discentes das instituições de ensino superior sobre a qualidade da educação superior no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2011, com a participação de 10.000 docentes e 10.000 discentes de instituições de ensino superior no Brasil. Os resultados da pesquisa foram analisados e os principais achados foram os seguintes: a percepção dos docentes e discentes sobre a qualidade da educação superior no Brasil é positiva, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias. Os docentes e discentes consideram que a qualidade da educação superior no Brasil está melhorando, mas ainda há espaço para melhorias.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

é verdade, sempre a partir da comprovada ocupação indígena numa determinada região. Contudo, o que o Estado reconhecia como reservas indígenas atendia à proposta assimilacionista em vigor - excluía áreas essenciais para a sobrevivência física e cultural daqueles povos como tais na expectativa de vê-los "civilizados" e liberar áreas para as frentes de ocupação e colonização. [...]

Era nos trabalhos de campo, realizados pelo engenheiro agrimensor, que se podia precisar um pouco melhor os limites das terras ocupadas pelos indígenas e ouvir suas reivindicações, se as circunstâncias assim permitisse. Os limites artificiais da primeira demarcação não correspondiam à realidade das áreas de ocupação permanente, uso e habitação pelos indígenas. Os requisitos para a caracterização de uma terra indígena são definidos no §1, do Art. 231 da Constituição Federal de 1988, no Decreto 1775/96 e na Portaria MJ n.14/96 e focam na tradicionalidade da ocupação, na imprescindibilidade da área e de seus recursos naturais e no desejo de ocupação permanente pelos indígenas. [...]

A CF/88 vem exatamente afastar as situações assimilacionistas, que orientavam as criações de reservas indígenas para conferir proteção às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e as imprescindíveis para sua sobrevivência física e cultural. [...]

Acerca do procedimento realizado no âmbito da demarcação da TI Xacriabá Rancharia, através do GT criado em 1996, fica patente que o processo foi eivado de vícios tendo em vista a não inclusão no perímetro da terra indígena Xacriabá Rancharia, homologada pelo presidente da República em 2003, de uma área ocupada pelos indígenas e com elementos básicos que poderiam caracterizá-la como tradicional, como, por exemplo, a presença e cemitérios e sítios arqueológicos. Mesmo o procedimento de identificação e delimitação da referida terra indígena tendo ocorrido após a constituição de 1988, podemos constatar falhas que refletem diretamente na segurança aos direitos dos povos indígenas, que devem ser reconhecidos, deve-se destacar, e não constituídos.

Deve-se destacar que a Súmula 473 do STF prevê que a administração pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais ou revogá-los,

jc



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

por conveniência e oportunidade. Da mesma forma a Lei 9784/99, que regulamenta o processo administrativo, positivou o previsto na referida súmula, apontando para a obrigatoriedade da revisão dos atos administrativos eivados de vícios que os tornem ilegais."

Contestações Judiciais

Independentemente do contraditório administrativo, consiste em direito a judicialização da questão em qualquer tempo, de forma que temos conhecimento da existência de dois processos judiciais em curso, envolvendo as áreas em estudo:

1) Processo nº 2006.38.07.002507-9, em trâmite na Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, no qual a comunidade Xakriabá e a Funai demandam a manutenção de posse das terras ocupadas pelo grupo indígena liderado por Santo Cactano, na comunidade de Morro Vermelho e que alegam ser de caráter tradicional, em face de Agenor Mota, Ivan de Souza Correia e João Pereira de Souza. De modo a atender a decisão de audiência realizada no dia 09 de abril de 2010, foi entregue cópia da versão preliminar deste RCID. Cabe esclarecer que o relatório preliminar foi peça importante para que os índios viessem a ganhar na Justiça Federal o direito de manutenção de posse, em sentença pronunciada no ano de 2012.

A sentença pronunciada pelo Juiz Federal João Miguel Coelho dos Anjos (Justiça Federal, 2012) traz importantes elementos, rebatendo fortemente os argumentos contrários aos índios.

Decide o Juiz em favor da manutenção da posse pelos índios, ressaltando que o direito à posse permanente dos índios independe da demarcação do imóvel, ato meramente declaratório, merecendo a posse indígena a sua proteção antes mesmo do encerramento do processo administrativo. Assim, aceita como verdadeira a posse alegada pela comunidade indígena e a considera anterior a qualquer outra posse. Para tal decisão, considera os elementos de prova constantes no processo, em especial o Relatório Preliminar deste RCID.

Em termos conclusivos, afirma:

"Conclui-se, portanto, que não é de hoje que os índios ocupam a região. Invasores são aqueles que chegaram posteriormente, dentre eles os requeridos. Tradicionalmente, no

EM BIANCO



Proc. nº 40804113
Fls. 355
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

entanto, pelo que se pode verificar, os xakriabá são os habitantes nativos das terras discutidas nesta demanda, o que lhes confere a ocupação estável e permanente sobre elas."

Tendo em vista os documentos apresentados pelos pseudo-proprietários, a sentença evidencia que os títulos a eles pertencentes: *"foi aquele conferido na década de oitenta pela Ruralminas, confirmando todo o histórico de esbulho perpetrado contra as terras indígenas".*

Por fim decide:

"Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, para garantir a manutenção da requerente na posse da Fazenda São Bento, com 160 ha, da Fazenda Catito, com 186 ha e da Fazenda Boqueirão, com 168 ha, em face dos requeridos, cominando pena pecuniária de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por ato de turbação ou esbulho que vier a ser praticado.

2) Processo nº: 235-07.2012.4.01.3807(Mandado de Segurança) com pedido de medida liminar movido pela Prefeitura de Itacarambi, com vistas à suspensão do procedimento de identificação e delimitação das terras indígenas Xacriabá e Xakriabá/Rancharia, através da declaração de nulidade das Portarias nº 776/2011 e 1498/2011, as quais constituíram Grupo Técnico para realização de levantamento fundiário).

A Prefeitura de Itacarambi pleiteava a suspensão das portarias que autorizavam a realização dos trabalhos do GT, alegando:

"Alega, em suma, que [i] em seu território há a terra indígena Xacriabá e Xacriabá Rancharia, homologadas pelo Decreto nº 94.608/87; [ii] as referidas portarias determinaram estudos antropológicos e fundiários, a fim de incluir mais 50 mil hectares à área das reservas indígenas; [iii] há expressivo desenvolvimento agropecuário na região; [iv] a ampliação pretendida irá afetar diretamente 1000 propriedades de pequenos produtores rurais, condenando a sobrevivência do município, [v] o processo administrativo de demarcação de terras não observou o direito de defesa do município."

Analisando o requerimento, a Juíza Federal Substituta da 20ª Vara/DF, Drª. Mara Lina Silva do Carmo, argumentou que:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da qualidade da educação superior, bem como os procedimentos para a realização das avaliações. O documento é destinado aos membros das instituições de ensino superior e aos avaliadores.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

EM BRANCO

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação. O processo é dividido em duas etapas: a primeira etapa é a avaliação da infraestrutura e a segunda etapa é a avaliação da qualidade da educação.

1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

"As Portarias Funai nº s 775/2011 e 1498/2011, objeto de impugnação nos presentes autos, não promoveram qualquer ampliação da área pertinentes às reservas indígenas em comento, mas, tão-somente, determinaram a constituição de grupos técnicos para a realização de estudos complementares de natureza fundiária referentes à revisão de limites das terras indígenas, tendo em vista a suspeita de que a demarcação de tais áreas está equivocada

Sobre a possibilidade de realização de estudos técnicos, visando a revisão de ilegalidade na demarcação de áreas indígenas, destaco que não pode ser vedado à Administração tal iniciativa, sob pena de se praticar inconstitucional vedação ao exercício do seu poder-dever de rever os próprios atos, quando eivados de ilegalidade.

Neste ponto, cumpre esclarecer que, ao contrário do que afirma a Impetrante, o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, no caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, não tem o condão de impedir a realização de estudos técnicos visando à ampliação das reservas, uma vez que tal julgamento não está dotado de efeito vinculante, conforme o próprio STF esclareceu nos autos da Reclamação nº 8070, cujo trecho relevante passo a transcrever:

"DECISÃO. Vistos, etc.

Trata-se de reclamação constitucional, aparelhada com pedido de medida liminar, proposta por Agropecuária Fazenda Brasil Ltda, contra ato do Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ato consubstanciado na Portaria nº 270, de 25 de março de 2009, que constituiu grupo técnico "com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza cartorial e fundiária necessários à revisão dos limites da Terra Indígena Wawí".

2 Argui a autora desrespeito à decisão deste Supremo Tribunal Federal na Pet 3.388. Isto porque a ampliação da área indígena demarcada estaria expressamente proibida. Daí requerer a concessão de liminar para "suspender, imediatamente, os trabalhos de campo que estão sendo iniciados nesta data".

3 Feito esse aligeirado relato da causa, passo à decisão. Fazendo-o, pontuo, de saída, não estarem presentes os requisitos para a concessão da liminar. É que há dúvida quanto ao próprio cabimento desta reclamação, uma vez que ação popular não é meio processual de controle abstrato de normas, nem se iguala a uma súmula vinculante. Ainda



Ministry of Education and Science of the Republic of Serbia
Institution for Development of Quality in Education

On the basis of the decision of the Ministry of Education and Science of the Republic of Serbia, the Institution for Development of Quality in Education is authorized to conduct the following activities:

1. To develop and implement the quality management system in the field of education and science.

2. To conduct research and development in the field of education and science.

EM BRANCO

3. To provide training and development for teachers and other educational staff.

4. To conduct research and development in the field of education and science.

5. To provide training and development for teachers and other educational staff.

6. To conduct research and development in the field of education and science.

7. To provide training and development for teachers and other educational staff.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

que assim fosse, a decisão deste Supremo Tribunal Federal na Pet 3.388 apenas vincularia os demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública a partir de 31 de março de 2009, data de publicação da ata da sessão de julgamento (Rcl 3.473-Agr, Rel. Min. Carlos Velloso; Rcl 2.576, Rel. Min. Ellen Gracie; ADI 711-QO, Rel. Min. Néri da Silveira). E o ato reclamado é de 25 de março de 2009. Ademais, não ensejo nenhum perigo na demora da prestação liminar foi indeferida jurisdicional (periculum in mora), dado que apenas se constituiu grupo técnico para realização de estudos.

4. Ante o exposto, indefiro a liminar, sem prejuízo de uma mais detida análise da Ministra Relatora.

5. Solicitem-se informações ao reclamado.

Publique-se."

Brasília, 16 de abril de 2009

Ministro CARLOS AYRES BRITTO"

Assim, ao constituir um grupo técnico de estudos visando à constatação correta pertencentes às reservas em comento, a Funai nada mais fez que se utilizar do seu poder-dever de revisão de atos administrativos, não sendo demais lembrar que até o presente momento foram realizados apenas estudos prévios quanto à correta delimitação das referidas áreas atingidas, os quais não provocaram quaisquer prejuízos ao Impetrante."

Mais adiante, a Juíza afirma:

"No que toca à alegação de violação do princípio do contraditório (ausência de intimação prévia do Impetrante), destaco que, a teor do disposto no Decreto 1.775/96, o contraditório nos processo de demarcação/ampliação de terra indígena é diferido para a fase posterior ao Relatório Circunstanciado, a qual ainda não ocorreu, tendo em vista que a eventual ampliação das reservas ainda está em fase preliminar de estudos."

Por fim, decidiu pelo indeferimento da liminar.

je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

I - PRIMEIRA PARTE

DADOS GERAIS:

- a) informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígena(s) envolvido(s) tais como filiação cultural e lingüística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
- b) pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
- c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais;

Dados lingüísticos

Os Xakriabá são um povo pertencente ao tronco lingüístico Jê e à família Akwẽ, da qual também fazem parte os Xavante e os Xerente. Segundo Paraíso (2008:01), os Xakriabá referem-se a uma cisão ocorrida quando parte do grupo atravessou o rio São Francisco. Segundo aquela autora, tal informação é plenamente coerente com os estudos de etnolingüística desenvolvidos por Greg Urban e pela tradição oral dos Xerente e Xavante que se referem a cisões ocorridas no grupo ao longo do tempo, que foram dando origem aos atuais Akwẽ:

"Segundo Urban, os grupos primitivos falantes de línguas Jê teriam iniciado sua trajetória "em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, possivelmente nas proximidades do grupo Jê central, conhecido por Xakriabá." Esses grupos viveram dois movimentos de dispersão: o primeiro há aproximadamente três mil e o segundo num período entre mil e dois mil anos atrás." (Paraíso, 2008:01)

Embora hoje não se registre o uso franco da sua língua pelos membros do grupo, considera-se um modo distintivo do falar Xakriabá, ao qual Pereira (2007:01, Cf. Nota nº 1)

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

denomina como um *"registro dialetal do português, sobre o qual ainda não existem estudos linguísticos"*. Esta forma peculiar da língua vem sendo registrada nos materiais didáticos elaborados no âmbito do programa de formação de professores indígenas, especialmente numa coletânea de Literatura Xakriabá, editada pela UFMG, dos quais alguns livros serão citados no presente relatório.

Porém, tivemos informação em campo de que parte do vocabulário Xakriabá original ainda é reproduzido em contextos rituais, especialmente no Toré, onde se ingere a Juréma (planta de efeito psicoativo). Existem também tentativas de resgate da língua original. Tivemos notícia de que um professor indígena, que possui importantes funções rituais, estaria "recebendo" a língua em sessões do Toré e a estaria registrando para uso posterior. Não conseguimos ter contato com esse professor e nem ter acesso ao material que ele estaria produzindo.

Na aldeia Morro Vermelho o GT teve contato também com um índio, de nome Jair, que estaria ensinando a língua na aldeia. Conforme nos foi dito, este índio seria filho de uma família que teria vivido muito tempo fora da área, tendo ele próprio nascido longe de lá. Surpreendentemente, esta família, mesmo vivendo em cidades, teria preservado a língua. Vimos ele e sua família falando francamente em uma língua da qual não tivemos condições técnicas de avaliar se efetivamente é a língua Xakriabá ou a de algum outro grupo indígena. Em uma apresentação realizada por um grupo de jovens da aldeia, especialmente para o GT, foram cantadas, além de músicas tradicionais de Toré em português, algumas músicas na língua ensinada por Jair.

De qualquer forma, verifica-se que, por diversas alternativas, existe um desejo dos Xakriabá em resgatar a língua. Processos neste sentido têm tido relativo sucesso e podem estar inspirando essa busca. Um caso exemplar tem se verificado entre os Pataxó de Minas Gerais e do Sul da Bahia, os quais, lembrando apenas algumas palavras da sua língua original, foram aprender a língua Maxakali, a qual é muito semelhante, para implantar um programa de resgate nas suas aldeias. Incorporando ao que sabiam e construindo uma gramática própria, criaram o Patxohã. Essa costura linguística original possui hoje um razoável vocabulário em uso entre os Pataxó, conta com várias publicações e tem um bom número de falantes.

je



Ministry of Education
Secretariat of Education
Office of the Secretary of Education

Dear Sir/Madam,

I am writing to you regarding the matter of the recent meeting held on the 15th of March 2023. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education.

The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education.

The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education.

EM BRANCO

The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education. The meeting was held in the presence of the Secretary of Education, the Secretary of the Ministry of Education, and the Secretary of the Ministry of Education.

Yours faithfully,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Outros nomes dados ao grupo

Os Xakriabá também eram regionalmente conhecidos como *Gamela*. Segundo Santos (1997:68, Cf. Nota nº 2), o uso dessa denominação, hoje em dia, é pouco freqüente e ocorre quase sempre em situações e contextos jocosos. As explicações do nome variam desde a afirmação de que os caboclos eram assim chamados por possuírem ‘traseiros’ avantajados, à suposição de que o termo se refere a uma das práticas artesanais comuns entre eles: a fabricação de gamelas de pau.

Em alguns textos históricos os Xakriabá são às vezes também chamados de Kaiapó, porém, conforme registrou Paraíso, os Xakriabá sempre fizeram questão de ressaltar a distinção entre os grupos: *"Sobre esse período, guardam duas referências significativas. Uma se liga à presença dos Kaiapó Meridionais, aos quais designam, ainda nos dias atuais, como os "índios bravos" em oposição a eles, os mansos. Há relatos dos conflitos entre os colonos e esses Kaiapó e o uso dos Xakriabá como combatentes após terem estabelecido aliança com Jamúrio Cardoso de Almeida que retribuiu o apoio concedendo-lhes um lote de terras na área da sesmaria da família Cardoso de Almeida."* Paraíso, 2008, p.02

Distribuição espacial e organização política

Os Xakriabá, para se referir às unidades locais de seu território, às vezes, podem usar o nome “comunidade”, que tem sentido mais abrangente, podendo se referir a qualquer aglomerado de casas ou a uma área que englobe um certo número de unidades residenciais isoladas. Porém, é comum que usem os termos “aldeia” e “subaldeia”. A diferença entre uma aldeia e uma subaldeia é definida, principalmente, pela existência ou não de uma liderança política de prestígio e relativamente autônoma na localidade.

O sistema político Xakriabá, desde quando se tem registro histórico e conforme a sua história oral, é baseado em uma liderança hegemônica centralizada, transmitida pela linhagem familiar dos Gomes de Oliveira (Oliveira, 2008:37). Conforme anotou Paraíso (2008:01, Cf. Nota nº 3) quando de sua pesquisa entre eles:

EM BRANCO

EN BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

"Manoel Rodrigues de Oliveira era o líder indígena no momento da pesquisa e exercia o cargo em pleno acordo com as regras hereditárias dentro da família Gomes de Oliveira, aquela que tradicionalmente acumulava o poder político e religioso entre os Xakriabá."

Tal sistema é sustentado pela existência de outras lideranças familiares que o reconhecem e que exercem poder em esfera local:

"Entre as centenas de famílias nucleares espalhadas pela Terra Indígena Xakriabá, dois principais grupos de descendência são amplamente reconhecidos: Gomes de Oliveira, de origem associada às aldeias Riachinho e Brejo do Mata Fome, e Seixas Ferro, a partir da Caatinguinha. Os dois coletivos de parentes são reconhecidos por deterem os verdadeiros vínculos com os troncos antigoss. Mas os Gomes de Oliveira se sobressaem como a nação, o tronco mais forte da reserva, no dizer dos índios." (Oliveira, 2008:32)

Isto não significa que não aconteçam disputas políticas internas para o exercício dos cargos de chefia, porém, tais disputas, no que diz respeito à T.I. Xakriabá, costumam se articular em torno de setores daquela família.

Na atualidade, este sistema é expresso na liderança de um Cacique-Geral, eleito em assembléia. Este processo foi verificado até o momento em duas ocasiões, uma nos anos 70, quando houve a disputa para o cargo entre dois membros da família Gomes de Oliveira, tendo como oponentes Laurindo Gomes de Oliveira, primo de Manoel Gomes de Oliveira, conhecido como Rodrigo ou Rodrigão. Tendo sido Rodrigo o vencedor, este exerceu o cargo de cacique até o seu falecimento, no ano de 2003. Para sua sucessão foi convocada eleição, na qual concorreram novamente dois membros da família Gomes de Oliveira, o filho do cacique falecido, Zé de Rodrigo e Domingos Nunes de Oliveira, filho de uma das mais emblemáticas lideranças Xakriabá, Rosalino, que foi assassinado por posseiros na luta pela terra e irmão do atual Prefeito de São João das Missões, José Nunes de Oliveira. Domingos foi o vencedor, tendo o seu opositor desistido da candidatura às vésperas da eleição.

O Cacique-Geral governa associado a um Conselho de "Representantes" locais, os quais exercem a chefia em cada aldeia. Em algumas localidades não existe um líder de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

prestígio político que possa ser considerado como representante ou, então, existem laços políticos e de parentesco com alguma forte liderança de outra localidade, que exerce influência direta sobre esta, sendo considerado também seu representante. Geralmente, estas localidades que não possuem representantes, também não possuem uma população muito significativa, sendo muitas vezes formadas por unidades residenciais dispersas. Assim, as localidades que possuem um Representante, geralmente são conhecidas como aldeias e aquelas que não o possuem são chamadas de subaldeias.

Segundo Pena (2008:03), o povo Xakriabá está organizado em 27 aldeias e 25 subaldeias, cujas lideranças compõem um conselho, do qual também fazem parte o cacique e o vice-cacique, responsáveis por representarem a população fora dos limites da Terra Indígena e pela solução de conflitos internos. Além do cacique e do vice-cacique, havia, na época da realização do seu trabalho, 17 lideranças indígenas que respondiam politicamente pelas 27 aldeias e 25 subaldeias. A ele chamou atenção a ausência de lideranças do sexo feminino.

Segundo Paraíso (1987), a esfera política está intrinsecamente ligada à esfera religiosa. Os candidatos à liderança e, principalmente, o cacique devem crer em Yayá, personagem da cosmologia Xakriabá. Os Xakriabá conciliam a crença em Yayá com o catolicismo e com religiões de origem pentecostal (Igreja Universal do Reino de Deus e Assembléia de Deus). Pena apurou em sua pesquisa que a maioria da população (92,4%), em 2003, informava ser católica.

Mais recentemente, com a demarcação da T.I. Xakriabá/Rancharia, a sua liderança também recebeu o título de Cacique. Para a eleição da liderança em Rancharia não tem sido considerada necessariamente a descendência direta da família Gomes de Oliveira. Na derradeira etapa de trabalho de campo do GT fomos informados de que houvera uma divisão política em Rancharia, sendo constituídas duas lideranças em espaços territorialmente delimitados. A divisão política, pelo que podemos apurar, deu-se em função de propostas distintas de modelos de condução dos interesses da comunidade e acusações de negociatas com não índios para retirada de madeira da terra.

A aldeia de Morro Vermelho, situada nas terras em estudo, também tem uma liderança independente, sendo o seu líder chamado de cacique, não tendo havido a reivindicação de parentesco com a família Gomes de Oliveira para tanto. Esta liderança foi constituída em função da atuação política.

je



YATIRIM VE İNŞAAT
KURUMU
YATIRIM VE İNŞAAT KURUMU

Yatırım ve İnşaat Kurumu, Türkiye Cumhuriyeti'nin kalkınma ve inşaat faaliyetlerini desteklemek amacıyla kurulmuştur. Kurumun temel amacı, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir.

Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir.

EM GRANCO

Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir.

Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir.

Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir. Kurumun görevleri, yatırım ve inşaat faaliyetlerini planlamak, koordine etmek ve gerçekleştirmektir.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

História da ocupação

Segundo Santos (1997), datam de meados do séc. XVI e início do séc. XVII as primeiras expedições portuguesas que atingiram o Vale do Alto-Médio São Francisco, particularmente a região próxima à confluência dos rios Carinhanha (margem esquerda) e Verde (direita), onde se situam as terras em estudo. O Padre Jesuíta João Aspicuelta Navarro que, entre 1553 e 55, percorreu áreas do interior sul da Bahia e norte de Minas relatou a respeito dos grupos indígenas contactados:

“No outro dia nos fomos e passamos muitos despovoados especialmente um de vinte e três jornadas por entre uns Índios que chamam Tapuyas, que é uma geração de Índios bestiaes e feros; porque andam pelos bosques, como manadas de veados, nús, com os cabellos compridos como mulheres: a sua fala é mui barbara e elles mui carniceiros, trazem flechas ervadas e dão cabo de um homem num momento. (...) Daqui partimos e fomos até um rio mui caudal, por nome 'Pará', que segundo os índios nos informaram é o rio de S. Francisco e é mui largo. ... (apud José, 1965:48). (Santos, 1997:17)

Somente a partir do final do séc. XVII se iniciou uma ocupação sistemática da região. No início da última década daquele século, o Mestre-de-campo paulista Matias Cardoso de Almeida foi autorizado a organizar uma expedição a fim de “restaurar a segurança dos sertões”. Tratava-se de franquear o sertão à expansão da criação de gado, liberando também o caminho do São Francisco dos ‘perigos’ que representavam os índios, quando já começava a se firmar a atividade extrativa das minas recém descobertas. Matias Cardoso, partindo de São Paulo em 1692, atingiu a margem direita do São Francisco, na altura da confluência deste com o Rio Verde, onde fundou um arraial. Os indígenas encontrados na região, referidos genericamente como Caiapós ou como “chacriahás”, teriam sido então escravizados.

A partir do início do séc. XVIII os documentos históricos registram o nome de Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso que teria se estabelecido nesta região no início dos setecentos. Este encontrou o arraial fundado por seu pai em decadência,



Ministério da Saúde
Secretaria de Estado de Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

Brasília, 15 de maio de 2014.

Assunto: Parecer Técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013, que altera a Lei nº 12.401/2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SVS).

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) é o órgão máximo de deliberação em matéria de saúde pública, composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da sociedade civil e da comunidade científica.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013, que altera a Lei nº 12.401/2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SVS), foi submetido ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) para análise e aprovação.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) analisou o Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013 e emitiu o seguinte parecer:

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprova o Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013, que altera a Lei nº 12.401/2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SVS).

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) considera que o Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013, que altera a Lei nº 12.401/2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SVS), é necessário e urgente, pois visa a melhorar a organização e a eficiência do SVS, bem como a proteção da saúde pública.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) recomenda que o Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013 seja aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado pelo Presidente da República.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) recomenda que o Projeto de Lei (PL) nº 1.111/2013 seja publicado no Diário Oficial da União.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

povoado por parte da guarnição por este ali deixada e por “*incolas mansos*”. Em função deste problema, remove por duas vezes o núcleo do povoamento, fundando um novo arraial, que se tornaria conhecido como Morrinhos, atual núcleo do município de Matias Cardoso.

Saint-Hilaire (Santos, 1997:19) ao passar pela região em 1817, assim resumiria a história contada por um dos descendentes dos paulistas que lá se fixaram:

“Matias Cardoso e Manuel Francisco de Toledo tinham, ao que parece, reduzido grande número de índios à escravidão, como então se praticava; serviram-se desses infelizes para abrir fazendas e construir igrejas, entre outras a de Morrinhos”.

Santos (1997:19) registrou que alguns Xakriabá referem-se à construção da Igreja de Morrinhos para marcar o *tempo do cativo*.

O rio São Francisco era povoado de grupos indígenas “*bravios e desconfiados*”, entre estes estavam dois grupos ditos *Caiapós*, que teriam se deslocado do Maranhão e Alto-Tocantins, estabelecendo-se, respectivamente, na região próxima ao Rio Japoré e na zona compreendida entre os Rios Paracatu e Urucuaia, margem esquerda do São Francisco. A pacificação se iniciaria pela incorporação das “*tribos mansuetas*” — cujas aldeias teriam sido transformadas em arraiais —, seguida de guerra aos *Caiapós*, que veriam destruídas suas principais aldeias — a dos Guaiabas e Tapiraçaba, localizadas em pontos estratégicos para a navegação do rio.

O Padre Antônio Mendes Santiago teria se estabelecido inicialmente na localidade de Manga do Amador, transferindo-se ainda para São Caetano do Japoré (atual município de Manga) e Brejo do Salgado. Embora inexistam fontes que vinculem diretamente a sua atuação à fundação da Missão do Sr. São João do Riacho do Itacaramby, é bastante provável que seja esta a origem da missão, uma vez que não há referências à presença, naquela região, de outras autoridades ou empresas religiosas.

Em 1728, Januário Cardoso, “*deministrador dos Índios*”, doa terras aos índios aldeados, dando ordem para que à Missão fossem recolhidos os que ainda andassem pelas “*fazendas alheias*”. A doação, mais que resultado de um acordo entre colonizadores e índios, como propõe Paraíso (1987:20), deve ser vista como procedimento referendador da autoridade colonial imposta aos índios, produto de um compromisso entre o poder eclesiástico



UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
OFFICE OF INSPECTOR GENERAL

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR, OFFICE OF INSPECTOR GENERAL
SUBJECT: [Illegible]

[Illegible text]

[Illegible text]

EM BRANCO

[Illegible text]

[Illegible text]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

e o poder local.

Em 1736, o Vigário Antônio Mendes Santiago, então estabelecido em localidade próxima a Salgado, de onde provavelmente supervisionava a Missão de São João, foi o líder de uma rebelião de proprietários de terra contra a Coroa Portuguesa, que estabeleceu a cobrança de impostos daqueles. Este foi o último registro histórico acerca da Missão.

Pizarro (Santos, 1997:28) constataria, de fato, na segunda década do séc. XIX, o abandono em que se encontrava a população de São João:

"A 16 léguas ao norte de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado está a capela de S. João, numa aldeia de Índios onde não há missionário nem Diretor."

Saint-Hilaire (In Santos, 1997:28) se referirá à população aldeada ali como "xicriabás", fazendo notar que, embora estes houvessem se "fundido com negros e mestiços", à época de sua viagem (1817) "reclamavam do Rei o privilégio de serem julgados por um dentre eles, regalia que a lei não concede, creio, senão aos índios puros". É provável que o grupo aldeado em São João reivindicasse, então, a instalação de uma diretoria de índios, sistema que, revogado em 1798, permanecia oficiosamente em vigor.

Em 1856 — logo após a promulgação da Lei de Terras de 1850, que colocava em disponibilidade as terras não reclamadas e não registradas em Cartório —, o termo de doação assinado por Januário Cardoso é registrado tanto em Ouro Preto (cf. "Certidão Verbum - Adverbium". Uma doação), como em Januária:

"Aos dezenove dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e seis, nesta vila de Januária, compareceu Eugênio Gomes de Oliveira pedindo que registrasse o seu exemplar, o qual o faço pela forma e maneira seguinte - Eugênio Gomes de Oliveira por si e por TODOS OS INDIOS DE SÃO JOÃO DA MISSÃO, declara que possuem desde o Riacho do Itacarambi acima até a cabeceira e vertentes e descanso (sic), extremado na Serra Geral, e para parte do Peraguaçu extremado na Boa Vista, onde desagua para cá, como os ditos Índios por ordem de Sua Majestade: Januário Cardoso de Almeida Brandão, e ditas é neste município e freguesia Vila Januária dezessete de abril de mil oitocentos e cinquenta e seis. Eugênio Gomes de Oliveira. Nada mais ouve o declarante declarar eu Timoteo Francisco da Costa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

escrevente do Pároco o escrevi.” (Certidão de registro de posse, extraída de Livro Paroquial. Expressão em letras maiúsculas, transcrita desta forma por Sílvia Gabriel Diniz). (In Santos, 1997:28-29)

Burton (In Santos, 1997:29) fala da população de São João em 1867:

“... a margem ocidental nos mostrou uma larga rampa de areia, a estrada para São João das Missões (ou dos índios), distante do rio três léguas e objeto de grande romaria no dia de seu padroeiro. Ali, reunidos para dezoito léguas de distância de seu antigo lar — o belo Brejo do Salgado, um paraíso selvagem — estão aldeados os remanescentes de três grandes tribos: os xavantes, ainda poderosos nas cabeceiras do Tocantins; os xacriabás (xicriabás) e os botocudos, nome geral indefinido de algumas raças.”. (In Santos, 1997:29)

Em 1912, o Cônego Maurício Gaspar chega até São João das Missões, então um *“pequeno arraial, (...) [formado] de uma pequena praça, no fundo da qual se acha a Igreja de São João e de duas ruas de pouca extensão”*, e de população majoritariamente *“cabocla”*. Gaspar se refere aos índios como Cayapós, e menciona a viagem que estes teriam realizado em defesa da terra:

“Apenas chegados em São João das Missões, fomos chamados para administrar os últimos sacramentos ao velho índio Theophilo de tal, Foi o primeiro Cayapó que tivemos ocasião de vêr, logo ao entrar na antiga aldeia. O velho índio, ao que me contaram, fez parte, há trinta annos, de um grupo de Cayapós, patricios seos, armados de flechas, resolvidos a ir ao Rio de Janeiro para apresentarem as suas queixas a Sua Magestade o Imperador D. Pedro II.” (In Santos, 1997:33)

A viagem, tanto quanto o registro de 1856, parecem ser a origem da crença, encontrada hoje entre os Xakriabá, de que a terra lhes teria sido doada por D. Pedro II, cujo governo marca, de qualquer forma, o surgimento do “documento”, que, perdido e reencontrado em andanças e providências posteriores na defesa do território, será percebido como a materialização dos direitos sobre a terra:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Examinando-se os dados estatísticos de 1998, observa-se que a taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos é de 1,2%, o que representa uma melhoria em relação aos dados de 1997, quando a taxa era de 1,5%.

Essa melhoria pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a expansão da rede de ensino fundamental e médio, a melhoria da qualidade da educação, e a maior participação da população na educação. Além disso, a melhoria da situação econômica do país também pode ter contribuído para a redução da taxa de analfabetismo.

Em relação à educação superior, observa-se que a taxa de matrícula em universidades e institutos de tecnologia é de 12,5%, o que representa um aumento em relação aos dados de 1997, quando a taxa era de 11,5%.

Essa melhoria pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a expansão da rede de ensino superior, a melhoria da qualidade da educação, e a maior participação da população na educação. Além disso, a melhoria da situação econômica do país também pode ter contribuído para o aumento da taxa de matrícula.

Portanto, observa-se que a educação brasileira tem avançado significativamente nos últimos anos, com a melhoria da taxa de analfabetismo e o aumento da taxa de matrícula em universidades e institutos de tecnologia.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

"Com efeito, os descendentes dos habitantes das selvas foram muito bem recebidos na Corte Imperial, e, depois de muito mimoseados, trouxeram ordens para as autoridades da comarca de Januária, afim de que fizesse valer os seus direitos contra os invasores de suas terras". (In Santos, 1997:33)

O relato de Maurício Gaspar fornece indícios também importantes sobre a ocupação de São João das Missões e suas terras. Descrito como um pequeno arraial, onde apenas há *"trinta anos foi construída a primeira casa de telhas"*, o povoado de São João das Missões contava já certamente com uma população não-índia, haja visto as referências a moradores outros que não *"os representantes legítimos da antiga tribo dos cayapós"*, com os quais, segundo o autor, tivera oportunidade de conversar (In Santos, 1997:33). Gaspar chegaria a afirmar o desaparecimento futuro dos índios, dada a *"invasão sempre crescente dos mestiços, oriundos dos Portuguezes e Africanos"* (In Santos, 1997:33). Talvez, fosse esta uma das razões para a ocupação de áreas mais distantes do povoado, que perfazem, hoje, a zona de maior concentração populacional da Terra Indígena Xakriabá:

"Atualmente, as principais famílias dos Cayapós espalharam-se ao redor da antiga aldeia, nos lugares chamados Brejo da Fome, Riachinho, Retiro, Prata, Água Branca." (In Santos, 1997:34)

Segundo Santos (1997:34), a história dos Xakriabá está, portanto, intimamente ligada à história da Missão de São João, por ter possibilitado a manutenção da posse comum como o modo de apropriação da terra, em que o território, socialmente reconhecido, *"funciona como fator de identificação, defesa e força"*. Local e regionalmente, as terras doadas tornariam-se conhecidas, no corrente século, como as *"terras"* ou o *"terreno dos caboclos"*, patrimônio indiviso de um conjunto de *"herdeiros"*: os *"sucessores dos índios de São João das Missões"*.

Algumas nuances de interpretação e de registros nos fazem optar por reproduzir partes do texto elaborado por Paraíso a respeito desta fase da história dos Xakriabá, o que, apesar de ficar repetitivo, traz detalhes importantes:

je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

"Outro momento pontuado nas suas narrativas por esses índios é aquele da chegada dos bandeirantes paulistas, quando foram contratados para combater na chamada Guerra dos Bárbaros, nome atribuído às sucessivas revoltas indígenas entre a Bahia e o Piauí. Os "paulistas" abriram pousos e roças na área de domínio dos Xakriabá para descanso e reabastecimento das tropas antes de seguirem em direção ao norte.

No bojo da política de expansão e domínio das áreas dos sertões, a Coroa e o Governo Geral optaram por pagar a esses bandeirantes contratados com sesmarias e índios escravizados ou entregues a sua administração em aldeamentos...

Na região em estudo, a figura central desse processo é Matias Cardoso de Almeida, antigo adjunto da bandeira chefiada por Fernão Dias Paes Leme, quando este esteve pela primeira vez na região são franciscana em busca de esmeraldas. Logo após o grupo retornar a São Paulo, Matias Cardoso é convocado para combater os indígenas revoltados nas margens do São Francisco e "limpar" a Estrada do Sertão até o Rio Grande do Norte para que a pecuária extensiva pudesse se expandir por toda essa área e atender à crescente demanda de consumo na área da mineração.

Para criar sua fazenda de gado nas margens do São Francisco, Cardoso escolheu uma área no coração do território Xakriabá onde fundou o arraial de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos...

Para garantir o sucesso do seu empreendimento, ... Cardoso combateu os índios, provavelmente Xakriabá, queimou a aldeia de Tapiraçaba, escravizou e os usou para abrir os pastos e construir a sede da fazenda e a capela, cujas ruínas ainda estão em Morrinhos, chamando a atenção pelas suas desmesuradas proporções.

A ocupação dessas sesmarias não foi mansa e nem pacífica. Houve combates em São Romão ...; em Jaíba, Olhos d' Água e Montes Claros ... em Capão do Cleto, ... e em Morrinhos, onde a sede da fazenda foi queimada pelos índios em revolta sendo reconstruída por Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias, que chamou o local da nova sede de Nossa Senhora do Amparo do Brejo Salgado, atual cidade de Januária. Os Xakriabá abandonaram as margens do Peruçu e buscaram refúgio no rio Urucaia...

Sobre esse período, guardam duas referências significativas. Uma se liga à presença dos Kaiapó Meridionais, uos quais designam, ainda nos dias atuais, como os "índios bravos" em oposição a eles, os mansos. Há relatos dos conflitos entre os colonos e esses Kaiapó e o



Office of the Secretary
Department of Education
Lungsod ng Manila, Philippines

Dear Sir/Madam:
I am writing to you regarding the recent developments in the Department of Education. We are pleased to inform you that the Department has successfully implemented the new curriculum framework for the elementary schools. This framework is designed to provide a more holistic and integrated learning experience for our students.

The new curriculum framework is based on the following principles:

- 1. Holistic Development: The curriculum is designed to develop the students' cognitive, emotional, social, and physical abilities.
- 2. Integrated Learning: The curriculum is designed to be integrated, allowing students to learn across different subjects.
- 3. Student-Centered: The curriculum is designed to be student-centered, allowing students to learn at their own pace and in their own way.
- 4. Assessment for Learning: The curriculum is designed to be assessment for learning, allowing teachers to assess students' learning and provide feedback.

EM BRANCO

We are confident that the new curriculum framework will provide a more effective and efficient learning experience for our students. We are also confident that the new curriculum framework will provide a more holistic and integrated learning experience for our students.

Very truly yours,
Secretary

Enclosed for your information are the following documents:

- 1. Curriculum Framework for Elementary Schools
- 2. Curriculum Framework for Secondary Schools
- 3. Curriculum Framework for Tertiary Schools

We are confident that the new curriculum framework will provide a more effective and efficient learning experience for our students.

Very truly yours,
Secretary

Enclosed for your information are the following documents:

- 1. Curriculum Framework for Elementary Schools
- 2. Curriculum Framework for Secondary Schools
- 3. Curriculum Framework for Tertiary Schools

We are confident that the new curriculum framework will provide a more effective and efficient learning experience for our students.

Very truly yours,
Secretary

Enclosed for your information are the following documents:

- 1. Curriculum Framework for Elementary Schools
- 2. Curriculum Framework for Secondary Schools
- 3. Curriculum Framework for Tertiary Schools

We are confident that the new curriculum framework will provide a more effective and efficient learning experience for our students.

Very truly yours,
Secretary



Proc. nº 405804/13
Fls. 369
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

uso dos Xakriabá como combatentes após terem estabelecido aliança com Januário Cardoso de Almeida que retribuiu o apoio concedendo-lhes um lote de terras na área da sesmaria da família Cardoso de Almeida.

Após a morte de Januário, ocorreu novo ataque dos Kaiapó ao Brejo do Salgado. Graças à intervenção dos aldeados Xakriabá, os Kaiapó foram expulsos para além do Rio Carinhonha, limite da sesmaria dos Cardosos. Após o embate, os Xakriabá afastaram-se ainda mais – 16 léguas do Salgado –, instalando-se na área designada por Januário Cardoso para ser a sede do aldeamento, onde passaram a viver ...

Apesar dessa concessão, Januário Cardoso e seus descendentes não abdicaram do seu direito de administradores do aldeamento, o qual foi denominado de Missão do Senhor São João dos Índios, no Riacho de Itacarambi, hoje conhecido como São João das Missões. Na carta de doação impôs condições para manter a concessão: tornarem-se cristãos; casarem-se de acordo com os padrões católicos entre si e com pessoas da sociedade regional; obedecerem às determinações recebidas e não se revoltarem sob pena de serem presos ou perderem as terras concedidas ...

Ainda no século XVIII os Xakriabá foram deslocados para outros aldeamentos criados para garantir a conquista pelos colonos das terras ocupadas por grupos indígenas que resistiam ao avanço da fronteira econômica por seus territórios no oeste de Minas Gerais e Goiás...

Ante a resistência continuada desses grupos, a Coroa optou por decretar guerra justa aos Kaiapó e Akroá e determinou que os Bororo do Mato Grosso, administrados por Antônio Pires de Campos, fossem transferidos para o Rio das Velhas, na aldeia de Santana, área do Triângulo Mineiro. Depois foram levados para Santana os Karajá e Pareci, sendo substituídos pelos Xakriabá, em 1775, numa tentativa frustrada de atrair os Kaiapó ao "bom convívio" próprio dos aldeamentos administrados. Alguns Xakriabá terminaram por abandonar o local e supostamente retornaram a São João das Missões. Saint-Hilaire visita seus descendentes no aldeamento de Santana, entre os anos de 1816 e 1819, quando afirma ter encontrado 262 índios, vivendo da agricultura, caça e pesca e os descreve como "apáticos" e pouco afeitos ao trabalho regular.

O segundo aldeamento em que os Xakriabá foram localizados – o de Formiga, em Goiás – fracassou com a fuga dos Akroá e também dos Xakriabá...

10/10/2020



EMPRESA DE SERVIÇOS DE TI
SOLUÇÃO DE PROBLEMAS
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Este documento descreve o processo de desenvolvimento de software, desde a análise de requisitos até a entrega final do produto.

O processo de desenvolvimento de software é dividido em fases, cada uma com suas respectivas atividades e entregáveis. A primeira fase é a análise de requisitos, onde se define o que o sistema deve fazer. Isso é seguido pela modelagem, onde se cria um modelo lógico do sistema. A terceira fase é a programação, onde se escreve o código do sistema. A quarta fase é a testes, onde se verifica se o sistema funciona conforme o esperado. A quinta e última fase é a implantação, onde se coloca o sistema em produção.

Após a implantação, o sistema é monitorado e mantido. Isso inclui a correção de erros e a implementação de melhorias. O processo de desenvolvimento de software é iterativo, o que significa que se pode voltar a qualquer uma das fases anteriores a qualquer momento. Isso é necessário para garantir que o sistema atenda às necessidades do cliente e que seja de alta qualidade.

EM BRANCO

Este documento é um modelo e deve ser adaptado para cada projeto. A adaptação deve levar em consideração as características específicas do projeto e as necessidades do cliente. O processo de desenvolvimento de software é um processo contínuo e em constante evolução.

Este documento descreve o processo de desenvolvimento de software, desde a análise de requisitos até a entrega final do produto. O processo é dividido em fases, cada uma com suas respectivas atividades e entregáveis. A primeira fase é a análise de requisitos, onde se define o que o sistema deve fazer. Isso é seguido pela modelagem, onde se cria um modelo lógico do sistema. A terceira fase é a programação, onde se escreve o código do sistema. A quarta fase é a testes, onde se verifica se o sistema funciona conforme o esperado. A quinta e última fase é a implantação, onde se coloca o sistema em produção.

Após a implantação, o sistema é monitorado e mantido. Isso inclui a correção de erros e a implementação de melhorias. O processo de desenvolvimento de software é iterativo, o que significa que se pode voltar a qualquer uma das fases anteriores a qualquer momento.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Apesar das alianças, inclusive casamentos entre índios e forasteiros, os conflitos se ampliaram, pois aqueles que haviam sido autorizados pelos Xakriabá a conviver com eles em seu território passaram a exigir o direito de registrar os lotes que ocupavam como sendo de sua propriedade... Em 1856, aproveitando as exigências definidas pela Lei de Terras de 1850, o líder indígena Eugênio Gomes de Oliveira buscou o Cartório da Cidade de Januária e registrou as terras em seu nome e no "de todos os índios que moram no São João das Missões." Apesar dessa medida, o conflito se manteve obrigando as lideranças Xakriabá a se deslocarem para o Rio de Janeiro por duas vezes: numa buscaram a proteção de D. Pedro II e na outra pediram a intervenção do Marechal Rondon...

Apesar de terem sido bem recebidos e do Imperador enviar, pelos mensageiros, documento às autoridades competentes determinando que os direitos dos índios fossem respeitados e os invasores expulsos, nada obtiveram em termos concretos e continuaram a disputar seus territórios com retirantes nordestinos e com negros forros e fugidos.

Também não obtiveram sucesso com o Marechal Rondon. Os conflitos se ampliavam com a valorização das terras na região do Norte de Minas Gerais. As solicitações de oficialização das posses cresciam, obrigando os índios a contratarem um advogado e a voltarem a registrar a doação em cartórios da região. A lei 550 de 1949 transformou o território dos Xakriabá em terras devolutas e, devido às exigências e a elevada taxa cobrada pela Ruralminas, não conseguiram sequer, adquirir lotes de terra como propriedades privadas. Os posseiros, em contrapartida, ameaçaram os poucos que possuíam títulos de propriedade ou de posse, obrigando-os a abandonar suas terras." (Paraíso, 2008:1-4)

A doação e a identificação dos índios com o seu território.

Santos (1997) recolheu relatos orais a respeito da origem da Missão do Senhor São João, na visão dos índios, que se referem à aparição da imagem de um santo:

"Por que aquele terreno, aquele lugar lá, é dos caboco! É dos caboco! De Missões é. Dos caboco! (...) Então diz que tava os caboco limpando, um cantinho, de enxada. E ele tava lá enterrado na terra. Aí diz que um joga uma enxada, outro joga a enxada, quando foi assim

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

na base de quatro horas, rumou, a enxada. Pegou, bem aqui, ó, no tampinho da cabeça dele. Rancou o tampinho, bem aqui. Ai, lá foi, saiu com aquele... (....) Lá não tinha aquela Igreja... (...) Achou o santo, pegou o tampinho da cabecinha... e virou aquela confusão... Esses trabalhador levou esse Santo pra casa, chegou lá na casa do putrão, mostrou... Ele... 'É um Santo'. Ai foi adquirir que era São João Aparecido, que tava enterrado na terra, era pra eles achar. Ai eles foram, era pra fazer a Igreja lá mesmo naquele lugar onde eles rancou esse Santo. Moça! Diz que... 'Ah, eu vou levar...' Botou esse Santo lá na casa desse dono. Quando foi n'outro dia, caçou... Quem diz? Ele foi lá pro lugar, que era encantado, né? É tanto que se panhar ele de lá e botar em outra Igreja, ele sai. Ai pegou, foi caçar. Achou. Tava lá no lugarzinho, onde tiraram ele. Levaram... disse... 'nós vão levar pra casa de fulano' Levaram esse Santo, botava n'outra casa. Amanhecia o dia, já tava o lugar. 'Olha lá ele lá', disse, 'que que vai fazer? Só nós dando jeito de levantar a Igreja dele aqui, que ele é morador é daqui'. Ai foram, por lá, e foi pelear, fizeram a Igreja lá' (D. Joana. Itacarambi, 1992).

"Essa diz que, a história, era São João e São Benedito. São Benedito era dos Morrinhos e São João era da Missão. (...) Ai eles inventaram de trocar as imagens. Inventaram de levar São João pros Morrinhos, e trazer São Benedito pra Missão. Ai mas diz que quando levava hoje, levava um pra lá outro pra cá. Quando era n'outro dia, amanhecia S. João aqui e S. Benedito lá. Assim é a história. (...) Morrinhos era um lugar que os índios daqui ia trabalhar" (Emílio. Pedra Redonda, 1995).

"Que diz que, eles fizeram um encontro na estrada, diz que de lá pra cá, São João amanheceu o dia na Missão e São Benedito no Morrinhos, né. Um falou: 'Cê já vai, João?', 'Eu já vou, Bimú!' (Risos) Ai chegou, amanheceu o dia, amanheceu São João n'ai...." (Emílio. Embaúba, 1995) (Santos, 1997:39)

E assim Santos interpreta os relatos:

"Nascido da terra pelo trabalho dos índios, o Sr. São João se recusa a permanecer fora do seu lugar. é — para utilizar uma expressão local aplicada àqueles que saem e retornam à área — cascalho da terra. Como tal, São João recusa para morada a casa do



REPUBLIC OF THE PHILIPPINES
DEPARTMENT OF HEALTH
OFFICE OF THE SECRETARY

TO: ALL MEMBERS OF THE BOARD OF HEALTH
FROM: THE SECRETARY
SUBJECT: MEMORANDUM FOR THE BOARD OF HEALTH
DATE: 1965-05-10
RE: MEMORANDUM FOR THE BOARD OF HEALTH
1. The Department of Health is pleased to inform you that the Board of Health has been organized and is now functioning. The Board is composed of the following members: [List of members]
2. The Board is authorized to exercise the powers and functions conferred upon it by the Department of Health. It is requested that you cooperate with the Board in the performance of its duties.
3. The Board is requested to submit a report to the Department of Health on the progress of its work at the end of the year.

Very truly yours,
[Signature]
[Name]
[Title]

cc: [List of offices]
[Signature]
[Name]
[Title]

Very truly yours,
[Signature]
[Name]
[Title]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

patrão e a Igreja de Morrinhos, lugares-símbolo do trabalho feito para o outro. Morrinhos — “onde os índios daqui ia trabalhar” — lembra o ‘tempo do cativo’, o trabalho sem a terra, - Negro, ‘cativo’ da Igreja de Morrinhos, do lado de lá do rio — lado dos baianos —, São Benedito representa o opositor lógico de São João dos Índios. Senhor da terra, morador do terreno dos caboclos, instaurador do direito que liberta do cativo, pois traz consigo a terra. Daí a impossibilidade da troca realizada, e o retorno das imagens ao seu lugar. O encontro cordial na estrada, em que os Santos se tratam por apelidos, mostra, no entanto, a proximidade de pretos e índios, o reconhecimento da herança do trabalho na terra — vinda do negro, como afirma Laurindo — e, enfim, da mistura. Não por acaso, a Princesa Isabel, assinante da lei áurea, figura tão recorrentemente nos relatos acerca da terra.” (Santos, 1997:40)

A doação é incorporada à história oral e à identidade do grupo, de tal forma que ela é recitada no ritual do Toré, em forma de ‘reza’ ou ‘poema’:

“Para isso eu dou terras,/ p’ros índios morar// Daqui para Missões, cabeceira de Alagoinhas/ Beira do Peruacu até as Montanhas/ pra índio não abusar de fazendeiro nenhum/ eu dou terra com fartura p’ro índio morar// A missão para a morada/ O brejo para o trabalho/ Os campos gerais para as meladas e caçadas/ E as margens dos rios para as pescadas//Dei, registrei, selei/ Pago os impostos/ Por cento e sessenta réis” (Mariz et alli, 1982:16). (Mariz (1981) in Santos, 1997:40, Cf. Nota nº 4)

Observa Santos que:

“Os trechos memorizados são aqueles que falam diretamente da terra: o ato da doação em si (“Missão para morada”..., etc.) e os limites. Há toda uma longa passagem, referente à submissão dos índios à autoridade do mestre de campo (“os prenderá castigará como merecer sua culpa”...), que nunca é mencionada, talvez por não se adequar à equação que identifica terra a liberdade.” (Santos, 1997:40, Cf. Nota nº 4)

Table 1

EN



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

A luta pela terra

A partir da constatação das ameaças ao seu território, concretizadas com a presença, cada vez mais constante, dos não índios na terra, os Xakriabá dão início às “providências” conforme os registros orais recolhidos por Santos:

“É porque eu tenho dois avô que é baiano. (...) Mas naquela época foi uma época muito triste, de uma fome na Bahia. Ai esses baianos vieram de lá, e esse brejo não tinha nome. Ai chegaram esses baianos, tudo morrendo de fome, e ai tinha mamão, banana, taioba, tudo nativo da terra. Ai os baiano conseguiu sobreviver. E casar um baiano, um negro, com uma índia. Ai, depois da sobrevivência dos baianos colocou: Brejo do Mata Fome” (José Fiúza. Itapecuru, 1995). (Santos, 1997:44)

A lei de terras de 1850 foi uma ameaça, a qual teve como “providência” concreta o registro da doação nos cartórios em Ouro Preto e Januária, que foi suficiente para garantir a posse e a indivisibilidade do “terreno dos cabocos” por um longo período.

Sobrepostas às menções ao convívio tácito e pacífico com ocupantes não-índios, encontram-se as narrativas das viagens dos líderes e chefes em busca de providências para o resguardo da terra, provocadas sempre por conflitos entre o grupo e invasores de suas terras. Oswaldo Fernandes Ribeiro Xakriabá fornece um resumo destas narrativas:

“Neste tempo foi tomada providência contra os posseiros que já ocupavam terra do índio Xakriabá foi para o Rio de Janeiro Germano Gomes, Salô-mel, Augustinho. Mas estes não vieram mais. As famílias deles esperavam mas ficaram sem notícias destes até o dia de hoje. De novo foi o Beneditinho e outros mais. Com umas viagens veio com eles um que diz ser um sargento. Mais Beneditinho caiu doente e morreu. O Sargento voltou e acabou ‘providência’. Com os tempos outros Caciques fizeram novas providências e se arrianou um advogado em Januária por nome de Afrânio. Este sempre foi da confiança do povo indígena Xakriabá mais com o tempo ele mudou e os índios ficaram desarmados de proteção”.. (Santos, 1997:47)



МІНІСТЭРСТВА АДУКАЦЫІ І НАУКІ РЭСПУБЛІКІ БЕЛАРУСЬ
НАЦЫАНАЛЬНЫ ЦЭНТРАЛЬНЫ ІНСТЫТУТ
ДЫПЛОМАТЫЧНА-ПРАВАВАГА АДУКАЦЫІ

М.С. 01.09.2014

Даручаю вам падрыхтававаць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве».

Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве».

EM BRANCO

Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве».

Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве». Даручаю вам падрыхтаваць даклад па тэме: «Правы чалавечыя і прававы аспект у міжнародным праве».



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Neste período é que ocorre o episódio do Curral de Varas, o qual marcou uma importante mudança nas relações dos Xakriabá com a sociedade não índia e com o seu território. Segundo Laurindo Gomes de Oliveira (filho e neto de chefes desaparecidos na ocasião), o episódio ocorreu em 1927/28, envolvendo a derrubada de um curral construído por fazendeiros na Rancharia:

"Em 28, meu pai e meu avô levaram bastante judiação por causa de um serviço que eles fizeram e foi desmanchado. Ai foram para o Rio e não voltaram até hoje. Não tenho recordação de pai nem de avô paterno. De 27 para 28 foi essa bagunça que eles fizeram. (...) Começou e eu ainda estava com um ano e meio de nascido. Foi um curral que eles tentaram fazer em terras muito boas, mas os índios eram poucos. Então os índios se juntaram (...) [Os fazendeiros] fizeram um curral só na aroeira pura. Os índios se juntaram e puseram fogo na madeira dos fazendeiros. Um dia, na Folia de Reis, pegaram o pessoal reunido: o meu pai e o meu avô e deram um cacete, porque naquele tempo não tinha lei, eram cangaceiros. Judiarão deles e o que eu sei é que eles saíram e não voltaram mais". (Laurindo Gomes de Oliveira. Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Sindicância para apurar denúncias de violências e intimidação por funcionários da FUNAI à Tribo Xakriabá, de Itacarambi, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1988:11;16) (In Santos, 1997:50)

Outros depoimentos colhidos por Santos confirmam a história:

"Eu ouvi falar Emilio, eu não lembro mais não, moço. Desse tempo. Eu não sei nem se meu pai era casado..., eu acho que não era casado não. Que nesse tempo, quando eles juntaram nesse curral de vara, eles derrubaram esse curral lá. Quem armou esse curral foi Dió, foi da Pindaíba, que fez o curral lá. Ai os índios achou que não podia ficar esse curral lá, juntou um bocado, foram derrubar. Ai depois o Dió, diz que... botou a polícia no povo... Sei é que disse que judiarão muito desses velhos." (Deraldo, Embaúba, 1995)

"Do tempo do curral do Capitão Delfino? ... Foi... Diz que foi de umas arrumação dum tal curral, ajuntou uns caboco, um povo aqui, o finado Germano, o finado Germano Gomes, o finado Cicilo, ... eu num tô lembrada mais não... o finado Cicilo Gomes... o finado



UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE
OFFICE OF THE SECRETARY
WASHINGTON, D.C. 20520

TO: THE SECRETARY OF STATE
FROM: THE SECRETARY OF STATE
SUBJECT: [Illegible]

[Illegible text block]

EM GRANDE

[Illegible text line]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible handwritten mark]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Germano Gomes, o finado [?] Remuardo, acho que foi... Ai eles juntaram um bocado e foram derrubar o curral do Capitão Delfino. Ai foram e derrubaram ele... (D. Antoninha, Embaúba, 1995).

"Meu pai contava que chegou um moço de fora e rancheou entre Missões e Rancharia, não, pra baixo de Rancharia, pegou o nome de curral de vara. Ai fez uma fazenda, roçou derrubou uma área grande, terreno bom, fez plantação, ai fez um curral de aroeira. E foi trazendo gado de fora. Ai os índios cismou, juntou um bando e foram. Pôs fogo na cerca." (Rodrigo, Brejo do Mata-Fome, 1995) (Santos, 1997:50-55)

Santos (1997) afirma ainda que a destruição do curral, seguida da perseguição aos índios pela polícia mineira, é frequentemente mencionada como a *primeira revolução* a ter lugar nas terras. As histórias que a cercam possuem um significado especial dentro das narrativas que descrevem as providências na defesa do território: o curral é o pano de fundo do desaparecimento de vários líderes, que, em busca de proteção para a terra, teriam saído em viagens para o Rio de Janeiro; Zé Gomes, o primeiro, cuja viagem parece ter ocorrido em época próxima, mas anteriormente às perseguições desencadeadas pela destruição do curral; Germano Gomes e Augustinho, cuja saída teria sido motivada pelo acontecimento; Salomé Gomes, desaparecido também em viagem, na mesma época. É, desta forma, o evento que simbolicamente inicia o ciclo das viagens que retratam a persistência do grupo na defesa e afirmação de um direito.

Ocasão de fuga de muitos índios, a revolução teria também enfraquecido o grupo, permitindo que este posteriormente sofresse a séria ameaça de perda das terras e conflitos que se seguiram à intervenção da RURALMINAS na região na década de 60. Oswaldo F. Ribeiro, em texto datado de 1985 (Santos, 1997:51), afirma ter sido o *fracasso* do curral o início dos *"fracassos para os Xakriabá [que com isso] sempre foi se aumentando"*. Este fracasso é muitas vezes visto como consequência das perseguições às práticas e danças rituais dos caboclos, constantemente associadas ao acontecimento. Posteriormente denominadas Toré, tais práticas viriam a simbolizar para o grupo a própria indianidade, reconfiguradas em uma 'religião indígena', último refúgio da *língua* ou *idioma*. Deste ponto de vista, a construção do curral teria ameaçado não apenas a terra, mas o que é, hoje, percebido como o cerne e o sustentáculo da identidade coletiva. Em uma das versões



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

correntes, esta ameaça se concretiza no motivo que induz os moradores à ação: o curral teria sido construído ao lado de um dos terreiros de Toré. As represálias que se seguiram teriam forçado os herdeiros a ‘enterrar’ — esconder e tornar segredo, mas também enterrar no sentido literal da palavra — sua religião, como nos depoimentos tomados por Santos:

“É... ele tá contando a história, Ana, assim que foi que... essa religião nossa, do índio. Xakriabá, foi enterrado pro mode dessa desbronca que deu. Que esse Capitão Delfino era comandante da polícia. E eles tava lá concentrando, o trabalho deles, a religião. E eles invadiu a religião, que foi nesse lugar que adonde tinha esse curral de vara. Eles foi fazer esse trabalho lá, na beira do rio. Foi lá tem o curral de vara, na beira do rio. Que aqui, os índio andava, fazendo religião, na reserva toda, né. O blocozinho, né. Fazia num canto, fazia em outro, em outro... Era assim, a união, né. O povo chamava de união, né. Andava o grupo, pra fazer esse trabalho. Um tempo fazia lá, outro tempo fazia cá. (...) Aí aconteceu esse Capitão... e com essa polícia e foi invadido, por que eles achava que tava fazendo coisa contra o branco, pra perseguir o branco. (...) Então foi por isso que foi... judiou do índio, espancou índio muito, acho que até... nós num sabe se tem índio sumido, ou se foi matado, ou como é que foi. Diz que espalharam e outros sumiram, dessa vez. Uns sumiram, né? Então, (...) muito chefe dentro dessa religião desapareceram, né. Aí, eles queimaram o curral do fazendeiro. Que eles fizeram, o fazendeiro, né. Fizeram um curral proximado o terreiro, de dança, né. Eles queimaram”. (Leôncio e Emílio. Embaúba, 1995). (Santos, 1997:52)

Assim, Santos (1997) demonstra como o mosaico composto pelos relatos — construção e destruição do curral, repressão, associados às perseguições à religião e às viagens em busca de providências — não parece deixar dúvidas quanto ao fato de que, na segunda metade da década de 20, as terras doadas aos índios passavam por um violento processo de invasão. Todos os discursos caracterizam a construção do curral como uma ação de fazendeiros dentro da área ‘sem o consentimento dos índios’. O curral era inaceitável porque se localizava em “terras muito boas” (Laurindo), porque era “proximado do terreiro de dança” (Emílio).

O que se coloca, de uma forma ou de outra, é que a construção do curral representava o rompimento de certos projetos, usos e regras já estabelecidos para a terra pelo grupo. O



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

curral implicava em um tipo de empreendimento diverso das atividades tradicionalmente desenvolvidas na área, cujas consequências seriam amplamente sentidas, como a separação dos terrenos de pasto dos de cultivo, a determinação da área a ser ocupada por plantações de capim, a distribuição dos escassos recursos hídricos (importantes tanto para a agricultura quanto para o gado, em época de seca).

Paraíso anota:

"(...) Em 1930 ou 33, temos nova tentativa de avanço sobre as terras indígenas. Heitor Gonçalves dos Santos requer, através de ação legal, a divisão da Fazenda do Sumaré, incluindo a área dos índios. (...) Podemos observar, portanto, o quanto já era grave, naquele momento, a situação vivida pela comunidade Xakriabá. (...) Em 1950, agrava-se a invasão da área doada. Os índios iniciam uma mobilização interna que resulta na busca de seus direitos junto à Fundação Nacional do Índio no fim da década de 1960"... (Paraíso, 1987:23)

Simultaneamente, *balanos* estabelecidos nas terras doadas são incentivados a registrar e cadastrar os lotes ocupados. Em virtude destas movimentações, em 22 de março de 1930 um grupo de 76 moradores das terras — *"sucessores dos índios de São João das Missões"* — registra em cartório uma procuração, incumbindo o advogado João Moreira de Castro de:

"intentar a ação competente contra todos aqueles que ivadirem (sic) os terrenos deles outorgantes, aos mesmos cosedidos (sic) a título de doação, pelo mestre de Campos, por ordem de "Governo Imperial"...". (Santos, 1997:53)

Outro documento citado por Santos (1997) mostra que, ainda neste dia, 90 pessoas assinam outra procuração, outorgando ao mesmo advogado os poderes necessários para representá-las no acompanhamento específico do requerimento de divisão da mencionada fazenda. No ano seguinte, 1931, dando continuidade às ações, Salomé de Paula Santiago registraria no Cartório de Itacarambi a Pública Forma do Documento de Doação (*"Certidão Verbum-Adverbum"* - Uma Doação).

Neste momento, devido a várias circunstâncias se processou uma espécie de aliança entre setores internos dos Xakriabá e interesses externos, a qual teria se personificado na

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Superintendência de Educação

Considerando a importância da educação superior para o desenvolvimento do país e a necessidade de garantir a qualidade dos cursos de graduação, a Superintendência de Educação, no âmbito do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação.

Art. 2º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

EM BRANCO

Art. 4º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 10º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 11º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12º - O Regulamento da Educação Superior para os cursos de graduação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 1968, e suas alterações, passa a vigorar com as seguintes alterações:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

figura do então chefe Pedro Seixas Ferro que sugeriu a adoção da propriedade individual regularizada, como relatou o cacique Rodrigo:

“Isso foi começado, pelo seguinte. Quando eu cheguei dessas viagens que eu tive fora da reserva, o que era chefe, considerado cacique, ele fez uma união, com as pessoas de fora, e essa pessoa, ele chegou ser... falaram que casou com a filha dele. O chefe nessa época era o Pedro de Gerônimo. Foi 62 pra 63. Ai o termo de doação que nós tinha, tava na mão dele, do Pedro de Gerônimo, Pedro Seixas Ferro. Ele, com essa amizade que ele fez com essa pessoa, genro dele, o Zé Caetano, ele passou esse termo de doação pra mão do genro dele. E o genro tinha uma amizade com os outros posseiros, pegaram esse termo de doação e foram com ele a Belo Horizonte, fizeram um requerimento, uniram... pra mais de doze posseiros, fizeram um documento constando que não existia mais índio na reserva. Esse Zé Caetano, genro do cacique, ele, unido com os outros, recebendo uma groja, pra provar que não tinha. E mostrando o termo de doação que tava na mão dele. Ai, dessa forma, esses posseiros, junto com mais outros, fizeram um requerimento de divisão, dividir as terras, que não tinha índio nessa aldeia mais. E, aí, eu cheguei, passado um pouco tempo, foi em ... eu cheguei no meio de junho, de 62, isso ocorreu ainda mais uns seis anos, e depois veio acontecer isso, chegou a embaixada desse pessoal, da Ruralminas...” (Rodrigo, Brejo do Mata-Fome, 1995) (Santos, 1997:69)

As terras dos índios de São João das Missões não seriam, até a efetiva intervenção da RURALMINAS, declaradas terras devolutas de propriedade do Estado. Até então, os poderes públicos reconheciam os direitos dos *sucessores* dos índios, como reconhece o Tabelião da Comarca de Itacarambi, Francisco Nunes Pacheco, em carta dirigida à Funai:

“MINHA CONCLUSÃO NO ASSUNTO”; até a entrada da Organização da Rural Minas, todos reconhecia-mos como deles os terrenos e não “TERRA DEVOLUTAS DO ESTADO”, como é a apropriação de que se baseia essa organização, salvo restrições de direitos, dos quais, fojem a minha atribuição e meus conhecimentos jurídicos históricos no assunto de terras Devolutas na Reforma agrária, li um pouco a obra do comentarista – MESSIAS JUNQUERA – As terras Devolutas na Reforma Agrária , e pelo conclui dessa obra, sou de opinião (como leigo) que nessa narrativa, tem muito assunto em que pode-se

Conselho Nacional de Saúde
 Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
 CNEP - Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

O Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CNEP) é o órgão responsável por avaliar e aprovar os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, bem como por acompanhar a execução dessas pesquisas.

Este documento tem como objetivo informar sobre as normas e procedimentos que regem a atuação do CNEP, bem como sobre os direitos e deveres dos pesquisadores e dos participantes das pesquisas. O documento também trata da importância da ética em pesquisa e da necessidade de garantir a proteção dos participantes das pesquisas.

O CNEP é composto por representantes de diversas áreas da sociedade, incluindo a academia, a saúde, a mídia e a comunidade. O Conselho é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa submetidos à sua apreciação, bem como por acompanhar a execução dessas pesquisas.

Os pesquisadores que desejam submeter um projeto de pesquisa ao CNEP devem preencher um formulário de inscrição e fornecer todas as informações necessárias para a avaliação do projeto. O formulário deve ser preenchido de forma clara e objetiva, fornecendo todas as informações necessárias para a avaliação do projeto.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de dados pessoais, a utilização de imagens e a utilização de informações genéticas. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de animais em pesquisa.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.

EM BRANCO

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.

O CNEP também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos humanos, a utilização de recursos financeiros e a utilização de recursos materiais. O Conselho também é responsável por emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa que envolvam a utilização de recursos tecnológicos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

concluir pelos o direito dos Índios em vários decretos sobre poderes de ocupantes. Em 1957, o Senhor Presidente da República, decretou serem proscedida a divisão dos terrenos em a forma que encontrava-se o deles Índios, e assim os remanescentes do Índios, compareceram em cartório e deram procuração ao Advogado Dr. Afrânio Pimenta de Castro (cópia anexa dessa); em 1942, João Alves Pereira, requereu uma pesquisa de Minários em área de terras desses e, para conseguir, tivera que adquirir documento de concessão do departamento de proteção dos Índios, conforme deverá estar anexado, nos documentos da pesquisa concedida pelo decreto de Nº10.508 de, 28/9/1942, ao cidadão brasileiro, João Alves Pereira. A própria Igreja Católica, para edificar em área de terras dos Índios em o lugar Rancharia uma escola Capella, tivera que adquirir consentimento da proprietária ocupante da área (cópia da procuração anéxa). No entanto, os mesmos ocupantes ancestrais dos Índios, tão logo fora determinado o cadastramento do I.B.R.A. cadastraram suas áreas ocupadas e estão pagando os impostos do Instituto da terra. E essa as minha informações baseado no meu conhecimento e dos documentos que, juridicamente, se houver quem os queira defender poderem reivindicar pelos os direitos de “USUCAPIÃO”, pelo mínimo as áreas ocupadas, não serem despejados pura e simplesmente sem indenização de seus serviços posses e propriedades evadidas sem dó e nem contemplações dos chefes de famílias que despejados não saberaoonde construir um outro lar, essa é as couzas de meu conhecimento e posso sem receios de contestações informar, no entretanto, creio verdadeiramente, que O senhor Presidente da República, ao tomar conhecimentos dará amparo e esses esquecidos Brasileiro, dignos de amparo como qualquer outro. (Francisco Nunes Pacheco, carta de 07.06.1969, anexos)

Apesar desse reconhecimento público, ao mesmo tempo, a manutenção das terras, ☐ como patrimônio único e comum dos seus “herdeiros índios”, ☐ facilitaria a sua inclusão no rol das terras do Estado, na medida em que escapa ao modo típico de propriedade reconhecido em lei: a propriedade privada. A negação da identidade étnica do grupo e a apresentação do conjunto de moradores como não-índios estava baseada na presunção de que esta caracterização automaticamente extinguiria o direito dos *sucedores* à terra contribuindo para criar uma possibilidade legal de classificação das terras como devolutas, cuja efetivação dependeria, sem dúvida, de vontade e decisões políticas.

Jo

11/11/2023

11/11/2023

EM BRANCO

11/11/2023

11/11/2023



Proc. nº 40804/13
Fls. 380
Rubrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

As providências junto à FUNAI

Registra Paraíso (2008:4) que, diante da mais séria ameaça até então sofrida contra os seus direitos, angustiados, os representantes indígenas tentavam chegar a Brasília para obter o reconhecimento e a proteção legal da FUNAI. Segundo ela, Ney Land, servidor da FUNAI encarregado de avaliar o conflito fundiário na região em 1971, informara que as tocaias eram comuns e muitos índios morreram nessa busca dos seus direitos. Finalmente, em 1973, o órgão indigenista criou o Posto Indígena Xakriabá, o que não reduziu nem os esbulhos e nem os conflitos. A Ruralminas incluiu, com autorização do então administrador da Funai em Governador Valadares, o Capitão Manuel Pinheiro, parte das terras indígenas (incluindo as aldeias de Sumaré e Brejo do Mata-Fome) na área destinada a loteamento para a implantação de projeto de Colonização, em 1970, e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Ministério da Integração Nacional) também foi autorizada a construir uma barragem que inundou outra parte da terra.

Em 1986, a disputa pelas terras culmina em conflito aberto entre índios e posseiros resultando no atentado contra o líder Zé de Benvinda e dois outros índios na aldeia de Sumaré, sendo também atingidos dois pistoleiros. Em 1987, outro atentado resulta na morte de uma importante liderança, Rosalino Gomes de Oliveira e de três índios, além de ferimentos graves em duas índias na aldeia de Sapé. O ataque foi realizado por pistoleiros contratados por fazendeiros insatisfeitos com a demarcação e a determinação de extrusão do território Xakriabá, tendo também morrido no local um dos encarregados da chacina. Os responsáveis, anos depois, foram condenados pelo crime de genocídio.

A demarcação e o território

Segundo Santos (1997):

"A Doação, pensada como documento ou escritura da terra, carrega outros significados, estando presente sem dúvida na construção da terra comum. Possuindo uma só escritura, a terra é pensada como indivisa, sendo seus marcos aqueles citados pela doação.



Ministry of Health and Family Welfare
GOVT. OF INDIA (NHS-11)
New Delhi

11/11/2023

Subject: [Illegible]
Reference: [Illegible]
[Illegible text block containing multiple lines of text, mostly illegible due to blurriness]

EM BRANCO

[Illegible text block containing multiple lines of text, mostly illegible due to blurriness]

[Illegible signature line]

[Illegible text line]

[Illegible text block containing multiple lines of text, mostly illegible due to blurriness]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Nem mesmo a demarcação feita pela FUNAI em 1979, que reservou aos Xakriabá uma área menor situada dentro dos limites assinalados pelo Termo de Doação, teria efetivamente operado uma divisão da terra:

"Depois que venceram, eles dividiram ali, ó, dividiram ali, naquela placa ali [Placa da FUNAI, colocada na entrada da Terra Indígena], tirando pra lá assim, separou ali na placa, pra lá e tirou só pra cá assim, pro Sr. São João. Pr'esses aqui, que Sr. São João... diz que ele ficou pro lado de fora! Pro lado de fora como? Se tudo é dele, né!" (D. Ercina. Brejo do Mata-Fome, 1995). (Santos, 1997:51)

Santos (1997) também percebe que as referências a São João das Missões, centro da antiga Missão que permaneceu fora da demarcação, revelam a percepção de um terreno único e indivisível, o "terreno dos cabocos":

"Hoje não... mas antigamente aqui ó, era, descia lá no Peruaçu, Fabião, chegava na Serra Geral... Missão, aqui, é a cidade original dos índios. É padroeiro São João Batista é a cidade que foi os índios que fundou ali, é ali que tem todos os costumes indígenas. Ficou fora, mas nós daqui nós chega lá nós diga: 'aqui é nosso, ó!' Também ninguém lá... bota banca não... aquilo lá é nossa cidade, ninguém diz que não! Missão nós tem força igual aqui dentro da reserva" (Rosalvo. Entrevista. Itapecuru, 1995)

"Por que aquele terreno, aquele lugar lá, é dos caboco! É dos caboco! De Missões é. Dos caboco!" (Joana. Itacarambi, 1992)

"Julião: — Diz que era, antigamente, diz que era [Missões]... Essa terra era muito grande..."

Maria: — Inda é. Pois é terra... Missões inda é terra indígena. (...) Missões inda é... é terra de índio!" (Julião e Maria. Itacarambi, 1992)." (Santos, 1997:41)

Je

EN GRANCO





Proc. nº 40804/13
Fls. 383
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

II - SEGUNDA PARTE

Habitação permanente:

- a) descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
- b) explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia, a área por ela(s) ocupada(s) e o tempo em que se encontra(m) as atual(ais) localização(ões);

População:

Conforme os dados do SIASI-FUNASA de 2009, a população Xakriabá estava distribuída da seguinte forma:

ALDEIA	Total
BARRA DO SUMARÉ	250
BARRA GROTA DE PEDRAS	57
BARREIRO PRETO	561
BREJO MATA FOME	775
CAATINGUINHA	199
CAATINGUINHA I	115
CABECEIRA DA PINDAIBA	73
CABECEIRA DO SUMARÉ	67
CABECEIRA DO SUMARÉ I	12
CELEIRO	39
CUSTÓDIO	44
DESALDEADOS/MORRO VERMELHO	90
DIZIMEIRO	30
FORGES	74
IMBAUBA	400
ITACARAMBIZINHO	61
ITAPICURU	352
MORRO FALHADO	168
OLHOS D'ÁGUA	14
OLHOS D'ÁGUA I	114
PEDRA REDONDA	67

Je



ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

EM GRANCO

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ

ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
ԿՐԹԱԿՈՒՇԱՆՈՒԹՅԱՆ
ՄԻՆԻՍՏԵՐՈՒԹՅԱՆ ԿԱԶՄԻ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

PEDRINHAS	43
PERUAÇU	81
PINDAIBAS	62
PINGO	109
POÇÕES	56
PRATA	333
RANCHARIA	679
RIACHÃO	125
RIACHINHO	319
RIACHO COMPRIDO	82
RIACHO DO BREJO	379
RIACHO DOS BURITIS	120
SANTA CRUZ	295
SÃO DOMINGOS	197
SAPÉ	163
SUMARÉ	70
SUMARÉ I	347
SUMARÉ II	204
SUMARÉ III	137
TENDA	86
TERRA PRETA	132
VARGEM	58
VARGEM I	149
POPULAÇÃO TOTAL	7788

Conforme se verifica, foram registradas como aldeias pela FUNASA 44 localidades. A definição do que vem a ser uma aldeia ou comunidade para os Xakriabá, como dito acima, se define mais por critérios políticos do que geográficos. Nos registros fornecidos pela FUNASA não foram feitas distinções entre aldeias e subaldeias. No entanto, Pena & HELLER (2008:3), já haviam identificado em 2003 a existência de 27 aldeias e 25 subaldeias, totalizando, portanto, 52 localidades. A discrepância entre os dados tem mais a ver com a metodologia de trabalho da FUNASA, a qual tende a representar a distribuição geográfica e espacial pela sua própria estrutura organizacional, geralmente, coincidindo o número de localidades com o número de Agentes Indígenas de Saúde contratados para dar atenção a uma certa quantidade de pessoas e uma certa área geográfica. Mas também resulta do próprio sistema político Xakriabá, o qual está baseado no poder político de lideranças familiares locais, as quais, de acordo com o seu prestígio, podem ser considerados Representantes locais de uma ou mais localidades. Assim o

EM BRANCO

EN GRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

status de aldeia ou subaldeia está condicionado mais ao prestígio político de suas lideranças.

Note-se ainda que os registros da FUNASA consideraram a aldeia Morro Vermelho, uma das comunidades que se encontra fora das terras demarcadas, demonstrando já ser aquela uma das localidades assistidas pela saúde indígena. Porém, essa aparece, de forma muito equivocada, com a descrição de "Desaldeados/Morro Vermelho". Trata-se essa de uma das "retomadas" realizadas pelos Xakriabá, efetuada por um grupo que, efetivamente, se encontrava, anteriormente, em sua maioria, habitando na cidade de São João das Missões. Apesar disso, o termo "desaldeado" jamais foi considerado apropriado por eles mesmos para se definirem. A maioria deles tem sua origem em alguma aldeia da terra indígena e, por outro lado, todo o território Xakriabá é considerado a sua aldeia. Se levarmos em conta a dimensão política do território, a própria cidade de São João das Missões, originada da Missão do Sr. São João, erigida para aldear os Xakriabá, é considerada como sua aldeia. Além do mais, a área de Morro Vermelho, hoje efetivamente ocupada por aquele grupo, não foi escolhida aleatoriamente. Ela faz parte da região chamada de "Catito", uma das localidades Xakriabá, cuja existência é reconhecida em vários documentos antigos da FUNAI e nos relatórios de identificação anteriores. A escolha do local para "retomada" foi feita justamente porque uma significativa parcela dos seus atuais ocupantes era originária daquele local, tendo sido obrigado a de lá se retirar com a perda das terras ocorrida quando a Ruralminas titulou-as em nome de terceiros, como vimos no histórico anterior. Segundo o cadastramento da FUNASA, a aldeia Morro Vermelho conta com uma população de 90 pessoas.

Também são relacionados no cadastramento da FUNASA as localidades de Dizimeiro e Poções, as quais são, igualmente, retomadas realizadas pelos índios, fora dos atuais limites da terra indígena. A FUNASA aponta uma população para estas aldeias de, respectivamente, 30 e 56 habitantes. Como se trata de uma "retomada", a condição de moradia nestas áreas ainda é precária, tendo lá permanecido apenas algumas famílias entre aquelas que efetivamente fazem parte do movimento de retomada. Apenas quando ficar melhor definida a situação do processo de demarcação é que outras famílias se mudarão para lá. Porém, as áreas já são utilizadas por um número muito maior de pessoas, as quais estão ocupando o local com roças individuais e comunitárias e para alimentação do gado, além das atividades tradicionais de caça e coleta que nunca deixaram de ser ali praticadas, mas que intensificaram-se após as retomadas.

As outras comunidades situadas fora das terras demarcadas, sobre as quais em seguida

EM GRANCO



Proc. nº 40804/13
Fls. 386
Rubrica *Clame*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

discorreremos, ainda não são assistidas pela FUNASA e, por isso, não constam da tabela acima. O fato de ainda não haver uma assistência por parte da saúde indígena deve-se, principalmente, a uma certa discrição do movimento em curso naquelas comunidades, as quais ainda encontravam-se em processo de articulação política com as lideranças indígenas.

Os Xakriabá nos censos recentes (1991, 2000 e 2010)

Os dados presentes a seguir foram obtidos através do site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br/indigenas/>). Em relação aos censos dos anos de 1991 e 2000, utilizaremos ainda informações obtidas através da análise realizada por pesquisadores da UFMG que atuam junto aos Xakriabá (Campos et alii, 2006).

Com base nos dados apresentados em um mapa pelo IBGE (<http://www.ibge.gov.br/indigenas/mapas.html>), elaboramos a seguinte tabela, incluindo os municípios nos quais incidem as terras em estudo (São João das Missões, Itacarambi e Cônego Marinho) e alguns municípios vizinhos:

População indígena informada nos censos do IBGE nos municípios em que incide a área em estudo* e municípios vizinhos

Município	1991	2000	2010
São João das Missões*	7.936	4.211	7.936
Itacarambi*	119	272	421
Cônego Marinho*	36	-	36
Manga	44	71	120
Montalvânia	-	56	03
Miravânia	29	03	29
Januária	10	276	124
Matias Cardoso	13	-	13

Fonte: (<http://www.ibge.gov.br/indigenas/mapas.html>)

Campos et alii (2006) apontam para as dificuldades de se analisar os dados dos censos em relação à população Xakriabá. Inicialmente, pelo fato de que no Censo de 1991 o município de São João das Missões ainda não havia sido emancipado, sendo toda a população indígena considerada como pertencente à população rural de Itacarambi. Porém, apesar dessa observação pertinente, no site do IBGE está lançado para o ano de 1991 no município de São João das Missões uma população que coincide exatamente com a população recenseada em 2010, não

JK

EN RINGO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

havendo qualquer explicação para tanto.

Por tais motivos, torna-se impraticável uma análise com base nos dados referentes a 1991 para o município de São João das Missões, ainda mais porque no município de Itacarambi, onde deveria ter sido registrada a população indígena hoje pertencente a São João das Missões, ter sido informada uma população de apenas 119 índios em 1991.

Acrescente-se a isso, o fato de que o processo de regularização fundiária da Terra Indígena Xacriabá ainda encontrava-se em curso, sendo motivo para graves conflitos na região e a condição indígena da população era contestada pelos interesses contrários à demarcação, especialmente os agentes públicos municipais. Nessas condições, diante dos pesquisadores do IBGE, a omissão da condição indígena poderia ser mais segura para os próprios índios e bastante cômoda para as autoridades locais.

Também em relação ao censo de 2000, Campos et alii (2006) encontraram graves problemas, causados especialmente pelo fato de que, apesar de disponível, não foi utilizado no município de São João das Missões o código que identificaria corretamente que um determinado setor censitário estava situado em aldeia indígena. Por sua localização geográfica, foi possível identificar 05 setores censitários incidindo sobre os limites demarcados das terras indígenas no ano de 2000. Com isso foi apurada uma população de 5.752 habitantes nas terras demarcadas. Porém, como a população que foi identificada como indígena naquele censo era de apenas 4.211 indivíduos, percebe-se uma diferença de 1.541 indivíduos que, apesar de residirem em terras indígenas, não teriam se declarado como índios. Comparando com a população total do município (10.230 habitantes), a população residente na terra indígena equivaleria a 56,2% dessa. Já a população que foi declarada como indígena no município equivaleria a apenas 40,2%. Sabe-se que naquele momento, pelos dados da Funai, já não haveria mais moradores não-índios naquelas terras. Porém, segundo a mesma fonte, a análise dessa informação também ficou comprometida devido à falta de identificação correta dos setores censitários, resultando em que, ao se considerar apenas os resultados do universo do Censo 2000 por setor censitário correspondente à Terra Indígena, eles não contém a informação de cor ou raça, impedindo de analisar como a população do município, residente ou não na Reserva Indígena, se classifica etnicamente. Ao mesmo tempo, ao trabalhar apenas com a população declarada como indígena no último Censo, não se pode localizar espacialmente esta população, ficando sem saber quais destes indivíduos declarados indígenas residiam dentro da reserva, e quais residiam fora dela. Os



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 388
Rubrica Flaume

autores apontam para possíveis explicações para o fato:

"Vemos então que nem todos os indivíduos residentes na Reserva se identificaram, ou foram identificados por quem respondeu o questionário, como indígenas. No município de São João das Missões, apenas 18% da população prestou informação sobre ela mesma (auto-declaração), sendo que para 82% da população a informação foi prestada por terceiros (alter-declaração). No caso da população com a cor/raça indígena, estes percentuais são de 14% e 86%, respectivamente.

Uma outra explicação para este fato pode residir na forma como foi realizada a entrevista. Por ser um quesito de difícil aplicação, a informação de cor ou raça pode apresentar problemas em sua obtenção, pois mesmo indivíduos que se consideram indígenas, se inquiridos sobre "qual a sua cor?" podem, por exemplo, vir a responder a cor da pele, ao invés de sua raça." (Campos et alii, 2006:05)

Em relação ao Censo de 2.010, vemos que no município de São João das Missões houve um incremento da população declarada como indígena em relação ao Censo de 2.000, passando de 4.211 para 7.936 pessoas (88,45%). Tal incremento não poderia ser explicado pelo crescimento vegetativo da população e deve-se, provavelmente a uma melhoria da identificação dos indígenas durante a pesquisa. Nota-se também que em 2000 a totalidade da população indígena foi lançada como população rural e em 2010 tem-se uma população indígena rural de 7.528 e uma população indígena urbana de 408 pessoas. Tendo em vista as características históricas do município seria pouco provável que não houvesse pessoas que se identificassem como indígenas na área urbana de São João das Missões em 2000. É possível que tenha havido um deslocamento de indígenas do interior das terras indígenas para a área urbana, principalmente porque nesse período a administração pública municipal foi conquistada pelos indígenas, que ocuparam a Prefeitura e a maioria dos cargos de confiança nessa, além da maioria da Câmara Municipal. Porém, esse não seria suficiente para explicar o surgimento repentino de uma população indígena urbana.

Outro fato notável é o incremento da população autodeclarada como indígena no município de Itacarambi que vai de 119 pessoas em 1991 para 272 em 2000 e 421 em 2010 (253% em relação a 1.991 e 54,77% em relação a 2000). Levando-se em conta o fato de que em



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

1991 o município de Itacarambi incorporava a área do município de São João das Missões, já excluída em 2000, é possível que pelo menos uma parte da população informada como indígena naquele ano se refira a habitantes da área hoje pertencente a São João das Missões. Nota-se também que essa população em 1991 era totalmente rural, em 2000, apenas 70 pessoas declaradas como indígenas estavam na área rural e em 2010, encontramos 207 pessoas. Assim, têm-se que a população que vem se autodeclarando indígena no município de Itacarambi tem crescido significativamente, o que coincide com o movimento de reivindicação de reestudo de limites naquela região, envolvendo as comunidades rurais de Caraíbas e Vargem Grande. Note-se também que toda a comunidade de Caraíbas havia sido transferida para a área urbana de Itacarambi no ano de 2008, em função de um terremoto ocorrido no local. Santos (1997) também estudou uma comunidade na área urbana de Itacarambi, conhecida na época como "Funainha", a qual era formada por pessoas que haviam saído da T.I. Xakriabá, sob a alegação de não serem indígenas, os quais, porém, como ela demonstrou, guardavam estreitas relações de parentesco e semelhanças culturais com os que habitam as terras indígenas.

Esse aumento da população auto-declarada indígena no município de Itacarambi ainda não reflete a realidade observada em campo, em relação à expressiva presença indígena naquelas comunidades, confirmada através das relações de parentesco com os indígenas habitantes nas atuais terras demarcadas. Tal fato parece ser semelhante ao ocorrido em relação ao município de São João das Missões, no qual a população auto-declarada indígena vem crescendo conforme a melhoria dos instrumentos e métodos de pesquisa pelo IBGE e conforme a melhor definição dos quadros fundiário e político locais em relação à demarcação das terras indígenas.

O município de Cônego Marinho tem também uma pequena parte de suas terras envolvida pela área em estudo, não existindo ali nenhuma comunidade indígena conhecida. Mesmo assim, encontra-se o registro de 36 pessoas auto-declaradas indígenas nos censos de 1991 e 2010, sendo que 14 dessas vivem na área rural.

Apesar das informações sobre a população indígena constantes dos últimos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE se constituírem em importantes indicadores sociais, no caso específico, elas ainda não são suficientes para dar conta das dinâmicas demográficas da população Xakriabá, especialmente em seus aspectos político-sociais. Diante dos problemas identificados, optamos aqui por considerar a população informada através do levantamento da Funasa de 2009, tendo em vista a pequena variação de tempo entre as coletas de dados e o fato

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

de que aquela instituição se baseia no atendimento efetivo da população e em informações geradas pelas equipes que atuam em campo, especialmente pelos agentes indígenas de saúde.

Critérios para localização das aldeias

De modo geral, a ocupação das aldeias é condicionada à disponibilidade de água, preferencialmente se organizando aldeias em torno de espaços onde há olhos d'água ou cursos perenes, conforme já constatará Pena & Heller (2008:03). Ao analisar a hidrografia da TI e a ocupação (posicionamento das aldeias) por parte dos Xakriabá, percebe-se que praticamente todas as aldeias se encontram instaladas à beira de um curso d'água, seja ele intermitente ou perene. Esse modelo de ocupação é de certo modo previsível, por se tratar de uma região com severo déficit hídrico. A proximidade geográfica de algum curso d'água é fator determinante para manutenção da sobrevivência.

A comunidade de Custódio é uma exceção à regra, por não ter em suas proximidades nenhum curso d'água. Não obtivemos informação a respeito da origem da comunidade e dos motivos de sua instalação ali, mas verifica-se que ela está em uma posição estratégica em relação ao limite sul da terra indígena, assegurando a ocupação e a vigilância daquele setor, podendo ser esta a razão de sua permanência.

Outra comunidade que não está situada junto a cursos d'água é a de Poções, porém, como o próprio nome indica, o abastecimento de água ali é garantido pela existência de fontes perenes de água, em pequenas lagoas ("poções"), que, segundo os índios, nunca secam.

Pode-se verificar ainda que as aldeias estão distribuídas de forma a ocupar todas as fronteiras da terra indígena, assegurando a posse do território. Vê-se também que a região menos guarnecida das terras indígenas, atualmente, é a sua porção noroeste, na região do Dizimeiro. Isto explica-se pelo fato de serem regiões de cerrado, onde há pouquíssima disponibilidade de água. Porém, como veremos na parte ambiental, é uma região de extrema importância para os Xakriabá, especialmente pelos recursos de caça e coleta, estando bem preservada. A vulnerabilidade desta região e também da de Poções se confirma pelos relatos feitos pelos índios das invasões de caçadores não índios nestas regiões, sendo frequente encontrar vestígios destes.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

A demarcação e a efetiva ocupação pelos índios da região do Dizimeiro irá contribuir em muito para a defesa e a preservação daquela região.

Nas terras em estudo, a existência de famílias indígenas já fixadas nas comunidades de Vargem Grande, Caraibas, Rancharia, Remanso, Ilha do Capão e Morro Vermelho garante a ocupação da maior parte dos pontos estratégicos da área. A única região onde, até o momento, não existem aldeias indígenas é a região da Serra Geral, devido também à falta de fontes de abastecimento de água. Porém, a exemplo do que já ocorre na comunidade de Custódio, essa ocupação, de caráter estratégico, deverá ser garantida de alguma forma. Ressalte-se o fato de que a assistência de saúde e de abastecimento de água oferecidas pela FUNASA, apesar de sua precariedade, facilitam a permanência dos índios, hoje em dia, mesmo onde há dificuldades naturais.

As comunidades Xakriabá de fora das terras indígenas demarcadas

A seguir, faremos uma caracterização das comunidades Xakriabá existentes hoje fora das terras demarcadas, descrevendo suas localizações, origens, suas relações de parentesco, culturais e políticas com as demais aldeias, sua população e formas de ocupação exercidas por elas nas terras indígenas aqui identificadas e delimitadas.

- Caraibas

Caraibas, quando lá estivemos em 2007, era uma comunidade situada na região do Rio Peruaçu, pertencente ao município de Itacarambi, com uma população de cerca de 60 famílias, a grande maioria delas de descendência Xakriabá. A história desta comunidade, não bastassem os longos anos de esbulhos e perdas, tornou-se ainda mais dramática depois de nossa primeira passagem por ela.

No início de 2008 a comunidade ficou tristemente famosa por ter sido quase totalmente destruída por um terremoto, fenômeno atípico em todo o Brasil, o qual causou a primeira vítima desse tipo de evento no país, a criança indígena Xakriabá Jesiquele Oliveira da Silva. Naquela ocasião, sua avó Jesuína identificou-se como índia da etnia Xakriabá, diante do governador



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil.

O processo de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O INEP é responsável por planejar, executar e avaliar as ações de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil.

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil.

EM BRANCO

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil.

Assinatura

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil.

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil.



Proc. nº 4080413
Fls. 392
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

mineiro Aécio Neves, que esteve na comunidade para avaliar os estragos. Sem ter onde ficar, toda a família da menina foi acolhida na TI Xacriabá por seus parentes (<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,populacao-de-caraibas-ainda-teme-novos-tremores-de-terra,93667,0.htm> - cópia em anexo).



Casas em ruínas em Caraíbas após o terremoto
(TI Xacriabá, jun. 2009)

Naquela comunidade a nossa principal informante foi D. SATURNINA BATISTA BEZERRA, na época com 82 anos. Ela foi nascida e criada em Caraíbas, mas seu pai, Joaquim e seu avô paterno, "Tiadumiro", eram da aldeia Brejo Mata Fome. A mãe, também de ascendência Xacriabá, era da beira do rio Peruaçu, num lugar chamado Jatobá, na região onde hoje se situa a comunidade não índia do Fabião. Ela é capaz de lembrar um bom número de parentes paternos que residiam em aldeias que hoje estão dentro das terras demarcadas, a exemplo do tio Antônio Caboclo e de seu filho Dorotêio, que moravam na aldeia Barreiro; das tias maternas, Izeba e Januária que moravam na aldeia Sumaré. Também sabe que duas das antigas lideranças Xacriabá, os índios Gerônimo e Estevão, eram tios do pai. Ela também tem parentes na comunidade de Vargem Grande, onde viveu a irmã Sinhaita, já falecida, tendo lá deixado os filhos Santa, Francisco e Isaura, os quais possuem extensa prole. Diz que veio morar no local onde hoje está a casa do filho Jaca quando não tinha ninguém lá.

D. Saturnina era casada com APRÍGIO NUNES DA MOTA, 80 ANOS, o qual tivemos oportunidade de entrevistar no primeiro trabalho de campo, em 2007, mas que faleceu em 2008. Naquela ocasião ele nos informou que havia nascido nas margens do Peruaçu, no lugar

Jo



CONSELHO NACIONAL DE ARTES
 Conselho Nacional de Artes
 Rua do Ouvidor, 111 - 1º andar - Rio de Janeiro, RJ - 20040-000

Este documento é uma reprodução fiel do original, sem qualquer alteração de conteúdo ou forma. A reprodução foi realizada com o objetivo de facilitar o acesso à obra, mantendo a integridade do texto e a fidelidade da imagem. A reprodução foi realizada em formato digital, com o objetivo de facilitar o acesso à obra, mantendo a integridade do texto e a fidelidade da imagem.



Artista: [nome do artista]
 Título: [título da obra]

Este documento é uma reprodução fiel do original, sem qualquer alteração de conteúdo ou forma. A reprodução foi realizada com o objetivo de facilitar o acesso à obra, mantendo a integridade do texto e a fidelidade da imagem. A reprodução foi realizada em formato digital, com o objetivo de facilitar o acesso à obra, mantendo a integridade do texto e a fidelidade da imagem.

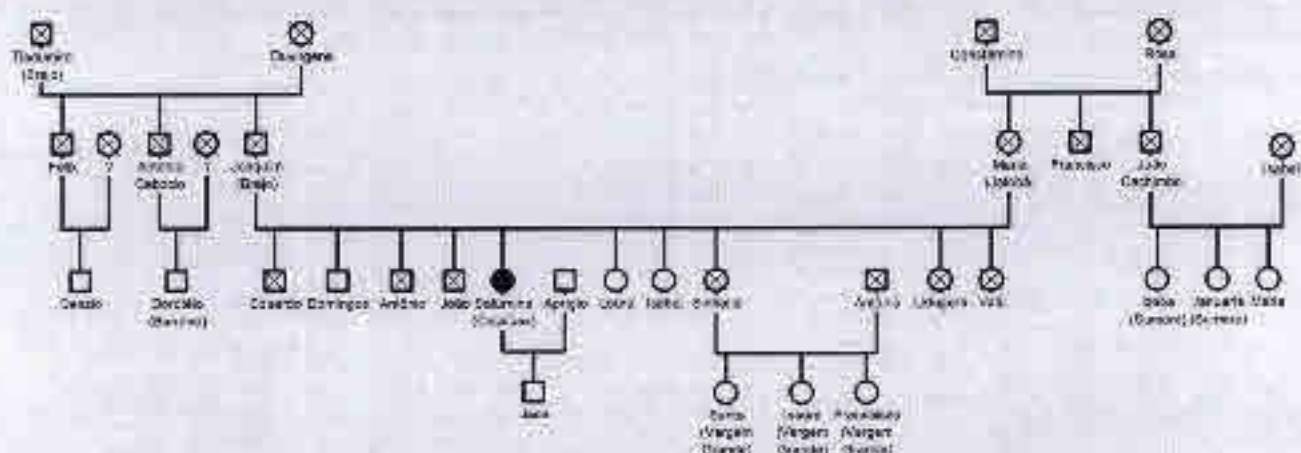
Este documento é uma reprodução fiel do original, sem qualquer alteração de conteúdo ou forma. A reprodução foi realizada com o objetivo de facilitar o acesso à obra, mantendo a integridade do texto e a fidelidade da imagem. A reprodução foi realizada em formato digital, com o objetivo de facilitar o acesso à obra, mantendo a integridade do texto e a fidelidade da imagem.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

conhecido como “corredor”. Seu pai, José, era do lugar chamado Onça, e sua mãe, Clementina, era da aldeia Brejo Mata Fome e também morou na aldeia Catinguinha. Ele informou-nos que a antiga liderança, Estevão (tio paterno de D. Saturnina), era também seu tio, pelo lado materno, acrescentando que ele era um “pajé” e morava na aldeia Catinguinha. Ele pertencia à mesma família da qual são membros o atual cacique Xakriabá, Domingos Nunes de Oliveira. Ele informou que o seu tio materno, Juca Gonzaga, era pai de Patrocínia, a qual era mãe de Rosalino, líder assassinado na luta pela terra e pai do cacique Domingos.

SATURNINA (CARAÍBAS)



Na entrevista a nós concedida em 2009, D. Saturnina revelou que, quando era criança, os índios das outras aldeias vinham frequentemente na região de Caraíbas. Vinham andar pelas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

grutas e pegar remédios nos campos. Lembra que *“de cada pau tiravam um galho”*. Diz que lá tem muitos remédios naturais e frutos de coleta, citando: cabeça-de-nego, papaconha, unha d'anta, roseta, grão de galo, betonca, alcanforzinho, Imburana vermelha (tem mais na região da Gruta do Janelão), imburana de cheiro, pequi, dorete, catíngu-de-porco, velame, calunga, jatohá, tatarena (pau-bosta), sucupira, favela, barbatimão.

Ela diz que sua família também ia sempre as outras aldeias para visitar os parentes. Lembra que uma vez foram visitar o velho Estevão, que era o rezador deles e que ele falou que o povo dela *“tinha sangue de índio bravo”*.

Conta ela que na região tem várias grutas (*“lapas”*). A mais perto de Caraibas fica a mais ou menos 2 km, onde mora Januário, seu parente. Na gruta, *“quando tava perto de chover dava um gás que tontecia a gente. Tinha água lá, mas era amarelinha, que nem água de mandioca. Iam lá buscar água para beber, mas pararam depois que fez um poço.”*

Diz ela ainda que o nome de Caraibas veio da árvore de mesmo nome, que tinha muito lá antes da fazenda derrubar para fazer os pastos, mas a área era antes também chamada de Briginho Velho.

Segundo ela, o cemitério antigo dos índios da região era onde hoje está só um cruzeiro velho no meio do pasto da fazenda. Um dos antigos donos da fazenda proibiu de usarem o cemitério e aí o pai fez um novo, que é hoje o cemitério de Caraibas e que foi murado pela Prefeitura. Ela diz que tinha um outro cemitério antigo também indo para o Peruaçu, onde o pai dela foi enterrado. Outro cemitério antigo utilizado pelos Xakriabá é o de Vargem Grande, onde a mãe dela foi enterrada.

Je

© 2007 The Authors
Journal compilation © 2007 Blackwell Publishing Ltd

EM BRANCO



Proc. nº 40804/13
Fls. 395
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



O mais antigo cemitério Xakriabá de Caralbas, hoje em meio à pastagem da Fazenda Vargem Grande. (CT Xakriabá, jul. 2009)

Segundo D. Saturnina, na tradição Xakriahá se faziam festas da Santa Cruz onde havia cruzeiros e cemitérios. Com a proibição do uso do cemitério que fica hoje no meio do pasto, passaram a fazer as festas somente no cemitério novo de Caralbas. As festas foram feitas até quando ocorreu o terremoto. Diz ela que nas festas “primeiro rezava” e depois “tem churrasco e forró bravo”, começando na boca da noite e indo até o outro dia ao amanhecer, quando acontecia uma alvorada com fogos de artifício. “*Prá arrumar a festa se botava uns bancos e enfeitava*”, “que nem faz na FUNAI”, como se diz na região para se referir à TI Xacriabá. As rezadeiras vinham de Vargem Grande: “era Germana, Isaura, Maria, o povo dos Balaio”. A mulher de Jaca, seu filho e as irmãs dela também aprenderam a fazer as rezas. As rezas “eram só das mulheres”.



Je

Handwritten text in the top left corner, possibly a date or reference number.



Handwritten text below the large rectangular area, likely a caption or description.

EM BRANCO

Main body of handwritten text, appearing to be a letter or report. The text is somewhat faded and difficult to read.



Handwritten mark or signature at the bottom left corner.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Cemitério atual de Caraíbas (GT Xakriabá, jul.2009)

Assim como os demais Xakriabá, os moradores de Caraíbas respeitam a “Onça Cabocla” e se conta muitas histórias dela. D. Saturnina narra que seu tio, Januário, contava que uma vez mandaram-no amarrar um burro, mas toda vez que ele amarrava, quando ia embora, a Onça Cabocla vinha e desamarrava. Assim como todos os Xakriabá, quando se referem à Onça Cabocla *“nós chama ela de vô”*. D. Saturnina ainda se lembra das orientações do pajé Estevão que dizia que não era para falar nada da Onça Cabocla que assim ela não mexia com eles. Também relata que era preciso fazer *“algumas coisas prá agradar ela”*. Segundo conta, quando iam para Missões deixavam fumo para a Onça Cabocla na estrada. Segundo D. Saturnina, um lugar especialmente adequado para isso era o Jequitibá, que fica na estrada que dá acesso a Missões, passando pela Aldeia Prata, na região da retomada de Morro Vermelho. Ela diz que tinha uma sobrinha, chamada Madalena, que era muito doente e a mãe dela fez um pedido à Onça Cabocla para curar a filha e, como o pedido foi atendido, ela ia lá naquele lugar deixar presente para agradecer a ela.

Segundo Saturnina, o seu tio Gerônimo, um dos chefes dos índios, dizia que a posse da família do pai dela era lá naquele lugar chamado Jequitibá e a mãe dela sempre falava em se mudar para lá. Relata ela que: *“quando teve a revolução, quando os índios tirou os fazendeiros [ela se refere ao movimento pela demarcação das terras], o Cacique Rodrigo foi falar com eles e disse prá eles se mudarem para o Jequitibá que iriam pegar aquela área”*. A irmã dela, Isabel quis ir, mas o marido não aceitou.

Esse lugar conhecido como Jequitibá fica na região que é hoje ocupada pela aldeia Morro Vermelho. Bem próximo a ele existe uma gruta, que é associada pelos Xakriabá como lugar de morada da Onça Cabocla. Segundo o cacique Santo, liderança da aldeia Morro Vermelho, nesse lugar tinha um olho d’água e era um lugar de parada para descanso dos índios que vinham das aldeias para Missões.

Apesar disso, tanto a área do Jequitibá quanto a área de Caraíbas ficaram fora das demarcações. Mesmo assim, eles não perderam o contato e o respeito às autoridades do grupo. D. Saturnina conta que quando teve um fazendeiro que vivia brigando com eles, ela foi lá no Sumaré prá dar queixa com o “presidente” da aldeia, que era o Miguel, filho de Bião e com o Cacique Rodrigo. Segundo ela, eles reclamaram porque eles não se apresentaram quando foi feita a partilha das terras demarcadas, para que viessem morar entre eles. Mas o Cacique Rodrigo

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

os orientou para que eles resistissem e não saíssem de Caraibas porque a demarcação ia “descambar prá lá ainda”. Ele disse prá eles que a terra tinha que descer até Caraibas porque o “descanso” dos índios era lá no lugar chamado quilombo, onde tem uma ponte no Rio Peruaçu.

Esse termo “descanso” é usado no Registro de Doação das Terras de 1728:

“...dei terra com sobra para não andarem para as fazendas alheia do Riacho do Itacaramby asima até as cabiceiras e vertentes e descanso extremado na Cerra Geral para a parte do Peruaçu extremado na Boa Vista onde deságua para lá e para cá...” (Santos, 1997, Apêndice 2)

Pelo que parece, o que o Cacique Rodrigo dizia era que a terra pertencia aos índios por fazer parte da área constante no Termo de Doação e que, por isso, eles deveriam resistir lá até quando fosse possível também demarcá-la.

O principal foco de conflito fundiário na região de Caraibas é a Fazenda Vargem Grande, também conhecida pelos índios como “Elge”. Essa grande propriedade deslocou muitos índios de suas antigas moradias e áreas de cultivo, das quais não possuíam documentos de posse. Os índios apontam vários locais onde havia moradias que hoje foram tomados pela pastagem da aldeia. Em alguns destes locais é possível encontrar vestígios destas ocupações indígenas, tais como uma ou outra árvore frutífera isolada, embora a maioria da vegetação tenha sido derrubada. Também se encontra, eventualmente, algumas marcas de antigas moradias, mas a principal marca apontada pelos índios é o velho cruzeiro do antigo cemitério, isolado em meio à pastagem, como verdadeira testemunha desse processo de esbulho. Aos poucos, aos índios restaram apenas ínfimas porções de terra, praticamente circunscritas aos quintais de suas casas na comunidade de Caraibas e poucas áreas de cultivo nas margens do Rio Peruaçu. A própria área da comunidade é inteiramente cercada pelas pastagens. Segundo o gerente da Fazenda, que também é índio, esta possui atualmente 5.250 ha, sendo 3.400 de pastagens. O proprietário, na época em que foram realizados os estudos, era Luiz Afonso Sucalone & Irmão.

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Fazenda Vargem Grande, grande área de pastagens e principal foco de conflito fundiário com os índios de Caraíbas. (GT Xakriabá, jun.2009)

Após o terremoto, as autoridades estaduais condenaram a área da comunidade e proibiram o retorno dos moradores. Eles foram morar em abrigos na cidade de Itacarambi, enquanto era construída uma vila de casas populares em um bairro para abrigá-los. Ao novo conjunto habitacional, com 76 casas, deram o nome de Nova Caraíbas. D. Saturnina resume o sentimento da maioria deles: *"Caraíbas de lá não é igual daqui não" ... "72 anos num lugar não esquece não"*. Por esse motivo, nenhum dos moradores abandonou efetivamente a comunidade, tendo continuado durante todo o tempo após o terremoto a manter, pelo menos, as suas roças ali.

Outro exemplo dessa resistência à saída do local foi dado pelo depoimento do avô da criança vitimada no terremoto, em reportagem da Agência Estado(2009):

"Sebastião Rodrigues dos Santos, de 60 anos, mobilizou parentes e assistentes sociais até o local para ser convencido a deixar o pequeno pedaço de terra onde cria as galinhas e possui um pomar. "Caraíbas acabou. Agora, sou obrigado a largar minha roça, largar tudo. Eu sou daqui e não queria ir. Vou porque estão mandando", afirmou, emocionado e com um cachumbo artesanal na boca.

"Mas eu vou com o coração doente. Eu sou daqui e as pessoas têm amor ao lugar", ressaltou Santos, que declarou ter sangue de índio xakriabá. Dos sete filhos dele, cinco morreram. Um dos filhos sobreviventes é João Batista da Mota Silva, de 31 anos, pai da garota Jesiquele Oliveira da Silva, a primeira vítima que morreu num terremoto no Brasil."

(<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,prefeito-de-itacarambi-quer-vender-imovel-para->

Je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 402
Rúbrica Elaine

[alojamento.94300.0.htm?p=1\)](#)

O filho de D. Saturnina, Giacomo, conhecido pelos índios como Jaca, foi designado como representante da comunidade. Ele já foi Presidente da Associação de Moradores de Caraíbas, a qual é hoje liderada por uma descendente indígena, que segundo ele, não está muito a favor do movimento indígena.

Ele reclama que em Nova Caraíbas não têm onde plantar e garantir a sua sobrevivência. Não recebem nenhuma ajuda do governo. Eles estão vivendo da renda de algumas pessoas que têm aposentadoria e de algum “serviço na rua”. Muitos deles tiveram de voltar aos trabalhos temporários como “bóia-fria” em fazendas de cana e café em Mato Grosso e São Paulo.

Segundo ele, a maioria tem o desejo de voltar para Caraíbas, mas tem alguns que já desistiram e dizem que não voltam mais. A Associação continua fazendo reuniões em Caraíbas, para as quais costumam vir os antigos moradores para cuidar dos quintais e das roças. Quando lá estivemos, em julho de 2009, 08 famílias já haviam refeito as suas casas e estavam morando no local. Outras 05 casas estavam sendo reformadas.

- Vargem Grande

Esta comunidade pertence ao município de Itacarambi. É uma comunidade tradicional cuja origem é muito anterior ao processo de regularização fundiária das terras Xakriabá. Ela é a comunidade fisicamente mais próxima da T.I. Xacriabá e é a de maior população. Segundo o Representante indígena da comunidade, Almerindo, lá moram cerca de 160 famílias, das quais apenas uns 10% não seriam de origem indígena. Porém, o processo de autoreconhecimento da comunidade como indígena não é tão uniforme. Como observou o próprio Cacique Domingos, que nos acompanhou na visita à comunidade: “*aqui tem quem é índio e não quer ser*”.

A comunidade tem uma importância política relativamente grande no contexto municipal e sempre obteve representação política na Câmara de Vereadores. Quando da nossa visita à comunidade, uma vereadora originária de Vargem Grande, comerciante em Itacarambi, era candidata à indicação para concorrer pelo partido governista à Prefeitura nas eleições próximas. Essa pessoa não é considerada, e nem se considera, indígena. Ela chegou a nos procurar em Itacarambi para obter informações a respeito do trabalho e manifestou sua preocupação com o

je



Brasília, 22 de maio de 2020.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde,

Prezado Senhor Ministro,

Em atenção ao ofício nº 001/2020, de 14 de maio de 2020, do Senhor Ministro da Saúde, que solicita a elaboração de parecer sobre a possibilidade de realização de testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) em indivíduos assintomáticos, em âmbito nacional, para fins de controle de transmissão da doença, venho, por meio deste, apresentar o seguinte parecer:

Conforme consta no ofício, a realização de testes de sorologia para o novo coronavírus em indivíduos assintomáticos, em âmbito nacional, para fins de controle de transmissão da doença, é uma medida que pode contribuir para o controle da transmissão da doença, desde que seja realizada de forma adequada, com a utilização de métodos validados e com a participação de profissionais qualificados.

Conforme consta no ofício, a realização de testes de sorologia para o novo coronavírus em indivíduos assintomáticos, em âmbito nacional, para fins de controle de transmissão da doença, é uma medida que pode contribuir para o controle da transmissão da doença, desde que seja realizada de forma adequada, com a utilização de métodos validados e com a participação de profissionais qualificados.

Conforme consta no ofício, a realização de testes de sorologia para o novo coronavírus em indivíduos assintomáticos, em âmbito nacional, para fins de controle de transmissão da doença, é uma medida que pode contribuir para o controle da transmissão da doença, desde que seja realizada de forma adequada, com a utilização de métodos validados e com a participação de profissionais qualificados.

EM BRANCO

Atenciosamente,

Dr. [Nome do Profissional]

[Assinatura]

[Carimbo]



Proc. nº 40804/13
Fls. 403
Rubrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

processo. Também se disse amiga do proprietário da Fazenda Vargem Grande, a maior de toda a região e quis saber como seria o processo de indenização da propriedade.

O Representante indígena da comunidade, Almerindo, é uma importante liderança local, tendo sido eleito vereador por 03 mandatos. Porém, nas eleições municipais de 2008 não conseguia se reeleger, apesar da expressiva votação de 261 votos, entre os cerca de 600 eleitores locais. Segundo ele, o insucesso deveu-se mais a problemas com a coligação pela qual concorreu e à excessiva divisão de votos na comunidade, a qual teve outros dois candidatos, tendo sido ele o mais votado.

Segundo o Cacique Domingos, em Vargem Grande existem muitos parentes das tradicionais famílias indígenas Seixas Ferro e Fiúza. Existem fortes ligações de parentesco entre os moradores dessa comunidade e os de Caraíbas, além de ligações de parentesco nas aldeias mais próximas, como Peruaçu, Sumaré, Barreiro e Catinguinha. Entre as pessoas que entrevistamos, indicadas pelas lideranças, obtivemos algumas informações importantes a respeito destas ligações de parentesco.

Uma das mais importantes entrevistadas foi SANTA DE SOUZA BEZERRA, de 75 anos. Ela diz ter nascido em Vargem Grande, onde também nasceram seus pais, Sinhaita e Antônio. Ela é sobrinha de Saturnina, de Caraíbas, a respeito da qual discorreremos acima. A maioria de seus filhos, netos, irmãos e sobrinhos moram em Vargem Grande. Ligadas diretamente por parentesco à sua família, encontramos mais de 40 famílias residentes em Vargem Grande.

As relações de casamento entre membros da comunidade com as aldeias da T.I. Xacriabá são mantidas pela família. O seu marido, Jovêncio (também conhecido como Venceslau), nasceu em Catinguinha, sendo filho de Galdino, da aldeia Forges e de Maria, da aldeia Catinguinha.

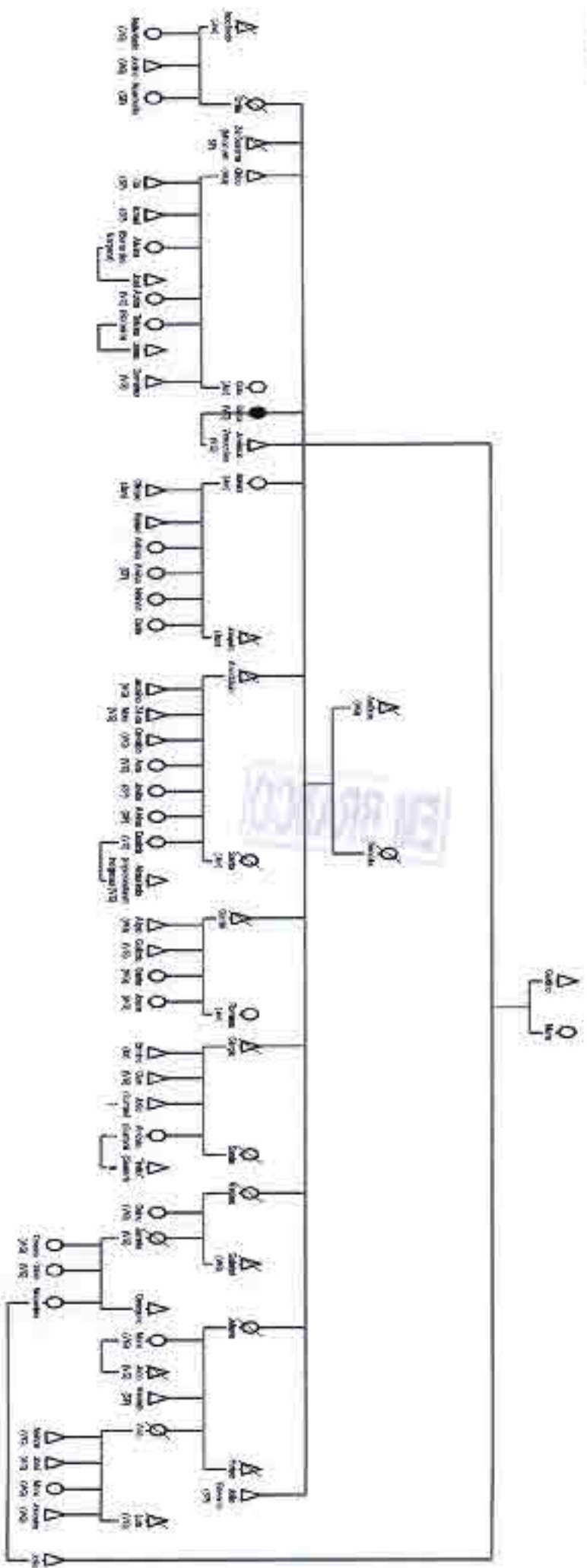
Uma de suas noras, Maria (mulher de Brás), é da aldeia Barra das Vargens. Outros dois sobrinhos (filhos de Sérgio, falecido), moram na aldeia Sumaré, onde casaram-se. Duas sobrinhas (filhas de Chico, que mora em Vargem Grande) casaram-se com índios de Barra das Vargens e Barreiro e moram lá. Alguns cunhados (irmãos de Venceslau) moram em Vargem Grande, onde se casaram e os outros na aldeia Catinguinha. O sobrinho João Procópio mora na aldeia Peruaçu, onde se casou e é hoje o Representante. Outros sobrinhos moram nas aldeias Catinguinha, Riachinho e Sumaré, estando lá também casados. Os laços de parentesco se estendem às outras famílias indígenas de Vargem Grande, sendo, por exemplo, a sobrinha Deolícia (filha de Anastácio) casada com Almerindo, que é o Representante indígena local.

EM BRANCO

Geniculoxia - Santa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID



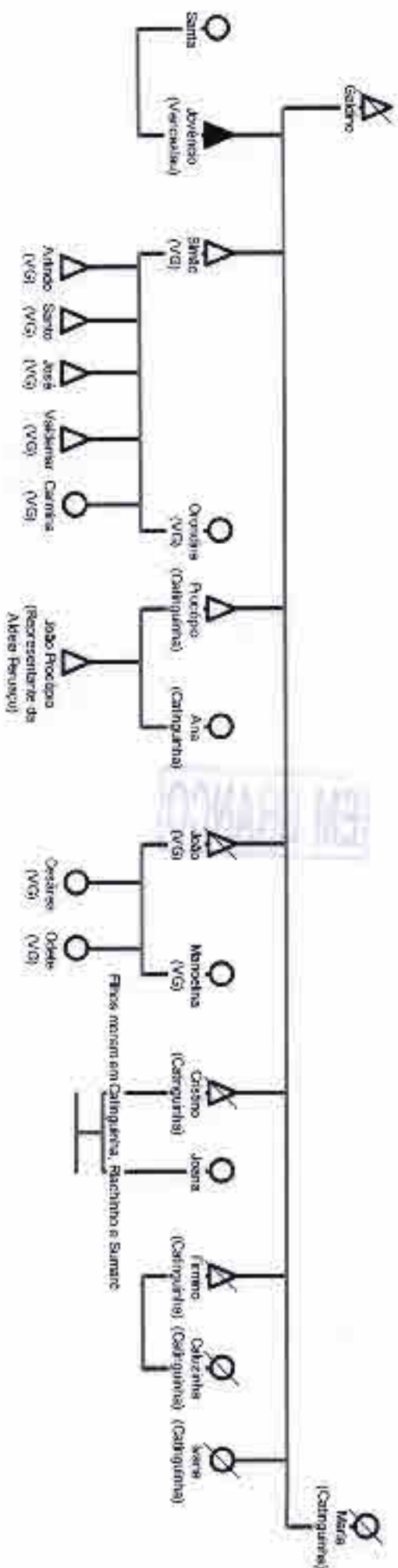
EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804103
Fls. 405
Rubrica Elaine

Genealogia - Venceslau ou Juvêncio

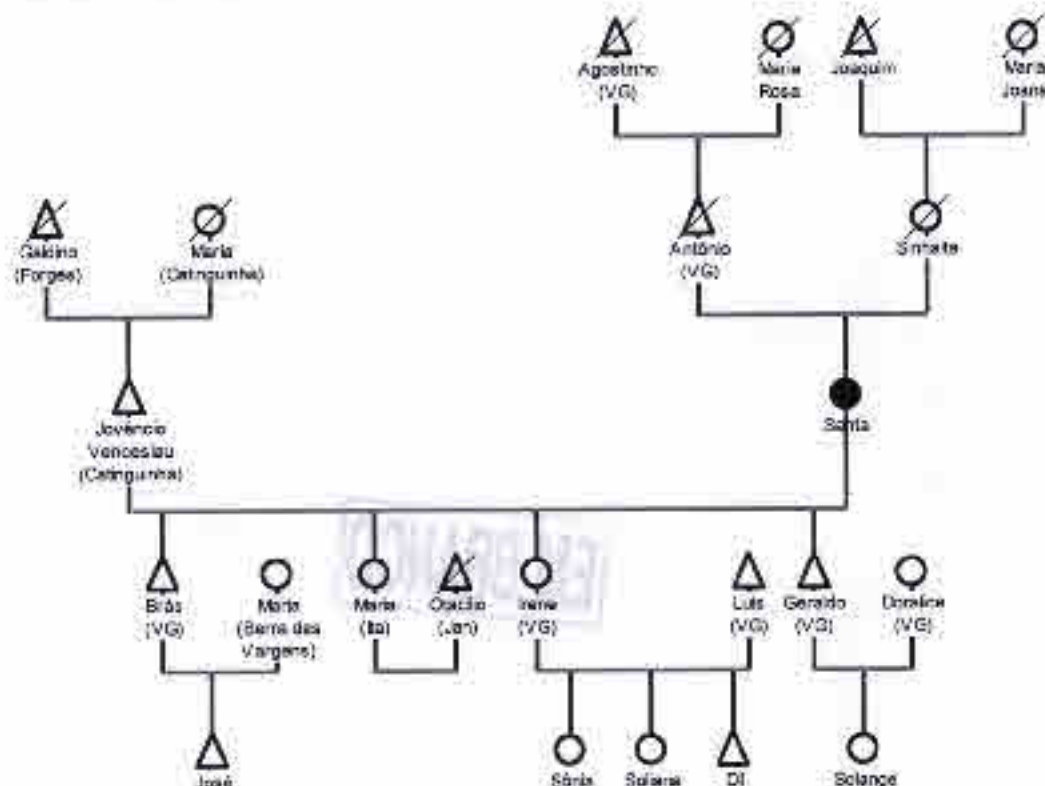


de

EM BRANCO



Genealogia - Santa



As ligações entre Vargem Grande e as aldeias eram ainda mais próximas nos tempos mais antigos. Segundo D. Santa, havia sempre visitas aos parentes, principalmente no Riacho das Vargens e vindo eles também até Vargem Grande. As visitas aconteciam principalmente nas festas da Santa Cruz. Tais visitas tinham também objetivos rituais, informando D. Santa ter conhecido o índio Estevão, "rezador" famoso, sendo considerado um dos principais líderes Xakriabá dos tempos antigos, especialmente pelo reconhecimento de sua liderança espiritual, o qual visitavam e que também vinha visitá-los.

A situação econômica de D. Santa é hoje muito precária, vivendo exclusivamente da aposentadoria, já que têm só o quintal de sua casa para plantar, tendo ainda de dividi-lo com as casas de 02 filhos que vivem ali com suas famílias.

A partir da família de D. Santa pode-se traçar ligações com praticamente todas as famílias indígenas de Vargem Grande. A família do Representante indígena, Almerindo, é um exemplo. O

Questão 10



EM BRANCO

Um circuito elétrico é formado por uma fonte de tensão e resistores, conforme mostrado no diagrama. A fonte de tensão é de 12 V e os resistores têm valores de 2 Ω , 4 Ω , 6 Ω , 8 Ω e 10 Ω . A corrente elétrica que circula no ramo contendo o resistor de 2 Ω é de 1 A. A corrente elétrica que circula no ramo contendo o resistor de 4 Ω é de 0,5 A. A corrente elétrica que circula no ramo contendo o resistor de 6 Ω é de 0,3 A. A corrente elétrica que circula no ramo contendo o resistor de 8 Ω é de 0,2 A. A corrente elétrica que circula no ramo contendo o resistor de 10 Ω é de 0,1 A.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/3
Fls. 407
Rúbrica Elaine

avô materno deste, Cesário, era irmão do pai de D. Santa e sua esposa é sobrinha dela.

A respeito da família de Almerindo, esta é muito mais arraigada em Vargem Grande. Ele é filho de Ana e Miguel, ambos nascidos ali. A maioria dos tios maternos e paternos deixou filhos e netos que ainda vivem em Vargem Grande. Todos os seus irmãos, com muitos sobrinhos, também moram ali.

Je

COPIA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Outra pessoa entrevistada em Vargem Grande foi Joelina Nunes de Souza Lima, 78 anos. Ela é nascida em Caraibas, sendo seu pai, Januário Nunes de Souza, também nascido lá. Seu avô materno, Joaquim, era da aldeia Barreiro Preto, parente de Antônio Caboclo, cujos familiares ainda vivem nesta aldeia. A avó materna, Maria Joana, era de Vargem Grande.

D. Joelina é sobrinha de D. Saturnina (irmã da mãe), que vive em Caraibas e prima de Santa (filha da irmã da mãe), a respeito das quais falamos acima. A irmã Josefa, já falecida, casou-se com Eduardo, de Vargem Grande e tem um filho Luis Carlos, que também mora lá. Os outros irmãos estão fora da área, a maioria em São Paulo. O esposo, Minervino, já falecido, também era de Vargem Grande. A sogra, Maria Batista, mãe de Minervino, era também de Vargem Grande e o sogro, da beira do São Francisco (provavelmente de Remanso).

D. Joelina tem 03 filhos morando em Vargem Grande: Julião, Sebastião e Alzira, com suas respectivas famílias. A filha Marcila mora em Caraibas, com sua família. 04 filhos moram fora, a maioria em São Paulo.

je

EM BRANCO





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 411
Rúbrica Elaine

A exemplo dos outros entrevistados, D. Joelina conhece parentes, por parte do avô, que “moram na aldeia” (TI Xacriabá). Lembra-se de Antônio Caboclo e de seus filhos Dorotéo e Rosalvo. Ela ia visitá-los quando menina, junto com a tia Saturnina. Eles também vinham frequentemente em Vargem Grande, mas diz que essas visitas hoje diminuíram. O Cacique Domingos, presente durante a entrevista, concorda e complementa: *“parece que a demarcação foi um obstáculo”*. Diz que a tia Isabel recomendava que fossem ver os parentes que moram nas aldeias Itacarambzinho e Barreiro e dizia *“pra não estranharem que um dia a demarcação ia sair pra cá”*.

Queixa-se ela que a terra hoje está pouca, porque está tudo cercado de fazendas. Segundo a mesma, desde 1982 a Fazenda Vargem Grande começou a cercar tudo e a fazer pastagens. A sua família tem uma área de 12 hectares, herdada dos pais, da qual têm de viver ela, seu irmãos e sobrinhos, com suas respectivas famílias. Por esse motivo muitos foram embora pra São Paulo.

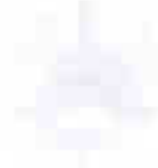
Entrevistamos ainda o casal João Araújo da Silva, de 102 anos e Leodília Gonçalves, de 84 anos. Ele nasceu em Correntina-BA e veio morar lá com apenas 02 meses de idade. Leodília foi nascida e criada ali mesmo, em Vargem Grande. A terra onde mora era dos pais dela, que também eram de Vargem Grande e o marido comprou parte dos herdeiros.

Apesar de ser de origem baiana, João sempre teve amizade com os índios de várias aldeias, com os quais estreitou laços através do casamento com Leodília. Tinham boas relações com a família de João Marinho Caboclo, tendo inclusive Jonas, sobrinho de Leodília casado-se com uma filha dele, indo morar na região de Defuntos (Aldeia Riacho dos Buritis). O Cacique Domingos confirma o fato e diz que um filho de Jonas, Jonesvan, é professor indígena e já foi vereador representando aquela aldeia.

Leodília teve 13 irmãos, os quais deixaram vários filhos e netos morando em Vargem Grande. A maioria dos 11 filhos do casal também está morando em Vargem Grande e constituíram ali suas famílias.

As relações desta família com os outros Xacriabá também perpassa o campo simbólico, estando eles envolvidos nos eventos rituais e festivos. Na terra deles também tinha um cruzeiro onde faziam a Festa de Santa Cruz e vinham índios de vários lugares. João tocava sanfona e também era convidado para participar das festas na aldeia Sumaré. Eles também recorriam aos rezadores Xacriabá para tratamento, entre eles o próprio Estevão, já citado, e freqüentavam a casa de José Gomes, na T.I., com o objetivo de buscar remédios.

je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de casos de doença transmitida por alimentos (DTA) - 2019

1. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a notificação de casos de DTA, de acordo com a Resolução nº 1.211/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

2. A notificação de DTA deve ser realizada pelo profissional de saúde que tiver conhecimento do caso, seja ele médico, enfermeiro, farmacêutico, nutricionista ou outro profissional de saúde.

3. A notificação deve ser realizada em formulário específico, disponível no site do Departamento de Vigilância Epidemiológica (DVE) do Ministério da Saúde.

4. O formulário deve ser preenchido com as seguintes informações:

4.1. Identificação do paciente: nome, idade, sexo, endereço, telefone, e-mail.

4.2. Identificação do profissional de saúde: nome, cargo, instituição de saúde.

4.3. Identificação do estabelecimento de saúde: nome, endereço, telefone.

5. O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo caso.

6. O formulário deve ser entregue ao DVE do Ministério da Saúde, por meio eletrônico ou físico.

7. O DVE do Ministério da Saúde analisará o formulário e, caso necessário, solicitará mais informações.

8. O DVE do Ministério da Saúde divulgará as informações sobre o caso, de acordo com a legislação.

9. O DVE do Ministério da Saúde manterá um banco de dados com as informações sobre os casos de DTA.

10. O DVE do Ministério da Saúde realizará pesquisas e análises sobre os casos de DTA.

11. O DVE do Ministério da Saúde realizará ações de vigilância e controle de DTA.

12. O DVE do Ministério da Saúde realizará ações de educação em saúde sobre DTA.

13. O DVE do Ministério da Saúde realizará ações de cooperação técnica com os estados e municípios.

14. O DVE do Ministério da Saúde realizará ações de cooperação técnica com a comunidade científica.

15. O DVE do Ministério da Saúde realizará ações de cooperação técnica com a imprensa.

16. O DVE do Ministério da Saúde realizará ações de cooperação técnica com a sociedade civil.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

A Festa de Santa Cruz continua a ser praticada no cemitério de Vargem Grande, no qual estão enterrados muitos Xakriabá, sendo este referência para sepultamento de índios de todas as comunidades indígenas da região do rio Peruaçu. Numa das ocasiões em que passamos pela comunidade pudemos avistar o cemitério ainda enfeitado com as bandeiras e outros paramentos típicos daquela festa.



Cemitério de Vargem Grande com enfeites após realização de Festa da Santa Cruz. (GT Xakriabá, jun. 2009)

- Dizimeiro

A região conhecida como Dizimeiro abrange desde parte da terra indígena demarcada, onde se situa a aldeia Peruaçu, estendendo-se pelas margens do Rio Peruaçu e uma área de cerrado, delimitada entre a linha demarcatória da T.I. Xacriabá e o local na margem do Peruaçu conhecido como "Imbiruçu Ferrado", daí indo até o Alto da Boa Vista.

O significado da palavra Dizimeiro não é conhecido por nenhum dos índios que entrevistei. O verbete consultado no Dicionário Houaiss Eletrônico (<http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>) registra: "administração eclesiástica, história. Diacronismo: obsoleto. Cobrador de dizima: dizimador. Ornitologia m.q. *guivota-rapineira* ('designação comum')". Em consulta no site de buscas Google, encontra-se a definição como sendo um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação do ensino fundamental. O objetivo é fornecer orientações para os professores e gestores das escolas, bem como para os pais e alunos. O documento é dividido em duas partes: a primeira trata da avaliação do ensino fundamental e a segunda trata da avaliação do ensino médio.

BRASÍLIA, 15 de maio de 2014.



Assinatura do Secretário de Educação Básica

Dr. [Nome do Secretário]

Assinatura

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação do ensino fundamental. O objetivo é fornecer orientações para os professores e gestores das escolas, bem como para os pais e alunos. O documento é dividido em duas partes: a primeira trata da avaliação do ensino fundamental e a segunda trata da avaliação do ensino médio.



Proc. nº 40804/13
Fls. 413
Rúbrica *elcunio*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

cobrador de dízimos (<http://www.infopedia.pt/língua-portuguesa/dizimeiro>), encontrando-se várias referências históricas ao exercício desta função no Brasil Colônia e havendo referências ao uso da palavra como topônimo em outras localidades. A referência a tal função eclesiástica justifica-se pelo fato de se tratar a região de um aldeamento missionário.

O “Imbiruçu Ferrado” se refere a uma árvore chamada de Imbiruçu (provavelmente porque a espécie era usada para coleta de material para fabrico de cordas (“imbira”). A explicação fornecida pelos índios para a expressão “ferrado” foi de que aquela árvore havia sido marcada a ferro para servir de referência ao limite das terras dos índios. A árvore não mais existe, mas o local, às margens do Rio Peruaçu, ficou marcado na memória dos índios.



O representante Toninho e outras lideranças do Dizimeiro mostram o local conhecido como Imbiruçu Ferrado (GT Xakriabá, jul.2009)

O Alto da Boa Vista é o ponto mais alto existente na região do Dizimeiro, marcando o divisor de águas entre as bacias do rio Peruaçu e do rio Itacarambi, o qual é descrito no Termo de Doação: “... *dei terra com sobra para não andarem para as fazendas alheia do Riacho do Itacaramby asima até as cabiceiras e vertentes e descanço extremado na Cerra Geral para a parte do Peruaçu extremado na Boa Vista onde deságua para lá e para cá...*” (Santos: 1997:Apêndice 2, cópia em anexo)

Mariz (Santos,1997:40), registrou que o texto do Termo de Doação era mantido pela memória oral Xakriabá através de sua recitação nos rituais de Toré, em forma que ele classificou como “poema” ou “reza”. Durante o trabalho de campo na região do Dizimeiro pudemos vivenciar uma experiência próxima a esta, quando o Representante Toninho, ao nos guiar pelos

J



BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 15 DE ABRIL DE 2000
DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
ESTABELECE O REGIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
E DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM REDES

Art. 1º - O Conselho Nacional de Educação (CNE) é o órgão máximo de assessoramento ao Ministério da Educação (MEC) em matéria de educação, e tem por finalidade a formulação de diretrizes, normas e padrões para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.



BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - O Conselho Nacional de Educação (CNE) é composto por representantes de todos os níveis e modalidades de ensino, de instituições de ensino superior, de pesquisadores e de profissionais da educação.

Art. 3º - O Conselho Nacional de Educação (CNE) é dividido em Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Nacional de Educação em Redes (CNE-RE).



Proc. nº 40804/13
Fls. 414
Rubrica *Elcio*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

limites da terra, ia nos apontando os lugares a recitar o Termo de Doação. No Alto da Boa Vista esta descrição nos ficou geograficamente clara, ao sermos colocados por Toninho diante da vista que possivelmente teve o próprio Januário Cardoso de Almeida, que concedeu a doação das terras aos Xakriabá, podendo certificar-nos que era exatamente ali *“onde deságua para lá e para cá”*, tal como descrito no Termo de Doação acima citado.

Como integrante da terra recebida como doação, a área do Dizimeiro, apesar de não ter sido incluída na demarcação, jamais deixou de ser considerada pelos Xakriabá como pertencente ao seu território. Conforme relata Zé Fiuza, um dos moradores indígenas mais idosos da área do Dizimeiro, desde 1952 o cacique Gerônimo já falava em retomar o Dizimeiro, que estava em parte ocupado por fazendeiros. Ainda segundo ele, os Xakriabá jamais deixaram de frequentar aquelas terras e vinham sempre colher buriti e plantar roça. Grande conhecedor da região, Zé Fiuza diz que só tem dois lugares onde os índios podem colher buriti, mas que “o forte” mesmo é o Dizimeiro. Sabe-se da importância do Buriti para os Xakriabá, na sua alimentação, na produção de artesanato, confecção de casas e de sua importância ambiental, sobre a qual se discorrerá no capítulo específico.



Residência de Zé Fiuza no Dizimeiro.
(GT Xakriabá, jul. 2009)

Quando o Cacique Santo estava iniciando o movimento que culminou com a retomada do Morro Vermelho, o Cacique Rodrigo, ainda vivo na época, foi consultado por mim a respeito do movimento e disse que, embora não se opusesse à demarcação da terra reivindicada por aquele grupo, porque também faz parte da área da doação; considerava que para o povo Xakriabá, se

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n.º 40804/13
Fls. 415
Rúbrica *Jaime*

havia a possibilidade de reestudar os limites da terra, era ainda mais importante o resgate da região do Dizimeiro. Conforme registra Schettino (2003:09), no ano de 2003 o Cacique Rodrigo já havia formalizado uma reivindicação a respeito da área do Dizimeiro.

Na região do Dizimeiro, mesmo fora da área demarcada, permaneceram habitando famílias Xakriabá, a exemplo da família de D. Minervina, esposa do Sr. Artur, o qual é uma das principais lideranças indígenas da região e que participou ativamente do movimento de retomada iniciado em 2007 e foi indicado para acompanhar o GT nas duas ocasiões em que lá estivemos.

Segundo Toninho, professor indígena e Representante da região do Dizimeiro, quando houve a demarcação: *"o pessoal pensava que aquela área estava incluída, mas porque usaram a estrada como limite"*

Conta o Sr. Artur que ele mora no Dizimeiro há 38 anos, desde quando se casou com D. Minervina e foram morar num terreno que pertencia ao sogro. D. Minervina e sua família são do Dizimeiro. O Sr. Artur nasceu na região do Janelão (Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu) e veio morar com o pai em Sumaré. O seu pai, Lindolfo, era de "dentro da reserva" e a mãe, Ana Maria, nascida em Olhos D'água, ainda é viva e mora em Vargem Grande, junto com a sua irmã, Hilda. Seus irmãos moram, na maioria, em aldeias da terra indígena e alguns em São Paulo. Os filhos moram com ele no Dizimeiro e apenas 02 foram morar na aldeia Sumaré. Moram ainda no Dizimeiro os parentes de D. Minervina, entre eles a viúva de um dos irmãos, com seus filhos e netos e uma de suas irmãs. Dois de seus irmãos, porém, por falta de condições de se manterem, venderam seus terrenos para não índios e foram embora da terra. O Sr. Artur aponta ainda outros indígenas moradores da região: Zé Baixinho, Agenor, Deuzanir (esposa de José) e Domingas.

Je

EM BRANCO

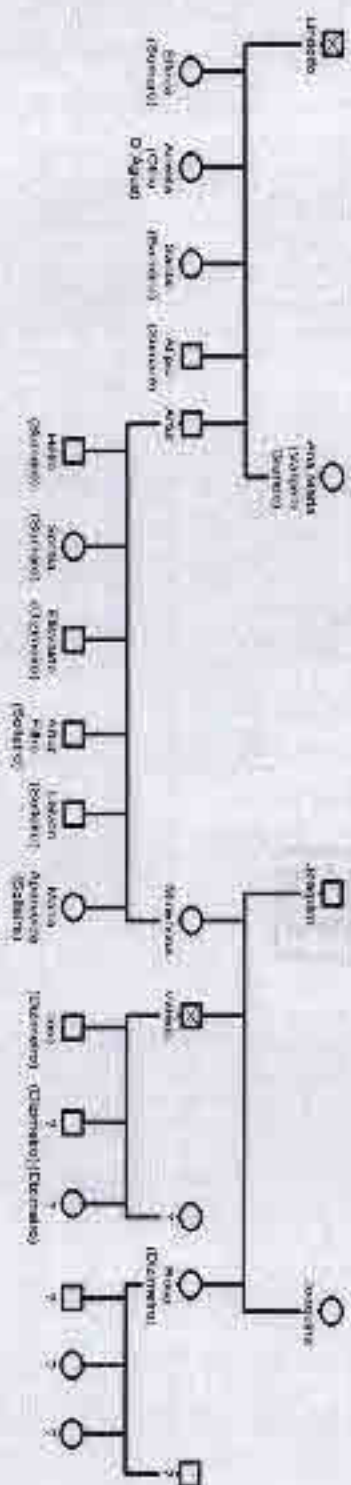
EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 416
Rubrica Elaine

Cenealogia – Artur



fe

EM BRANCO



Proc. nº 40801/13
Fls. 417
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Segundo o Representante Toninho, que também nos acompanhou durante os trabalhos do GT na região, por não ter mais como sobreviver nas poucas terras que lhes restavam, os índios das aldeias Peruaçu, Riacho dos Buritis e Forges decidiram fazer a retomada de uma fazenda que encontrava-se em estado de abandono na área do Dizimeiro. Na área retomada existe também um equipamento de irrigação (pivô central) abandonado e sem condições de uso. Da retomada tomaram parte 20 famílias daquelas aldeias e 03 famílias que já moravam na região. Estas ocuparam uma casa de caseiro já existente e que se encontrava em mau estado de conservação e construíram mais algumas casas de barro. Em 2009 havia 07 roças individuais e 01 comunitária preparadas pelos índios para o plantio, à espera da chuva.



Gado dos Xakriabá pasta em área de cultivo abandonada.
Ao fundo, pivô central de irrigação desativado. (GT Xakriabá, jul. 2009)

Segundo Zé Fiuza, a região do Dizimeiro é rica em “coisas da natureza” e ainda tem de tudo um pouco, como um tipo de palmeira da qual tiram óleo; palmeira de “andaiá”, coco cabeçudo, tucum e muito pequi, além do já citado Buriti, muito usado para fazer artesanato. Mas para Zé Fiuza, cujo pai era “raizeiro” e lhe ensinou os segredos da medicina tradicional Xakriabá, a sua maior riqueza está nas plantas medicinais, muitas delas não existentes em qualquer outro lugar nas terras indígenas. Entre estas ele cita: mangaba, capim rei, capim preto, perdiz, jalapa, unha d’anta, quina, salsaparrilha da mata, pega-pinto, junco.

Je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

O presente documento tem como objetivo apresentar a situação atual da vigilância epidemiológica de doenças infecciosas e parasitárias no Brasil, bem como as ações planejadas para o futuro. A vigilância epidemiológica é uma das principais ferramentas para o controle de doenças e a promoção da saúde pública. No Brasil, a vigilância epidemiológica é realizada pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, em conjunto com os Estados e o Distrito Federal. Este documento apresenta uma análise detalhada da situação atual da vigilância epidemiológica no Brasil, bem como as ações planejadas para o futuro. A análise é baseada em dados coletados durante o ano de 2019, e as ações planejadas são baseadas nas necessidades identificadas durante este período.



Assinatura: _____
Data: ____/____/____

A presente Portaria tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a vigilância epidemiológica de doenças infecciosas e parasitárias no Brasil. A vigilância epidemiológica é uma das principais ferramentas para o controle de doenças e a promoção da saúde pública. No Brasil, a vigilância epidemiológica é realizada pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, em conjunto com os Estados e o Distrito Federal. Esta Portaria estabelece as diretrizes para a vigilância epidemiológica no Brasil, bem como as ações planejadas para o futuro. A Portaria é baseada em dados coletados durante o ano de 2019, e as ações planejadas são baseadas nas necessidades identificadas durante este período.



Proc. n° 40704/13
Fls. 418
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

- Poções

A área de Poções encontra-se atualmente retomada por índios das Aldeias Sumaré I, II e III e imediações, porém, é também uma área de ocupação antiga dos Xakriabá, fazendo parte da área recebida em doação em 1728. Parte da região também é chamada de "Licuri" e "Briginho". A área é uma continuidade entre as áreas das comunidades de Vargem Grande e Caraibas e a região do Sumaré, situada dentro das terras atualmente demarcadas, estendendo-se em direção à Serra Geral, que separa esta região da que sofre influência direta do rio São Francisco. Porém, a implantação de pastagens cercadas pela Fazenda Vargem Grande, deixou grandes extensões de áreas desmatadas que interferem nesta continuidade, principalmente no que se refere à sua integridade ambiental, mas interferindo também nas conexões sociais estabelecidas, as quais, contudo, não chegaram a ser rompidas.

Segundo o Sr. Livino, Representante da Aldeia Sumaré, a área era reivindicada pelo não índio Astério Itabaiana, o qual adquiriu o direito de posse do índio Eugênio. A área que hoje faz parte do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, contígua à região, pertencia ao índio Gero, que vendeu o direito de posse ao não índio Joaquim Taquari, sendo posteriormente a área desapropriada pelo IBAMA.

O nosso principal informante nessa região foi o índio Zacarias Pereira Silva, conhecido como Zaca, 70 anos, que atualmente mora na aldeia Sumaré I. Ele informa que nasceu no Briginho Velho que, segundo D. Saturnina, acima referida, é o antigo nome da região da comunidade de Caraibas. Seus pais eram de Sumaré. Durante muitos anos ele morou em uma casa próximo a onde está hoje o barraco comunitário feito na retomada. Segundo ele, sua mãe, D. Flauzina, morreu quando moravam nesse local. Ele tem 04 filhos que moram em Sumaré com suas respectivas famílias.

je



OFFICE OF THE
SCHOOL DIVISION OFFICER
DepEd - Marikina City

Page 4

1. The School Division Office (SDO) is the central office of the Department of Education (DepEd) in Marikina City. It is responsible for the overall management and supervision of the schools in the city. The SDO is headed by the School Division Officer (SDO) who is appointed by the Department of Education Secretary. The SDO is assisted by the Deputy School Division Officer (DSDO) and the School Division Office Staff. The SDO is also responsible for the implementation of the policies and programs of the Department of Education. The SDO is also responsible for the monitoring and evaluation of the schools in the city. The SDO is also responsible for the coordination and collaboration with the other agencies in the city. The SDO is also responsible for the provision of technical assistance and support to the schools in the city. The SDO is also responsible for the provision of financial assistance and support to the schools in the city. The SDO is also responsible for the provision of personnel assistance and support to the schools in the city. The SDO is also responsible for the provision of other services and support to the schools in the city.

EM BRANCO

2. The SDO is also responsible for the provision of technical assistance and support to the schools in the city. The SDO is also responsible for the provision of financial assistance and support to the schools in the city. The SDO is also responsible for the provision of personnel assistance and support to the schools in the city. The SDO is also responsible for the provision of other services and support to the schools in the city.

1/



Proc. nº 4080413
Fls. 419
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Barraco comunitário da retomada indígena de Poções.
(GT Xukriabü, jul. 2009)

O Sr. Zaca trabalhou para Astério durante um tempo, mas sempre tendo morado na região, onde tinha roças e criação de animais. Somente no ano de 1965 fez uma casa em Sumaré, sem, contudo deixar de manter sua roça na antiga área de ocupação.

O Sr. Zaca conta ainda que vários outros índios também tinham roças nesta região, mesmo tendo moradia em Sumaré. Entre estes, cita o índio Fidercino que tinha uma roça, junto com o sogro. Ele afirma que Astério colocou um pistoleiro morando no barraco que o Fidercino tinha na roça e a Funai foi até lá para tirar o pistoleiro. Essa história é contada por ele entre vários relatos de situações de conflito e de presença de pistoleiros na área, em vários momentos ao longo do tempo, servindo apenas para confirmar a existência de uma relação conflituosa entre as partes durante todo o tempo, devido à disputa pelas terras. Porém, uma outra versão recolhida com o Sr. Livino, representante da Aldeia Sumaré I, sobre o caso específico, dá conta de que a suspeita de que o barraco do índio Fidercino teria sido ocupado por um pistoleiro a mando de Astério não se confirmou quando a Funai foi até o local. O referido homem seria um aventureiro de passagem pela região. Tal episódio, contudo, demonstra que a Funai, naquela época, reconhecia a existência da ocupação indígena no local e prestava assistência na área, tal qual toda a terra indígena, tanto que lá esteve para averiguar a situação.

Segundo o Sr. Livino, a disputa entre Astério e Fidercino foi para a Justiça, tendo o fazendeiro aberto processo para tirar Fidercino da área e ele aberto processo contra Astério, cobrando direitos trabalhistas. Por causa da pendência entre eles, que não chegou a ser resolvida judicialmente, Fidercino foi se afastando aos poucos do lugar, passando a fazer roças cada vez

Je



Small text caption below the central image.

EM BRANCO

Main body of text, mostly illegible due to fading and low resolution.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

menores. Por fim, acabou adoecendo e foi obrigado a sair de lá. Ainda segundo o Sr. Livino, depois da demarcação, que deixou de fora aquela área, Astério pode descer a cerca da sua fazenda até o limite da área demarcada, não tendo os antigos moradores como se defender mais.

Outros índios também possuíam roças na área, entre eles os índios Zezinho Leite, Feliciano, Modesto, Zezinho (sogro de Livino, representante do Sumaré I), Romão, Justino, Germano, Antônio, Ângelo e Cândido. Ainda hoje podem ser identificados na área os vestígios de pelo menos 08 ranchos que pertenceram a famílias indígenas. Em um momento imediatamente após a demarcação da T.I. Xacriabá, tendo aquelas terras ficado de fora dos limites, o fazendeiro Astério teria colocado pistoleiros para expulsar dali os índios que faziam roça. Estes foram obrigados a desistir das roças, por não obterem apoio legal, já que aquelas terras, mesmo efetivamente ocupadas por eles, não foram incluídas na demarcação.

O Representante Livino informou ainda que aquele lugar conhecido como “Licuri” é uma das poucas áreas de mata da região, sendo o melhor terreno que possuíam para fazer suas roças. Esta atividade foi imediatamente recuperada após a retomada das terras, hoje existindo ali grandes roças comunitárias pertencentes aos índios.



Área preparada para plantio de roça comunitária em Poções.
(GT Xacriabá, jul. 2009)

Segundo um dos líderes do movimento de retomada, o índio Dé, quando resolveram reocupar a área, esta encontrava-se praticamente abandonada, não existindo qualquer tipo de benfeitoria pertencente ao fazendeiro. Em toda a área havia apenas um ocupante não índio, o qual criava gado ali com autorização de Astério. Este ocupante havia feito apenas uma casa de



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DEPARTAMENTO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Em 15 de maio de 2014, o Departamento de Doenças Transmissíveis recebeu uma solicitação de informações sobre a situação atual da dengue no Brasil, bem como as medidas de controle e prevenção adotadas pelo Ministério da Saúde. A seguir, são apresentadas as informações solicitadas.

De acordo com os dados disponíveis, a dengue continua sendo uma das principais doenças transmitidas por mosquito no Brasil, com um aumento significativo nos casos notificados nos últimos anos. No entanto, o Ministério da Saúde mantém uma estratégia integrada de controle e prevenção, baseada em ações de vigilância, educação em saúde e controle de vetores.

As principais medidas adotadas pelo Ministério da Saúde para o controle e prevenção da dengue são:

- 1. Vigilância: Monitoramento contínuo dos casos de dengue em todo o Brasil, com o objetivo de identificar tendências e surtos.
- 2. Educação em Saúde: Campanhas de conscientização da população sobre as medidas de prevenção, como a eliminação de criadouros de mosquito.
- 3. Controle de Vetores: Implementação de medidas para reduzir a população de mosquitos, como o uso de inseticidas e a liberação de peixes predadores.

Além disso, o Ministério da Saúde também promove ações de fortalecimento das redes de atenção à saúde, com o objetivo de melhorar a capacidade de diagnóstico e tratamento das doenças transmitidas por mosquito.

EM BRANCO



Figura 1: Distribuição dos casos de dengue por estado no Brasil, 2013.

Segundo os dados disponíveis, a dengue continua sendo uma das principais doenças transmitidas por mosquito no Brasil, com um aumento significativo nos casos notificados nos últimos anos. No entanto, o Ministério da Saúde mantém uma estratégia integrada de controle e prevenção, baseada em ações de vigilância, educação em saúde e controle de vetores.

15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 421
Rubrica Elaine

barro e tinha um curral no estilo regional.

No momento da nossa primeira visita, em 2007, os índios já tinham plantado uma grande roça comunitária e recuperado antigas estradas que eram usadas por eles para ter acesso à região de Caraihas e Vargem Grande e à cidade de Itacarambi. Em 2009, eles já haviam colhido as primeiras roças plantadas e haviam aberto novos roçados. Também estavam sendo aproveitadas antigas pastagens para o gado da comunidade. Devido ao isolamento da área e a conseqüente falta de meios de assistência e ao temor de represálias, as lideranças não estavam permitindo que fossem fixadas famílias ali, por enquanto. Todos os trabalhos na área estavam sendo feitos em regime de mutirão, para lá se deslocando apenas em grandes grupos, em dias determinados pelas lideranças. Tais trabalhos envolvem pessoas de várias comunidades e chegam a contar com cerca de 200 pessoas. Segundo Dé, essas pessoas participaram da retomada e estão acompanhando os mutirões por estarem já “desesperados”, por falta de locais apropriados para plantio na área já demarcada e diante da perda de inúmeras cabeças de gado, por falta de pastagens suficientes no período da seca.

Em área adjacente à dos Poções, próximo à Aldeia Custódio, em terras reivindicadas pela empresa ICIL, na chamada Fazenda do Sertão, ainda hoje conhecida pelos índios pelo seu antigo nome de Fazenda Cauê, vive o índio Ricardo Seixas Ferro, de 77 anos, o qual é sogro de Cirilo, representante da aldeia Custódio, que nos acompanhou em visita realizada ao local. Ele é nascido na aldeia Catinguinha e construiu sua casa naquele local no ano de 1964. Ele conta que trabalhou para a Fazenda durante mais de 30 anos, possuindo carteira assinada pela empresa desde 01.04.1984.

Segundo ele diz, o lugar onde mora sempre foi freqüentado por ele e pelos índios das aldeias da região por ser uma excelente área de caça, havendo lá um “barreiro” onde os animais, especialmente as antas, vêm em busca de água e do sal presente em meio ao barro existente neste tipo de local.

Infelizmente, devido a problemas de audição, a comunicação com o mesmo é difícil, não tendo sido possível em apenas uma entrevista obter todas as informações que, segundo os outros índios, ele sabe dar. De qualquer forma, a sua presença antiga no local é mais uma prova contundente da ocupação indígena permanente das terras em estudo.



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Brasília, 15 de maio de 2014.

Assunto: Comunicação de Óbito - CBO - 2014. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a importância de preencher corretamente o CBO, bem como a necessidade de atualizar o sistema de informação. O CBO é um sistema de informação que coleta, organiza e analisa dados sobre as causas de morte, permitindo a identificação de tendências e a avaliação de políticas públicas. A atualização do sistema é necessária para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados. Os profissionais de saúde devem ser orientados a preencher o CBO corretamente, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. A comunicação de óbito é um ato de extrema importância, pois permite a identificação das causas de morte e a avaliação das políticas públicas. A atualização do sistema é necessária para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados. Os profissionais de saúde devem ser orientados a preencher o CBO corretamente, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

EM BRANCO

Assunto: Comunicação de Óbito - CBO - 2014. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a importância de preencher corretamente o CBO, bem como a necessidade de atualizar o sistema de informação. O CBO é um sistema de informação que coleta, organiza e analisa dados sobre as causas de morte, permitindo a identificação de tendências e a avaliação de políticas públicas. A atualização do sistema é necessária para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados. Os profissionais de saúde devem ser orientados a preencher o CBO corretamente, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. A comunicação de óbito é um ato de extrema importância, pois permite a identificação das causas de morte e a avaliação das políticas públicas. A atualização do sistema é necessária para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados. Os profissionais de saúde devem ser orientados a preencher o CBO corretamente, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Assunto: Comunicação de Óbito - CBO - 2014. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a importância de preencher corretamente o CBO, bem como a necessidade de atualizar o sistema de informação. O CBO é um sistema de informação que coleta, organiza e analisa dados sobre as causas de morte, permitindo a identificação de tendências e a avaliação de políticas públicas. A atualização do sistema é necessária para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados. Os profissionais de saúde devem ser orientados a preencher o CBO corretamente, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. A comunicação de óbito é um ato de extrema importância, pois permite a identificação das causas de morte e a avaliação das políticas públicas. A atualização do sistema é necessária para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados. Os profissionais de saúde devem ser orientados a preencher o CBO corretamente, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

2/



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

40904/13
422
Rúbrica *Elaine*

- Rancharia

A TI Xakriabá/Rancharia foi declarada em 1999, porém, o próprio antropólogo coordenador dos estudos de identificação e delimitação daquela terra constatou a existência de falhas nos estudos, motivadas pelas condições inadequadas de pesquisa que enfrentou e pela tensão política vivida naquele momento. (Schettino, 2003)

A demarcação da terra indígena, literalmente, dividiu ao meio a tradicional comunidade de Rancharia, divisão esta estabelecida pela rodovia BR 135. Apenas na margem esquerda da rodovia, no sentido Itacarambi-São João das Missões, ficaram as terras demarcadas.

O processo de demarcação da terra reascendeu as polêmicas que já haviam sido enfrentadas na demarcação da TI Xakriabá acerca de critérios de definição da indianidade. Assim, a exemplo do que ocorrera anteriormente, constatando-se haver uma divergência política interna dos Xakriabá acerca destes critérios, mas principalmente, por haver divergências quanto aos projetos de vida de determinados grupos internos; definiu-se que aqueles que não quisessem aceitar viver sob as condições estabelecidas por eles para a aldeia, deveriam se transferir para o outro lado da comunidade e seriam tratados pela Funai como não índios. Também para a outra margem da estrada poderiam se transferir aqueles efetivamente não índios identificados dentro da terra demarcada. Tal processo resultou em severas divisões internas, chegando a separar famílias que se posicionaram parte de um lado e parte do outro da estrada.

Os resquícios desta divisão, historicamente recente, ainda são sentidos, de tal forma que as lideranças indígenas sentiam-se constrangidas durante os trabalhos de campo em abordar o problema. Desta forma, evitaram nos indicar informantes moradores da margem oposta da estrada para que viéssemos entrevistar. Na verdade, até mesmo evitaram circular conosco por dentro da comunidade, sempre indicando caminhos alternativos para que passássemos discretamente nos nossos deslocamentos pela região. Assim, também evitamos forçar a situação para entrevistarmos pessoas ali. Porém, os dados obtidos nas entrevistas com moradores da aldeia Rancharia e com os moradores das comunidades de Remanso e Ilha do Capão, além de outros registros em relatórios anteriores e na bibliografia disponível, bem como os dados de caráter político, cultural, histórico, geográfico, ambiental e econômico são suficientes para afirmarmos que se tratam de terras de ocupação tradicional indígena.

A aldeia Rancharia sofreu uma divisão recente, que não se verificara ainda em 2007,

Handwritten notes in the top left corner, including the word "Preliminary".



Handwritten text centered at the top of the page, possibly a title or header.

Handwritten text in the top right corner.

Handwritten paragraph of text, appearing to be the first part of a letter or report.

Handwritten paragraph of text, continuing the narrative or report.

EM BRANCO

Handwritten paragraph of text, continuing the narrative or report.

Handwritten text at the bottom of the page, possibly a signature or closing.

Handwritten mark or signature at the bottom left corner.



Proc. nº 40804/13
Fls. 423
Rubrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

quando ocorreu a primeira etapa dos estudos de campo do GT. Ela passou a ser considerada politicamente como duas aldeias distintas, com suas respectivas lideranças próprias, a Aldeia Tenda Rancharia, comandada pelo Cacique Agenor Lopes da Conceição e a aldeia Boqueirão, comandada pelo Cacique Antônio Posidônio, que vinha sendo Cacique da Aldeia Rancharia desde quando se iniciou a luta pela demarcação da terra. Segundo a estimativa do Cacique Agenor, a aldeia Tenda contava com 178 famílias em 2009 e a aldeia Boqueirão, com apenas 10. É possível que em relação à aldeia Boqueirão a população esteja subestimada, porém, apesar de o procurarmos algumas vezes, durante os trabalhos de campo em 2009 não conseguimos conversar com o Cacique Antônio. Em 2007 ele foi o nosso principal informante naquela região e nos acompanhou nos trabalhos em toda a área de influência da Aldeia Rancharia, até as margens do Rio São Francisco, que abrange as localidades de Coqueiro, São Bernardo, Remanso e a Ilha do Capão.



Casa de farinha comunitária de Rancharia
(GT Xakriabá, jul. 2009)

Parte da ligação entre Rancharia e estas localidades pode ser observada através da história de vida do índio Pedro Antonio de Oliveira, de 75 anos, sogro do Cacique Agenor. Ele relata ter nascido e sido criado na própria aldeia Rancharia. Já seu pai, Amâncio, era nascido em Coqueiros e a mãe, Laura, também nascida em Rancharia. Segundo ele, o avô materno, Marcelino Rodrigues da Silva, era considerado “*chefe dos índios*” em Rancharia. O avô paterno, Raimundo, morou em Coqueiros e em Remanso. Parte da família morava em Coqueiros e tem ainda vários parentes no Remanso e na Ilha do Capão. Entre estes encontra-se a prima Maria,

JK



UNITED STATES
OF AMERICA
DEPARTMENT OF THE ARMY

1. The purpose of this document is to provide information regarding the use of the Army's resources in the field. This document is intended for use by all personnel who are responsible for the management of the Army's resources. It is the policy of the Department of the Army that all personnel who are responsible for the management of the Army's resources should be familiar with the information contained in this document. This document is intended to provide information regarding the use of the Army's resources in the field. It is the policy of the Department of the Army that all personnel who are responsible for the management of the Army's resources should be familiar with the information contained in this document. This document is intended to provide information regarding the use of the Army's resources in the field. It is the policy of the Department of the Army that all personnel who are responsible for the management of the Army's resources should be familiar with the information contained in this document.

EM BRANCO



UNITED STATES
OF AMERICA

2. The purpose of this document is to provide information regarding the use of the Army's resources in the field. This document is intended for use by all personnel who are responsible for the management of the Army's resources. It is the policy of the Department of the Army that all personnel who are responsible for the management of the Army's resources should be familiar with the information contained in this document. This document is intended to provide information regarding the use of the Army's resources in the field. It is the policy of the Department of the Army that all personnel who are responsible for the management of the Army's resources should be familiar with the information contained in this document. This document is intended to provide information regarding the use of the Army's resources in the field. It is the policy of the Department of the Army that all personnel who are responsible for the management of the Army's resources should be familiar with the information contained in this document.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 424
Rúbrica *Elaine*

filha de Tereza (irmã do pai) que morava em Remanso e o tio paterno, José, que morava na Ilha do Capão e é o pai de Antônio, que era Presidente da Associação de Moradores da Ilha do Capão durante os trabalhos de campo e foi nosso principal informante na localidade. Em Remanso moravam ainda os primos Joaquina, Venina, Domingos Lúcio, Marinho e Geraldo, todos Xakriabá. Catarino, irmão falecido de Antônio, Presidente da Associação da Ilha do Capão, era seu primo e compadre, padrinho da filha Júlia, que é a esposa de Agenor, Cacique da aldeia Tenda/Rancharia.

JK

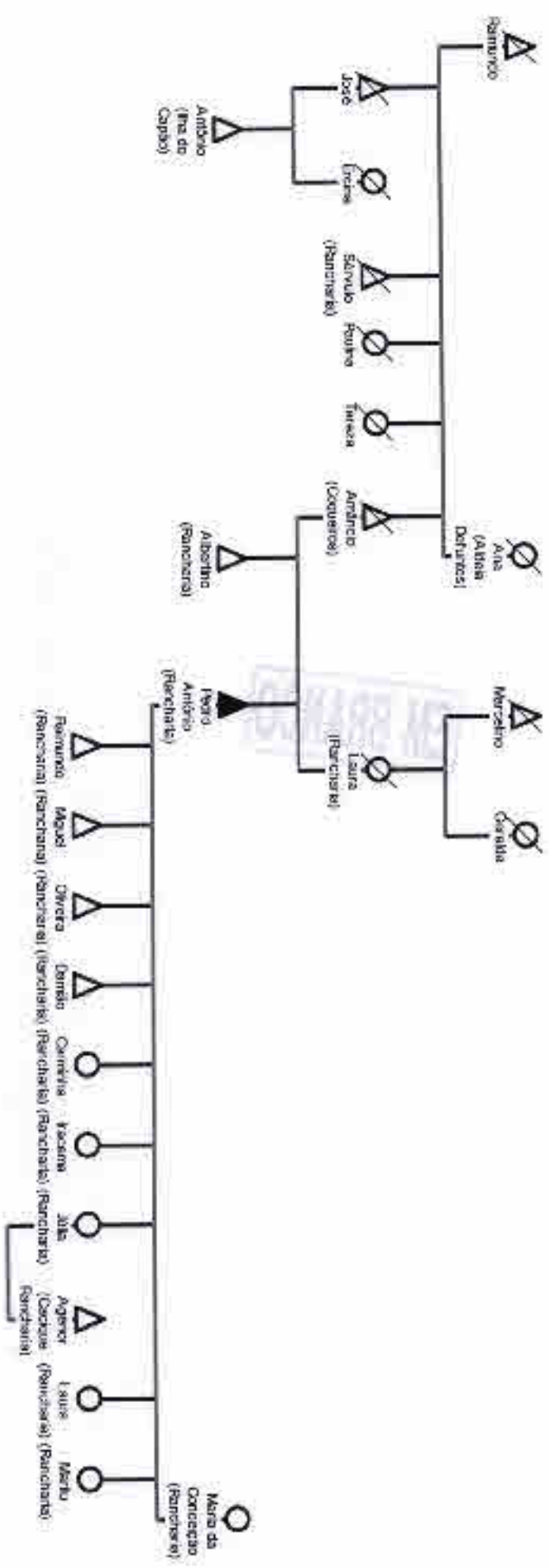
EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 Fundação Nacional do Índio – FUNAI
 Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Genealogia – Pedro



Handwritten signature

EM BRANCO



Segundo ele, no tempo em que moravam *"no rio"* ainda não havia fazendas: *"era tudo mata e onça vinha apanhar porco aqui"*. Os fazendeiros teriam entrado na área somente *"depois da Ruralminas"*. Todos os filhos, com suas respectivas famílias, moram hoje em Rancharia.

Outro importante fator histórico e cultural referente a esta região é o episódio do "Curral de Varas", acima relatado. Esse episódio é emblemático para a história Xakriabá, como símbolo da resistência indígena e como marco dos novos tempos, com a chegada cada vez mais intensa dos não índios e a perda do controle sobre o seu território. A história do Curral de Varas é inúmeras vezes referida na literatura a respeito dos Xakriabá e nos processos fundiários anteriores. Sempre que dele se fala, se refere a um lugar na região de Rancharia, porém, este lugar nunca é determinado. Acreditava-se que esta situação já estivesse acomodada com as demarcações anteriores, especialmente a da TI Xakriabá/Rancharia. Porém, em 2007, quando passávamos pela localidade de São Bernardo, acompanhados pelo Cacique Antônio Posidônio, este nos disse que havia sido ali o tal Curral de Varas. Em 2009, buscamos então definir com melhor precisão o referido local e nos foi apontado por outros índios, que o local ficaria mais próximo ao Rio Itacarambi. Novos informantes, contudo, nos disseram que realmente, lá perto do rio Itacarambi há um lugar conhecido como Curral de Vara, mas que este nome surgira porque um antigo morador de lá era chamado assim, por ter nascido naquele lugar, não sendo o lugar onde houve o famoso episódio. Já o Sr. Pedro Antônio, acima citado, nos informou que trabalhou para "uns baianos" num lugar chamado "curral de varas", que fica atrás do "Morro da Cauê", como chamou o Morro Itacarambi. O cacique Valdemar, da Aldeia Prata, ao confirmar que atrás do referido morro há um lugar chamado de Curral de Varas, diz que é assim o nome porque lá tinha umas lagoas com esse nome. Também o Sr. Laurindo Gomes de Oliveira confirma a existência das lagoas, nas terras da Fazenda Cauê, que tinham esse nome, próximo às margens do Rio São Francisco. Porém, todos os entrevistados apenas souberam fazer referências do local no passado, alguns deles afirmando que iam até o local antigamente, com a exclusiva finalidade de pesca. Ao longo dos anos a atividade da fazenda alterou drasticamente a paisagem local, com intervenções severas, tais como a drenagem e a canalização das águas. Acompanhados do Cacique Domingos Nunes ainda fizemos uma tentativa de contornar o morro, indo até a margem do São Francisco e buscando seguir por ali até o mais próximo possível da comunidade de Remanso, que é a nossa referência territorial na margem do rio, mas não tivemos sucesso, por serem intrafegáveis as vias de acesso. Assim, consideramos ser impossível, com os recursos que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

tivemos, determinar a localização exata do lugar do Curral de Varas. A referência de caráter histórico tem grande valor emotivo para os Xakriabá, contudo, seja pelas alterações da paisagem, pelas dificuldades de acesso ou pelos longos anos de impedimento de uso, essa localização exata não foi sequer objeto de grande preocupação dos próprios índios. O grande interesse manifesto nesta referência ao Curral de Varas é o resgate do tempo em que a propriedade das terras até as margens do São Francisco não era contestada; é a prova de que os Xakriabá não venderam, nem abandonaram aquele território, mas que lutaram por ele, mas mesmo assim foram esbulhados. O que querem agora é recuperar o acesso ao rio e garantir terras de melhor qualidade para a sua sobrevivência.

Outra marca desta região é a presença da Fazenda do Sertão, ainda hoje conhecida pelo nome de Cauê. Na primeira demarcação a inclusão ou não das terras desta fazenda era uma das principais polêmicas. A propriedade era uma das mais modernas da região, possuindo sistemas de irrigação e grandes áreas de plantio. Ela pertencia a um importante grupo econômico, o qual tinha muita influência política. Na fazenda se encontrava a melhor pista de pouso de toda a região e o próprio Presidente da Funai, em uma visita à aldeia tivera de usar aquela pista, segundo lembram os índios. Em um dos trabalhos realizados para definição dos limites da T.I. Xacriabá, no ano de 1974, foi aplicado um questionário de levantamento sócio-econômico junto aos índios, no qual havia uma pergunta específica a respeito do que pensava o entrevistado sobre a inclusão da Fazenda Cauê na demarcação. Encontramos alguns destes questionários originais na sede do Posto Indígena Xakriabá, porém, não tivemos notícia do relatório final da pesquisa, especialmente no que se refere ao resultado da resposta do item.

Ainda hoje a Fazenda Cauê é um grande empreendimento e a questão da sua inclusão continua suscitando controvérsias, inclusive entre índios, porque eles também levam em consideração a importância econômica regional da fazenda. Porém, para se garantir o acesso dos Xakriabá ao rio São Francisco e para garantir a ampliação das terras agricultáveis da Depressão do São Francisco, questões fundamentais para a garantia da sobrevivência física e cultural dos Xakriabá, é impossível não se atingir as terras da fazenda.

J



THE DEPARTMENT OF THE ARMY
OFFICE OF THE SECRETARY
WASHINGTON, D. C.

Subject: [Illegible]
Reference: [Illegible]
[Illegible text continues]

[Illegible text continues]

EM BRANCO

[Illegible text continues]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



O Cacique Agenor de Rancharia e Milton, morador indígena da comunidade de São Bernardo, mostram cacos de cerâmica indígena encontrados na região. (GT Xakriabá, jul. 2009)

As localidades de São Bernardo e de Coqueiros têm inúmeros vestígios de antigas ocupações indígenas e ainda têm muitos moradores indígenas, porém, sua principal característica é a existência de uma maioria de pequenas propriedades de não-índios. É nessas localidades que será encontrado o maior número de ocupantes não índios de toda a área proposta. A exemplo da parte de Rancharia que ficou fora da demarcação, segundo os índios, nestas localidades existem muitas pessoas que já haviam sido deslocadas pelas demarcações anteriores.

Entre os antigos moradores da região de São Bernardo está o índio Erminio José Santana, o qual nos mostrou o local onde existem vestígios das casas onde moravam ele, o pai João Caboclo, o avô Antônio Caboclo e o tio Ramulfo Caboclo, situadas na beira da estrada que segue em direção ao Rio Itacarambi, entre as localidades de São Bernardo e Coqueiros. Toda a área ao redor dos vestígios das casas está tomada hoje por pastagens. O Sr. Erminio foi um dos que ficou inteiramente despossuído, tendo morado na cidade de São João das Missões, onde se juntou ao grupo liderado pelo Cacique Santo e participou da retomada da atual aldeia Morro Vermelho, onde hoje vive com sua família.

Os demais índios residentes nestas localidades ainda não estão no mesmo nível de organização das comunidades antes descritas. Não existe ainda um representante indígena local. Apenas em São Bernardo esteve acompanhando o GT um índio que é referência para os Xakriabá no local e que também possui alguma influência na comunidade, o Sr. Milton,

JK

Handwritten notes in the top left corner, possibly a date or reference number.



Handwritten text at the top center, possibly a title or header.



Handwritten text below the map, possibly a description or caption.

EM BRANCO

Main body of handwritten text, appearing to be a letter or a report, with several paragraphs of cursive script.

Handwritten signature or initials at the bottom left corner.



Proc. nº 40804113
Fis. 429
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

- Remanso

Essa comunidade está localizada na margem esquerda do rio São Francisco, pertencendo ao município de São João das Missões. É uma comunidade antiga e seus moradores dedicam-se principalmente à pesca e à agricultura. Porém, ambas as atividades estão hoje seriamente prejudicadas. A pesca, pela drástica redução da piscosidade do rio, causada pela pesca predatória e, principalmente pela poluição oriunda das cidades que o margeiam e dos agrotóxicos utilizados pelas grandes plantações e ainda pelo assoreamento provocado pelo desmatamento verificado hoje em toda a sua bacia. A agricultura é prejudicada pela falta de terras para plantio. A comunidade está cercada por grandes propriedades que se dedicam principalmente à pecuária. As famílias não possuem terras além de seus próprios quintais e é neles e nas margens do rio, na frente da comunidade, que fazem seus plantios para subsistência. Antes tinham suas próprias terras e podiam plantar também em uma faixa mais extensa de margens do rio e nas várias ilhas que existem na região. Hoje as margens do rio são inacessíveis, por estarem dentro de propriedades cercadas e as ilhas estão ocupadas.

Em nossa primeira visita à comunidade, em 2007, fomos acompanhados pelo Cacique Antônio Posidônio. Naquele momento não havia ainda quase nenhuma articulação política entre as lideranças indígenas e as lideranças da comunidade. As relações entre estes, contudo, eram boas e frequentes, baseadas em relações de parentesco. Porém, a nossa presença, trazendo já diretamente uma discussão a respeito de demarcação de terras provocou alguma surpresa e um certo constrangimento nas pessoas as quais entrevistamos.



Vista da comunidade de Remanso
(GT Xakriabá, Nov. 2007)

Handwritten text in the top left corner, possibly a date or reference number.



Handwritten text centered at the top of the page, below the illustration.

Handwritten text on the right side of the page.

Handwritten text block in the upper middle section of the page.

Handwritten text line in the middle section of the page.

Handwritten text block in the middle section of the page.

EM BRANCO

Handwritten text block in the lower middle section of the page.



Handwritten text centered at the bottom of the page, below the illustration.

Handwritten text in the bottom left corner.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 430
Rubrica Elainy

Uma das entrevistadas naquele momento foi a Sr^a. Dalva de Lima Santos, de 59 anos, a qual pertence a uma das famílias mais tradicionais da comunidade. Ela conta que tanto ela quanto os pais e os avós foram nascidos e sempre viveram em Remanso. Quando perguntada se considerava-se indígena, ela diz que sabe que aquele lugar pertencia aos índios e que ela mesmo descendia deles, afirmando que sua bisavó foi "*pegada a dente de cachorro*" (expressão muito usada para informar que um ascendente antigo tenha sido um índio). Para confirmar, a seu ver, essa origem indígena da comunidade ela afirma que de vez em quando se encontram potes de cerâmica nos quintais das casas. Informa ainda que um dos moradores da comunidade, Du, casado com Santa, é primo do Cacique Domingos. Também informa que na Ilha do Capão, situada praticamente em frente a Remanso, moram índios vindos da aldeia Riachão e que Valdir Pinto de Oliveira, que foi presidente da Associação dos Moradores da ilha e que é seu parente, é filho de uma índia, que ela classifica como "*cabocla mesmo do olho vermelho*".

O Cacique Antônio Posidônio, que nos acompanhou durante a entrevista, informou a respeito das boas relações que sempre foram mantidas entre a comunidade de Rancharia e a de Remanso, relações estas que passam pelo estabelecimento de casamentos, visitas, participação nas festas e, inclusive, solidariedade política. Neste sentido, o cacique conta que durante o processo de demarcação da TI Xakriabá/Rancharia ele se sentia perseguido e quando tinha de se comunicar com as autoridades de fora ou fazer contatos com os seus apoiadores, para manter o segredo e garantir sua segurança, ele sempre usava o telefone público que há no comércio pertencente a D. Dalva e que ela também lhe repassava recados e informações, sempre mantendo o segredo e a discrição necessárias.

Ela afirma que acompanhou todo o movimento dos índios através do Cacique Antônio, sem, no entanto, pensar em se envolver nele. A respeito do movimento dos índios pela terra, ela afirmou ser a primeira vez em que estava discutindo diretamente o assunto com uma das lideranças. Porém, demonstrou receptividade e relatou as dificuldades que vêm enfrentando com a perda da possibilidade de acesso às terras, que antes eram livres, mas que vieram sendo ocupadas por pessoas de fora. Hoje já não têm praticamente onde fazer roças e suas posses limitam-se aos quintais. Para plantar usam apenas as margens do rio e ilhas fluviais, como a Ilha do Capão, situada em frente à comunidade.

je



Proc. nº 40804/L3
Fls. 431
Rubrica Elcino

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Pequeno plantio na margem do Rio São Francisco, na comunidade de Remanso, tendo em frente a Ilha do Capão (GT Xacriabá, Nov. 2007)

A própria D. Dalva nos indicou para entrevista o seu primo, Gonçalo Simplicio dos Santos, de 50 anos, o qual exerce alguma liderança na comunidade. Este também informou ser nascido em Remanso, da mesma forma que foram os seus pais e avós. Ele também reconhece que a comunidade é "*terra de caboclo*" e que também se consideram caboclos. Ele também se queixa da falta de terras para plantar hoje, dizendo que foi obrigado a vender a pequena área de terras que tinha porque o fazendeiro soltava o gado no local e dizia que se ele ficasse lá não poderia plantar.

O Sr. Massu, de cerca de 80 anos, também morador de Remanso, informou ainda a respeito de outras famílias indígenas de Remanso, como a de Geraldo de Binha, que é sogro de Ednei, filho do cacique Antônio, de Rancharia e que hoje mora lá. Um outro filho de Geraldo, Zé Paixão, é casado com a cunhada de Gonçalo, mostrando assim a existência de sólidas relações entre as comunidades.

Em 2009 já encontramos a comunidade melhor organizada e articulada com o movimento indígena, possuindo já um Representante eleito, José Correia dos Santos (DEDÉ), de 47 anos, também pertencente à mesma família da qual havíamos entrevistado as pessoas acima. Nascido e criado em Remanso, Dedé é filho de um baiano com uma mulher de Remanso e sua avó, Santa Orcia dos Santos, morava antes em Missões. Dedé diz que a mãe tem muitos parentes morando na T.I. Xacriabá, a maioria dos quais ele não conhece, se lembrando apenas de um primo chamado "Zé Grosso".

Segundo Dedé, a maioria dos moradores da comunidade concorda com a demarcação das

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

terras e pretende se inserir no movimento, pois não possuem mesmo outra alternativa, já que também se consideram “caboclos” e não encontram outro meio de continuar mantendo o seu modo próprio de vida, sem buscar reconquistar as terras que sempre lhes pertenceram.

Pedro Antônio, sogro do Cacique Agenor, acima citado, confirma as relações de parentesco entre as pessoas de Remanso e os índios de Rancharia, citando vários parentes que moraram e que moram em Remanso. D. Carmélia, antiga moradora do Catito, na região de Rancharia e que hoje faz parte da comunidade de Morro Vermelho, também confirma estas relações de parentesco, indicando que seu tio paterno, Simandes, morava em Remanso. O sogro de D. Joelina, de Vargem Grande, também era dessa região.

- Ilha do Capão

A Ilha do Capão é uma ilha fluvial do Rio São Francisco, situada quase em frente à comunidade de Remanso, considerada como pertencente ao município de São João das Missões. Seus habitantes vivem quase que exclusivamente da pesca e de pequenas roças plantadas nas áreas inundáveis da ilha. Sua vida é regulada pelo regime de cheias do rio e, quase todo ano, têm de se deslocar temporariamente da ilha durante as cheias. Assim, o seu modo de sobrevivência é marcado pela sazonalidade, alguns deles possuindo também casas em Remanso ou em São João das Missões e alguns morando no período das cheias em aldeias da T.I. Xacriabá. Alguns, porém, não têm mesmo onde ir e durante as grandes cheias constroem tapiris provisórios na margem do rio, geralmente em terras de fazendas, não sendo contudo incomodados pelo fato dessa ocupação ser temporária. Hoje eles já são beneficiados por programas sociais do governo e recebem algum apoio da Defesa Civil durante as cheias, chegando a ser deslocados para abrigos na cidade.

Nosso principal informante na Ilha do Capão foi o Sr. Antonio José de Oliveira, na época Presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Ilha do Capão. Segundo ele, na ilha moram 54 famílias, das quais ele afirma que 33 são “da origem”, ou seja, são consideradas indígenas por sua origem e relações de parentesco. Porém, em relação aos demais, ele diz não poder afirmar se são indígenas, alegando que “ainda não tá articulado todo mundo”.

Antônio nasceu em Barreiro da Onça, localidade na margem direita do São Francisco, no

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 409804/LB
Fls. 433
Rúbrica Elaine

município de Matias Cardoso, porém seu pai, José de Oliveira, era de Missões e a mãe, Ercina Bispo, de Remanso. Ele tem apenas mais um irmão morando na Ilha e os demais moram em Matias Cardoso e em São Paulo. Seus filhos, alguns já casados, moram todos na Ilha. A sua esposa Ana Rita, é filha de Minervina e Domingos Magalhães, índio que morava em Porteirinha, localidade muito citada em levantamentos populacionais indígenas da década de 1970 e que fica próximo à sede do município de São João das Missões, entre este e a localidade de Traíras. Embora tenha nascido em Porteirinha, ela foi criada pelo avô, que morava na Ilha. Um dos irmãos de Ana Rita, Manoel Aparecido, mora na Ilha e um outro, Raimundo, mora em Remanso.

As relações de parentesco entre Antônio e outros moradores da ilha com índios de Rancharia e outras aldeias são várias. Pode-se citar como exemplo o fato de que o tio paterno de Antônio, Amâncio, é o pai de Pedro Antônio, sogro do Cacique Agenor, que mora em Rancharia, o qual citamos acima. Porém, as principais relações de parentesco e relações sociais são estabelecidas com a comunidade de Remanso.

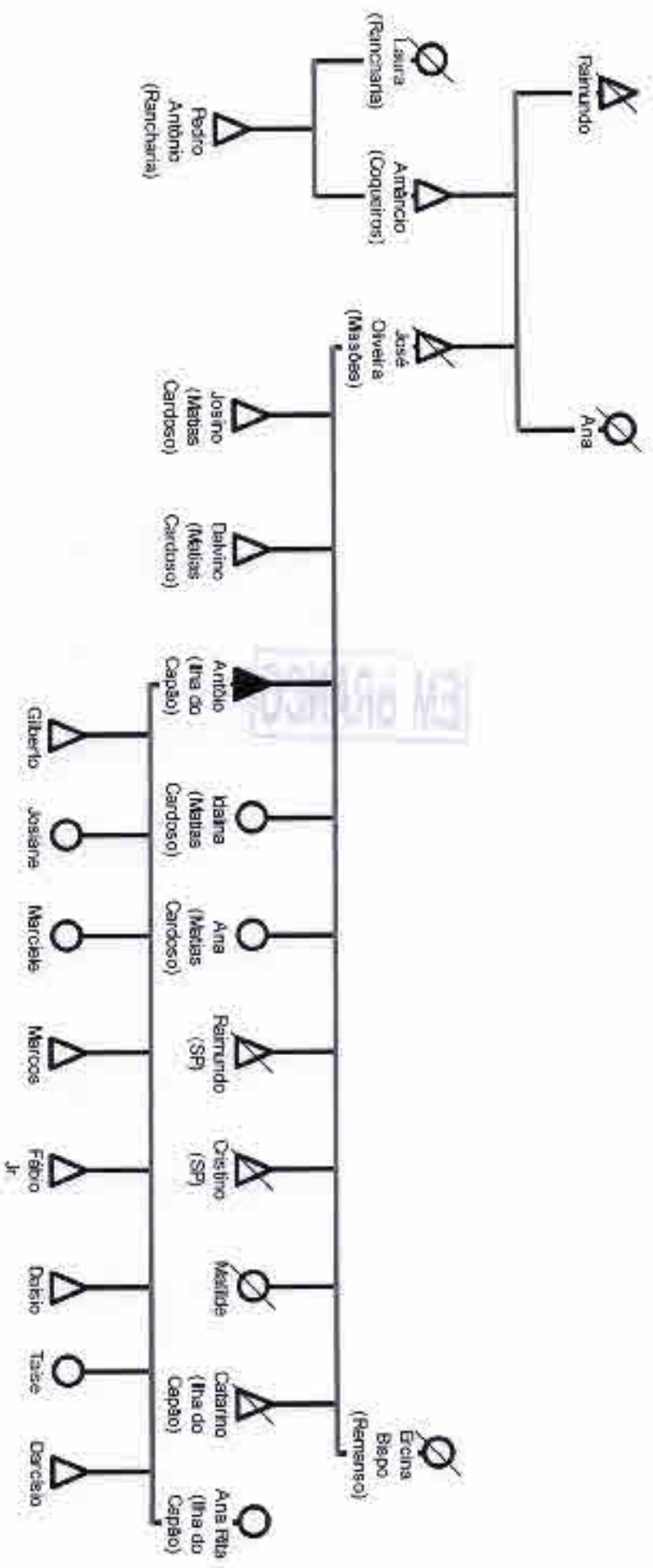
EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 Fundação Nacional do Índio - FUNAI
 Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Genealogia - Antônio



de

EM BRANCO



Dizem eles gostar de morar na Ilha, apesar das agruras dos tempos das cheias, porque a área é muito produtiva para a agricultura praticada por eles, aproveitando a fertilidade das terras após a inundação do rio. Plantam feijão, feijão catador, milho, mandioca, anêu, batata-doce para consumo. Na vazante plantam feijão de arranco, hortaliças e batata-doce. Vendem apenas para comprar outros alimentos. Na ilha tem apenas alguns poucos criadores de gado, mas Antônio se queixa deste tipo de atividade, principalmente pelo fato do gado prejudicar as roças e, por isso ter de se fazer muitas cercas na ilha. Uma outra atividade em implantação é um projeto de criação de abelhas com recursos obtidos pela Associação.



Plantio de milho na Ilha do Capão.
(GT Xakriabá, jul. 2009)

A atividade da pesca tem grande importância na sua subsistência, embora tenha decaído muito a sua importância comercial. Pescam Curimatã, Dourado, Piauí, Piranha, Cumbaca, Surubim (o qual dizem que hoje *"tá muito difícil"*), Caranha e Tambaqui (peixes que *"vieram de fora"*), Matrinxã, Pescada e *"Cari"*. Os peixes de couro têm mais valor para venda, mas são pouco consumidos porque são considerados *"reimosos"*. Pessoas operadas não podem comer Matrinxã, Pirá e Dourado. Quando uma mulher *"ganha menino"* também não pode comer Surubim, Pirá e Dourado. Segundo eles, para comer o Curimatã tem de tirar a *"linha"*. Esta linha



UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE
OFFICE OF THE SECRETARY
WASHINGTON, D. C. 20520

TO : THE SECRETARY OF STATE
FROM : THE SECRETARY OF STATE
SUBJECT: [Illegible]
[Illegible text follows]

EM BRANCO



[Illegible caption text]

[Illegible text follows]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/J3
Fls. 436
Rúbrica *Flavio*

lateral é uma espécie de órgão sensor do peixe, à qual é atribuído por eles um gosto desagradável na carne. Não conseguimos saber por qual motivo, mas o Pacamã, apesar de ser um peixe de couro, não é considerado "reimoso".

Segundo o Presidente da Associação, apenas alguns poucos moradores da Ilha, eventualmente, pescam para vender e nenhum deles vive exclusivamente da pesca. A pesca para venda restringe-se quase que exclusivamente à pesca do surubim, que é o peixe mais valorizado. Para este objetivo, preferem a pesca com "pinda" ou "caçador", que consiste em uma armadilha de pesca na qual se coloca a linha com anzóis amarrados a uma pedra ("poita"), amarrada a uma cabaça que flutua para sustentar a linha e indicar o lugar. Geralmente, usam outros peixes como isca, principalmente o Cari, neste tipo de pesca. Já para a pesca de outros peixes, como o piau, usam geralmente o anzol em "linhadas" ou com "caniços". Para este tipo de pesca as iscas mais usadas são a mandioca e o milho verde. A piracema ocorre de outubro a fevereiro e a proibição da pesca interfere muito na vida deles, pois são obrigados a manterem a pesca para subsistência, tendo eventualmente enfrentado sanções dos órgãos ambientais. Para aqueles que têm alguma atividade comercial de pesca, a posse da carteira de pescador garante o recebimento de salário durante a piracema, o que ameniza a sua situação.

A vinda de muitos pescadores de fora, principalmente turistas, é citada com uma conotação negativa, pelo fato de competirem com eles e por acreditarem ser essa superexploração uma das causas da diminuição do pescado. Porém, por outro lado, a vinda dos turistas possibilita o surgimento de alternativas de renda, principalmente para o trabalho como canoeiros e guias.

As canoas são elemento fundamental para a vida dos moradores da ilha, seja como único e exclusivo meio de transporte, seja como instrumento de trabalho. Porém, hoje não têm mais madeira disponível para fazer as canoas e são obrigados a comprar canoas prontas, de madeira beneficiada ou de alumínio. Hoje, apenas os remos são feitos por eles. A madeira ideal para fazer remos é o Pereiro, o qual não dá na Ilha, só nas matas. Ele pode ser substituído também pela Caratba, árvore da qual falamos anteriormente, por ter dado origem ao nome da comunidade de Caraiabas. Para tirar a madeira para fabricar os remos têm de usar as matas ciliares, geralmente situadas dentro da área de fazendas.

Ainda existe alguma mata na ilha, mas ela já foi mais exuberante, tendo sido esta a origem do nome da mesma, sendo o Capão o nome dado a uma mata isolada. O Sr. Antônio diz



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 437
Rúbrica Elaine

que hoje as pessoas fazem muita queimada todo ano na ilha, o que está causando a diminuição da mata. A mata da ilha é usada principalmente para a coleta de plantas medicinais. Entre as espécies utilizadas citam o Jatobá, para dor de barriga e infecção e ainda a "Rosca", Goiabeira e Siriguela como remédios. Também tem importância a coleta para fins alimentares, especialmente das frutas como Saputá, Pitomba, Mutamba, Araçá e Caju. Segundo eles as árvores Maria Preta, Juá, Juá-Mirim, entre outras, quando nascidas na beira do rio, são boas para atrair peixes. Também usam sementes de algumas espécies existentes na ilha, entre elas o angico, para fabricação de colares.

As poucas matas da ilha ainda permitem a caça eventual, principalmente de pequenos animais como Coelho, Tatu, Camaleão, Teiú, Saruê, Cobra, Gato-do-mato, Capivara e Jacaré.

Hoje também se dedicam a atividades não tradicionais para a sua sobrevivência, como o trabalho nas cidades e nas fazendas. As mulheres também fazem para venda o artesanato de crochê, bordados, vagonetes, etc.

Os sepultamentos ("enterramentos") geralmente são feitos no cemitério de Remanso, mas, na Ilha são enterrados os "anjos", crianças pequenas falecidas. Esses enterramentos são feitos, geralmente, próximos às casas dos pais e são colocadas pequenas cruzes para indicar o local, mas não há grande preocupação em mantê-las.

Seu universo simbólico é povoado por vários seres que habitam as águas do rio. Acreditam na existência da Mãe-d'água e do Compadre d'água, que formam um casal ("esposa e marido"). Segundo eles, esses têm forma humana e "brincam" com as pessoas, parando as canoas. Às vezes assombram as pessoas. Falam de um cabrito assombrado, que aparecia nas ilhotas de pedra do rio. Dizem que existe "cobra-grande" assombrada nos lagos marginais. Acreditam que o Surubim, quando cresce demais, "vira fera e come gente". Porém, observam um certo desencantamento do mundo, expresso na frase dita por Antônio: "Hoje tudo virou moda, em todo o lugar o povo vai. Antigamente tudo era exemplo, Deus mostrava. Hoje tudo é feitiço, o pessoal tá visando as maldades."

- Morro Vermelho

Conforme vimos anteriormente, muitas famílias indígenas foram excluídas dos processos

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 438
Rubrica: Elaine

de demarcação das atuais terras Xakriabá. Este processo gerou divisões internas e levou à exclusão, especialmente, aqueles pertencentes a grupos minoritários, dissidentes da liderança hegemônica e outros alienados das políticas internas, muitos dos quais tiveram de se submeter ao regime de exploração do trabalho nas fazendas; alguns que foram compelidos a adotar projetos de contato divergentes e ainda aqueles que foram compulsivamente submetidos ao desaldeamento, sendo obrigados a ir morar nas cidades próximas.

Essas condições representam fielmente a situação à qual ficou submetido um grupo de indígenas que antes vivia na localidade conhecida como Catito, regularmente citada em todos os estudos que precederam às demarcações. Essa localidade pertence à região de Rancharia, mas suas terras não foram integralmente abrangidas pela TI Xakriabá/Rancharia. Tanto é que, tão logo tomaram consciência de que as terras que ocupavam não haviam sido demarcadas, eles começaram a se mobilizar para tentar reverter a situação.

Ao mesmo tempo, em São João das Missões, se formava um grupo de índios “desaldeados”, liderados por Santo Caetano. Este indígena que vivia na T.I. Xacriabá, quando da sua demarcação, lá não conseguira se estabelecer, em função de divergências políticas e familiares com a liderança local, tendo sido obrigado a ir viver na cidade de São João das Missões. Ali, ele iniciou uma luta para recuperar uma parte das terras de uso tradicional dos Xakriabá que ainda não haviam sido demarcadas para abrigar os seus liderados. Esse movimento sofreu, inicialmente, uma forte oposição de lideranças indígenas capitaneadas pelo Cacique Rodrigo, do qual Santo era um desafeto político.

Uma parcela da população deixada fora das terras demarcadas foi a do local tradicionalmente conhecido como Catito, entre as quais encontrava-se a família de D. Carmélia, de tradicional origem indígena. Seus pais eram Pio, nascido no próprio Catito e Florença, cuja família era do Peruaçu. Ela tinha parentes em várias aldeias, como o seu tio paterno, Simandes, que morava em Remanso; os tios João Grande e Gerônimo, que moravam em Porteirinha e cujos filhos e netos ainda vivem lá; seu tio materno, Alexandre, que morava em Rancharia. Um dos seus irmãos, Doniele, faleceu no Catito e os outros moram fora, a maioria em Itacarambi. Ela tem um filho já falecido, José, marido de Roxa, que morava em Rancharia e cujos filhos ainda moram lá. Dos outros filhos, 03 estão morando com ela hoje em Morro Vermelho, 01 mora em Rancharia, 01 está em São Paulo e outro está em lugar incerto.

J

EM BRANCO

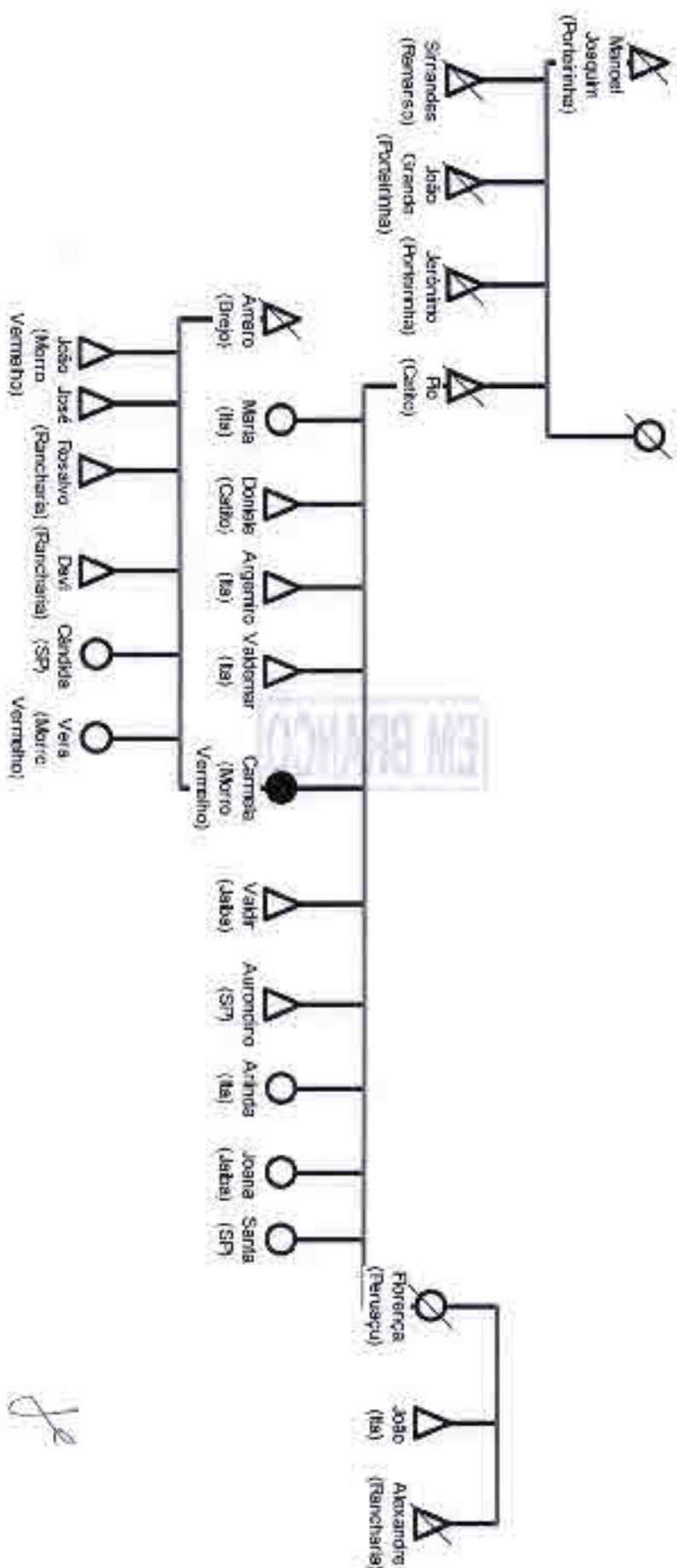
EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 20804/13
Fls. 439
Rubrica Elaine

Genealogia - Carmélia



[Handwritten signature]

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

D. Carmélia afirma que veio morar naquele local quando tinha 01 ano de idade, mas que o lugar já era habitado pela família do pai, Pio, que havia saído durante um tempo, tendo lá permanecido com uma roça, cultivada pelo Tio Saturnino, que estava morando na Porteirinha. O nome Catito foi dado pelo tio (porque tinha muito porco Caititu) e abrangia uma região que ia até o Morro Vermelho.

Segundo conta a mesma, a ocupação da área do Catito pelos atuais proprietários teve início quando o Sr. Agenor da Mota pediu autorização ao pai dela para plantar uma roça de mandioca no terreno que era apropriado por sua família para produção. O Sr. Agenor era reconhecido por sua família como descendente dos Xakriabá, embora fosse politicamente independente e tivesse se estabelecido como comerciante em São João das Missões. Seguindo os costumes Xakriabá, a autorização para uso do terreno foi dada porque entre eles não existia o conceito de apropriação individual da terra. As terras são usadas por um grupo familiar durante um período e depois deixadas em pousio para recuperação de sua fertilidade, podendo voltar a ser usadas pelo mesmo grupo familiar ou por outro, o qual, contudo, deve obter autorização de quem antes estava usando a terra.

Porém, com o advento da implantação da política de "regularização" fundiária levada a cabo pela RURALMINAS, o pai de D. Carmélia não tinha condições de regularizar a propriedade do terreno e nem por isso se interessava, por considerar já ser legítima a posse que exercia, baseada na tradicionalidade da ocupação e no Termo de Doação antes citado. Segundo ela, foi aí que Agenor, aproveitando-se de suas melhores condições financeiras, resolveu aceitar as condições impostas pela RURALMINAS e regularizou em seu nome as terras nas quais havia plantado o seu roçado. Na mesma época, outras porções da terra foram adquiridas por não índios, dando origem às atuais ocupações existentes na área.

Apesar disso, a família de D. Carmélia não arredou pé das terras, permanecendo, porém, confinados ao terreno de suas casas. Contudo, na medida em que a família ia crescendo, tornava-se impossível sobreviver exclusivamente com os recursos provenientes do plantio no quintal das casas, até porque tal modo de vida não coadunava com o padrão tradicional de ocupação Xakriabá. Assim, os filhos foram saindo aos poucos da área, culminando esta saída com a morte do pai.

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Vestígios de onde havia uma das casas da família de D. Carmélia, no Carito. (GT Xukriabá, jul. 2009)

Os vestígios do antigo local de moradia da família são facilmente verificáveis, sendo especialmente demarcados por um cemitério onde foram enterrados vários membros da família. Note-se que os cemitérios, considerados como local sagrado para a maioria das culturas humanas, tem entre os Xukriabá um significado ainda mais forte, por serem nestes realizados importantes rituais, marcados pelo sincretismo religioso característico dos povos indígenas que viveram sob a condição de aldeamentos religiosos. Destaca-se neste sentido a Festa da Santa Cruz, realizada sempre ao redor do cruzeiro fincado em um cemitério. No cemitério local resiste o cruzeiro plantado pelo pai de D. Carmélia, onde a família realizava as suas festas. Também podem ser encontrados vestígios que indicam ter havido ali pelo menos 03 habitações.

Entre os vestígios de habitação formados pelas 03 casas e o cemitério está um pé de Umbu, que marca o conjunto. Do pé de Umbu, além dos frutos, são aproveitadas “batatas”, formadas pela raiz da árvore, para fazer uma espécie de farinha muito apreciada por eles. Ao redor daquela árvore existem vestígios de escavações antigas e novas para a colheita da raiz.

O cruzeiro foi utilizado para as festas tradicionais da Santa Cruz e de Santana, durante muitos anos, pelo irmão Dionélio. Para estas festas vinham parentes e amigos de Rancharia, Missões e de Porteirinha. As festas duravam 03 dias.

je

10/10/10

10/10/10

10/10/10



10/10/10

EM BRANCO

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10



Proc. nº 4080413
Fls. 442
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Cemitério do Catito, com o cruzeiro, onde se realizavam as Festas de Santa Cruz e sepultura recente, de uma criança falecida na aldeia Morro Vermelho. (GrT Xakriabá, jul. 2009)

Um outro antigo morador da região que se juntou ao grupo foi o Sr. Erminio José Santana, que morava em São Bernardo, na beira da estrada indo em direção ao Rio Itacarambi, com o pai João Caboclo, o avô Antônio Caboclo e o tio Ranulfo Caboclo. Ainda restam vestígios da ocupação da família no local, como ele nos informou.

Quando o grupo liderado por Santo apresentou formalmente a reivindicação sobre esta parcela do território, eu mesmo tive a oportunidade de consultar o Cacique Rodrigo, naquele tempo ainda vivo, a respeito da demanda. Este apresentava restrições à reivindicação, especialmente de ordem política, devido a divergências que tinha com este grupo, contestando a liderança de Santo, embora reconhecesse que aquela área, assim como outras terras excluídas das demarcações, eram de fato pertencentes ao território Xakriabá. Entre estas, o Cacique Rodrigo fez questão de assinalar as terras da região do “Dizimeiro”, cuja recuperação considerava de maior interesse estratégico para todo o povo.

As restrições do Cacique Rodrigo se justificavam, em parte também, porque um dos ocupantes da terra é o Sr. Ivan de Souza Correia, que na época era prefeito de São João das Missões, sendo o falecido Cacique seu vice-prefeito e aliado político. Com a morte do Cacique Rodrigo, assumiram a chefia política do grupo os irmãos José e Domingos Nunes, filhos de Rosalino, um dos líderes assassinados durante o primeiro processo de demarcação das terras, tornando-se, o primeiro, Prefeito do Município de São João das Missões e, o segundo, Cacique Geral Xakriabá. O grupo teve como seu principal opositor o Ex-Prefeito Ivan de Souza Correia,

Jo

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 443
Rubrica Elaine

tendo a ele se mantido aliada a família do falecido Cacique. Coincidentemente, o principal aliado político do grupo entre os não índios, o atual Vice-Prefeito, conhecido como Zé Biriba, também possui terras na região do Catito, as quais também se encontram retomadas, junto com aquelas ocupadas por Agenor da Mota e Ivan de Souza Correia.

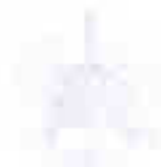
Os índios, se antecipando a possíveis processos de reintegração de posse, constituíram advogado para promover ação de manutenção de posse. Esta ação foi, em primeira instância, julgada improcedente, tendo o juiz determinado a reintegração de posse. Através de recursos interpostos, decidiu o Juiz responsável suspender a execução da medida até que a Funai realizasse os presentes estudos.

Diante das reivindicações do grupo, a antiga DAF (Diretoria de Assuntos Fundiários) da FUNAI decidiu realizar um Levantamento Prévio da demanda, o qual ficou a cargo do antropólogo Marco Paulo Fróes Schettino, que fora responsável pela identificação e delimitação da T.I. Xakriabá/Rancharia. O próprio antropólogo, após realizar o trabalho de campo e ouvir atentamente as razões apresentadas pelo grupo de Santo, especialmente de D. Carmélia, com os quais não mantivera contato quando realizou os estudos anteriores, admitiu que havia cometido um engano e que aquelas terras eram efetivamente de ocupação tradicional indígena. Para corroborar tal entendimento o antropólogo reuniu outros indícios da tradicionalidade da ocupação, como as evidências da ocupação do grupo familiar de D. Carmélia e de outros; a existência de uma caverna reconhecida por todo o povo Xakriabá e tida como referência identitária para este e a existência de recursos naturais imprescindíveis à sobrevivência do grupo. Assim, recomendou que fosse realizado um novo estudo de identificação e delimitação. (Schettino, 2003)

Outra evidência de erro é o fato de que o documento que dá origem ao Processo 1982/94, de regularização fundiária da T.I. Xakriabá/Rancharia, no qual o Engenheiro Agrônomo da AER Governador Valadares, Francisval de Oliveira Lobo, informa a respeito da reivindicação de demarcação daquela terra, já cita entre os posseiros existentes na área reivindicada o nome de José Biriba, atual proprietário das terras onde habitava a família de D. Carmélia.

Contudo, o processo ainda permaneceu longo tempo parado na Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF, por falta de recursos humanos para dar prosseguimento ao mesmo, até que, cansados de esperar por um encaminhamento e não podendo mais suportar as más condições de vida que enfrentavam, os Xakriabá do grupo liderado por Santo decidiram recuperar a área por

je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de casos de COVID-19. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a notificação de casos de COVID-19, bem como a importância de manter a atualização constante das informações sobre a doença e suas manifestações clínicas. A notificação de casos de COVID-19 é obrigatória para todos os profissionais de saúde que tenham conhecimento de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação de doenças de notificação compulsória (SINAN).

A notificação de casos de COVID-19 deve ser realizada por meio do SINAN, sistema de notificação de doenças de notificação compulsória. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação de doenças de notificação compulsória (SINAN).

EM BRANCO

A notificação de casos de COVID-19 deve ser realizada por meio do SINAN, sistema de notificação de doenças de notificação compulsória. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação de doenças de notificação compulsória (SINAN).

A notificação de casos de COVID-19 deve ser realizada por meio do SINAN, sistema de notificação de doenças de notificação compulsória. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação de doenças de notificação compulsória (SINAN).

A notificação de casos de COVID-19 deve ser realizada por meio do SINAN, sistema de notificação de doenças de notificação compulsória. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação de doenças de notificação compulsória (SINAN).



Proc. nº 40804/13
Fls. 444
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

sua própria conta. A repercussão dos fatos levou a DAF a enviar até a área o antropólogo Rodrigo Thurler Nacif, o qual elaborou novo relatório, confirmando a existência de indícios seguros da ocupação tradicional dos Xakriabá sobre a área. A esta área, que até aquele momento estava sendo considerada como uma área independente, apesar de contígua às terras já demarcadas, denominou-se Morro Vermelho, tendo como referência o Morro que se avista ao fundo de onde foi localizada a aldeia.



O Morro Vermelho, visto a partir da estrada que dá acesso à aldeia Prata. (GT Xakriabá, jul. 2009)

Na nossa primeira visita do GT na área em 2007, fomos acompanhados por um grupo de cerca de 12 índios que nos levaram a todos os pontos que já haviam sido observados pelos antropólogos que nos antecederam, os quais se propunha para a delimitação de uma terra contígua à Rancharia. Um destes pontos se situa no Rio Itacarambi, a partir do qual se segue pelo rio até onde ele deságua no Rio São Francisco. Apesar das más condições do rio, que sofre com os desvios feitos para irrigação, havendo na região uma barragem construída por fazendeiros, ele ainda acumula naquele ponto uma boa quantia de água e ainda permite a pesca, que é praticada pelos moradores de Morro Vermelho e se constitui em um importante recurso alimentar para a comunidade.

Daquele ponto no rio Itacarambi traça-se uma linha seca que vai atravessar a BR 135 e vai seguir até uma divisa de fazendas na estrada que dá acesso à aldeia. Dali, com uma fantástica precisão, os índios traçam uma linha reta imaginária que vai cortar a estrada que dá acesso à aldeia da Prata e segue por dentro da fazenda de "Miltinho", na direção de uma árvore de

je





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Imburana de Cheiro, que serve de referência para ligar aquela reta a um ponto da linha demarcatória da T.I. Xacriabá.

Quando percorríamos esta linha imaginária, por dentro da citada fazenda, fomos abordados pelo fazendeiro, Sr. “Miltinho”, o qual extremamente nervoso e descontrolado ordenava que saíssemos de sua propriedade. Foi bastante difícil conter os índios, que em maior número, faziam menção de reagir às ameaças e ofensas proferidas pelo fazendeiro. Somente após nos certificarmos que era possível alcançarmos os pontos desejados passando por um outro acesso e garantindo que isto não interferiria em nada na definição dos limites, foi que os índios aceitaram recuar.

Em 2009, estivemos novamente na Aldeia Morro Vermelho. Nesta ocasião, ao chegarmos à aldeia fomos levados para uma área na mata próxima onde havia uma clareira desmatada, em forma de círculo, com alguns bancos de madeira ao redor, área esta chamada por eles de “Terreiro”. O “Terreiro”, segundo o cacique Santo, é um local de reunião, lugar sagrado (“*aqui buscamos força*”), para onde é trazida a discussão dos problemas. É afastado da aldeia para não ficar à vista, para evitar que chegue alguém.

O local é marcado pela presença de uma árvore da espécie Barriguda. Santo diz que têm preferência por fazer o “Terreiro” onde exista uma árvore daquela: “ela sempre faz parte da nossa história”. Segundo ele a Barriguda é uma “proteção”, “ela defende a gente” porque “*a gente pode disfarçar e esconder atrás dela*”. Reúnem-se de uma a duas vezes por semana naquele local ou toda vez que se faz necessário.

Depois da nossa chegada e de iniciada uma conversa, chegou um grupo de jovens, rapazes e moças, com roupas de uso tradicional (saíotes e cocares), liderados por um homem maduro, que fizeram um “toré”. Ao modo tradicional, o “toré” consistiu em uma dança, em círculos, na qual se cantava ao ritmo de maracás e de batidas com os pés. A maioria dos cantos é feita em português, no entanto, alguns deles foram feitos com palavras em língua desconhecida (a qual afirmaram ser o próprio Xacriabá). Este tipo de Toré é, segundo dizem, uma simplificação, uma representação do Toré tradicional, o qual é secreto e restrito apenas aos iniciados. Diferencia-se daquele também pelo fato de que nele não estava sendo usada a bebida preparada com a planta Jurema. Este tipo de representação costuma ser feita em ocasiões de festividades públicas e na presença de autoridades.

As letras rimadas tratam, principalmente, de temas ligados à luta pela terra como, por

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Assunto: RELAÇÃO DE EMPREGADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2014

1. O presente relatório tem por objetivo apresentar a relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2014-2017.

2. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

3. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

4. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

5. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

6. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

7. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

8. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

EM BRANCO

9. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

10. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

11. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

12. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

13. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

14. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

15. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

16. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

17. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

18. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

19. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

20. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.

21. A relação dos empregados do Município de São Paulo, conforme disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 10.091/2001, é apresentada no anexo deste relatório.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 446
Rúbrica *Flauno*

exemplo:

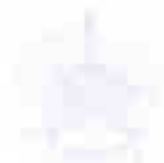
*"Os índios subiu a terra
Com saia de coatá
Prá pedir para Tupã
A terra Xakriabá
Nós queremos nossas terras
Pra poder trabalhar
Que os índios estão crescendo
E não têm onde ficar."*

Quando da retomada das terras, os próprios índios de Morro Vermelho tiveram a iniciativa de ir à Justiça, dando origem ao Processo nº 2006.38.07.002507-9, em trâmite na Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, no qual a comunidade Xakriabá e a Funai demandam a manutenção de posse das terras ocupadas pelo grupo indígena em face de Agenor Mota (conforme a ação, mas, na verdade, Agenor Ferreira dos Santos), Ivan de Souza Correia e João Pereira de Souza.

De modo a atender a decisão de audiência realizada no dia 09 de abril de 2010, foi anexada ao processo a cópia de uma versão preliminar deste RCID. Cabe esclarecer que o relatório preliminar foi peça importante para que os índios viessem a ganhar na Justiça Federal o direito de manutenção de posse, em sentença pronunciada no ano de 2012.

A sentença pronunciada pelo Juiz Federal João Miguel Coelho dos Anjos, traz importantes elementos, rebatendo fortemente os argumentos contrários aos índios. Entre esses argumentos está a alegação dos representantes de Agenor, de que ele próprio, sendo descendente dos Xakriabá, teria recebido a terra por herança de seu bisavô Manoel Rocho, o qual a teria recebido das mãos do "bandeirante Januário Cardoso". Concorde o Juiz com os argumentos de nosso relatório ao entender que o fato de Agenor ser descendente indígena nada mais prova do que a presença indígena pretérita no local. Quanto à doação das terras feita por Januário Cardoso, entre as quais está situada a área em questão; essa claramente se dirige aos "Índios da Missão do Sr. João do Riacho do Itacaramby", portanto, ao povo Xakriabá como um todo e não a um indivíduo específico.

je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Doenças Transmissíveis

Brasília, 15 de maio de 2014

Assunto: Notificação de caso de

Doença Transmissível

Doença Transmissível

Doença Transmissível

Doença Transmissível

Doença Transmissível

Doença Transmissível

Doença Transmissível

EM BRANCO

Notificação de caso de Doença Transmissível

Notificação de caso de Doença Transmissível

Notificação de caso de Doença Transmissível



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 447
Rúbrica *Y. Lourenço*

Por fim, decidiu o Juiz:

*“Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, com resolução de mérito, para garantir a manutenção da requerente na posse da Fazenda São Bento, com 160 ha, da Fazenda Catito, com 186 ha e da Fazenda Boqueirão, com 168 ha, em face dos requeridos, cominando pena pecuniária de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, por ato de turbção ou esbulho que vier a ser praticado.”* (Processo nº 2006.38.07.002507-9, grifo no original)

Je

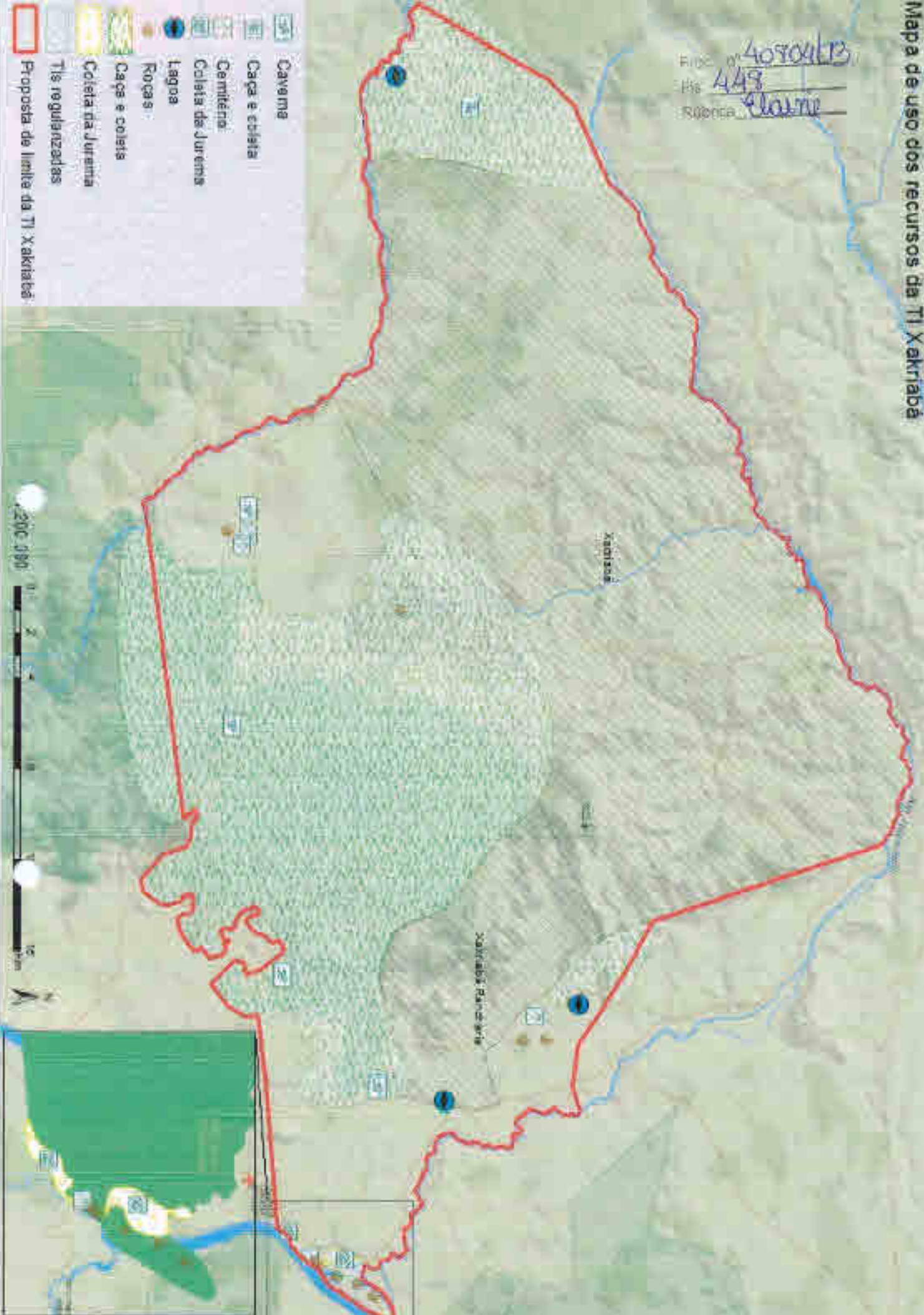
EM BRANCO

EM BRANCO

Mapa de uso dos recursos da TI Xakriabá

Folha nº 4070413
 Bº 449
 RDECA 4477

-  Caveira
-  Caga e coleta
-  Cemitério
-  Coleta de Jurema
-  Lagoa
-  Roças
-  Caça e coleta
-  Coleta da Jurema
-  TIs regulamentadas
-  Proposta de limite da TI Xakriabá



EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 449
Rúbrica *Elaine*

III - TERCEIRA PARTE

Atividades Produtivas:

- a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
- b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;
- c) descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente;

Atividades produtivas e usos dos recursos naturais

“Aqui era um lugar rico. Aqui era um lugar da maior riqueza, minha filha! Que hoje tô vendo assim... Cana, bananeira, essa batateira, batata nativa da terra, aqui tem. Que Jesus Cristo plantou! Inda existe, eu dou pra qualquer um, eu tenho, nas meninos tem... (...) Essa batata não acaba nunca. Batateira, taloba, das plantas de Jesus Cristo que eu entendo e sei.” (D. Ercina. Brejo do Mata-Fome, 1995)” (Santos, 1997:44)

As terras onde habitam tradicionalmente os Xakriabá são marcadas pelo clima semi-árido, que condiciona as possibilidades de desenvolvimento de atividades produtivas. Por este motivo, a exploração econômica de seu território sempre dependeu da presença da água e de uma exploração racional de todos os recursos naturais disponíveis. Isso implica na necessária disponibilidade de todos os tipos de ambiente existentes na região em seu território e na possibilidade de haver uma mobilidade dentro deste. O próprio Termo de Doação já considerava essa necessidade, reconhecendo a ocupação dos Xakriabá sobre os diversos ambientes regionais, assim estabelecendo o rio para as pescadas, os “geraes” (cerrado) para as caçadas e “meladas” (coleta de mel de abelhas) e o brejo para a morada e o plantio:

“Ficando: beira de rio para pescada, mata para o trabalho, gerais pela melada, que é melada de... caçada de abelha, e caçada e tudo... e as mata pelos trabalho. Ainda diz, pra

Je



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

BRASIL, 1999

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EM BRANCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 450
Rúbrica: *Elaine*

mode de... os índio de Sr. São João, nunca abusar fazendeiro nenhum, tudo é marcado."
(D. Ercina, Brejo do Mata-Fome, 1995)". (Santos, 1997:41)

Porém, as terras atualmente demarcadas não lhes dão esta condição, por não possuírem essa diversidade de ambientes e por terem sido degradadas ao longo dos anos pela ocupação de não índios e pela superexploração dos próprios índios, cuja população vem aumentando. Os rios que existem nas terras demarcadas são todos de pequeno porte e hoje não são mais perenes. Boa parcela do cerrado foi transformada em pastos e as matas hoje são escassas.

Entre as interferências negativas sobre o seu território estão os grandes empreendimentos de irrigação, os quais visaram exclusivamente o atendimento à demanda dos produtores não índios. Destes, destaca-se a barragem construída pela CODEVASF em 1988 (<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2006/barragens-recuperadas-em-minas-gerais/>) no rio Itacarambi, cuja implantação provocou a inundação de algumas das poucas terras férteis que os Xakriabá se utilizavam e cujos benefícios não foram levados a eles. Conforme se pode verificar na fala de um Xakriabá registrada por Santos:

"Porque já veio uma vez, que com esse projeto da barragem aí já encostou nós. Porque a terra melhor que nós tinha aqui, era a terra da vazante, né, então lá a água tomou, eles tomou a terra. No fundo de casa mesmo tem um marco da Codevasf. Terra boa que nós tinha, a água tomou conta. Nós temos é terra toá, terra toá aqui pra nós não sai quase nada"
(José. Sapé, 1995)". (Santos, 1997:248)

Diante da oposição dos índios ao projeto, Santos (1997:247), nota de rodapé) afirma que:

"O convênio entre FUNAI e CODEVASF, firmado em agosto de 1986, previa a indenização das benfeitorias imdadas; estava, contudo, basicamente assentado no cumprimento de certas exigências feitas em nome de toda a comunidade, como a construção de estradas, conclusão de escolas, perfuração de poços artesianos, entre outras (cf. Horst, C. 1986; FUNAI, 1986)."

Je

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 40804/13
Fls. 451
Rubrica: *elaine*

Porém, os prejuízos ao sistema produtivo Xakriabá jamais foram reparados e se somaram a várias outras intervenções que levaram o rio a hoje, em sua foz, quase nem poder mais ser identificado.



Barragem no Rio Itacarambi
(GT Xakriabá, jul. 2009)



Foz do Rio Itacarambi
(GT Xakriabá, jul. 2009)

je

8/10/2020
10/10/2020
11/10/2020



COMANDO EM CHEFE
FORÇA AEREA
BRASIL

DECRETO Nº 1.000, DE 10 DE OUTUBRO DE 2020, DO COMANDO EM CHEFE DA FORÇA AEREA DO BRASIL, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA FORÇA AEREA DO BRASIL.



10/10/2020



Agricultura

A agricultura praticada pelos Xakriabá é, na maior parte, voltada para subsistência. Quando há um eventual excedente da produção, os índios o comercializam para os negociantes da própria TI (nas aldeias onde há algum tipo de comércio, como Sumaré, Brejo Mata Fome e Barreiro Preto) ou para os municípios vizinhos (São João das Missões e Itacarambi). O caráter eventual do excesso da produção se deve ao fato de a agricultura praticada pelos Xakriabá ser quase que exclusivamente de subsistência, não possuindo eles meios para o uso de técnicas agrícolas modernas, ficando assim a mercê das condições do meio para obter seu sustento.

Conforme descrito pelos Xakriabá, a fertilidade de uma determinada área ou quão boa é a área para uso agrícola, está intimamente ligada com a exuberância da vegetação que lá existia. Portanto, as regiões de "Mata" próximas aos rios são as mais visadas para esta prática. Geralmente, a região dos "Gerais" não é tão usada por não possuir características que favoreçam a agricultura (solo muito profundo, rico em sílica, drenagem rarefeita, etc.).

Segundo o relatório "Conhecendo a Economia Xakriabá" (CEDEPLAR/FAE, UFMG - 2004) as terras situadas na TI Xakriabá/Rancharia *"são as mais produtivas de toda a área Xakriabá"*. Isso se deve ao fato destas terras estarem, em parte, situadas no Compartimento da Depressão do São Francisco, uma região com relevo pouco ondulado, com poucas restrições ao uso agrícola, maior disponibilidade hídrica e onde há predomínio de solos mais apropriados. Os Xakriabá que vivem na região do Rio São Francisco, especialmente aqueles moradores na comunidade de Remanso e na Ilha do Capão, utilizam-se das terras fertilizadas pelas cheias para os seus cultivos. Porém, atualmente, a maior parte destas terras está em posse de fazendeiros. As áreas inundáveis das margens dos rios Itacarambi e Peruaçu também são usadas para o plantio pelos Xakriabá, como o fazem os residentes nas comunidades de Carafbas e Vargem Grande e como o fazem aqueles que ainda têm algum acesso ao rio Itacarambi, dentro da TI Xakriabá, onde as margens do rio não foram inundadas ou ainda corre a água do rio.

As culturas produzidas nas TI Xakriabá e Xakriabá/Rancharia podem ser divididas de acordo com o domínio de bioma ("Gerais" e "Mata") que ocorre naquela determinada área. Sendo assim, há a atividade agrícola desempenhada na região da "Mata", que abrange as



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

BRASÍLIA, 15 de maio de 2020

Assunto: Notificação de caso suspeito de COVID-19.

Prezados(as) Senhores(as),

Informamos que, em 15 de maio de 2020, foi recebido um telefonema de uma pessoa que se autodenunciou como paciente suspeito de COVID-19. A pessoa relatou que estava com sintomas semelhantes aos descritos no boletim epidemiológico nº 1, de 11 de março de 2020, e que estava sendo acompanhada por um profissional de saúde. A pessoa também relatou que estava sendo isolada em casa e que não estava indo ao trabalho ou escola.

Em virtude da situação, a pessoa foi encaminhada para o Hospital de Referência para COVID-19, onde foi submetida a exames de diagnóstico. Os resultados dos exames ainda não foram divulgados.

EM BRANCO

De acordo com o Manual de Procedimentos para o Diagnóstico e Tratamento da COVID-19, a pessoa deve ser isolada em casa e não deve ir ao trabalho ou escola. A pessoa também deve evitar contato com outras pessoas e não deve viajar.

Informamos que a pessoa está sendo acompanhada por um profissional de saúde e que os resultados dos exames serão divulgados assim que estiverem disponíveis.

Atenciosamente,

Dr. [Nome do Profissional]

Assinatura: [Assinatura]

Nome: [Nome]

Cargo: [Cargo]

Endereço: [Endereço]

Telefone: [Telefone]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

aldeias situadas nas porções central, norte e nordeste das TI, incluindo Rancharia, onde há produção de milho, feijoa (nome dado à fava pelos Xakriabá), mandioca, abóbora, feijão catador, cana-de-açúcar, feijão de arranca, melancia, batata-doce, limão, laranja, abacate, acerola, manga, maracujá, goiaba e horticulturas. Na região dos “Gerais”, porções noroeste, oeste e sudoeste, o uso do solo é mais restrito e ocorrem predominantemente plantações de mandioca, mamona, feijão (catador, andu e de arranca) e algumas frutas, como a melancia e a manga. Essas roças são muitas vezes, consorciadas. Os índios que vivem nas regiões dos “Gerais” complementam sua produção com o extrativismo de frutos do Cerrado.



Roça consorciada (mandioca e mamona) do índio Zé Fiuza, Dizimeiro, (Ct Xakriabá, Jun. 2009)

Ainda segundo o relatório “Conhecendo a Economia Xakriabá” (CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004), a mandioca é um dos produtos de maior ocorrência nas plantações dos índios. Atribui-se a esse fato a robustez da planta, que não é muito seletiva em relação às condições de plantio e ao consumo da farinha de mandioca, que, de acordo com o relatório é o produto derivado mais consumido pelos domicílios Xakriabá (95% admitem consumir o produto).

Um exemplo bastante ilustrativo da interdependência do índio Xakriabá com o regime de chuvas escassas e mal distribuídas da região é o uso do feijão catador. Esta é uma variedade de feijão que possui um ciclo de plantio e colheita mais curto, em torno de 3 a 4

Handwritten notes in the top left corner, including "1/10/1964" and "1/10/1964".



Handwritten text at the top center, possibly a date or reference number.

Main body of handwritten text, appearing to be a letter or report. The text is mostly illegible due to fading.



Handwritten text below the 'EM BRANCO' stamp.

Bottom section of handwritten text, continuing the letter or report. The text is mostly illegible due to fading.

Handwritten initials or signature in the bottom left corner.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 454
Rúbrica *Elaine*

meses. Sendo assim, essa variedade pode ser plantada e colhida entre os meses de novembro a fevereiro, sem sofrer com o início do período da estiagem que se inicia em março.

Caça

Ao entrevistar indivíduos da comunidade Xakriabá em relação aos seus hábitos de caça, notou-se certo constrangimento por parte dos mesmos ao admitir que efetuassem a caça nas áreas da TI. Esse fato está associado ao assédio que a população Xakriabá vem sofrendo ultimamente por parte dos órgãos de controle e fiscalização ambiental. Ao serem indagados sobre a caça, logo levantam nomes das instituições governamentais relacionadas ao controle e à fiscalização ambiental (IBAMA, IEF etc.) e oferecem certa resistência ao dizer quais são as espécies mais apreciadas para caça. Outro fator que tem contribuído significativamente na diminuição da caça é a pouca disponibilidade de animais para tal atividade. A escassez de animais é atribuída a atitudes dos não índios, seja por desempenharem a caça de forma predatória ou por devastarem áreas consideradas de refúgio para os animais silvestres.

No entanto, algumas espécies foram citadas como apreciadas para a caça, como a paca, a cotia, o mocó, o tatu, a perdiz, o “lambu”, o juriti, o caititu, etc.

Há ainda, animais considerados impróprios para a caça, por fazerem a chamada “limpa”. São animais que, devido aos seus hábitos alimentares, predam animais “indesejados”, mantendo o equilíbrio da cadeia trófica e evitando a superpopulação desses animais, numa espécie de controle biológico. Dentre os animais que realizam a “limpa” foram citados a ema e a seriema.

A principal técnica de caçada é a “espera”, na qual se elege um local propício e fica-se aguardando a chegada dos animais, observando-se os horários de atividade mais comuns a cada espécie. Os locais preferidos para espera são os “barreiros”, locais onde os animais vêm lamber o barro onde existe sal de origem mineral. Também são especialmente procurados para a “espera” árvores que estão produzindo frutos ou flores apreciados pelos animais. Entre estas, os índios citam o Ipê, cujas flores são apreciadas como alimento para os veados. Também o Pequi tem grande importância na dieta dos animais, incluindo caititus, queixadas, tatus e os veados, os quais comem apenas as flores caídas no chão. Citam ainda como



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de casos de doença infecciosa de notificação compulsória - NDC

De acordo com o Regulamento de Vigilância Epidemiológica, a notificação de casos de doença infecciosa de notificação compulsória é obrigatória para todos os estabelecimentos de saúde, independentemente de sua natureza jurídica, que tenham em seu âmbito de atuação a prestação de serviços de saúde. A notificação deve ser feita de forma individualizada, utilizando-se do formulário de notificação de casos de doença infecciosa de notificação compulsória (NDC) disponível no site do Departamento de Vigilância Epidemiológica.

EM BRANCO

A notificação deve ser feita de forma individualizada, utilizando-se do formulário de notificação de casos de doença infecciosa de notificação compulsória (NDC) disponível no site do Departamento de Vigilância Epidemiológica.

A notificação deve ser feita de forma individualizada, utilizando-se do formulário de notificação de casos de doença infecciosa de notificação compulsória (NDC) disponível no site do Departamento de Vigilância Epidemiológica.



Proc. n° 40804/13
Fls. 455
Rúbrica *Elvino*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

especialmente atrativo para diversos tipos de caça (anta, veado e porcos) os frutos do Umu D'anta, além do Buriti e diversas outras árvores frutíferas.



Árvore de Umu d'anta com frutos
Faz. do Sertão (ICIL), próx. a casa do Sr. Ricardo S. Ferra
(GT Xakriabá, jul. 2009)



Frutos de buriti roídos por animais
Dizimeiro (GT Xakriabá, jun. 2009)

je



EM BRANCO





Para a caça de aves são usados “pios”, instrumentos de sopro que imitam os sons das aves, servindo para atraí-las. Alguns caçadores são muito hábeis no uso desses instrumentos. O professor indígena da aldeia Custódio, Vicente, nos fez uma demonstração de suas habilidades, quando estávamos visitando a residência do Sr. Ricardo S. Ferro, dentro da área da Fazenda do Sertão (ICIL).

A caça praticada pelos Xakriabá não tem qualquer interesse comercial e sua importância enquanto fonte protéica é relativa, mas ainda relevante, especialmente nos períodos de maior carência alimentar, nas secas prolongadas e nas comunidades mais afastadas das maiores aldeias e das sedes municipais, onde, mesmo quando há dinheiro disponível, não há onde comprar carne.



Extrativismo

Ao iniciar o trabalho de identificação de recursos extrativistas por parte dos índios Xakriabá, acreditávamos ser a região dos “Gerais” a grande fornecedora de espécies que serviam de alimento ou que tinham algum uso medicinal. No entanto, ao levantar as espécies utilizadas pelos Xakriabá, percebe-se que há extrativismo de recursos em toda parte (“gerais”, “mata”, vegetação secundária, matas ciliares etc.), demonstrando a forte interação que esse povo tem com a terra onde vive. A seguir citamos algumas das principais espécies utilizadas na coleta pelos Xakriabá:

Pequi *Caryocar brasiliense*: Esta é uma das principais plantas nativas utilizadas na alimentação dos índios, sendo eventualmente comercializada para outras regiões. O pequizeiro é encontrado nos ambientes de cerrado, sendo bastante comum nas terras estudadas.

Umbu *Spondias tuberosa*: Seu fruto verde-amarelado amadurece nos meses de janeiro a março e é muito apreciado pelos Xakriabá. A raiz da planta é retirada pelos Xakriabá e dela se faz farinha. O transporte dos frutos *in natura* para centros consumidores é limitado por ser bastante perecível, o que poderia ser feito com sucesso através da polpa congelada. Sua



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 40804/13
Fls. 457
Rúbrica *Plume*

reprodução em viveiro é relativamente fácil, podendo ser feitas mudas a partir das sementes ou por estaquia. Tanto é assim, que em diversas casas da região encontram-se umbuzeiros nos quintais.

Pimenta da costa *Xylopia aromatica*: Nas terras Xakriabá, seu único local de ocorrência é nos arredores da aldeia Peruaçu (na região do Dizimeiro). Seus frutos são utilizados como condimento, assemelhando-se à pimenta-do-reino, e como remédio no combate à pneumonia e gripe. Há relatos que esse produto é eventualmente comercializado para grandes centros (principalmente Belo Horizonte).

Sucupira-branca *Pterodon emarginatus*: Na medicina Xakriabá suas sementes são procuradas para combater infecções de garganta principalmente. Sendo usada também para casos de falta de apetite e desinfecção de feridas (usando-se a casca). A venda destas sementes foi verificada no comércio local em Itacarambi e São João das Missões. Na área em estudo observou-se exemplares dessa planta nas áreas de cerrado.

Umburana *Amburana cearensis*: Esta árvore de até 10m de altura é exclusiva das florestas decíduais, onde ocorre em baixa densidade. Suas sementes e a casca possuem um agradável aroma, podendo ser misturado ao tabaco ou ao junco para ser fumado em cachimbos ou cigarros. Na medicina Xakriabá é utilizada contra gripe e para aliviar dores. Sua madeira é de boa qualidade e possui diversos empregos.

Buriti *Mauritia flexuosa*: Planta exclusiva do ambiente de vereda. Da polpa dos frutos pode-se fazer doces e farinhas. A partir do broto terminal tem-se um palmito, o qual, apesar de não ter uso freqüente, há relatos de ser saboroso. O fato dessa planta possuir diversos usos quando viva, desestimula o corte de seu palmito, o que resultaria em sua morte. Da medula do caule retira-se um amido para sagu, o que também resultaria na morte da planta. Com a parte de fora do tronco (casca), denominada como capa, pode-se fazer cercas ou ripas para telhados. Do braço das folhas (pecíolo) se faz cercas e um tipo de cesto usado para espremer a massa da mandioca. Com as folhas maduras faz-se a cobertura de casas na região. As folhas são divididas em duas bandas e, desta forma, são amarradas com fibras do próprio buriti sobre a estrutura do telhado. Para o artesanato, o mais importante é o broto da folha nova, que produz uma fibra flexível e resistente, servindo-se para confecção de esteiras e cordas.

Jatobá-do-cerrado *Hymenaea stignocarpa* e jatobá-da-mata *H. Courbaril*: O jatobá-da-mata é usado pelos Xakriabá como remédio contra dores de barriga. Destas duas plantas pode-se

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 458
Rubrica *Elaine*

extrair os frutos e usá-los como alimento.

No relatório “Conhecendo a Economia Xakriabá” (CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004), também foram levantados os principais produtos de coleta, sendo o resultado, representado pelo número de domicílios que afirmaram fazer a coleta do produto, apresentado na seguinte tabela:

Coleta de frutos do Cerrado – TI Xakriabá. – 2004

Fruto	Número de domicílios	%
Umbu	687	80,8%
Pequi	621	73,1%
Maracujá do mato	609	71,6%
Cabeça de nego	463	54,5%
Grão de galo	195	22,9%
Côco cabeçudo	162	19,1%
Cagaita	151	17,8%
Coquinho indaiá	124	14,6%
Buriti	123	14,5%
Mangaba	113	13,3%
Favela	44	5,2%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, (CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004)

Um outro indicativo da importância da coleta obtido naquela pesquisa foi a quantidade de “habilidades” declaradas pelos Xakriabá relacionadas ao trabalho com produtos de coleta, conforme se pode ver na seguinte tabela:

Habilidades declaradas pela população entrevistada – TI Xacriabá - 2004

Habilidade	Número de indivíduos	% na população
Fazer remédios caseiros	503	11,5%
Artesanato	173	3,9%

Je

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Rezadeira	152	3,5%
Fiar/Tecer	100	2,3%
Benzedor/Curandeiro	94	2,1%
Tirar óleo de árvore	74	1,7%
Parteira	45	1,0%
Fazer óleo de côco	27	0,6%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, (CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004)

É importante ressaltar que, devido à grande especialização destas habilidades, geralmente exercidas por poucos membros de uma família e tendo em vista a pressão contrária exercida pelas influências não índias, é bastante significativa a frequência obtida, indicando a vitalidade da cultura Xakriabá.

Alguns produtos de coleta têm potencial mercado para venda. Há notícias da procura e venda eventual de alguns produtos de uso medicinal e cosmético, como a favela e a pimenta de macaco. O projeto da Casa de Medicina Tradicional, na aldeia Barreiro, tem em vista a produção de medicamentos tradicionais para uso e para venda também. Os Xakriabá também estão articulados com a Cooperativa Grande Sertão (<http://www.cooperativagrandesertao.com.br/historia.html>), entidade regional a qual busca introduzir no mercado e valorizar os produtos da agricultura familiar. Entre os produtos de coleta os que têm mercado mais promissor são os frutos do cerrado. Os Xakriabá obtiveram recursos para implantar uma unidade de beneficiamento desses frutos, produzindo polpas para venda, a qual já estava em construção na aldeia Brejo Mata Fome, em 2009.

Criação de animais

De acordo com o relatório “Conhecendo a Economia Xakriabá” (CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004), os animais criados em ambientes ao redor das casas (Peri-domiciliares) são aqueles que se apresentam em maior quantidade nas TI, impulsionado principalmente pelo grande número de galinhas (mais de 10.000 indivíduos). Além das galinhas, são incluídos nesse grupo o bode/cabrito, a cabra, o carneiro, o peru, o cocá (galinha d'angola), o pato e o porco; perfazendo um total de 12.260 indivíduos para este grupo.



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Atividade	123	Quantidade
Atividade	45	Quantidade
Atividade	10	Quantidade
Atividade	20	Quantidade
Atividade	30	Quantidade
Atividade	40	Quantidade

Assinatura do Responsável Técnico: _____

Assinatura do Responsável Técnico: _____

EM BRANCO

Assinatura do Responsável Técnico: _____

Assinatura do Responsável Técnico: _____

Assinatura do Responsável Técnico: _____



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 460
Rúbrica *Elaine*

O segundo grupo com maior número de indivíduos (2.723) é o do gado, representado pelo boi de carro, o touro, a vaca leiteira, a vaca para abate, a novilha e o bezerro. Sendo que a vaca leiteira é a classe mais numerosa deste grupo, com 876 indivíduos. O gado é criado em sua maior parte “na solta” em áreas de pasto ou de vegetação secundária, com livre acesso às beiras de rio para dessedentação. Tem havido um grande investimento das famílias na aquisição de gado, tanto leiteiro quanto para corte e é bem possível que este número, obtido em trabalho de campo de 2004, tenha pelo menos dobrado. Na verdade, como em outras regiões pobres de economia de subsistência, o gado possui um papel importante como investimento e reserva de valor, onde as famílias podem depositar suas pequenas economias. Em muitos casos – e também no caso Xakriabá – esta atividade acaba ganhando o peso de principal produto a ser levado ao mercado, podendo significar promessa de autonomia e emancipação econômica. Entretanto, os problemas ambientais evidentes de uma pecuária extensiva em uma área seca e confinada são também agravados pelas limitações de uma economia de baixa produtividade e com frágeis relações regionais.

Em seguida vem o grupo dos eqüinos (1.120 indivíduos) e depois o dos muares (234). Esses dois últimos grupos representam importantes meios de transporte nas TI, sendo que as aldeias situadas mais no interior das TI (Buriti, Forges e Pindaíba) possuem um maior número de animais desses grupos.

Na barragem da CODEVASF no rio Itacarambi, próximo à aldeia Itapicuru, foi implantado, com recursos do Ministério da Integração Nacional, um projeto de criação de peixes com o intuito de promover a diversificação de atividades produtivas e incremento de renda dos moradores da região. São criadas Tilápias (*Oreochromis sp*) em dez tanques-rede. A Tilápia é uma espécie boa para cultivo por possuir precocidade e facilidade de reprodução e obtenção de alevinos, bom crescimento em cultivo intensivo, resistência a doenças e rusticidade, suportando o manuseio intensivo e baixos índices de oxigênio dissolvido. O projeto está em fase de “incubação”, sendo que partes dos insumos do processo estão sendo subsidiados pela CODEVASF. Há a preocupação por parte dos produtores de viabilizar a venda desse produto para o mercado regional, pois não há um grande comprador que pudesse adquirir quantidades significativas do pescado. A falta de meios de conservação e frigoríficos também dificultam a venda em pequenas quantidades para consumo interno e regional. Houve também outra iniciativa similar na comunidade do Remanso, onde eram criadas tilápias em tanques-



Proc. nº 40804/13
Fls. 461
Rúbrica *[assinatura]*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

rede nas águas do rio São Francisco, porém as atividades não obtiveram êxito pelos mesmos motivos citados anteriormente, no caso do rio Itacarambi.



Criação de tilápias em tanque rede na barragem da CODE VASF
Rio Itacarambi (GT Xakriabá, jul. 2009)

Cerâmica

A atividade de produção artesanal de cerâmica é uma das atividades tradicionais dos Xakriabá que vem perdendo espaço no seu cotidiano atual. Nesse sentido, a UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei, em conjunto com a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, está desenvolvendo um projeto visando incorporar o artesanato em cerâmica em atividades da Casa de Cultura dos Xakriabá, já implantada na aldeia Sumaré e em processo de implantação em outras aldeias. Na aldeia Sumaré está sendo construído um pequeno centro de cerâmica, com casas de produção de massa e de modelagem. De acordo com Magalhães e Diniz (2008), a Casa de Cultura e a Casa de Cerâmica Xakriabá são financiadas, respectivamente, por uma organização italiana e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e representam iniciativas importantes para a preservação da cultura local e de alternativas econômicas etnodesenvolvimentistas.

Da atividade de produção de cerâmica ainda praticada pelos Xakriabá, a mais visível é a fabricação de telhas e tijolos, a qual é uma atividade masculina. Alguns potes para água fabricados por mulheres indígenas puderam ser vistos em várias casas de indígenas visitadas



Proc. nº 40804/13
Fis. 462
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

pelo GT, inclusive nas comunidades do Dizimeiro, Caraibas, Vargem Grande e Remanso. Segundo nos foi relatado por índios envolvidos no Projeto de Cerâmica acima citado, se pode constatar que o artesanato ainda está vivo principalmente na memória das mulheres, as quais estão ensinando aos mais jovens como fazer panelas, pequenos animais, bijuterias e outras peças.



Oficina de cerâmica na aldeia Sumaré

Fonte: <http://www.abceram.org.br/51elcio/artigos/51elcio-15-03.pdf>



Peças produzidas em oficina de artesanato

"Projeto Casa de Cultura Xucriabá - Relatório de Atividades", UFMG, Agosto 2007

Je



CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL



EM BRANCO



CONFIDENTIAL



Modo de produção

Santos (1997:176-177), usando as categorias de classificação étnica nativas, que identifica vários gradientes de etnicidade, mostra as formas de produção praticadas pelos Xakriabá. Na concepção Xakriabá, entre os habitantes das terras indígenas se distinguem os "caboclos apurados" dos "não apurados" e "baianos". Tal distinção assenta-se no fato da produção doméstica dos "apurados" estar apoiada na família extensa, e não na família nuclear. Entre estes prevalece como principal modo de produção a chamada "união", que é uma:

"forma de cooperação onde a unidade de produção é constituída por uma família extensa, [caracterizando-se] pelo preparo de uma roça coletiva onde não há uma divisão espacial real, mas apenas simbólica, através de cercas de feijão andu". (Santos, 1997:176)

Predominante entre os "não apurados" seria o "ajuntamento", caracterizado pela troca de trabalho entre membros de unidades produtivas diversas (estejam estas apoiadas em famílias nucleares ou extensas), realizada até que uma determinada tarefa (preparação da roça, por exemplo) seja executada em todas as unidades produtivas envolvidas. Este modo de produção pode ser encontrado também entre os "apurados", mas não existe entre os "baianos".

Entre os "baianos" e os "não-apurados", a forma de cooperação encontrada seria o mutirão, definida "pela troca de um dia de trabalho por uma FESTA, que se inicia ao anoitecer e continua pela noite adentro, animada por sanfoneiros e violeiros da região" (Santos, 1997:177). Segundo Santos, esta forma de cooperação não existiria entre os "apurados".

Algumas entrevistas feitas por Santos explicam este sistema de produção:

"- ☐ Plantava junto assim, num círculo só, né? Mas agora cada um tinha o seu pedaço.

- ☐ Separado com cerca?

- ☐ Não, separava só na planta, né? Porque lá ondê que nós trabalhava, era do velho meu



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/03
Fls. 464
Rúbrica *Flavio*

sogra. Então, ele junta mais os filho assim, ó, e cerca tudo né? Agora põe uma roça sozinha, junta tudo e põe uma roça sozinha. Agora no tempo da planta, agora eles divide. Agora cada qual vai cuidar do que é seu. Pra plantar. Pra colheita também é separado.

-□ Plantava lá e tinha assim... pra plantar às vez ajuntava gente....?

-□ A gente fazia... cê já ouviu falar de mutirão? Pra pôr a roça, fazia mutirão. Agora pra plantar, só os dono mesmo plantava, né? Agora pra limpar, tornava a fazer de novo. Reunio todo mundo. Agora eles trocava assim, fazia um dia numa roça. outro dia ni outra, ni outra, inté limpava tudo.

-□ E ajuntamento?

-□ Pois é, é isso. É uma mesma coisa" (D. Francisca. Itacarambi, 1992)

.....

"-□ Como é que era o sistema de trabalho, era tudo junto?

-□ É, mas cada qual tem o seu.

-□ Mas como que era?

-□ É quando a gente tem, às vez, tudo, esse torrão de terra aqui. Tem esse outro aqui. Então um é dono desse aqui, o outro é desse, ó. Cada qual vai caçar seu serviço. Cada um trabalhava no seu direito.

-□ Cês num juntava assim, pra trabalhar, não?

-□ Juntava assim, pra trabalhar, mas cada qual teno o seu.

-□ Mas de vez em quando o pessoal desse terreno aqui ia trabalhar no outro?

-□ Não. Ninguém entrava lá no que é dos outro, não. Se quisesse entrar, os gamelas não deixava. Os chefes da área lá. (...)

-□ Fazia assim. Isso era chamado é ajuntamento. Ali, no sábado, eles marcava. Juntava aquela trinca de homem e ia judar aquele um. Quando era no outro, já juntava aquele outro bocado de homem e ia ajudar o outro. E assim ia, e todo mundo tocava serviço.

-□ E quem que marcava onde é que ia trabalhar?

-□ O mesmo dono. O mesmo dono.

-□ O que é que ganhava em troca?

-□ Ganhava só o que comia, ganhava o que bebia, ganhava o que dançava.... Ixi! Era uma festa danada. (...) Anté... o dia amanhecer!" (D. Joana. Itacarambi, 1992)" (Santos, 1997:177-178)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 465
Rúbrica *elaine*

Santos, analisando as entrevistas, verifica que os filhos casados, ao se estabelecerem no 'lugar' dos pais de um dos cônjuges, passam a explorar áreas definidas como sendo destes, a "herança familiar" permanecendo indivisa. As expressões "colocar uma roça sozinha", ou "trabalhar junto num terreno" remete por um lado a esta não divisão, e por outro a uma etapa de trabalho feita em conjunto. Também se pressupõe a existência de uma única cerca, construída certamente para evitar a invasão do gado, criado solto. A cerca comum ou o terreno comum, entretanto, não significam que não houvesse distinções de direitos e roças, como ambas as entrevistadas fazem questão de deixar claro. Não há porque supor um outro modelo radicalmente distinto deste, que caracterizasse os caboclos 'apurados': o fato da separação ser marcada por uma 'cerca simbólica de feijão andu' não implica em menos distinção e mais 'comunhão'; ela é entendida como uma separação.

Gerkem & Teixeira (2008), descrevem alguns aspectos do cotidiano da aldeia Barreiro Preto, bastante elucidativos para se conhecer melhor a economia Xakriabá:

"Possui o terceiro maior contingente populacional da Terra Indígena Xakriabá, com 600 habitantes distribuídos em 112 famílias. Grande parte da extensão territorial da aldeia é cortada por estradas de terra que dão acesso a outras aldeias. O principal meio de transporte é o cavalo e o jegue. A população também utiliza caronas oportunas nos carros da FUNAI, FUNASA que estão constantemente circulando nas aldeias. Além disso, é importante citar os carros e motocicletas adquiridas recentemente por professores e funcionários da escola, que estão alterando significativamente o padrão de transportes do local. É sede de um dos núcleos escolares da Terra Indígena Xakriabá, denominado Escola Estadual Indígena Xukurank. Nessa escola, há, aproximadamente, 180 alunos, com turmas de 1ª série a 8ª série do ensino fundamental. Está em negociação com a Secretaria de Educação a criação do Ensino Médio.

Na sua região central estão localizadas a escola, a casa da comunidade e a casa da medicina. A escola é um espaço bastante importante no cotidiano da aldeia, não apenas pela prática pedagógica em curso, mas pela centralidade que passou a ter na vida da comunidade. Por exemplo, todos os eventos importantes são notificados à população através da escola. A casa da comunidade é um grande salão de alvenaria que está sendo construído pela



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40904/13
Fls. 466
Rúbrica: Elaine

comunidade para a realização de reuniões das associações comunitárias, das rezas e de outros rituais. A casa da medicina é um espaço construído recentemente com subvenção do CIMI – Conselho Indigenista Missionário - para a produção e venda de produtos medicinais que utilizam plantas colhidas na região. A produção é realizada tanto por pessoas mais experientes que aprenderam com seus antepassados, como pelos jovens que aprendem novas receitas através de livros e cursos. Tal panorama caracteriza a Casa da Medicina como um novo espaço de aprendizagem. Há ainda na região central da aldeia uma mercearia, que possui diversidade de alimentos e produtos de higiene e uso geral. Normalmente as pessoas compram fiado e pagam no final do mês.

A maioria das casas é construída em alvenaria, mas existe também um número considerável que preserva o padrão tradicional de "pau-a-pique". Entre as conquistas mais recentes estão a energia elétrica e a água encanada. Geralmente o esgoto é escoado para fossas construídas nos quintais.

A economia local é baseada em atividades diversas. Há um número considerável de homens adultos que migram temporariamente para São Paulo, Goiás e Mato Grosso para trabalharem em lavouras de cana em épocas de colheita. Há famílias que se sustentam com a agricultura familiar, especialmente o plantio de milho e feijão e da criação de gado. Do ponto de vista econômico, os programas de inclusão do governo federal se tornaram fundamentais para a sobrevivência de um grande número de famílias em função da diminuição da produção provocada pelos regimes de chuva do semi-árido. Aposentados e pensionistas também são responsáveis por grande parte do dinheiro que circula na comunidade.

A partir da introdução da escolarização e dos programas de saúde, surgiram novas possibilidades de empregos. Na escola temos os professores, secretários, auxiliares de serviços gerais e merendeiras. Fora da escola, existem os agentes de saúde contratados entre os alunos que já cursaram a quarta série." (Gerkem & Teixeira, 2008:325)

Em Gomes & Monte-Mór (2006) e Gomes (2006) avalia-se que a introdução do sistema de educação escolar indígena, com a presença de professores indígenas, trouxe profundas modificações para a vida dos Xakriabá. Quanto às formas de gestão e acesso ao poder público, significou uma maior proximidade com o aparato estatal, uma vez que

je

Handwritten notes in the top left corner, including the word "Preliminary".



GOVERNMENT OF INDIA
MINISTRY OF EDUCATION
New Delhi

Subject: [Illegible]
Reference: [Illegible]
[Illegible text block containing several lines of text, likely a letter or official communication.]

EM BRANCO

[Illegible text block containing several lines of text, likely a letter or official communication.]

[Illegible text block containing several lines of text, likely a letter or official communication.]

Handwritten notes in the bottom left corner.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fis. 467
Rúbrica *claus*

professores e diretores são índios das próprias comunidades atendidas pelas escolas; em termos econômicos, provocou o aumento da circulação do dinheiro na área, em função da presença de 143 professores indígenas com contrato regular de trabalho, além de pessoal de secretaria e auxiliares de serviços, e a demanda de serviços vários, inerentes ao funcionamento das escolas. Trouxe também uma profunda modificação no cotidiano das famílias, com grande parte do tempo das crianças e adolescentes passando a ser dedicado à escola, assim como gerou demandas de profissionalização relacionadas com um perfil de população escolarizada.

A pesquisa realizada pelo CEDEPLAR (CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004) junto aos Xakriabá buscou conhecer a situação econômica destes. Em vários artigos científicos, vêm sendo publicados os resultados desta pesquisa, alguns dos quais citaremos a seguir. Uma das primeiras conclusões que foi tirada do estudo foi a evidência de que a produção de alimentos na Terra Indígena Xakriabá é insuficiente para as próprias demandas da comunidade, sendo necessário complementar a dieta com produtos adquiridos no mercado.

As três ocupações mais expressivas na área eram: trabalho na casa, trabalho na roça e estudante.

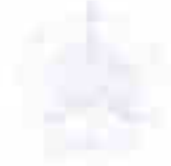
Ocupação Principal por gênero e grupo etário - 2004

Ocupação Principal	10 a 19 anos		20 a 39 anos		40 anos ou mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalha na roça dentro da Área	40,6	9,8	75,4	11,5	86,4	15,0
Cuida da casa da família	2,9	27,5	2,9	66,4	4,9	72,2
Estudante	53,2	56,2	3,1	5,8	0,5	0,0
Outras ocupações	2,2	5,3	17,3	14,9	3,1	7,6
Sem atividade	1,0	1,2	1,2	1,4	5,2	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar UFMG/AIX, 2004 (in Campos et alii, 2006:09-10)

A questão do trabalho fora da terra indígena foi abordada em artigo de Pinho & Campos (2008). Esse tipo de ocupação da mão-de-obra indígena é considerado como uma estratégia de mobilidade, que consiste no “envio” de alguns membros da família, geralmente homens nas idades adultas mais jovens, para as atividades de corte de cana e carvoaria em regiões distantes.

Do total de domicílios entrevistados naquela pesquisa, praticamente um quarto possuía membros trabalhando fora da terra indígena, embora o indivíduo que trabalhava fora continuasse a residir em sua própria aldeia, sendo o deslocamento temporário ou sazonal. Dos



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de casos de COVID-19. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a notificação de casos de COVID-19, bem como a importância de manter a atualização constante das informações sobre a doença e suas manifestações clínicas. A notificação de casos de COVID-19 é obrigatória para todos os profissionais de saúde que tenham conhecimento de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação eletrônico (SINAVE) ou do formulário de notificação impresso (FIC-010).

O presente documento também aborda a importância de manter a atualização constante das informações sobre a doença e suas manifestações clínicas. A notificação de casos de COVID-19 é obrigatória para todos os profissionais de saúde que tenham conhecimento de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação eletrônico (SINAVE) ou do formulário de notificação impresso (FIC-010). A notificação de casos de COVID-19 é obrigatória para todos os profissionais de saúde que tenham conhecimento de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação eletrônico (SINAVE) ou do formulário de notificação impresso (FIC-010).

EM BRANCO

ANEXO I - Formulário de notificação de casos de COVID-19

Dados do caso				Dados do profissional		Dados da instituição	
Nome	Sobrenome	Data de nascimento	Sexo	Nome	CPF	Nome	Endereço
1	2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31	32

O presente documento também aborda a importância de manter a atualização constante das informações sobre a doença e suas manifestações clínicas. A notificação de casos de COVID-19 é obrigatória para todos os profissionais de saúde que tenham conhecimento de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação eletrônico (SINAVE) ou do formulário de notificação impresso (FIC-010).

O presente documento também aborda a importância de manter a atualização constante das informações sobre a doença e suas manifestações clínicas. A notificação de casos de COVID-19 é obrigatória para todos os profissionais de saúde que tenham conhecimento de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19. A notificação deve ser realizada imediatamente após a confirmação do caso, por meio do sistema de notificação eletrônico (SINAVE) ou do formulário de notificação impresso (FIC-010).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 40804/13
Fls. 468
Rúbrica *[assinatura]*

211 domicílios que possuíam membros trabalhando fora da terra indígena, apenas 244 indivíduos foram reportados nessa situação, o que significa que o número de indivíduos por domicílio era reduzido.

As principais regiões onde trabalham são os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que foram, juntos, responsáveis por receber praticamente 60% dos Xakriabá que trabalhavam fora. Trabalhando em outras cidades do Estado de Minas Gerais registrou-se 17,6% dos trabalhadores externos captados pela pesquisa. A principal atividade exercida pelos indígenas em São Paulo e no Mato Grosso do Sul foi o corte de cana. Já em Minas Gerais, um quarto dos indígenas trabalhou em carvoarias, seguido da agricultura e do trabalho em “casa de família”. Cabe destacar que essa última atividade, tipicamente feminina, também mobilizou 10,9% dos indígenas que se dirigiram para São Paulo.

Já os deslocamentos internos, entre as aldeias, foram eventuais, sendo que apenas 9,7% deles foram realizados diariamente. Os principais motivos atribuídos a estes deslocamentos foram as visitas a parentes e os problemas de saúde. Ressalta-se que os deslocamentos por problemas de saúde muitas vezes são motivados pela necessidade de visita a curandeiros. A participação em festas e os cultos religiosos também foram apontados como motivos para os deslocamentos internos.

Mobilidade Dentro da Reserva Indígena - Principal motivo de ida a outras aldeias

Motivos	Domicílios	Percentual
Visitar parentes	230	27,1
Problemas de saúde	205	24,2
Festas	117	13,8
Religião	62	7,3
Fazer compras	52	6,1
Trabalhar	40	4,7
Estudar	15	1,8
Outro	8	0,9
Não informou	120	14,1
Total	848	100

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 469
Rúbrica *Flavio*

Fonte: Conhecendo a Economia Xakriabá – CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004

Mobilidade no Entorno da Reserva Indígena - Principais motivos de visita às cidades do entorno

Motivos	Domicílios	%
Fazer compras	249	29,4
Problemas de saúde	178	21,0
Receber dinheiro	169	19,9
Visitar parentes	111	13,1
Festas	35	4,1
Trabalhar	14	1,7
Religião	9	1,1
Estudar	5	0,6
Não informou	77	9,0
Outro	1	0,1
Total	848	100

Fonte: Conhecendo a Economia Xakriabá – CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004

A pesquisa aponta que a redução de terras férteis, diminuição dos recursos hídricos e deterioração ambiental, associadas às transformações demográficas (marcada, sobretudo, pelo crescimento populacional), econômicas (acesso a recursos financeiros através de programas de governo de apoio à família e à produção), políticas (ascensão das forças indígenas na gestão dos recursos públicos) e à “popularização” dos meios de comunicação (rádio, TV, telefone e internet, ainda com menor intensidade) e acesso aos meios de transporte modernos (motocicletas, automóveis e ônibus do transporte público) indicam que a simples subsistência assentada em uma vida tradicional culturalmente determinada não é mais suficiente para suprir as necessidades da população. É nesse sentido que “a relação com os mercados externos passa a ser necessária para o abastecimento das demandas por bens e serviços” (Diniz, Magalhães, Monte-Mór, 2006) e, também, para a obtenção de recursos.



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de casos de COVID-19 - Portaria nº 271/GM/2020

Objetivo: Estabelecer as regras para a notificação de casos de COVID-19.

Item	Descrição	Observações
1.1	Definição de caso suspeito	Segundo a OMS
1.2	Definição de caso confirmado	Segundo a OMS
2	Notificação de caso suspeito	Em 24 horas
3	Notificação de caso confirmado	Em 24 horas
4	Notificação de óbito	Em 24 horas
5	Notificação de recuperação	Em 24 horas
6	Notificação de transferência	Em 24 horas
7	Notificação de morte	Em 24 horas
8	Notificação de alta	Em 24 horas
9	Notificação de isolamento	Em 24 horas
10	Notificação de tratamento	Em 24 horas

EM BRANCO

Assinatura: _____

Este documento é de uso interno e não deve ser divulgado para o público em geral. A notificação de casos de COVID-19 é uma obrigação legal e deve ser realizada de forma rápida e precisa. A notificação de caso suspeito deve ser realizada em 24 horas após a identificação do caso. A notificação de caso confirmado deve ser realizada em 24 horas após a confirmação do caso. A notificação de óbito deve ser realizada em 24 horas após a ocorrência do óbito. A notificação de recuperação deve ser realizada em 24 horas após a recuperação do caso. A notificação de transferência deve ser realizada em 24 horas após a transferência do caso. A notificação de morte deve ser realizada em 24 horas após a ocorrência da morte. A notificação de alta deve ser realizada em 24 horas após a alta do caso. A notificação de isolamento deve ser realizada em 24 horas após o isolamento do caso. A notificação de tratamento deve ser realizada em 24 horas após o início do tratamento do caso.

Assinatura: _____

24



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 470
Rubrica: *blaine*

Verificou-se ainda que, sendo a região onde vivem economicamente estagnada, as ligações que os Xakriabá mantêm com os municípios de entorno são eventuais, e não são, prioritariamente, relações de trabalho. Os deslocamentos internos à terra indígena estão ligados a questões familiares e as tradições da comunidade.

As atividades econômicas prevaletentes são a agricultura de subsistência e a criação de gado de corte. A unidade base de trabalho é a família nuclear, existindo também formas de trabalho coletivo que envolvem a família extensa e outros membros da comunidade, sendo que a mais comum é o "ajuntamento", conforme mencionado anteriormente. Trata-se da troca de dias de trabalho, envolvendo a família extensa e indivíduos da mesma aldeia, e o ciclo é encerrado quando todos os participantes recebem o seu dia de trabalho comum (Paraíso, 1987). O ajuntamento tem como objetivo reunir um contingente de mão de obra expressivo para acelerar as atividades produtivas, como a coivara (limpeza da terra), a plantação e a colheita.

Ainda segundo a pesquisa, as atividades de subsistência ocupam 25,6% das pessoas com dez ou mais anos, envolvidas principalmente com o trabalho na agricultura e/ou pecuária. As atividades estudantis e domésticas foram declaradas como principais ocupações, respectivamente, por 29,3% e 21,8% da população. Verifica-se também a divisão sexual do trabalho, em que 45,7% da população masculina exerce ofício ligado à agricultura ou à pecuária e 44,3% da feminina ocupa-se com os afazeres domésticos.

O rendimento nominal mensal de uma família nuclear ou extensa na Terra Indígena Xakriabá experimenta variações entre zero e seis salários mínimos. A renda *per capita* por domicílio era, na época da pesquisa, em 2004, de R\$ 136,63 ou 0,57 salário mínimo.

Tomando como premissa o mundo monetarizado, a população Xakriabá não possuía acesso a recursos suficientes para satisfazer as necessidades básicas, verificando-se uma distribuição de renda desigual entre esta população. Entretanto, as relações de produção entre os Xakriabá não foram ainda completamente monetarizadas, pois grande parte do esforço pela sobrevivência está inserida em atividades de subsistência desenvolvidas na Terra Indígena.

Há várias formas e níveis de relações entre os Xakriabá e a sociedade não-índia: transações de compra e venda; prestação de serviços em fazendas e residências dentro e fora de Minas Gerais; prestação de serviços para a Prefeitura Municipal, Funasa e empreiteiras em empreendimentos desenvolvidos na Terra Indígena, além da convivência cotidiana com os



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Ex. Sr. [Nome do Sr.],
[Endereço completo]
[Cidade, Estado, CEP]

Prezado Sr. [Nome do Sr.],
[Texto do corpo da carta, muito legível e claro, com parágrafos bem estruturados. O texto parece ser uma carta de apresentação ou uma carta de recomendação, mencionando a importância da educação e o papel da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Há menções a projetos, programas e à atuação da secretaria em parceria com a comunidade e outras instituições. O texto é formal, mas acessível, e transmite uma mensagem positiva sobre o compromisso com a educação de qualidade.]

EM BRANCO

[Continuação do texto da carta, mantendo a mesma estrutura e tom. O texto aborda a importância da participação da comunidade e a busca por soluções inovadoras para os desafios educacionais. Menciona a atuação da secretaria em diversas frentes, desde a gestão escolar até a formação de professores e a promoção de eventos educativos. O texto reforça o compromisso da secretaria com a melhoria contínua da educação pública.]

[Último parágrafo da carta, encerrando a mensagem com uma expressão de agradecimento e uma assinatura formal. O texto reitera o compromisso da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro com a educação de qualidade para todos e expressa a expectativa de que a carta tenha sido útil e esclarecedora.]



vizinhos não-índios.

Consumo, produção e compra de produtos agrícolas - T.I.X. - 2004

% do total de domicílios entrevistados

Produto	Consumidores	Produtores	Compradores
Arroz	97,4%	12,7%	72,1%
Milho	95,6%	84,8%	68,5%
Alho	91,3%	29,5%	62,1%
Abóbora	90,0%	67,6%	11,4%
Manga	88,4%	46,8%	7,5%
Banana	88,1%	43,9%	27,3%
Melancia	86,5%	65,3%	12,6%
Feijão de arranca	85,1%	52,9%	63,6%
Cebola	84,7%	30,9%	52,1%
Temperos	84,6%	14,8%	58,0%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004

Domicílios que recebem rendimento monetário – T.I.X. – 2004

Rendimento **% de domicílios entrevistados**

Bolsa Escola	31,5%
Trabalho temporário	30,5%
Aposentadoria	30,4%
Salário fixo	14,9%
Empreitada	13,4%
Bolsa Família	7,3%
Vender gado	6,6%
Vender porco e galinha	5,7%
Outras fontes de renda	4,4%
Cuidar de casa	2,8%
Lavar roupa	1,7%

je

[illegible]

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 472
Rubrica *Carne*

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, CEDEPLAR/FAE, UFMG – 2004

Apenas 408 domicílios (48,1%) declararam rendimento monetário positivo. Cerca de 30% dos domicílios declararam receber rendimentos de trabalho temporário e aposentadoria. 31,5% e 7,3% declararam receber os programas Bolsa Família e Bolsa Escola, respectivamente. A renda anual declarada média, incluindo os domicílios que declararam renda nula (51,9%) é de R\$ 723,97, o que equivale a um valor mensal de R\$ 60,33. O desvio-padrão mensal é igual a R\$ 122,11, o que revela a relativa desigualdade de renda dentro da população Xakriabá.

Nota-se a expressiva participação dos programas de transferência de renda do governo e das aposentadorias entre as fontes de renda, evidenciada em outro documento da UFMG:

“Estima-se que cercar de 60% das rendas da região estejam vinculadas a alguma forma de transferência de renda por parte do governo: aposentadorias, pensões, e programas específicos de transferência de renda como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Este alto percentual de composição da renda proveniente das iniciativas governamentais deve ser levado em consideração.” (UFMG, 2007:12)

Enfatize-se novamente que, apesar da crescente monetização vivenciada no território ao longo dos últimos anos e da ligação com mercados e agentes externos à terra indígena, a população Xakriabá guarda características de uma sociedade tradicional, características essas expressas em suas relações de troca e nas formas de convivência e de organização social.

Os interesses recíprocos nas relações com a sociedade no entorno das terras indígenas foram avaliados pelos Xakriabá em uma atividade proposta por Guerra (2010), na qual se levantou junto a eles o que os não índios buscam na “fronteira” que envolve a terra indígena e o seu entorno. Como resultado foram identificados os seguintes itens: *“madeira, comércio e dinheiro, votos, namorar, explorar cavernas, informações sobre organização política interna, pescar, caçar, campeonatos indígenas, festas, produção indígena de alimentos, venderem bebidas, drogas e armas, utilização de pastos, artesanato, pesquisa, intercâmbio de estudantes, fiéis religiosos”* Guerra (2010:08). Quando se levantou, com os mesmos índios, o que estes buscam junto aos não índios, foi apontado: *“roupa, arroz, feijão, tirar documentos, fazer casamento, cartório, benefícios do governo, participar de festas, conversarem com*

Je

Logo of the Ministry of Health of the Republic of Turkey

Logo of the Ministry of Health of the Republic of Turkey

Logo of the Ministry of Health of the Republic of Turkey

EM BRANCO

Logo of the Ministry of Health of the Republic of Turkey



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 473
Rubrica *Glauco*

políticos, participar de campeonatos não-indígenas, políticas sociais, estudar, negociar com o não-índio, transporte, namorar, saúde, moradia, religiões e fiéis". Guerra (2010:09) Portanto, verifica-se a existência de alguns interesses convergentes, apesar de que, na avaliação dos índios, existe uma série de interesses dos não índios de caráter negativo, como a retirada de madeira, pescar, caçar e a venda de bebidas, drogas e armas.

Magalhães & Diniz (2008), traçam um quadro que resume a situação econômico-produtiva da TI Xacriabá. Segundo eles:

"Nos últimos anos, o Território Xacriabá vem passando por mudanças expressivas: além da crescente intervenção de órgãos governamentais e não-governamentais, vivenciou-se um grande crescimento da população, acompanhado de forte degradação ambiental. Essas modificações, somadas a outras relativas aos padrões de consumo, levaram ao enfrentamento, por parte dos Xacriabá, de restrições na esfera da reprodução: problemas ligados à necessidade de aumento da produção e de criação de oportunidades de trabalho. Diante da insuficiência da economia interna em suprir as necessidades monetárias da população, a solução é encontrada fora da Reserva, através do trabalho temporário em outros estados e da compra de produtos externos. Tais movimentos reiteram o caráter de fragilidade dessa economia.

O atual quadro do Território (produção insuficiente para o consumo e consequente demanda - não totalmente atendida - de renda monetária) deixa latente a possibilidade de se promover avanços sócio-econômicos que melhorem as condições de vida da população... Por outro lado, dadas as restrições encontradas no desenvolvimento da economia interna (dificuldade de comercialização e diversificação da produção, por exemplo), pode-se aventar que seja necessária uma melhor articulação com o entorno.

A ação predatória de posseiros e grileiros sobre o Território Indígena Xacriabá no período de disputa pela terra pressionou de forma drástica o ecossistema da área. Além disso, a redução do Território a aproximadamente um terço da área originalmente ocupada levou a uma grande pressão demográfica do povo Xacriabá sobre o meio biótico, extremamente frágil.

Quanto à comercialização do excedente de produção dentro da Área, as relações se baseiam em trocas informais, nem sempre intermediadas pela moeda. Observou-se, em diversas reuniões com as comunidades uma dificuldade para estabelecer trocas regulares



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Departamento de Avaliação e Registro

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação e registro de cursos de graduação em Engenharia de Produção, conforme o Edital de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 12/05/2011. O presente documento tem caráter informativo e não substitui o Edital em questão. Para mais detalhes, consulte o Edital e o site do Departamento de Avaliação e Registro.

De acordo com o Edital, os cursos de graduação em Engenharia de Produção devem atender aos seguintes requisitos: 1) Ter duração mínima de 4 (quatro) anos; 2) Ter carga horária mínima de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas; 3) Ter plano de curso aprovado pelo Conselho Superior de Engenharia de Produção; 4) Ter infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa; 5) Ter corpo docente qualificado; 6) Ter infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa; 7) Ter infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa; 8) Ter infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa; 9) Ter infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa; 10) Ter infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa.

EM BRANCO

Os cursos de graduação em Engenharia de Produção devem ser avaliados e registrados pelo Departamento de Avaliação e Registro, conforme o Edital. O presente documento tem caráter informativo e não substitui o Edital em questão. Para mais detalhes, consulte o Edital e o site do Departamento de Avaliação e Registro.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Pis. 474
Rubrica Elaine

internas, com queixas sobre exigências de parentes e vizinhos por preços mais baixos, o que faz com que haja uma preferência por vender e comprar fora da Reserva. Assim, geralmente comercializa-se com não-índios, fora e dentro da própria Reserva através de 'atravessadores', que muitas vezes vêm buscar o produto. A dificuldade com transporte é um problema enfrentado pela população Xakriabá. Como seria de se esperar, a venda tende a ocorrer com o preço abaixo do valor do produto no mercado, mas essa opção tende a ser preferida por alguns à de vender por preço mais baixo dentro da própria Reserva." Magalhães & Diniz (2008:1)

Este quadro demonstra claramente a situação insustentável vivenciada hoje na TI Xakriabá quanto à reprodução dos meios necessários à sua subsistência, numa equação em que as perdas territoriais e a degradação ambiental têm grande peso. Isto demonstra inequivocamente a necessidade das terras em estudo para garantir as condições de sobrevivência física e cultural dos Xakriabá, nos termos em que prevê a legislação.

Jo

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Ind. nº 40804113
Is. 476
Rubrica 91aume

IV - QUARTA PARTE

Meio Ambiente:

- a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;
- b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias

Metodologia

Os dados foram coletados com entrevistas e reuniões junto aos indígenas e seus representantes (caciques e lideranças de aldeias) e moradores em comunidades que vivem no entorno das TI, funcionários do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e de outras instituições que atuam na área. Além de anotações, foram feitos registros fotográficos, de áudio e de vídeo do ambiente em que os Xakriabá vivem. Parte deste material se encontra anexado a este relatório.

O GT se instalou na aldeia Brejo Mata Fome, onde de lá rumava a diferentes aldeias espalhadas na TI e às áreas em estudo. Tiveram prioridade de visita aquelas que fazem limite às terras em estudo ou que possuem algum destaque no campo de atuação de cada um dos integrantes do GT. Fizeram parte do itinerário de visitas as áreas com presença de elementos culturais, simbólicos, de importância ambiental ou geográfica, tais como: comunidades e residências indígenas fora das terras demarcadas, cemitérios, cavernas, sítios históricos, casas de informantes, nascentes d'água, diferentes unidades de paisagem, roças, linhas de delimitação da área proposta, etc.

Além do material bibliográfico, obtido especialmente na UFMG e do banco de dados fornecido pelo departamento de saúde indígena da FUNASA, foi obtido também, através dos funcionários do ICMBio, do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu (PARNA-CP) o Plano de Manejo do Parque (IBAMA-MMA, 2005), contendo registros detalhados dos mais variados fatores bióticos e abióticos da região do parque e seu entorno, incluindo, portanto, as TI Xacriabá e Xakriabá/Rancharia, e a maior parte da área em estudo. Entre os dados



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica
Brasília, 15 de maio de 2014

Assunto: [illegible]

Referência: [illegible]

Para: [illegible]

1. [illegible]

EM BRANCO

2. [illegible]

3. [illegible]

7/



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 436
Rubrica *elaine*

presentes no Plano de Manejo do PARNA-CP encontra-se uma imagem de satélite SPOT com resolução de 20 x 20m, a qual foi de grande utilidade para o trabalho.

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

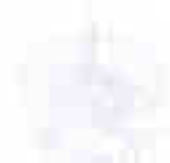
A TI Xacriabá se encontra na bacia do Rio São Francisco, na região denominada Médio São Francisco, em sua margem esquerda. A área atualmente demarcada fica ao lado esquerdo do rio sem, no entanto, fazer fronteira direta com o mesmo. Atualmente, faz limite ao norte pelo Rio Itacarambi e a sudeste, em partes, pelo Rio Peruaçu e pelo Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. A maioria dos cursos d'água no interior das TI é intermitente, o que agrava a situação de disponibilidade hídrica na região.

A leste das TI, a área delimitada faz fronteira com o rio São Francisco, abrangendo a ilha (fluvial) do Capão, a comunidade ribeirinha do Remanso e parte da margem esquerda dos rios Itacarambi (Morro Vermelho). A oeste abrange uma porção à margem do rio Peruaçu (Embiruçu Ferrado), se estendendo até a linha de cumeada que divide as bacias dos rios Itacarambi e Peruaçu. Na porção ao sul, abrange parte do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, parte das fazendas ICIL e Várzea Grande e as comunidades Vargem Grande e Caraíbas.

As TI estão inseridas na região chamada polígono das secas, que se situa majoritariamente na região Nordeste, porém estende-se até o norte de Minas Gerais. Este é um território reconhecido por estar sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens, com várias zonas geográficas e diferentes índices de aridez.

A região já se encontra num grau alto de antropização, com áreas nos mais diferentes estágios de sucessão, variando desde a total degradação até zonas de estágio sucessional avançado. A economia gira em torno de atividades agropecuárias, destacando-se a pecuária extensiva de gado de corte e a agricultura.

Je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória
Data: 10/01/2017

Para: [nome] [código]

Prezado(a) [nome],
Foi recebido(a) a seguinte notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória:

EM BRANCO

Nome do paciente: [nome]
Idade: [idade] anos
Sexo: [sexo]
Data de nascimento: [data]
Local de residência: [local]
Data de início dos sintomas: [data]
Data de diagnóstico: [data]
Local de diagnóstico: [local]
Método de diagnóstico: [método]
Tratamento realizado: [tratamento]

Assinatura do médico responsável: [assinatura]
Assinatura do enfermeiro responsável: [assinatura]
Assinatura do farmacêutico responsável: [assinatura]
Assinatura do nutricionista responsável: [assinatura]
Assinatura do psicólogo responsável: [assinatura]
Assinatura do fisioterapeuta responsável: [assinatura]
Assinatura do fonoaudiólogo responsável: [assinatura]
Assinatura do agente comunitário de saúde responsável: [assinatura]

10/01/2017



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

A região se encontra inserida no bioma Cerrado, cuja importância ambiental é reconhecida:



EM BRANCO

1. O Brasil é um país de dimensões continentais, com uma área territorial de 8,5 milhões de km², o que o coloca em 5º lugar no mundo em termos de extensão territorial. Sua população, de aproximadamente 210 milhões de habitantes, é formada por uma grande diversidade étnica e cultural, refletindo a influência de povos indígenas, africanos e europeus. O Brasil é também um país de grande diversidade econômica, com setores tradicionais como a agricultura e a mineração, além de setores modernos como a indústria e o comércio.



- *Mais de 6.000 espécies de árvores (cerca de 40% das espécies lenhosas são endêmicas, isto é, só ocorrem no cerrado);*
- *14.425 espécies de insetos (47% da estimativa para o Brasil), considerando apenas lepidópteros – borboletas e mariposas, hymenopteros – abelhas, vespas, marimbondos, formigas e isópteros – cupins). 50% das abelhas são endêmicas, isto é, só ocorrem no cerrado;*
- *113 espécies de anfíbios (32 endêmicas, 3 ameaçados de extinção);*
- *180 espécies de répteis (20 endêmicas, 15 ameaçados de extinção);*
- *837 espécies de aves (29 endêmicas, 33 ameaçadas de extinção);*
- *195 espécies de mamíferos (18 endêmicas, 16 ameaçadas de extinção);*
- *153 espécies de peixes nas áreas de cerrado da bacia do São Francisco (Britski, 1998).*

Ainda existem grandes lacunas de conhecimento e, certamente, com mais investimentos em pesquisas, muitas outras espécies serão identificadas.” (ICMBio, 2008: 06)

Clima

A região Sudeste, devido à sua posição latitudinal, apresenta tipos de tempo e comportamento climático controlados, sobretudo, pelas massas de ar Polar atlântica (mPa), Tropical atlântica (mTa), Equatorial continental (mEc) e Tropical continental (mTc). Os climas predominantes no Estado de Minas Gerais são: tropical de altitude e tropical.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu (IBAMA-MMA, 2005), o comportamento térmico médio no Estado de Minas Gerais manifesta-se em um ritmo onde ficam evidenciados dois períodos distintos entre o verão e o inverno, registrando uma amplitude térmica anual de 5,4°C (mínima de 18°C e máxima de 23,4°C), e uma variação sazonal bem marcada entre os meses de inverno e verão quando registram, respectivamente, médias em torno dos 19°C (mínima de 15,7°C e máxima de 23°C) e 23°C (mínima de 19,7°C e máxima de 26,6°C).

je



Força Aérea Brasileira
 Comando em Chefe
 Rua do Ouvidor, 15
 20090-000 Rio de Janeiro, RJ

Assunto: [Illegible]

Para: [Illegible]

Assunto: [Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

EM BRANCO

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

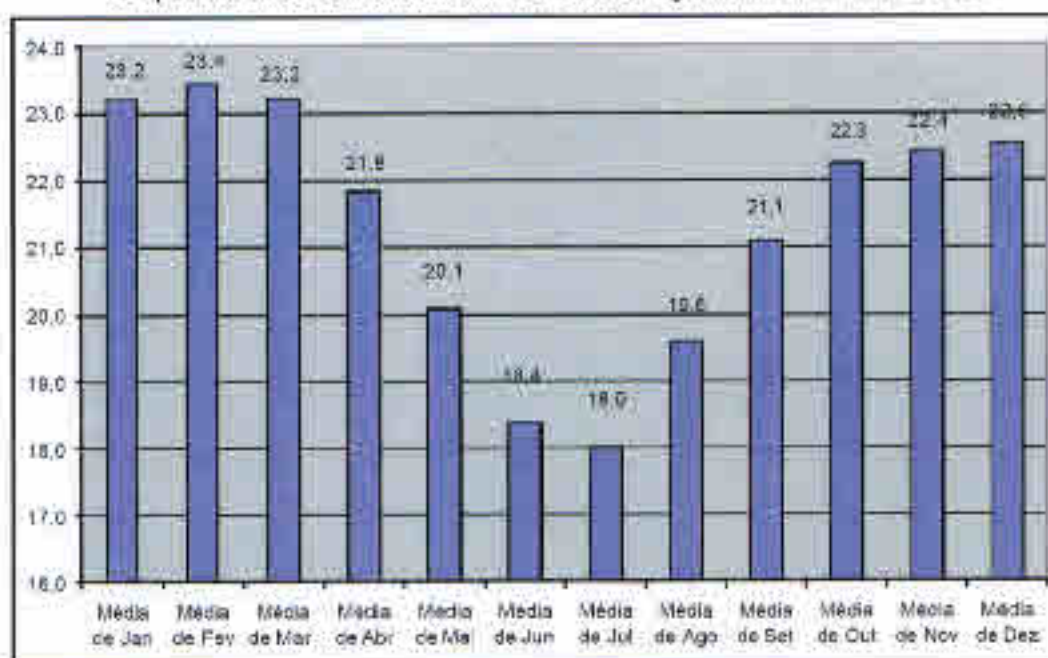
Sd



Proc. nº 40804/13
Fls. 479
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Temperatura Média Mensal de Minas Gerais, registrada entre 1961 e 1990



Fonte: INMET, 1992.

No domínio tropical, dentro do qual se encontra as TI, registram-se temperaturas médias acima de 18°C, havendo uma nitida alternância entre a estação chuvosa e estação seca condicionadas pela dinâmica atmosférica, correspondendo à circulação das massas de ar.

A distribuição média das chuvas no Estado de Minas Gerais basicamente é mais incidente sobre as porções Sul e Oeste, registrando volumes médios acima de 1.400 mm anuais, enquanto que nas porções Leste e Norte, incluindo a porção central, nota-se que os volumes pluviométricos médios registrados são inferiores a 1.200 mm para os mesmos períodos.

Je

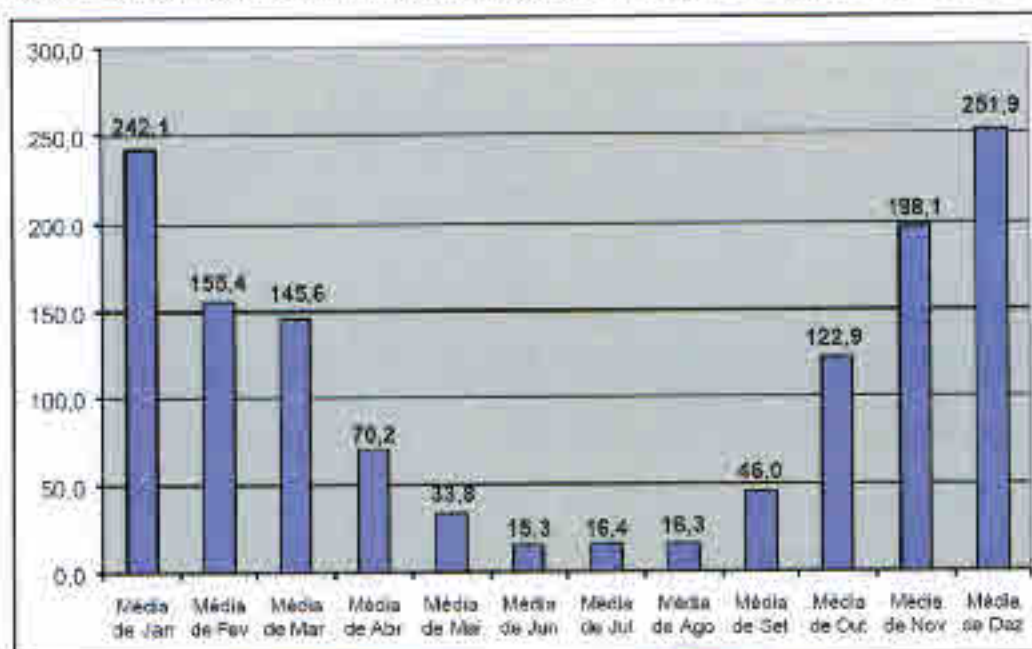
EM BRANCO



Doc. nº 40804/13
Is. 480
Inscrição 940016

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Precipitação Média (mm) Acumulada Mensal Registrada no Estado de Minas Gerais entre 1961 e 1990



Fonte: INMET, 1992.

Embora a circulação atmosférica das massas de ar seja a principal responsável pelo clima regional, essa diferença no volume de chuva entre as duas porções geográficas extremas do Estado, pode ser atribuída, em parte, também, pela influência das características climáticas da zona semi-árida nordestina sobre a porção Norte e Nordeste de Minas Gerais que, apresenta escassa pluviosidade dentro do próprio domínio tropical, abrangendo desde o litoral dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, até o curso médio do rio São Francisco.

O regime pluviométrico exerce grande influência no modo de vida das comunidades indígenas, dado o fato de que a grande maioria da agricultura praticada não tem acesso ao uso da irrigação, dependendo somente das chuvas para a manutenção de suas culturas agrícolas.

Pode-se acrescentar ainda, a respeito da influência do regime pluviométrico na vida dos Xakriabá, o fato de que este condiciona a necessidade de fazerem deslocamentos dentro do território e para fora deste. Um dos exemplos disso é o ritmo de vida daqueles que moram nas áreas ribeirinhas, como as comunidades de Remanso e Ilha do Capão, os quais, durante as grandes cheias do Rio São Francisco são obrigados a se deslocar para áreas mais altas. Tradicionalmente estes deslocamentos os levavam para áreas que hoje estão ocupadas por



10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10



EM BRANCO

10/10/2023

10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 481
Rúbrica Elaine

fazendas de gado, mas que antes possuíam matas e grande variedade de recursos de caça e coleta. Da mesma forma, durante as secas, os índios que habitavam as regiões mais áridas, se deslocavam para as margens dos rios, especialmente o São Francisco, onde podiam sobreviver com a pesca e com os recursos das matas ciliares. Hoje, diante da indisponibilidade das áreas situadas nas margens do rio São Francisco, as grandes secas acabam obrigando parte dos índios a migrarem para regiões mais distantes, em busca de trabalho temporário em canaviais, carvoarias e outros, conforme já referido anteriormente. Tal condição tem afetado gravemente a estabilidade social dos Xakriabá.

Relevo

As terras em estudo se encontram inseridas em quatro compartimentos geomorfológicos, descritos, com base no Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu (IBAMA-MMA, 2005), da seguinte forma:

Compartimento do Planalto dos Gerais ("Gerais"): conhecido pelos Xakriabá como "Gerais" ou "Tabuleiro", esta unidade está situada acima da cota 760 m, desenvolvida sobre as rochas da Formação Urucuaia (pacote sedimentar do Cretáceo Superior, constituído por uma sequência de arenitos com granulação fina a média, com intercalações de siltitos). Este compartimento é marcado por um relevo aplainado, com ondulações suaves e amplos interflúvios, evoluindo para uma chapada a partir da cota 800 m, onde se observa uma paisagem de topo plano com densidade de drenagens muito baixa. Neste compartimento situam-se as cabeceiras e o alto curso do rio Peruaçu, que, neste trecho, apresenta-se na forma de veredas, em função dos baixos gradientes e do afloramento do nível d'água, sendo caracterizado por extensas planícies inundadas. De um modo geral, o padrão de drenagem é do tipo dendrítico e bastante rarefeito. A ocorrência de uma cobertura constituída por materiais inconsolidados, formada pela alteração dos arenitos e demais litotipos da Formação Urucuaia, com larga distribuição nesta unidade, constitui um fator restritivo para o seu uso e ocupação, em função da alta susceptibilidade destes materiais à erosão e da alta

... (text is extremely faint and mostly illegible) ...

... (text is extremely faint and mostly illegible) ...

... (text is extremely faint and mostly illegible) ...

... (text is extremely faint and mostly illegible) ...

EM BRANCO

... (text is extremely faint and mostly illegible) ...



roc nº 40804113
Fls. 482
Obrigações Flavio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

permeabilidade deste material, que favorece a contaminação do aquífero subterrâneo.



Vista do Tabuleiro na região do Dizimeiro (junho de 2009).
Autor: Paulo Emílio Gomes Nobre

Os tabuleiros ou “gerais” são especialmente utilizados pelos Xakriabá para a caça e coleta. É a área onde se encontra grande parte das plantas de uso medicinal pelos Xakriabá. Devido ao seu baixo aproveitamento para agricultura, constitui-se num dos ambientes mais bem preservados na área em estudo.

Compartimento da Zona de Transição: unidade situada aproximadamente entre as cotas 720 e 760 m. Caracteriza-se pela ocorrência de um relevo aplainado, cuja monotonia da paisagem é quebrada pela presença de morros tabulares residuais (formas positivas) ou dolinas de subsidência lenta (afundamentos cônicos do terreno – formas negativas), sugerindo o transporte de material superficial para o interior de condutos subterrâneos, desenvolvidos na seqüência carbonática subjacente. Neste compartimento, que marca a transição entre o relevo de baixos gradientes do Planalto dos Gerais e o relevo acidentado do Compartimento Cárstico, verifica-se a ocorrência de uma cobertura inconsolidada, de cor avermelhada e natureza silto-arenosa, originada pelo intemperismo das rochas sedimentares da Formação Urucua. A característica mais marcante deste compartimento é o surgimento gradativo de feições cársticas por entre a cobertura arenosa. Registra-se, ainda, a ocorrência de ravinas associadas às zonas de ocorrência dos argilitos, que marcam o topo do Grupo Bambuí na área.

Notificação de ocorrência de doença infecciosa



Notificação de ocorrência de doença infecciosa

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40504113
Fls. 483
Rubrica plano

demonstrando a susceptibilidade destes terrenos à erosão, em função do escoamento superficial. O aumento da erosão neste setor afeta diretamente o Compartimento Carstificado, principalmente as cavernas, através do aumento da injeção de sedimentos detríticos nas rotas de fluxo dos rios subterrâneos, podendo causar assoreamento destes rios. Outra fragilidade deste compartimento em relação à ocupação e ao uso do solo é a alta probabilidade de incidência de afundamentos do terreno, através da formação de dolinas, as quais, em estágio inicial de desenvolvimento, são pouco notáveis devido à cobertura parcial por material residual dos arenitos.

A importância das cavernas para os Xakriabá vem sendo demonstrada neste relatório. O desmatamento para a implantação de pastagens e agricultura irrigada nestas áreas e a subsequente erosão verificada, tem colocado sob ameaça algumas destas cavernas, que como se pode ver em depoimentos dos índios, estão tendo suas entradas soterradas.

Outra característica da região, ligada ao tipo de solo é a susceptibilidade para os terremotos, possivelmente provocados por acomodação das camadas subterrâneas. Um evento marcante foi registrado no ano de 2008, na comunidade de Caraibas, provocando a morte de uma criança indígena, a primeira vítima fatal de terremotos no Brasil. Tal evento provocou a condenação da área pela Defesa Civil, que recomendou a retirada de todos os moradores, que foram deslocados para um conjunto residencial na área urbana de Itacarambi. Porém, a maioria dos moradores indígenas já retornou ao local e refez suas casas. A maior gravidade do evento se deveu não só a sua intensidade, mas ao tipo de material utilizado na construção das casas, feitas em alvenaria, sem uma base e colunas sólidas e adequadas às condições do terreno. A ocorrência de tais abalos jamais havia alterado a rotina dos Xakriabá e nem influenciado os seus padrões de ocupação territorial.

Compartimento Carstificado: unidade situada entre as cotas de 500 e 720 m, desenvolvida sobre os calcários e dolomitos do Grupo Bambuí. Boa parte da população Xakriabá vive sobre este compartimento, que é marcado por um relevo acidentado e pela ausência de uma rede de drenagem contínua, exibindo uma grande variedade de feições cársticas, tais como cavernas, dolinas de abatimento, vales cársticos (vales gerados pelo abatimento do teto de cavernas), maciços fissurados (maciços carbonáticos com rocha exposta

je

Handwritten signature and date



GOVERNMENT OF INDIA
MINISTRY OF DEFENCE
OFFICE OF THE SECRETARY

Reference is made to the letter from the Ministry of Defence dated 10.12.2019 regarding the subject mentioned above. The Ministry of Defence has been requested to take necessary steps to ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations. It is requested that the Ministry of Defence should ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations.

The Ministry of Defence is requested to ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations. It is requested that the Ministry of Defence should ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations.

The Ministry of Defence is requested to ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations. It is requested that the Ministry of Defence should ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations.

EM BRANCO

The Ministry of Defence is requested to ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations. It is requested that the Ministry of Defence should ensure that the subject matter is handled in accordance with the provisions of the relevant laws and regulations.



esculpida com canceluras de dissolução abertas ao longo de fraturas e planos de acamamento), torres ruiniformes, sumidouros, ressurgências, paredes escarpadas e canceluras de dissolução de variadas dimensões. O relevo é acidentado e vulnerável em relação à contaminação das águas subterrâneas devido à presença de um aquífero de condutos.

Compartimento da Depressão do São Francisco: com altitudes variando entre 440 e 500 m, este compartimento é marcado por um relevo aplainado, com ondulações suaves e morros testemunho de rochas carbonáticas do Grupo Bambuí, que se ressaltam em meio à planície, com cotas de até 600 m. As dolinas de subsidência lenta ilustram o transporte dos materiais inconsolidados para o interior de condutos subterrâneos, instalados na sequência carbonática subjacente à cobertura sedimentar da planície do rio São Francisco. A origem da depressão é associada à dinâmica do rio São Francisco, que preencheu uma área rebaixada por abatimento tectônico, com depósitos coluvionares e aluvionares. A presença de morros testemunhos dos calcários, imersos nos sedimentos da planície, constitui uma evidência do recuo da escarpa calcária no sentido oeste, através de erosão remontante. Dentre os três compartimentos mapeados, esta unidade constitui a área que apresenta menores restrições quanto ao uso e ocupação do solo, do ponto de vista geomorfológico, merecendo destaque a necessidade de preservação das matas ciliares do rio São Francisco e de seus afluentes. O compartimento da Depressão do São Francisco constitui-se como uma importante área para manutenção da sobrevivência do povo Xakriabá, pois o solo fértil e o ciclo de enchentes e vazantes viabilizam a agricultura de subsistência, sendo essa prática característica da maioria do povo Xakriabá. Apenas uma pequena porção das TI atualmente demarcadas está inserida neste compartimento, não sendo suficiente para manutenção da crescente população indígena.

Je



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica
Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação da educação básica, incluindo o planejamento, a execução e a análise dos resultados. O objetivo é fornecer subsídios para a tomada de decisões e a melhoria da qualidade da educação.

O processo de avaliação da educação básica é um instrumento essencial para a melhoria da qualidade da educação. Ele envolve a coleta, a análise e a interpretação de dados sobre o desempenho dos estudantes e dos sistemas de ensino. Este documento apresenta as diretrizes e os procedimentos para a realização das avaliações, bem como os resultados e as ações recomendadas para a melhoria da educação.

As avaliações da educação básica são realizadas de forma sistemática e planejada, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes e dos sistemas de ensino. Os resultados das avaliações são utilizados para identificar pontos fortes e fracos, bem como para planejar ações de melhoria. Este documento apresenta as diretrizes e os procedimentos para a realização das avaliações, bem como os resultados e as ações recomendadas para a melhoria da educação.

As avaliações da educação básica são realizadas de forma sistemática e planejada, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes e dos sistemas de ensino. Os resultados das avaliações são utilizados para identificar pontos fortes e fracos, bem como para planejar ações de melhoria. Este documento apresenta as diretrizes e os procedimentos para a realização das avaliações, bem como os resultados e as ações recomendadas para a melhoria da educação.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 486
Rúbrica Plano



Mirante em direção à Depressão do São Francisco (julho de 2009).
Autor: Paulo Emilio Gomes Nobre

Nessa foto da região tirada à beira do recuo da escarpa (mirante), numa zona de transição entre os Compartimentos Carstificado e da Depressão do São Francisco, podemos perceber o segundo ao fundo com seu relevo aplainado característico e um morro testemunho de rocha carbonática (à direita). Nota-se no Compartimento da Depressão do São Francisco que a paisagem se encontra mais alterada, a vegetação já foi suprimida e encontra-se em processo de sucessão.

je

Handwritten text in the top left corner, possibly a date or reference number.



EM BRANCO

Faint, illegible text lines spanning the width of the page, likely bleed-through from the reverse side.

Faint text at the bottom right of the page.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40904/13
Fls. 487
Rúbrica: *[assinatura]*

A maioria do território Xakriabá encontra-se no Compartimento Carstificado, restando algumas porções a sudeste nos Compartimentos dos Gerais e de Transição. Como citado anteriormente, estes compartimentos são considerados de difícil uso e ocupação, pois apresentam padrões de drenagem descontínuos, solos rasos, relevo acidentado e susceptibilidade à erosão.

Na aldeia Custódio (figura abaixo), situada entre dois compartimentos (Carstificado e Transição), percebe-se a formação de ravinas pelo processo de erosão por escoamento superficial.



Processos erosivos (ravinas) aldeia Custódio – julho de 2009.
Autor: Paulo Emílio Gomes Nobre

Entre as terras já demarcadas, apenas a TI Xakriabá/Rancharia possui uma parte de seu território na Depressão do São Francisco, área considerada com menor restrição quanto ao uso e ocupação do solo.

Solos

Nas terras em estudo são encontrados os seguintes tipo de solos, classificados de acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu:





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40504/13
Fls. 188
Rubrica: Elaine

Latossolo Vermelho-Escuro – LE: Esta classe corresponde a solos com perfis profundos não hidromórficos, com horizontes A, B e C, sendo que do A ao B geralmente a profundidade passa de 2 m. Possuem um gradiente textural muito baixo, principalmente quando ocorrem em perfis uma textura argilosa a muito argilosa. Apresentam colorações vermelhas a muito vermelhas, de matizes 2,5YR a 10R, valores e cromas entre 3 e 6; porosidade alta; e alto grau de floculação; são bem drenados e morfologicamente pouco acidentados.

Entretanto, ressalvas devam ser feitas, especialmente quanto aos Latossolos Vermelho-Escuros, originados sobre as rochas do Grupo Bambuí. Os baixos teores de argila dispersa e o predomínio de frações de areias finas evidenciam, dentre outros fatores, a presença de um alto grau de intemperismo.

- **Origem:** Depósitos detrítico-lateríticos do Terciário e Quaternário e Formação Urucuiá; Rochas Carbonáticas do Grupo Bambuí (Proterozóico)
- **Relevo:** Plano a suave ondulado
- **Textura:** Textura argilosa a média sobre material do Grupo Bambuí podendo variar no caso das coberturas detríticas
- **Susceptibilidade:** Baixa susceptibilidade à erosão laminar. Quando mal utilizado, susceptibilidade a ravinamentos (perfil profundo com fluxo concentrado de água superficial)

Solos Litólicos – Re: Compreendem solos pouco desenvolvidos e afloramentos rochosos recobertos por Vegetação Hiperxerófila que, quando muito, possuem perfil com horizontes A e C, mais comumente só um horizonte A sobre a rocha matriz. Contudo, na bibliografia há registro de localidades onde se desenvolve um horizonte B incipiente. Os horizontes A podem ser do tipo fraco, moderado e Chernozêmico. Os Solos Litólicos Eutróficos, que ocorrem na região, podem ocorrer, tanto em relevos planos como escarpados. São relacionados aos calcários e dolomitos. Podem variar para distróficos e álicos quando sobrejacentes aos siltitos, filitos e arenitos, o que não se observa com frequência, por causa da sua ocorrência em lentes na região, além do alto grau de pedogeneização, especialmente sobre os arenitos. Apresentam características de altos índices de Saturação de Bases (maiores que



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de Casos de Sarampo em 2011. O sarampo é uma doença infecciosa aguda causada por um vírus, caracterizada por febre, erupção cutânea e, em alguns casos, complicações graves. A transmissão ocorre por contato direto com secreções respiratórias ou por gotículas de saliva. A prevenção é feita por meio da vacinação com a vacina tríplice viral (contendo sarampo, caxumba e rubéola).

De acordo com o Regulamento Sanitário nº 231/2004, a notificação de casos de sarampo deve ser feita obrigatoriamente pelo médico responsável pelo diagnóstico, preenchendo o Formulário de Notificação e Rastreio (FNR) e encaminhando-o para o Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Para a notificação, é necessário preencher o FNR com os dados pessoais do paciente, o local de residência, o diagnóstico clínico e o tratamento instituído. O FNR deve ser encaminhado para o Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Vigilância em Saúde, que realizará o acompanhamento e a investigação dos casos.

EM BRANCO

Em caso de dúvidas ou para obter mais informações, consulte o Manual de Notificação de Casos de Sarampo, disponível no site do Departamento de Vigilância Epidemiológica. A notificação de casos de sarampo é uma obrigação legal e fundamental para a vigilância e o controle da doença.

Atenciosamente,
Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica
Dr. [Nome do Diretor]

Assinatura: [Assinatura]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 408041/3
Fls. 489
Rubrica *Uaima*

60%).

- **Origem:** Rochas Carbonáticas do Grupo Bambuí (Proterozóico relevo montanhoso, diversas litologias)
- **Relevo:** Áreas escarpadas, ou muito declivosas
- **Textura:** Depende do material de origem
- **Associações:** Depende do material de origem, mas se associam normalmente a solos Câmbicos

Cambissolos – Ca: Os Cambissolos possuem características marcadamente notáveis quanto ao seu moderado desenvolvimento. Caracterizam-se pela presença do horizonte B incipiente (B). São abrigadas nesta classe diversas combinações de perfis que, em geral, são relacionados a processos instáveis de pedogeneização, contudo, possuem um baixo grau de intemperização dos seus minerais. Quando em declives muito altos possuem perfis decapitados e, às vezes, iluviação sem formação de um horizonte B espódico ou argílico.

- **Origem:** Depósitos detrítico-lateríticos do Terciário e Quaternário; Formação Urucuiá; Rochas Carbonáticas do Grupo Bambuí (Proterozóico); Depósitos aluviais do rio São Francisco e seus afluentes
- **Relevo:** Relevo suave ondulado a montanhoso
- **Textura:** Álicos – argilosa a média. Podem ser concrecionários, conter relíquias da rocha matriz; Eutróficos – argilosa a muito argilosa
- **Susceptibilidade:** Álicos – muito susceptíveis à erosão

Latossolo Vermelho-Amarelo – LV: Na área ocorrem, predominantemente, os álicos. No contexto regional são considerados como predominantemente álicos, com clara influência litológica. São solos que foram muito ocupados recentemente, principalmente para pecuária e prática intensiva de mecanização agrícola irrigada e que, portanto, perderam grande parte do seu recobrimento vegetal com possíveis prejuízos aos ambientes associados, devendo ser tratados com atenção em termos do planejamento para alcançar uma metodologia ideal para um uso mais sustentável destas áreas.

- **Origem:** Depósitos detrítico-lateríticos do Terciário e Quaternário; Formação Urucuiá; Rochas Carbonáticas do Grupo Bambuí (Proterozóico)



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

2020

Considerando a importância da vigilância epidemiológica para a saúde pública, e a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e

Considerando a necessidade de atualizar o Regulamento da Vigilância Epidemiológica, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em 1990, e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 490
Rubrica *elaine*

- **Relevo:** Relevo plano e suave ondulado
- **Textura:** Textura média (Formação Urucuiá, cobertura detrito-laterítica), por vezes argiloso a muito argiloso (Grupo Bambuí)
- **Susceptibilidade:** Baixa susceptibilidade à erosão laminar. Quando mal utilizado, susceptibilidade a ravinamentos (perfil profundo com fluxo concentrado de água superficial)

Areias Quartzosas – AQ: Estes são solos extremamente arenosos, com seqüências de horizontes A e C, muito profundos, excessivamente drenados, médios a fortemente ácidos, com fertilidade natural baixa, saturação de bases entre 8 e 38% e saturação de Alumínio trocável entre 25 e 80 %. Os horizontes A são moderados ou fracos, variando em função da proximidade com drenagens de 1ª ordem a até proeminentes. As espessuras são de 10 a 30 cm, a estrutura granular é fracamente desenvolvida e se apresenta em grãos simples com coloração de matriz 10YR e valores 3 e 5, e Cromo entre 2 e 6. O horizonte C pode ser subdividido em sub-horizontes que podem aparecer em grãos simples ou maciços quando seco e, quando úmido, ao passar por incremento nos teores de argila em até 10% próximo às transições com os Latossolos associados.

- **Origem:** Arenitos da Formação Urucuiá
- **Relevo:** Plano a suave ondulado, associado ao topo de chapadas
- **Textura:** Arenosa
- **Associações:** LV textura média+ Hidromórfico cinzento
- **Susceptibilidade:** Alta à erosão

Solos Hidromórficos – HG: Os Solos Hidromórficos estão localizados em bacias de deposição quaternárias, associadas à dinâmica fluvial. Apesar de estarem, às vezes, associados aos Solos Aluviais, é esta classe de solos que possui as características mais didáticas de sua gênese e desenvolvimento. Na área em estudo, há ocorrência deste material a montante da soleira de Várzea Grande, ocupando da planície de inundação até as cabeceiras do rio Peruaçu. Os Solos Orgânicos Álicos são assim chamados por terem uma alta concentração de matéria orgânica em sua massa (mais de 50 %). Sua gênese se vincula a hidromorfia (prolongadas estações de alagamento), relacionada ao acúmulo de matéria orgânica de origem



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fla. 491
Rubrica *elaine*

vegetal. As Areias Quartzosas Hidromórficas se caracterizam pedogeneticamente por não terem estrutura no horizonte A e ambos horizontes, A e C do perfil tipo, são profundos e jazem em áreas onde a presença de inundação ou encharcamento é permanente ou muito freqüente e duradoura. A priori estas condições são comuns a outros Solos Hidromórficos. São muito arenosos e estão associados à deposição de areias remobilizadas em locais onde, possivelmente, ocorrem situações de formações vegetais com pouca produção de biomassa. Entretanto, são ricos em matéria orgânica por causa da lenta decomposição que acaba resultando em condições ácidas. Os Solos Gleis são uma espécie de ponte entre as Areias Quartzosas Hidromórficas e os Solos Orgânicos, visto que existe entre eles uma graduação seqüenciada de fases de acumulação mineral e de matéria orgânica, condicionada pela dinâmica hidrográfica. Os Gleis Pouco Húmicos são pouco evoluídos e ocupam uma posição topográfica na qual não se submetem à permanência de encharcamento, sendo, com isso, aerados sazonalmente. Alternam fases de oxidação e redução, o que ocasiona em cores mais claras e pouca matéria orgânica. Já os Gleis Húmicos passam mais tempo com lençol freático à superfície do solo, apresentando coloração acinzentada, devido à redução do ferro, de modo que apresentam perfis com horizontes A e Cg. São mal drenados e fortemente ácidos.

- **Origem:** Sedimentos depositados de origem calcária (Grupo Bambuí); Alúvicos: várzeas e veredas; Orgânicos: ambiente palustre
- **Relevo:** Plano (várzeas e planícies de inundação); Pouco húmico: topografias mais elevadas, nas proximidades de várzeas e planícies
- **Textura:** Húmico: formados a partir de material do Grupo Bambuí - Arenosa/média; outros materiais: arenosa e média; Orgânicos: depende do material de origem (elevado grau de matéria orgânica)
- **Associações:** AQ; Glei Húmico, Glei pouco Húmico, Orgânicos e Hidromórficos Cinzentos
- **Susceptibilidade:** Alta a inundações periódicas.

je

Handwritten notes in the top left corner.



Handwritten text centered below the seal.

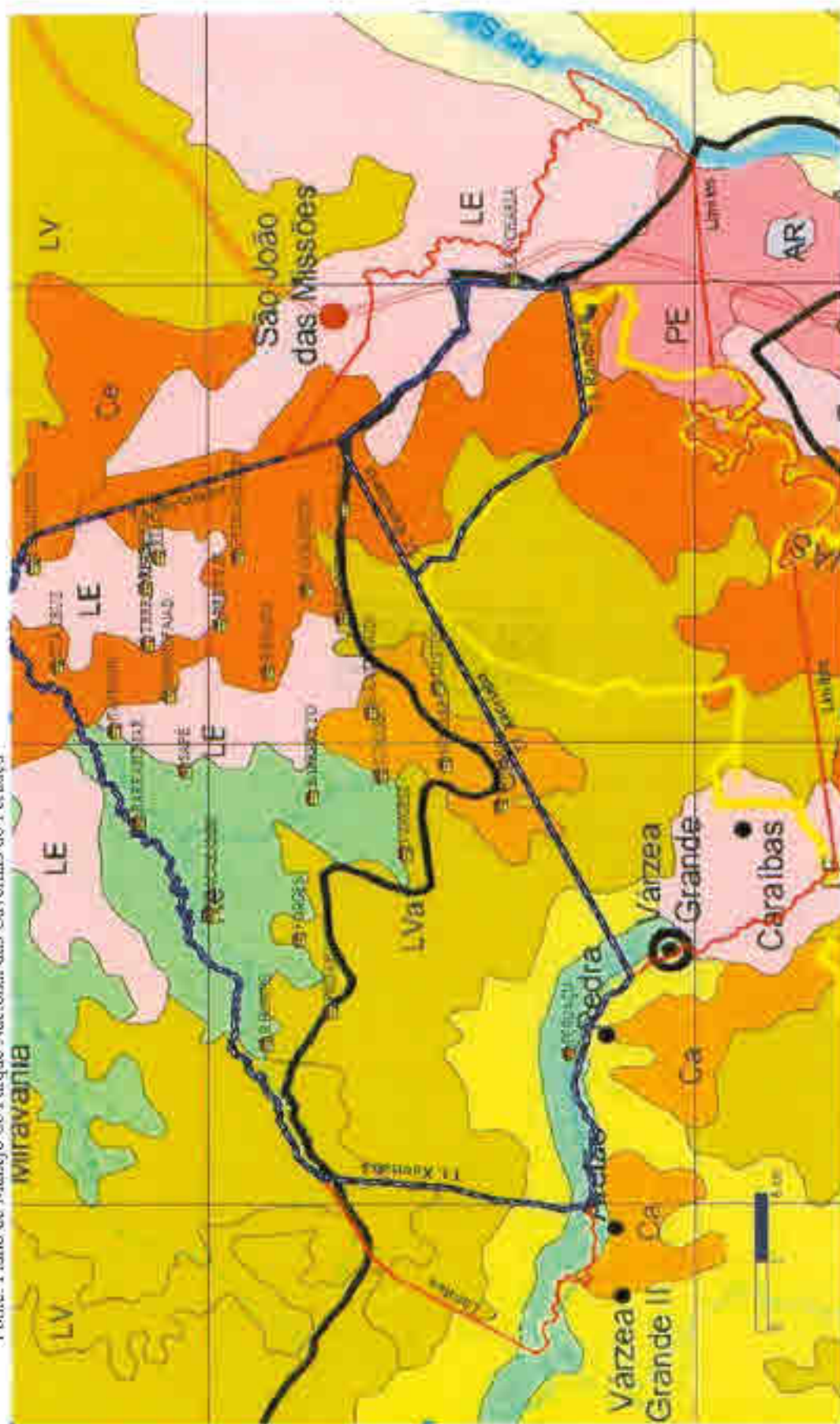
Main body of handwritten text, appearing to be a letter or report.

EM BRANCO

Handwritten initials or signature in the bottom left corner.

Handwritten text at the bottom center of the page.

Figura 7: Mapa de Solos da região onde se inserem as TI Xakriabá.
 Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu



je

Carta de
Estado do Rio
Grande

Legenda

1. Rio Grande

2. Santa Maria

3. Pelotas

4. Porto Alegre

5. Canoas

6. Gramma

7. São Leopoldo

8. Novo Hamburgo

9. Capão da Canoa

10. São José do Sul

11. São Francisco de Assis

12. São Gabriel

13. Bento Gonçalves

14. Vacaria

15. Frederico Westphalen

16. Três Lagoas

17. Farroupilha

18. Alegrete

19. Uruguaiana

20. Santana do Livramento

21. São Borja

22. Jaguarão

23. Rio Pardo

24. Itaqui

25. São José do Rio Negro

26. São José do Rio Preto

27. São Carlos do Rio Pardo

28. São Carlos do Sul

29. São Carlos do Oeste

30. São Carlos do Norte

31. São Carlos do Sul

32. São Carlos do Oeste

33. São Carlos do Norte

34. São Carlos do Sul

35. São Carlos do Oeste

36. São Carlos do Norte

37. São Carlos do Sul

38. São Carlos do Oeste

39. São Carlos do Norte

40. São Carlos do Sul

41. São Carlos do Oeste

42. São Carlos do Norte

43. São Carlos do Sul

44. São Carlos do Oeste

45. São Carlos do Norte

46. São Carlos do Sul

47. São Carlos do Oeste

48. São Carlos do Norte

49. São Carlos do Sul

50. São Carlos do Oeste

51. São Carlos do Norte

52. São Carlos do Sul

53. São Carlos do Oeste

54. São Carlos do Norte

55. São Carlos do Sul

56. São Carlos do Oeste

57. São Carlos do Norte

58. São Carlos do Sul

59. São Carlos do Oeste

60. São Carlos do Norte

61. São Carlos do Sul

62. São Carlos do Oeste

63. São Carlos do Norte

64. São Carlos do Sul

65. São Carlos do Oeste

66. São Carlos do Norte

67. São Carlos do Sul

68. São Carlos do Oeste

69. São Carlos do Norte

70. São Carlos do Sul

71. São Carlos do Oeste

72. São Carlos do Norte

73. São Carlos do Sul

74. São Carlos do Oeste

75. São Carlos do Norte

76. São Carlos do Sul

77. São Carlos do Oeste

78. São Carlos do Norte

79. São Carlos do Sul

80. São Carlos do Oeste

81. São Carlos do Norte

82. São Carlos do Sul

83. São Carlos do Oeste

84. São Carlos do Norte

85. São Carlos do Sul

86. São Carlos do Oeste

87. São Carlos do Norte

88. São Carlos do Sul

89. São Carlos do Oeste

90. São Carlos do Norte

91. São Carlos do Sul

92. São Carlos do Oeste

93. São Carlos do Norte

94. São Carlos do Sul

95. São Carlos do Oeste

96. São Carlos do Norte

97. São Carlos do Sul

98. São Carlos do Oeste

99. São Carlos do Norte

100. São Carlos do Sul





Proc. nº 4080463
Fls. 493
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Agrupamento de aldeias segundo dinâmica de funcionamento e caracterização física.		
	Grupo de aldeias	Tipos de solo/vegetação
1 Rancharia	1 - Tenda	Mata. Na rancharia encontram-se as terras mais produtivas de toda a área Xakriabá
	2 - Boqueirão	
2	3 - Brejo Mata Fome	Mata
	4 - Riacho do Brejo	Terra vermelha
	5 - Riachão	Mata
	6 - Pedra Redonda	Mata
3	7 - Prata	Terras argilosas e arenosas
	8 - Riachim	Terras argilosas e arenosas
4	9 - Terra Preta	Caatinga
	10 - Morro Falhado	Caatinga
5	11 - São Domingos	Caatinga
	13 - Santa Cruz	Caatinga
6	14 - Itaperucu	Mata
	15 - Sapé	solos arenosos e argilosos
	16 - Barra do Sumaré	Mata
7	17 - Caatinguinha	arenosos
	18 - Custódio	Arenosos, com uma pequena parte de mata
8	19 - Sumaré I	Mata
	20 - Sumaré II	Mata
	21 - Sumaré III	Mata
9	22 - Vargem	Parte de solos arenosos
10	23 - Barreiro Preto	Mata, e pequena parte de solos arenosos
11	24 - Forges	Tabuleiro
	25 - Pindaibas	Tabuleiro
	26 - Riacho dos Buritis	Tabuleiro
12	27 - Itacarambuzinho	Mata
13	28 - Peruaçu	arenoso
14	29 - Imbaúba	Mata e arenoso

XAKRIABÁ, Associação Indígena et alii: "Conhecendo a Economia Xakriabá - Relatório Final de Atividades (Versão Preliminar)", dezembro de 2005

je



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Este documento é de propriedade do Ministério da Educação e deve ser mantido em sigilo. Qualquer reprodução ou divulgação não autorizada é considerada crime.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. Não é permitido a divulgação ou o uso não autorizado das informações contidas aqui.

EM BRANCO

Este documento é de propriedade do Ministério da Educação e deve ser mantido em sigilo. Qualquer reprodução ou divulgação não autorizada é considerada crime.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. Não é permitido a divulgação ou o uso não autorizado das informações contidas aqui.



Hidrografia

As terras em estudo são limitadas a sudeste pelo Rio Peruaçu e ao norte e nordeste pelo Rio Itacarambi e pelo Rio São Francisco. O rio Peruaçu nasce no Compartimento do Planalto dos Gerais, a zona de recarga da bacia, e este rio representa uma contribuição significativa para a recarga do médio curso do rio São Francisco. As veredas que ocorrem nas chapadas, formadas sobre os arenitos, constituem áreas de afloramento do lençol freático, que apresenta baixas profundidades, sendo muito susceptíveis à rápida degradação sob intervenção humana predatória. O rio Peruaçu, antes um rio perene, possui atualmente porções onde a água é corrente somente durante o período chuvoso (intermitente); de acordo com a percepção da população indígena, esse rio vem “perdendo força” ao longo do tempo, devido principalmente ao uso predatório de seus recursos.



Rio Peruaçu na região do Dizimeiro
(GT Xakriabá, 2009)

O rio Itacarambi possui suas nascentes nos limites entre os compartimentos do Planalto dos Gerais e de Transição, sendo aquela também a zona de recarga da bacia. Logo o rio penetra o compartimento carstificado, entrecortando os calcários e dolomitos do grupo Bambuí, descrevendo uma trajetória menos sinuosa. Esta porção do Rio Itacarambi tem forte ligação com o povo Xakriabá, tendo em vista que boa parte da porção sul da bacia do Itacarambi se encontra inserida na TI. No compartimento carstificado, todos os cursos d'água





Proc. nº 40804/13
Fls. 495
Rúbrica *Flame*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

afluentes à margem direita do Itacarambi nascem na TI. Dentre esses cursos d'água podemos citar o Riacho do Brejo, onde encontramos as aldeias Sumaré I, II e III e Barreiro Preto; e o Córrego Riachão, onde ao longo do seu curso encontra-se a aldeia Brejo Mata Fome, a principal aldeia da TI Xacriabá. Ao sair da TI e entrar no compartimento da Depressão São Franciscana, uma região com uma menor amplitude altimétrica, o rio descreve uma trajetória mais sinuosa (meandros), até sua foz no Rio São Francisco. O Rio Itacarambi é um curso d'água marcado principalmente pelo grau de intervenção antrópica e degradação que vem sofrendo ao longo dos tempos. Desde assoreamento de nascentes, passando por construções de barragens até a adução para irrigação feita de forma discriminada. De tal forma, que sua foz natural no Rio São Francisco já quase não verte mais água, tendo seu curso desviado por várias barragens.



Barragem da CODEVASF no Rio Itacarambi
(GT Xacriabá - 2009)

Je



Proc. nº 40804113
Fls. 496
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID



Foz do Rio Itacarambi no Rio São Francisco
nas proximidades da Ilha do Capão (GT Xakriabá - 2009)

Ao analisar a hidrografia da TI e a ocupação (posicionamento das aldeias) por parte dos Xakriabá, percebe-se que praticamente todas as aldeias se encontram instaladas à beira de um curso d'água, seja ele intermitente ou perene.

je

SECRET
10/10/2000



EM BRANCO

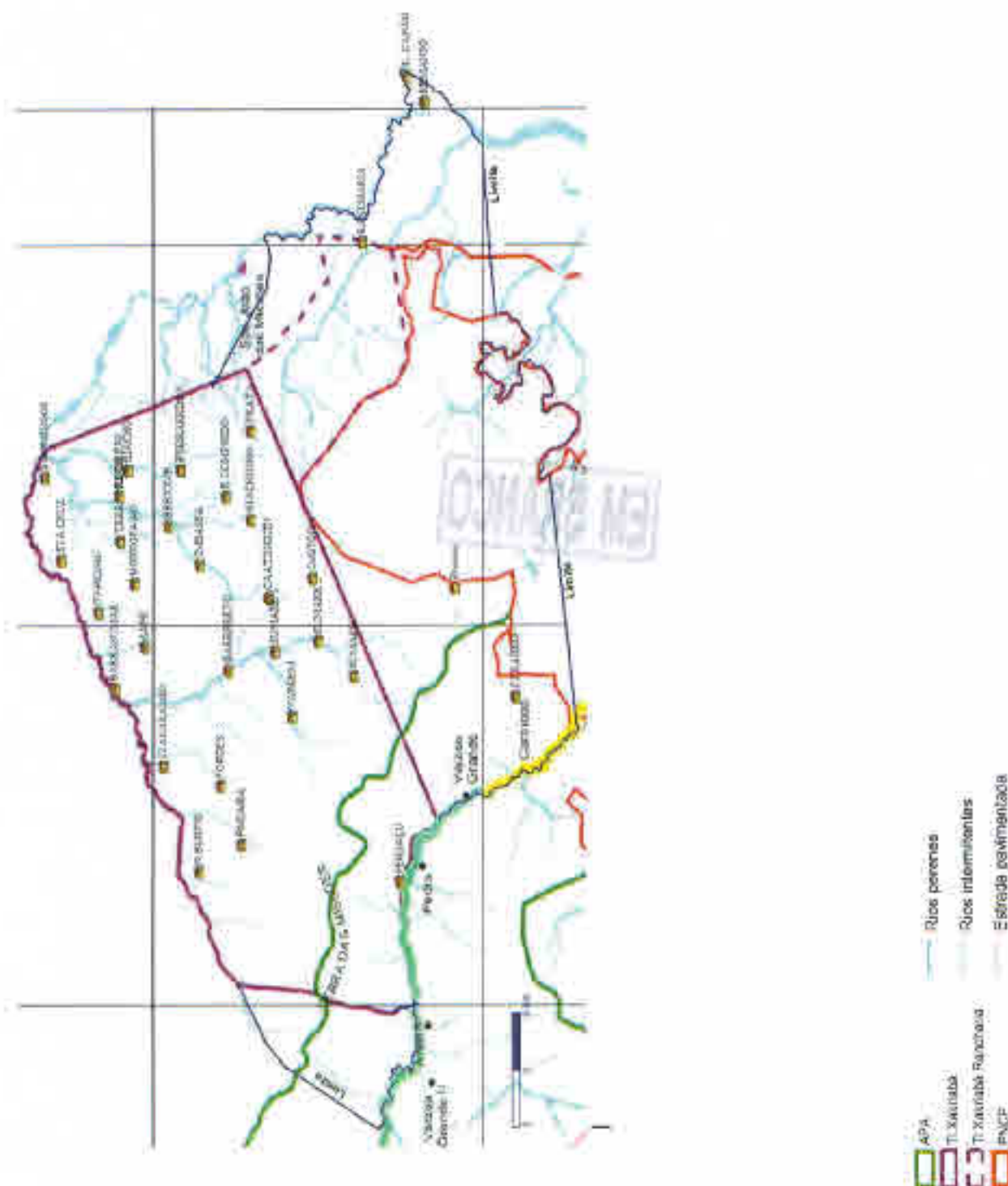


Figura 8: Mapa Hidrográfico da região onde se inserem as TI Xak'abá
 Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu

se

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 4080413
Fls. 498
Rúbrica: [assinatura]

Esse modelo de ocupação é de certo modo previsível, por se tratar de uma região com severo déficit hídrico. A proximidade geográfica de algum curso d'água é fator determinante para manutenção da sobrevivência. Maior exceção à regra de ocupação Xakriabá imposta pela hidrografia é a aldeia Custódio, que não se encontra instalada à beira de nenhum curso d'água que possui vazão significativa. A água para consumo disponibilizada nesta aldeia é recalçada dos cursos d'água das aldeias Sumaré 2.

Vegetação

As terras em estudo se encontram inscritas numa zona considerada de transição entre dois grandes biomas, o Cerrado e a Caatinga. Sendo esta última predominante.

O cerrado (CE) é predominante no Compartimento dos Gerais, porções que possuem altitude superior a 760 m, relevo suave e ondulado, estando associado aos solos profundos e ricos em sílica. Entre as espécies típicas do cerrado, que são utilizadas pelos Xakriabá, estão o borlé (*Brosimum gaudichaudii*), o mussambé (*Terminalia fugifolia*), o barbatimão (*Styphnodendron adstringens*), o pequi (*Caryocar brasiliense*), a favela (*Dimorphandra gardneriana*), a cagaíta (*Eugenia desinterica*), o jacarandá-do-cerrado (*Machaerium opacum*), o pau-santo (*Kielmeyera coriacea*), o tingui (*Magonia pubescens*) entre outras.



Pequi (*Caryocar brasiliense*)
(GT Xakriabá – 2009)

je



Proc. nº 4080413
Fls. 499
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Ainda na região dos cerrados, relacionadas diretamente com o afloramento do lençol freático estão as Veredas (referido no mapa como campos hidromórficos - CH) que tem como espécie característica o buriti (*Mauritia flexuosa*).



Buritizal na região do Peruáçu
(Gt Xakriabá - 2009)

Apesar de ser um bioma que oferece pouca viabilidade para uso agrícola, a população indígena conseguiu, ao longo do tempo, fixar-se neste ambiente usando os solos arenosos do cerrado para agricultura de subsistência, além de complementar sua dieta com o extrativismo. O cerrado tem sido explorado principalmente para a pecuária extensiva, onde a supressão da flora nativa dá lugar às pastagens.

O Compartimento dos Gerais, conhecido pelos índios como "Gerais", é considerado pela cultura Xakriabá como um local de "resguarda", onde se deve recorrer somente nos casos de coleta de plantas medicinais, frutos, caçadas e mel. Dentre os frutos e sementes mais coletados pelos Xakriabá podemos citar: umbu, pequi, maracujá-do-mato, cabeça de nego (panã), grão-de-galo, côco cabeçudo, cagaita, coquinho indaiá, buriti, mangaba, favela, araticum, caju.

je



EM BRANCO

... ..

... ..



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413

Fis. 600

Rúbrica Elaine



Favela
(GT Xakriabá – 2009)

A caatinga é um bioma que ocorre em lugares de estação seca que duram em média 7 meses e nela ocorrem a caatinga propriamente dita e as florestas estacionais decíduais. Essas florestas, incluídas aí as matas secas que ocorrem sobre afloramentos calcários (Vale do Rio Paraíba) e sobre as arcias quartzosas e os cambissolos (parte da TI Xacriabá), caracterizam-se pela perda total das folhas em determinada época do ano. Conhecidas pelos índios Xakriabá como “Mata”, trata-se de florestas bem menos ricas que as semidecíduais (mata atlântica) devido à severidade do clima, que limita o número de espécies capazes de viver nessas áreas. Nelas, é notável a dominância de Leguminosae, como o angico (*Anadenanthera colubrina*). Também importantes são os umbuzeiros (*Spondias tuberosa*), a aroeira (*Myracrodruon urundeuva*) e a baraúna (ou braúna/pau-preto como é regionalmente conhecida) (*Schinopsis brasiliensis*), sendo que as duas últimas constam na lista de espécies ameaçadas de extinção do Estado. Destacam-se, ainda, várias espécies de ipês (*Tabebuia* spp.), as barrigudas (*Cavanillesia arborea*), também ameaçada de extinção e as mandiocas bravas do gênero *Manihot*. Apesar das espécies de aroeira e barriguda estarem ameaçadas de extinção, percebe-se um número considerável de indivíduos dessas espécies nas TI Xacriabá e Xakriabá Rancharia, relevando-se assim o papel das TI como um lugar de destaque para preservação deste bioma inserido em Minas Gerais. Nota-se ainda a presença significativa da espécie nas áreas em estudo, cuja demarcação irá proporcionar a ampliação da rede de proteção da espécie.

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fis. 601
Rubrica Flora



Barriguda (*Cavanillesia arborea*), na região da encosta dos “geraes”
(GT Xakriabá – 2009)

Além destas tipologias florestais destes grandes biomas brasileiros citados anteriormente podemos citar outras formações encontradas nas terras em estudo, são elas:

Vegetação hiperxerófila: Trata-se de uma vegetação que se desenvolve exclusivamente sobre os afloramentos calcários. Possui estreita ligação com as matas secas, as quais se desenvolvem no entorno do afloramento e mesmo entre as rochas, onde há algum acúmulo de sedimentos. Predominam as formas arbustivas e herbáceas, apesar de se presenciarem diversas árvores na paisagem, referentes àquelas entre as rochas. O termo hiperxerófila se deve ao elevado estresse hídrico a que estão sujeitas as plantas desse ambiente. Predominam as bromélias *Encholirium luscior*, as quais, às vezes formam uma densa cobertura. Também ocorrem os cactos cf. *Austrocephalocereus* sp., cf. *Quiabentia zehntneri* e *Opuntia saxatilis*, o cansanção *Cnidosculus urens* e as espécies *Euphorbia sipalisii* e *Allamanda* spp.

Je



EM BRANCO

1999-2000



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40904/13
Fls. 602
Rúbrica Elaine



Vegetação hiperxerófila encontrada na região do Peruaçu – julho de 2009
Autor: Paulo Emílio Gomes Nobre

Carrasco: De acordo com o sistema de classificação utilizado pelo IBGE (1992), o termo que mais se aproxima das características dessa tipologia vegetal seria o de Savana-Estépica Arborizada, mas difere desta pela elevada densidade de pequenas árvores apresentada pelo “carrasco” em contraste com os vazios entre as árvores, conforme referido na definição desta formação.

Apesar do termo carrasco ser empregado para muitas formações da Caatinga, diferencia desta pela ausência, ou rara presença, de espécies espinhentas, a exemplo das juremas *Mimosa* spp. e *Piptadenia* spp., as quais são frequentes na segunda tipologia.

O carrasco ocorre, normalmente, entre as formações de Mata Seca e do Cerrado. Possui alguns elementos comuns a estes ambientes, mas diversas espécies próprias, muitas comuns aos ambientes das Caatingas. Apesar de haver um gradiente entre a Mata Seca e o Carrasco e entre o Cerrado e o Carrasco, este possui seus aspectos particulares, o que o individualiza como uma unidade vegetacional. A altura do dossel fica entre 3 e 4 m com algumas árvores emergentes atingindo cerca de 5-6 m. Possui intensa caducifolia, ao contrário do cerrado que é perenifólio, e em menor grau que a mata seca, onde a perda de folhas é quase total. Destaca-se no ambiente do Carrasco a elevada densidade do estrato arbustivo. Trata-se de um emaranhado de troncos e galhos finos pertencentes a espécies arbustivas, arbóreas e lianas, que dificultam bastante a passagem por essa vegetação.

je

4-8-200

EM BRANCO



Floresta Estacional Semidecidual: A Floresta Estacional Semidecidual (FES) é encontrada principalmente às margens dos rios, lugar de maior umidade. Esse tipo de vegetação é considerado importante do ponto de vista da legislação e da proteção do meio, pois se caracteriza como mata ciliar e é considerada com Área de Preservação Permanente (APP). Percebe-se também que boa parte desta vegetação já se encontra suprimida, dando lugar ao domínio das culturas e pastagens, devido principalmente às atividades da agricultura e da pecuária. Percebe-se também que esse perfil mais insinuante de supressão da FES acontece na porção a jusante do domínio das TI Xacriabá, já no compartimento da Depressão Sanfranciscana. As atividades de agricultura são mais viáveis neste compartimento, pois há um predomínio de solos mais férteis e o relevo pouco acidentado e suave favorecem a adução de água para irrigação.

Vegetação Antrópica: Como vegetação antrópica pode-se incluir as pastagens, lavouras e a vegetação no entorno das residências. A ocupação humana resulta na supressão e alteração da vegetação original. No entanto, ainda prevalece na paisagem algum indivíduo da vegetação original, que foi poupado no processo de desmate ou surgiu devido à colonização espontânea. Observam-se ainda aroeiras *Myracrodruon urundeuva*, angicos *Anadenanthera colubrina* var. *colubrina*, tamburil *Enterolobium contortiliquum*, juazeiro *Zizyphus joazeiro*, rosqueiras *Chloroleucon tenuiflorum*, paus-pretos *Schinopsis brasiliensis* e barrigudas-embarê *Cavanillesia arborea* em áreas onde originalmente havia mata seca. Onde o cerrado era a vegetação original, tem-se o pequi *Caryocar brasiliense*, a sucupira-branca *Pterodon pubescens* e o jatobá *Hymenaea courbaril* etc.



je



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENADORIA DE SAÚDE PÚBLICA

Em nome do povo brasileiro, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, e a Coordenação de Saúde Pública, vem, por meio desta, convocar a todos os profissionais de saúde, em especial os médicos, enfermeiros, farmacêuticos, odontólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, e demais profissionais que atuam na área da saúde, para a realização de uma reunião de trabalho, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e estratégias para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.

EM BRANCO

A reunião será realizada em formato presencial, no dia 15 de maio de 2020, às 14h, no Auditório do Ministério da Saúde, situado no Palácio do Planalto, Brasília, DF. A participação é obrigatória para todos os profissionais mencionados no item 1º desta convocatória. A presença dos profissionais será registrada e será necessário apresentar credencial de identificação.



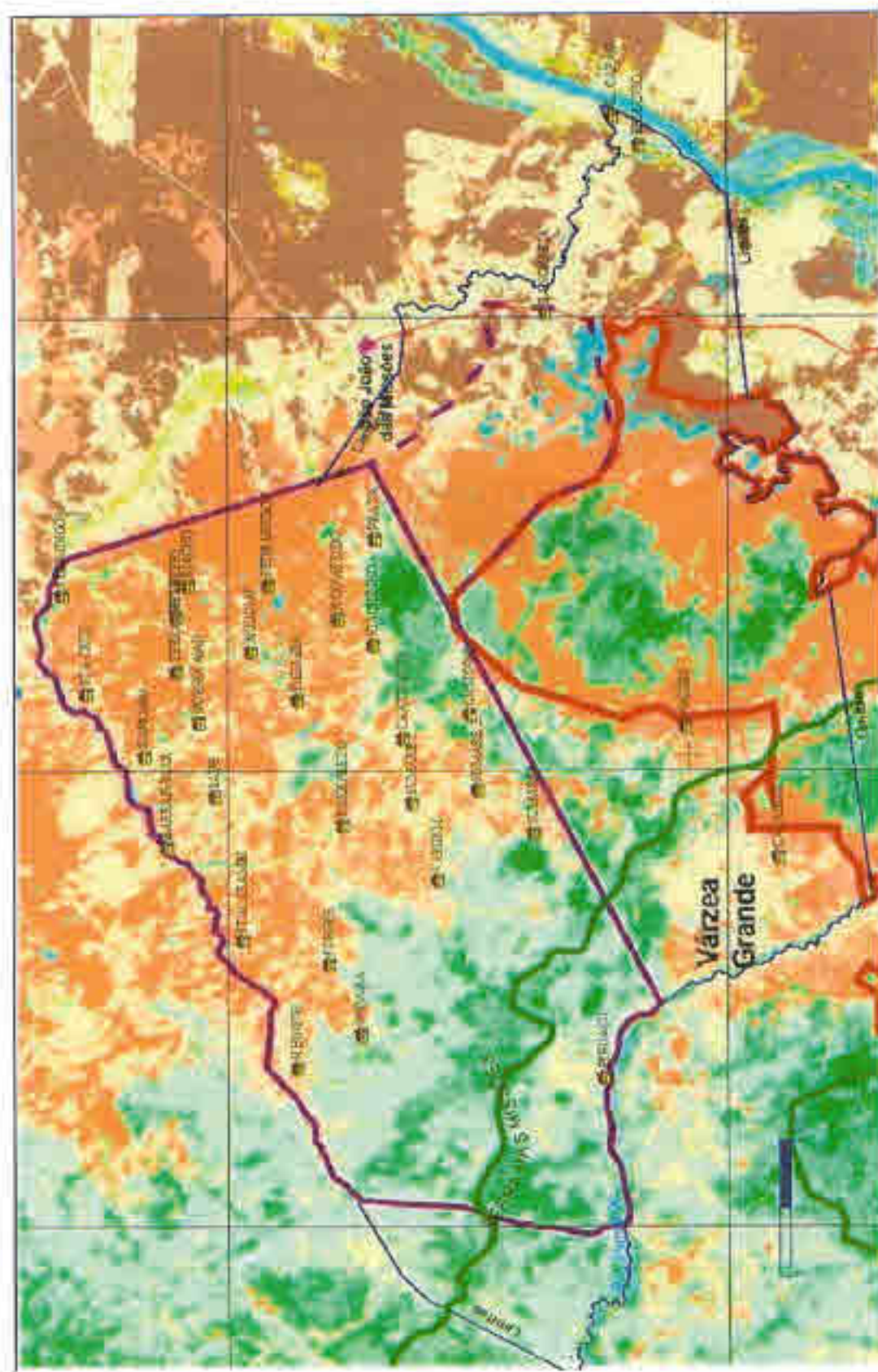


Proc. nº 40904/13
Fls. 504
Oriboca Ilama

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Tamboril (*Enterolobium contortiliquum*) em área antropizada (GT Xakriabá – 2009)

EM BRANCO



- | | | |
|--|--|---|
| <p> Floresta estacional semidecidual (FES)
 Vegetação secundária de floresta estacional decidual (CAPEFD)
 Savana floresta (CEAF)
 Savana arbustiva fechada ou Savana estéril (CEFECA)
 Savana amontizada aberta (CEAB)
 Vegetação secundária de savana ou Campo cerrado (CAPCE/CACE) </p> | <p> Floresta estacional decidual Santarosa (FESr)
 Floresta estacional decidual do carze (FEDCR)
 Vegetação hipomorfita (VH)
 Campos hidromórficos (CH)
 Culturas e pastagens (CUP/PAC)
 Ambiente urbano (UR) </p> | <p> APA
 TI Xakriabá
 TI Xakriabá Ranchana
 PNQP </p> |
|--|--|---|

Figura 10: Mapa de vegetação da região onde se inserem as TI Xakriabá

Je

Alameda
10/10/2010

EM BRANCO





Fauna

Apesar de predominarem nas terras em estudo o bioma da caatinga e a tipologia carrasco, são nas extensões do cerrado (compartimento dos gerais) que se registra a maior presença de animais, principalmente de grande porte. Conforme o Plano de Manejo do PNCP e as informações colhidas junto aos índios, podemos citar entre os mamíferos o cervo-do-pantanal *Blastocerus dichotomus*, o cachorro-do-mato-vinagre *Speothos venaticus*, o tatu-hola *Tolypeutes tricinctus*, a anta *Tapirus terrestris*, a onça-pintada *Panthera onca*, o gato-palheiro *Lynchaillurus colocolo*, o tatu-canastra *Priodontes maximus*, o tatu-de-rabo-mole *Cabassous unicinctus*, o tamanduá-mirim *Tamandua tetradactyla*, o tamanduá bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, a raposa-do-campo *Pseudalopex vetulus*, o lobo-guará *Chrysocyon brachyurus*, o gato-do-mato-pequeno *Leopardus tigrinus*, a jaguatirica *Leopardus pardalis*, a onça-parda *Puma concolor*, a lontra *Lontra longicaudis*, o mocó *Kerodon rupestris*, a cutia ou cotia *Dasyprocta aguti*, a capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*, a paca *Cuniculus paca*, o cateto (conhecido também como Caititu) *Tayassu tajacu*, o queixada *Tayassu pecari* e o veado campeiro *Ozotoceros bezoarticus*. Além de várias espécies de morcegos, que são encontrados nas lapas e grutas encontradas na TI. Muitos desses animais, ameaçados de extinção, são citados aqui a partir de relatos da população local.

Dentre as aves, são encontradas na região a Ema *Rhea americana*, o jacu *Penelope superciliaris*/Penelope jacucaca, a seriema *Cariama cristata*, o zabelê *Crypturellus noctivagus zabele*, o lambu, a perdiz *Rhynchotus rufescens*, o juriti *Leptotila verreauxi*, a maritaca (conhecida também como maitaca) *Ploncus maximiliani*, o papagaio *Amazona aestiva*, o quem-quem, alma de gato *Piaya cayana*, o carcará *Caracara plancus*, o gaviãozinho *Gampsonyx swainsonii*, o curió *Oryzoborus angolensis*, o pintassilgo *Carduelis magellanicus*, o quero-quero *Vanellus chilensis*, o anu-preto *Crotophaga ani*, o canário (canário-do-mato) *Basileuterus flaveolus* e o tucano *Ramphastos toco*.

Algumas destas espécies de aves são caçadas para alimento e, eventualmente, são aproveitadas as penas dos animais caçados para artesanato, embora esta prática esteja hoje em dia cada vez mais reduzida, especialmente pelo impedimento da venda de arte plumária de origem nativa. Para a caça utiliza-se de pios, para atrair as aves, os quais são feitos artesanalmente. Um professor de cultura Xakriabá, da aldeia Custódio, exibiu para o GT suas

je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 507
Rubrica Elaine

habilidades com um pio, imitando várias aves da região.

No campo da entomofauna, serão contempladas neste relatório somente as espécies de abelhas, dada a importância que estes seres têm para a manutenção da vida do povo Xakriabá, na coleta de mel, principalmente. Entre as espécies citadas pelos índios estão a abelha europa *Apis mellifera*, a jataí *Tetragonisca angustula*, mandaçaia *Melipona quadrifasciata*, a manduri (conhecida pelos índios como mandurim) *Melipona marginata*, borá bravo *Tetragona clavipes*, borá manso *Tetragona quadrangula*, arapuá *Trigona recursa*/*Trigona spinipes*, xupé *Trigona hyalinata*, caga-fogo (conhecida também como tataira) *Oxytrigona tataira tataira*, a arutuba e a abelha preta. Os Xakriabá demonstram ter grande conhecimento a respeito das características de cada espécie e dos seus habitats.

Entre os anfíbios e répteis (herpetofauna) foram citadas as seguintes espécies, sendo que a maioria são espécies representativas dos biomas do cerrado e caatinga: cobra coral *Oxyrhopus trigemirus*, cobra cipó *Philodryas olfersii*, cainana *Spilotes pullatus*, jibóia *Boa constrictor*, salamanta (conhecida pelos índios como saramanta) *Epicrates cenchria*, cascavel *Crotalus durissus*, jararaca *Bothrops jararaca*, jararacuçu *Bothrops jararacussu*, sucuri *Eunectes murinus* e quatro-presas *Bothrops leucurus*. Sendo esta última espécie visualizada pelos membros do GT em trabalho de campo. Além das serpentes foram citados também o cágado *Phrynops tuberculatus*, o teiú *Tupinambis merianae*, o camaleão *Polychrus* sp. e o jacaré-de-papo-amarelo *Calman latirostris*.

Em relação à ictiofauna, notou-se uma diversidade maior de espécies no rio São Francisco em relação aos rios Itacarambi e Peruaçu. Foram relatadas as presenças de curimatá *Prochilodus* cf. *costatus*, dourado *Salminus brasiliensis*, piaú *Leporinus elongatus*, surubim *Pseudoplatystoma coruscans*, matrinxã *Brycon cephalus*, traíra *Hoplias malabaricus*, cari *Loricaria*, pacamã *Lophiosilurus alexandri*, pirá *Conorhynchus conirostris*, cumbaca (bagre) *Trachelyopterus galeatus*, caranha *Piaractus brachipomus*, tambaqui *Colossoma macropomum* e pacu *Metynnis* SP., essas três últimas espécies, segundo relatos locais, foram introduzidas no rio.

Je

EM BRANCO



Atividades produtivas e usos dos recursos naturais

As atividades produtivas, já mencionadas anteriormente, e o uso dos recursos naturais desempenhados pelos índios Xakriabá estão ligados a uma gama de fatores, destacando-se o processo histórico de ocupação das terras do norte de Minas e a aptidão das terras da região para agricultura irrigada e a pecuária. Os meios de produção dos índios ao longo do tempo foram incorporando as atividades e os costumes dos mais variados grupos que viriam a ocupar essas terras, mantendo também as práticas que lhe são rotineiras, de costume. Tomando como base o modo de vida das populações tradicionais, a influência que o ambiente onde vivem exerce sobre seus meios de produção, o fato de as Terras Indígenas dos Xakriabá estarem numa zona de transição entre dois grandes biomas e próximo da margem do Rio São Francisco conclui-se que há a manifestação de um modo de vida único. Modo de vida este que forma um mosaico com conexões entre as diferentes paisagens e condições impostas pelo ambiente da região.

Agricultura

Conforme descrito no Capítulo III, a agricultura praticada pelos Xakriabá é na maior parte voltada para subsistência. Quando há um eventual excedente da produção, os índios o comercializam para os comerciantes da própria TI (nas aldeias onde há algum tipo de comércio, aldeias Sumaré, Brejo Mata Fome e Barreiro Preto) ou para os municípios vizinhos (São João das Missões e Itacarambi). O caráter eventual do excesso da produção se deve ao fato de a agricultura praticada pelos Xakriabá dispensar o uso de técnicas de otimização das condições de plantio (irrigação, adubação, calagem, maquinário agrícola etc), ficando assim a mercê somente das condições do meio para obter seu sustento.

Conforme descrito pelos próprios Xakriabá, a fertilidade de uma determinada área ou quão boa é a área para uso agrícola, está intimamente ligada com a exuberância da vegetação que lá existia. Portanto, as regiões de "Mata" próximas aos rios são as mais visadas para esta prática. Geralmente, a região dos "Gerais" não é tão usada por não possuir características que favoreçam a agricultura (solo muito profundo, rico em sílica, drenagem rarefeita etc.).

Segundo o relatório "Conhecendo a Economia Xakriabá" (CEDEPLAR/FAE, UFMG



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Doenças Transmissíveis

NOTIFICAÇÃO DE DOENÇA TRANSMISSÍVEL

Notificação de Doença Transmissível - Notificação de Doença Transmissível (NDT) é um documento utilizado para registrar e notificar doenças transmissíveis ao Sistema de Informação de Doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação é obrigatória para todas as doenças transmissíveis listadas no Regulamento Sanitário Nacional (RSN) e no Regulamento de Controle Epidemiológico (RCE). A notificação deve ser feita pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do paciente, ou pelo profissional de saúde responsável pela vigilância epidemiológica da unidade de saúde. A notificação deve ser feita em formulário próprio, disponível em formato eletrônico no sistema de informação de doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação deve ser feita em prazo máximo de 30 dias após o diagnóstico da doença. A notificação deve ser feita em formulário próprio, disponível em formato eletrônico no sistema de informação de doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação deve ser feita em prazo máximo de 30 dias após o diagnóstico da doença. A notificação deve ser feita em formulário próprio, disponível em formato eletrônico no sistema de informação de doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação deve ser feita em prazo máximo de 30 dias após o diagnóstico da doença.

EM BRANCO

Notificação de Doença Transmissível - Notificação de Doença Transmissível (NDT) é um documento utilizado para registrar e notificar doenças transmissíveis ao Sistema de Informação de Doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação é obrigatória para todas as doenças transmissíveis listadas no Regulamento Sanitário Nacional (RSN) e no Regulamento de Controle Epidemiológico (RCE). A notificação deve ser feita pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do paciente, ou pelo profissional de saúde responsável pela vigilância epidemiológica da unidade de saúde. A notificação deve ser feita em formulário próprio, disponível em formato eletrônico no sistema de informação de doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação deve ser feita em prazo máximo de 30 dias após o diagnóstico da doença. A notificação deve ser feita em formulário próprio, disponível em formato eletrônico no sistema de informação de doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação deve ser feita em prazo máximo de 30 dias após o diagnóstico da doença. A notificação deve ser feita em formulário próprio, disponível em formato eletrônico no sistema de informação de doenças (SID) do Ministério da Saúde. A notificação deve ser feita em prazo máximo de 30 dias após o diagnóstico da doença.



Proc. nº 40804/13
Fls. 609
Rúbrica *Flavio*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

– 2004) as terras situadas na TI Xakriabá Rancharia “são as mais produtivas de toda a área Xakriabá”. Isso se deve ao fato destas terras estarem em parte situadas no Compartimento da Depressão do São Francisco, uma região com relevo pouco ondulado, com poucas restrições ao uso agrícola, maior disponibilidade hídrica, onde há predomínio de latossolos vermelho-escuros álicos. Os Xakriabá que vivem na região do Rio São Francisco, especialmente aqueles moradores na comunidade de Remanso e na Ilha do Capão, utilizam-se das terras fertilizadas pelas cheias para os seus cultivos. É comum também o uso para o plantio de outras áreas inundáveis das margens dos rios Itacarambi e Peruaçu, como o fazem os Xakriabá residentes nas comunidades de Caraibas e Vargem Grande.

As culturas produzidas nas TI Xacriabá e Xakriabá Rancharia podem ser divididas de acordo com o domínio de bioma (“Gerais” e “Mata”) que ocorre naquela determinada área. Sendo assim, há a atividade agrícola desempenhada na região da “Mata”, que abrange as aldeias situadas nas porções central, norte e nordeste das TI, incluindo Rancharia, onde há produção de milho, feijão (nome dado à fava pelos Xakriabá), mandioca, abóbora, feijão catador, cana-de-açúcar, feijão de arranca, melancia, batata-doce, limão, laranja, abacate, acerola, manga, maracujá, goiaba e horticulturas. Na região dos “Gerais”, porções noroeste, oeste e sudoeste, o uso do solo é mais restrito, ocorrem predominantemente plantações de mandioca, mamona, feijão (catador, andu e de arranca) e algumas frutas, como a melancia e a manga, essas roças são muitas vezes, consorciadas. Os índios que vivem nas regiões dos “Gerais” complementam sua produção com o extrativismo de frutos do Cerrado.



je

1. The following information is being furnished to you for your information and guidance:

2. The following information is being furnished to you for your information and guidance:

3. The following information is being furnished to you for your information and guidance:

EM BRANCO

4. The following information is being furnished to you for your information and guidance:





Proc. nº 40804/13
 Fls. 519
 Rubrica elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 Fundação Nacional do Índio - FUNAI
 Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Roça consorciada (mandioca e mamona) Dizimeiro, Jun./2009.
 Autor: Paulo Emílio Gomes Nobre

Lista de produção por grupos de aldeias

Grupo de aldeias	Produção mais forte	Produção mais fraca	Não produz mais	Animais
Grupo 1 Rancharia: Tenda, Boqueirão	Milho, mandioca, abóbora, catador, feijão, melancia, cana, batata-doce, mamona, manga.	Arroz, andu, Banana, cana, batata doce, banana, limão, laranja, horta.	rapadura, algodão, sabão	porco gado, galinha
Grupo 2 Brejo Mata Fome, Riachão, Pedra Redonda, Riacho do Brejo	milho, feijoa (lava), mandioca - farinha, tapioca (só na Pedra Redonda), abóbora, melancia, feijão catador, batata-doce	horta, rapadura (no Brejo), manga, banana	arroz, algodão, sabão	galinha e porco
Grupo 3 Prata e Riachinho	milho, feijão catador, feijoa	horta, pequi, cabeça de negro, cagaita	algodão, mamona, sabão de soda	galinha, porco e cabra.
Grupo 4 Terra Preta e Morro Falhado	milho, feijão catador, mandioca, melancia, abóbora	horta	algodão, mamona, sabão	galinha
Grupo 5 São Domingos e Santa Cruz	milho, feijão catador, feijão de arranca	horta, manga,	algodão, sabão, farinha, mamona, rapadura,	galinha, criatório de peixe (São Domingos)
Grupo 6 Itapicuru, Sapé, Barra do Sumaré	milho, tomate, feijão catador, feijão de arranca, (Itapirucu) e mandioca, cabeça de negro e cagaita (Sapé)	horta, abóbora, manga, melancia, pequi	Cana (rapadura), sabão, algodão, mamona, tecidos de tear (Barra do Sumaré)	gado e porco (forte na Barra do Sumaré), galinha (Sapé e Itapirucu)
Grupo 7 Caatinguinha e Custódio	mandioca, feijão andu, feijão catador, pequi, cabeça de negro, cagaita, grão de galo, batata-doce, melancia	maracujá, milho	sabão, algodão	galinha e porco
Grupo de aldeias	Produção mais forte	Produção mais fraca	Não produz mais	Animais

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Grupo 8 Sumaré I, II e III	Milho, gado, feijão de arranca, feijão catador, cana e rapadura, mandioca, artesanato	horta, manga	algodão, mamona, sabão, tear e roda de fiar	gado, galinha e porco
Grupo 9 Vargem	milho, feijão de arranca, feijão catador, pequi, mandioca, gado.	horta, cabeça de negro, cagaita	arroz, algodão, mamona, sabão	gado, galinha e porco
Grupo 10 Barreiro Preto	milho, feijão de arranca, mandioca, gado, galinha, porco, manga, remédios caseiros	horta comunitária, mamão, limão, laranja, banana, cana, rapadura, abóbora, batata-doce, pequi, jatobá cabeça de negro, grão de galo,	algodão, mamona, sabão, arroz	gado, galinha e porco (produção forte)
Grupo 11 Forges, Pindaibas, Riacho dos Buritis (solos arenosos)	mandioca, pequi (terra do pequi), cabeça de negro, grão de galo, melancia, batata-doce, feijão catador	horta, manga, pocã laranja, limão (cítricos são fortes em Pindaibas e Riacho dos Buritis)	algodão, mamona, sabão, rapadura	gado, porco, galinha e pode
Grupo 12 Itacarambzinho	Milho, feijão de arranca, gado	horta, mamão, limão, abóbora	Algodão, mamona, sabão	gado (forte), porco e galinha
Grupo 13 Peruaçu (tabuleiro)	Buriti, Pequi, coquinho indaiá, coquinho cabeçudo, cagaita, grão de galo, mandioca, feijão catador	laranja, limão, abacate	arroz, sabão	gado, galinha, porco, bode
Grupo 14 Imbaúba (região de brejo, várzea, terra preta)	milho, banana, cana, feijão de arranca, laranja, feijão catador, feijoa, mandioca, , , manga, porco, gado, batata-doce	horta, arroz, tangerina pocã, mamão	mamona, algodão, sabão	gado e porco (forte), galinha e cabra

XAKRIABÁ, Associação Indígena et alii: “Conhecendo a Economia Xakriabá - Relatório Final de Atividades (Versão Preliminar)”, dezembro de 2005

Um exemplo bastante ilustrativo da interdependência do índio Xakriabá com o regime



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 512
Rúbrica Clame

de chuvas escassas e mal distribuídas da região é o uso do feijão catador. Esta é uma variedade de feijão que possui um ciclo de plantio e colheita mais curto, em torno de 3 a 4 meses. Sendo assim, essa variedade pode ser plantada e colhida entre os meses de novembro a fevereiro, sem sofrer com o início do período da estiagem que se inicia em março.

Caça

Ao entrevistar indivíduos da comunidade Xakriabá em relação aos seus hábitos de caça, notou-se certo constrangimento por parte dos mesmos ao admitir que efetuassem a caça nas áreas da TI. Esse fato está associado ao assédio que a população Xakriabá vem sofrendo ultimamente por parte dos órgãos de controle e fiscalização ambiental. As TI Xacriabá e Xakriabá Rancharia se encontram em meio a um complexo sistema de unidades de conservação. Ao serem indagados sobre a caça, logo levantam nomes das instituições governamentais relacionadas ao controle e à fiscalização ambiental (IBAMA, IEF etc.) e oferecem certa resistência a dizer quais são as espécies mais apreciadas para caça. Outro fator que tem contribuído significativamente na diminuição da caça é a disponibilidade de animais para tal atividade, atribuídas a atitudes dos não índios, seja por desempenharem a caça de forma predatória ou por devastarem áreas consideradas de refúgio para os animais silvestres.

No entanto, algumas espécies foram citadas como apreciadas para a caça, como a paca, a cotia, o mocó, o tatu, a perdiz, o lambu, o juriti, o caititu etc.

Há ainda, animais considerados impróprios para a caça, por fazerem a chamada “limpa”. São animais que, devido aos seus hábitos alimentares, predam animais “indesejados”, mantendo o equilíbrio da cadeia trófica e evitando a superpopulação destes animais, uma espécie de controle biológico. Dentre os animais que realizam a “limpa” foram citados a ema e a seriema.

Extrativismo

Ao iniciar o trabalho de identificação de recursos extrativistas por parte dos índios Xakriabá, acreditávamos ser a região dos “Gerais” a grande fornecedora de espécies que serviam de alimento ou que tinham algum uso medicinal. No entanto, ao levantar as espécies

FM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 513
Rúbrica Elaine

utilizadas pelos Xakriabá, percebe-se que há extrativismo de recursos em toda parte (“gerais”, “mala”, vegetação secundária, matas ciliares etc.), demonstrando a forte interação que esse povo tem com a terra onde vive. A seguir citamos algumas das principais espécies utilizadas na coleta pelos Xakriabá:

Pequi *Caryocar brasiliense*: Esta é uma das principais plantas nativas utilizadas na alimentação dos índios, sendo também comercializada para outras regiões, incluindo Belo Horizonte e São Paulo. Além da alimentação humana, tem grande importância na dieta dos animais, incluindo caititus, queixadas, tatus e os veados, sendo que estes últimos comem apenas as flores caídas no chão. O pequizeiro é encontrado nos ambientes de cerrado, sendo bastante comuns nas terras estudadas.

Umbu *Spondias tuberosa*: O umbu é uma árvore de pequeno porte típica da floresta decidual da região, formando uma ampla copa, com galhos tortuosos e esbranquiçados. Seu fruto verde-amarelado amadurece nos meses de janeiro a março e é muito apreciado pelos Xakriabá, sendo também avidamente consumido por diversos animais, em especial os veados. A raiz da planta é retirada pelos Xakriabá e dela se faz farinha. O transporte dos frutos *in natura* para centros consumidores é limitado por ser bastante perecível, o que poderia ser feito com sucesso através da polpa congelada. Sua reprodução em viveiro é relativamente fácil, podendo ser feitas mudas a partir das sementes ou por estaquia. Tanto é assim, que em diversas casas da região encontram-se umbuzeiros nos quintais.

Pimenta da costa *Xylopiá aromática*: A pimenta da costa (ou pimenta-de-macaco) é uma pequena árvore dos cerrados, sendo particularmente comum em ambiente de cerradão alterado, onde é uma das principais colonizadoras. Nas TI do povo Xakriabá, seu único local de ocorrência é na região do Dizimeiro. Seus frutos são utilizados como condimento, assemelhando-se à pimenta-do-reino, e como remédio no combate à pneumonia e gripe. Na natureza suas sementes são um importante alimento para diversas aves. Há relatos que esse produto é também retirado e comercializado para grandes centros (principalmente Belo Horizonte).

Sucupira-branca *Pterodon emarginatus*: A sucupira-branca é uma árvore de belo porte, esgalhada e apresenta o tronco claro, tendo grande potencial paisagístico. Na medicina Xakriabá suas sementes são procuradas para combater infecções de garganta principalmente.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 514
Rubrica Elaine

Sendo usada também para casos de falta de apetite e desinfecção de feridas (usando-se a casca). É comum presenciar a venda destas sementes no comércio local em Itacarambi e São João das Missões. Na área em estudo observou-se exemplares dessa planta nas áreas de cerrado.

Umburana *Amburana cearensis*: Esta árvore de até 10m de altura é exclusiva das florestas decíduais, onde ocorre em baixa densidade. Suas sementes e a casca possuem um agradável aroma, podendo ser misturado ao tabaco ou ao junco para ser fumado em cachimbos ou cigarros. Na medicina Xakriabá é utilizada contra gripe e para aliviar dores. Sua madeira é de boa qualidade e possui diversos empregos.

Buriti *Mauritia flexuosa*: Planta exclusiva do ambiente de vereda. Da polpa dos frutos pode-se fazer doces e farinhas. A partir do broto terminal tem-se um palmito, o qual, apesar de não ter uso frequente, há relatos de ser saboroso. O fato desta planta possuir diversos usos quando viva, desestimula o corte de seu palmito, o que resultaria em sua morte. Da medula do caule retira-se um amido para sagu, o que também resultaria na morte da planta. Com a parte de fora do tronco (casca), denominada como capa, pode-se fazer cercas ou ripas para telhados. Do braço das folhas (pecíolo) se faz cercas e um tipo de cesto usado para espremer a massa da mandioca. Com as folhas maduras faz-se a cobertura de casas na região. As folhas são divididas em duas bandas e, desta forma, são amarradas com fibras do próprio buriti sobre a estrutura do telhado. Para o artesanato, o mais importante é o broto da folha nova, que produz uma fibra flexível e resistente, servindo-se para confecção de esteiras e cordas.

Jatobá-do-cerrado *Hymenaea stignocarpa* e jatobá-da-mata *H. courbaril*: Em termos gerais, estas duas árvores se diferem no porte e no ambiente onde vivem. O jatobá-do-cerrado *Hymenaea stignocarpa* possui altura entre 2 e 6m e, como o próprio nome indica é próprio dos cerrados, tendo sido observado em diversos locais dos "Gerais". O jatobá-da-mata *H. courbaril* atinge cerca de 20m e ocorre apenas na mata. O jatobá-da-mata é usado pelos Xakriabá como remédio contra dores de barriga. Destas duas plantas pode-se extrair os frutos e usá-los como alimento.

Além das espécies citadas acima, várias outras foram citadas pelos Xakriabá como tendo alguma utilidade no dia-a-dia (alimento, uso medicinal etc.). A seguir, tabela contendo as espécies por eles relatadas:

je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças

NOTA TÉCNICA Nº 001/2020
Assunto: Orientações para a realização de testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) em laboratórios de diagnóstico.

1. A realização de testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) em laboratórios de diagnóstico deve ser realizada de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes.

2. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.

3. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes. Os testes devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.

EM BRANCO

4. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes. Os testes devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.

5. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes. Os testes devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.

6. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes. Os testes devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.

7. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes. Os testes devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.

8. Os testes de sorologia para o novo coronavírus (COVID-19) devem ser realizados de acordo com as orientações técnicas aqui apresentadas, visando garantir a qualidade dos resultados e a segurança dos profissionais de saúde e dos pacientes. Os testes devem ser realizados em laboratórios de diagnóstico que possuam a infraestrutura necessária para a realização de tais testes, incluindo a disponibilidade de reagentes, equipamentos e pessoal qualificado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40504/13
Fls. 516
Rubrica Elaine

Espécies vegetais usadas pelos Xakriabá

Nome	Espécie	Utilidade	Ocorrência
Abacaxi*	<i>Ananas comosus</i>	Bronquite	-
Abóbora*	<i>Cucurbita pepo</i> L.	Bronquite	-
Agrião*	<i>Nasturtium officinalis</i>	Gripe	-
Água-de-colônia*	<i>Alpinia</i> sp.	Falta de ar	-
Alcançur	<i>Periandra mediterranea</i>	Raiz contra tosse, gripe e resfriado	Cerrado
Alcanforzinho		Dor de estomago, gastrite	Cerrado
Alfavaca*	<i>Ocimum americanum</i> L.	Medicinal: gripe.	Mata
Alfavaquinha	-	Usado contra gripe	Mata
Algodão	<i>Gossypium hirsutum</i> L.	Cólica, ferida brava	-
Algodão-de-seda	<i>Calotropis procera</i>	Leite usado para como "mata-bicheiro"	Vegetação sucessional (espécie exótica)
Alho*	<i>Allium sativum</i>	Feridas, "cobreiro"	-
Angico*	<i>Parapiptadenia rigida</i>	Gripe	-
Araticum	<i>Annona</i> SP.	Alimento	Cerrado
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Usada para fazer lança	Mata
Arroxinha		Usado contra dor	Vegetação secundária
Arroz*		Desmaio	-

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Assa-peixe	<i>Vernonia polysphaera</i>	Medicinal: gripe	Comum em toda área
Barbatimão*	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Dor de barriga e inflamação	Cerrado
Barriguda	<i>Cavanillesia arborea</i>	É tida como referência para fixação de residências	Mata
Batata-de-pulga	<i>Ipomoea sp.</i>	Alimento: tapioca. Medicinal: laxante	Mata
Beru*	-	Dor de barriga	-
Boldo*	<i>Vernonia condensata</i>	Congestão	-
Buruçu (espécie de batata)	-	Alimento	Topo do morro
Bute*	-	Doença no fígado e intestino preso	-
Cabaça	-	prisão de ventre	-
Cabeça de nego	-	Alimento	Cerrado
Caboclo	<i>Davilla sp.</i>	Usado contra indigestão	Mata
Cagaita	<i>Eugenia desynerica</i>	Alimento	Cerrado
Cajueiro*	<i>Anacardium occidentale</i>	Cortes e feridas	-
Calunga	<i>Simaba cf. blanchetti</i>	Raiz contra dor de barriga	Cerrado
Caraíba	<i>Tabebuia aurea</i>	confecção de remos	Cerrado e Ilha do Capão
Carrapicho-de-gancho*	-	Pneumonia	-
Carro-santo	--	Usado contra tosse forte	Vegetação



Proc. nº 40904/13
Fls. 517
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

			secundária
Catinga-de-porco	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Usado contra dor de barriga	Mata
Coco cabeçudo	<i>Scheelea phalerata</i>	Artesanato e alimento	Cerrado e brejo
Coco de raposa	-	Cheiro agradável	Brejo
Coco Licuri	<i>Syagrus coronata</i>	Alimento	Mata
Coco palmeirão	-	Alimento	Brejo
Coco Tucum	<i>Astrocaryum vulgare</i>	Artesanato e alimento	Brejo
Coco-andaiá	<i>Attalea geraensis</i>	Alimento	Cerrado
Cominho*	<i>Cominum cuminum</i>	Pós-parto, vermes	-
Desenrola*	-	Dores na uretra	-
Dorete	<i>Erythroxylum campestre</i>	Usado contra dor de cabeça	Cerrado
Embiruçu	<i>Pseudobombax sp.</i>	Fibra para confecção de esteiras e cordas	Carrasco e Mata
Erva-cidreira*	<i>Melissa officinalis</i>	Pressão alta, hemorragia	-
Erva-de-sangue*	<i>Cuphea carthagenensis</i>	Diarreia	-
Facho (conhecido como Mandacaru)	<i>Cereus jamacaru</i>	Ateia-se fogo e é usado para iluminar a área.	Carrasco, mata e vegetação hiperxerófila
Fedegoso	<i>Cassia tora</i>	Usado contra gripe	Vegetação Secundária
Goiabeira*	<i>Psidium guajava</i>	Medicinal: dor de barriga	Pomares das residências
Grão-de-galo	<i>Celtis tala</i>	Alimento	Cerrado
Hortelã*		Gripe	-
Itapicuru	<i>Goniorrachis marginata</i>	contra dor no peito e contra mau olhado.	Mata
Jatobá*	<i>Hymenaea</i>	Gonorréia	-

je



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças

Formulário de Notificação de Doença			
1. Identificação do Paciente			
Nome Completo	Nome do Paciente	Nome do Responsável	Nome do Médico
2. Identificação da Doença			
Doença	Doença	Doença	Doença
3. Identificação do Local de Ocorrência			
Endereço	Endereço	Endereço	Endereço
4. Identificação do Profissional de Saúde			
Nome	Nome	Nome	Nome
5. Identificação do Laboratório			
Nome	Nome	Nome	Nome
6. Identificação do Hospital			
Nome	Nome	Nome	Nome
7. Identificação do Médico			
Nome	Nome	Nome	Nome
8. Identificação do Enfermeiro			
Nome	Nome	Nome	Nome
9. Identificação do Técnico de Laboratório			
Nome	Nome	Nome	Nome
10. Identificação do Farmacêutico			
Nome	Nome	Nome	Nome
11. Identificação do Nutricionista			
Nome	Nome	Nome	Nome
12. Identificação do Psicólogo			
Nome	Nome	Nome	Nome
13. Identificação do Físico			
Nome	Nome	Nome	Nome
14. Identificação do Odontólogo			
Nome	Nome	Nome	Nome
15. Identificação do Engenheiro			
Nome	Nome	Nome	Nome
16. Identificação do Arquiteto			
Nome	Nome	Nome	Nome
17. Identificação do Designer			
Nome	Nome	Nome	Nome
18. Identificação do Programador			
Nome	Nome	Nome	Nome
19. Identificação do Cientista			
Nome	Nome	Nome	Nome
20. Identificação do Matemático			
Nome	Nome	Nome	Nome
21. Identificação do Físico			
Nome	Nome	Nome	Nome
22. Identificação do Químico			
Nome	Nome	Nome	Nome
23. Identificação do Biólogo			
Nome	Nome	Nome	Nome
24. Identificação do Geógrafo			
Nome	Nome	Nome	Nome
25. Identificação do Historiador			
Nome	Nome	Nome	Nome
26. Identificação do Sociólogo			
Nome	Nome	Nome	Nome
27. Identificação do Antropólogo			
Nome	Nome	Nome	Nome
28. Identificação do Filósofo			
Nome	Nome	Nome	Nome
29. Identificação do Teólogo			
Nome	Nome	Nome	Nome
30. Identificação do Jurista			
Nome	Nome	Nome	Nome
31. Identificação do Advogado			
Nome	Nome	Nome	Nome
32. Identificação do Engenheiro de Transportes			
Nome	Nome	Nome	Nome
33. Identificação do Engenheiro de Minas			
Nome	Nome	Nome	Nome
34. Identificação do Engenheiro de Alimentos			
Nome	Nome	Nome	Nome
35. Identificação do Engenheiro de Segurança			
Nome	Nome	Nome	Nome
36. Identificação do Engenheiro de Pesca			
Nome	Nome	Nome	Nome
37. Identificação do Engenheiro de Saneamento			
Nome	Nome	Nome	Nome
38. Identificação do Engenheiro de Energia			
Nome	Nome	Nome	Nome
39. Identificação do Engenheiro de Telecomunicações			
Nome	Nome	Nome	Nome
40. Identificação do Engenheiro de Informática			
Nome	Nome	Nome	Nome
41. Identificação do Engenheiro de Química			
Nome	Nome	Nome	Nome
42. Identificação do Engenheiro de Física			
Nome	Nome	Nome	Nome
43. Identificação do Engenheiro de Matemática			
Nome	Nome	Nome	Nome
44. Identificação do Engenheiro de Biologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
45. Identificação do Engenheiro de Geografia			
Nome	Nome	Nome	Nome
46. Identificação do Engenheiro de História			
Nome	Nome	Nome	Nome
47. Identificação do Engenheiro de Sociologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
48. Identificação do Engenheiro de Antropologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
49. Identificação do Engenheiro de Filosofia			
Nome	Nome	Nome	Nome
50. Identificação do Engenheiro de Teologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
51. Identificação do Engenheiro de Direito			
Nome	Nome	Nome	Nome
52. Identificação do Engenheiro de Medicina			
Nome	Nome	Nome	Nome
53. Identificação do Engenheiro de Enfermagem			
Nome	Nome	Nome	Nome
54. Identificação do Engenheiro de Farmácia			
Nome	Nome	Nome	Nome
55. Identificação do Engenheiro de Nutrição			
Nome	Nome	Nome	Nome
56. Identificação do Engenheiro de Psicologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
57. Identificação do Engenheiro de Física			
Nome	Nome	Nome	Nome
58. Identificação do Engenheiro de Química			
Nome	Nome	Nome	Nome
59. Identificação do Engenheiro de Biologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
60. Identificação do Engenheiro de Geografia			
Nome	Nome	Nome	Nome
61. Identificação do Engenheiro de História			
Nome	Nome	Nome	Nome
62. Identificação do Engenheiro de Sociologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
63. Identificação do Engenheiro de Antropologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
64. Identificação do Engenheiro de Filosofia			
Nome	Nome	Nome	Nome
65. Identificação do Engenheiro de Teologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
66. Identificação do Engenheiro de Direito			
Nome	Nome	Nome	Nome
67. Identificação do Engenheiro de Medicina			
Nome	Nome	Nome	Nome
68. Identificação do Engenheiro de Enfermagem			
Nome	Nome	Nome	Nome
69. Identificação do Engenheiro de Farmácia			
Nome	Nome	Nome	Nome
70. Identificação do Engenheiro de Nutrição			
Nome	Nome	Nome	Nome
71. Identificação do Engenheiro de Psicologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
72. Identificação do Engenheiro de Física			
Nome	Nome	Nome	Nome
73. Identificação do Engenheiro de Química			
Nome	Nome	Nome	Nome
74. Identificação do Engenheiro de Biologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
75. Identificação do Engenheiro de Geografia			
Nome	Nome	Nome	Nome
76. Identificação do Engenheiro de História			
Nome	Nome	Nome	Nome
77. Identificação do Engenheiro de Sociologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
78. Identificação do Engenheiro de Antropologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
79. Identificação do Engenheiro de Filosofia			
Nome	Nome	Nome	Nome
80. Identificação do Engenheiro de Teologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
81. Identificação do Engenheiro de Direito			
Nome	Nome	Nome	Nome
82. Identificação do Engenheiro de Medicina			
Nome	Nome	Nome	Nome
83. Identificação do Engenheiro de Enfermagem			
Nome	Nome	Nome	Nome
84. Identificação do Engenheiro de Farmácia			
Nome	Nome	Nome	Nome
85. Identificação do Engenheiro de Nutrição			
Nome	Nome	Nome	Nome
86. Identificação do Engenheiro de Psicologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
87. Identificação do Engenheiro de Física			
Nome	Nome	Nome	Nome
88. Identificação do Engenheiro de Química			
Nome	Nome	Nome	Nome
89. Identificação do Engenheiro de Biologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
90. Identificação do Engenheiro de Geografia			
Nome	Nome	Nome	Nome
91. Identificação do Engenheiro de História			
Nome	Nome	Nome	Nome
92. Identificação do Engenheiro de Sociologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
93. Identificação do Engenheiro de Antropologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
94. Identificação do Engenheiro de Filosofia			
Nome	Nome	Nome	Nome
95. Identificação do Engenheiro de Teologia			
Nome	Nome	Nome	Nome
96. Identificação do Engenheiro de Direito			
Nome	Nome	Nome	Nome
97. Identificação do Engenheiro de Medicina			
Nome	Nome	Nome	Nome
98. Identificação do Engenheiro de Enfermagem			
Nome	Nome	Nome	Nome
99. Identificação do Engenheiro de Farmácia			
Nome	Nome	Nome	Nome
100. Identificação do Engenheiro de Nutrição			
Nome	Nome	Nome	Nome

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

	<i>courbari</i>		
João Brandi (Jaborandi)	<i>Piper sp</i>	para "lavar" ferida e contra inflamações	Brejo
Juá-de-boi*	-	Diarreia	-
Junco	<i>Eleocharis montana</i>	Fumo	Áreas alagadas
Jurema	<i>Mimosa spp</i>	Usada no Toré	Carrasco e beira de rio
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>	Gripe e cansaço	Vegetação secundária.
Laranja*	<i>Citrus sinensis</i>	Cólica e febre	-
Limão*	<i>Citrus aurantifolia</i>	Tosse	-
Linhaça*	<i>Linum usitatissimum L.</i>	Garganta inflamada	-
Macela*	-	Gripe complicada	-
Malva Branca	<i>Sida sp.</i>	confeção de cordas	Carrasco
Mamão		Verme e dor no estômago	-
Mangaba	<i>Hancornia spectosa</i>	Alimento	Cerrado
Maracuja do mato	<i>Passiflora nitida Kunth</i>	Alimento	Cerrado
Marmelo*	<i>Cydonia oblonga Mill.</i>	Dor na coluna	-
Mastruço*	<i>Lepidium sativum</i>	Verme	-
Mata-pasto*	<i>Senna obtusifolia</i>	Dor de cabeça	-
Melancia*	<i>Citrullus vulgaris</i>	Cólica de rins, fígado e vesícula	-
Mentrasto	<i>Ageratum conyzoides L.</i>	Usado como cosmético	Vegetação secundária
Moreira		Quebra o dente	Mata
Mucunã	<i>Dioclea latifolia</i>	Usada no corpo para	Carrasco e cerrado



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

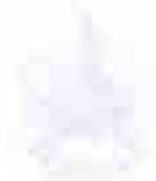
		espantar cobras	
Mulungu	<i>E. mulungu</i>	calmante	Vegetação secundária, beira de rio.
Mussambé	<i>Buchenavia tomentosa</i>	Tinta para tingir roupas	Cerrado
Pau d'óleo*	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Dor de dente	-
Pau Jeú	<i>Triplaris pichau</i>	Medicinal: dor de barriga	Beira do rio São Francisco
Pau-bosta ou Catarena	<i>Sclerolobium aureum</i>	Usado contra disenteria	Cerrado
Paulista*	-	Enxaqueca	-
Pau-santo	<i>Kielmeyra coriacea</i>	Dor de barriga de cavalo	Cerrado
Pau-terraço*	-	Dor de barriga	-
Pequi*	<i>Caryocar brasiliense</i>	Alimento e a folha contra reumatismo e inflamação	Cerrado
Pereiro	<i>A. tomentosum</i>	confeção de remos	Cerrado
Pinó	-	Alimento. Confeção de Sabão.	Vegetação secundária e mata.
Porcada	<i>Copaifera martii</i>	Galhas das folhas contra caroço de galinha	Cerrado e Carrasco
Quatá	-	confeção de saias.	Mata
Quebra-pedra*	<i>Phyllanthus urinaria</i> L.	Pedra nos rins e dor na coluna	-
Quina-cruzeiro	<i>Strychnos pseudoquina</i>	Chá para dor	Cerrado
Quina-da-mata*	-	Inflamação	-
Raiz de Teiu	-	Usada para curar picada de cobras	Vegetação secundária



Proc. n° 40304113
Fls 520
Rubrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Romã*	<i>Punica granatum</i>	Inflamação da garganta	-
Rosqueira	<i>Chloroleucon tenuiflorum</i>	Medicinal: chá para tosse	Beira de rio e vegetação secundária
Salsinha	-	Medicinal: para os rins	Vegetação secundária e mata.
Sambaibinha	<i>Davilla coriacea</i>	Medicinal, usado para “rebentado”	Cerrado
São João	<i>Senna spectabilis</i>	Para dor no corpo	Carrasco, mata secundária, beira de rio.
Sapota-de-guará	<i>Couepia sp.</i>	fruto comestível, a raiz abre o apetite	Cerrado
Sete casacas	<i>Samanea inopinata</i>	Medicinal: dor de barriga	Beira do rio São Francisco
Sete-dor*	-	“Sujeira no estômago”	-
Siriguela	<i>Spondias purpurea</i>	Medicinal: chá para gripe	Pomares das residências
Trindade	-	Expectorante	Mata
Umbu*	<i>Spondias tuberosa</i> <i>Arruda</i>	Anemia	-
Umburana*	<i>Amburana cearensis</i>	Dor	
Unha D’anta	<i>Acosmium dasycarpum</i>	Usado contra carrapatos em equinos	Cerrado
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Tinta para pintar o corpo e repelente	Sem lugar de ocorrência específico
Vinharco (conhecido como Vinhático)	<i>Platymenia reticulata</i>	Usada para fazer porteiras e cercas	Cerrado



GOVERNAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE HIGIENE E EPIDEMIOLOGIA

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE SAÚDE COMUNITÁRIA

SECRETARIA DE SAÚDE COLETIVA

SECRETARIA DE SAÚDE INDIVIDUAL

SECRETARIA DE SAÚDE FAMILIAR

SECRETARIA DE SAÚDE ESCOLAR

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHO

SECRETARIA DE SAÚDE DO IDOSO

SECRETARIA DE SAÚDE DO DEFICIENTE

SECRETARIA DE SAÚDE DO DOENTE

SECRETARIA DE SAÚDE DO ACIDENTADO

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

SECRETARIA DE SAÚDE DO RURAL

SECRETARIA DE SAÚDE DO URBANO

SECRETARIA DE SAÚDE DO LITORAL

SECRETARIA DE SAÚDE DO INTERIOR

SECRETARIA DE SAÚDE DO NORDESTE

SECRETARIA DE SAÚDE DO SUDOESTE

SECRETARIA DE SAÚDE DO SUDESTE

SECRETARIA DE SAÚDE DO NOROESTE

SECRETARIA DE SAÚDE DO SOUTHWEST

SECRETARIA DE SAÚDE DO NORTHEAST

SECRETARIA DE SAÚDE DO SOUTHWEST

SECRETARIA DE SAÚDE DO NORTHEAST

SECRETARIA DE SAÚDE DO SOUTHWEST

SECRETARIA DE SAÚDE DO NORTHEAST

EM BRANCO



Proc. nº 4080413
Pis. 521
Rúbrica Glauco

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Além das espécies citadas, obtidas a partir de entrevistas com os índios, as espécies marcadas pelo asterisco (*) foram extraídas do “Livro Xakriabá de Plantas Medicinais – Fonte de Esperança e Mais Saúde” (Xakriabá, 1997). Além disso, existe na aldeia Barreiro Preto, a Casa da Medicina Tradicional Xakriabá, onde se cultivam espécies como: Sete Sangria, “Anadô”, Babosa, Assa-peixe, Boldo do Chile etc. com o intuito de disponibilizar remédios para a população indígena bem como difundir o costume da medicina tradicional, que perdeu força com a introdução dos remédios industrializados.



Casa da Medicina Tradicional da Aldeia Barreiro Preto
(GT Xakriabá – 2009)

Além do extrativismo vegetal, constatarem-se também outros tipos de recursos utilizados pelos índios provenientes do meio onde vivem, são eles: o Toá, que é um barro encontrado principalmente na região do Morro Vermelho, possui coloração diferenciada (azulado, vermelho, etc) e é usado para artesanato e pinturas corporais; e o Totó, que é uma larva que se aloja dentro do Coco e é usado como alimento. Uma variedade de sementes nativas, sementes exóticas e ossos de animais e peixes são utilizadas na confecção de colares para uso próprio e para venda. Também são utilizadas madeiras diversas na construção de casas, currais e cercas.

Je



Pesca

O rio Itacarambi teve sua capacidade pesqueira drasticamente diminuída devido principalmente ao grau avançado de intervenções antrópicas que veio sofrendo nos últimos anos. A implantação da barragem da CODEVASF (de maior porte) e de outras barragens de pequeno porte pelos produtores para captação de água para irrigação e o assoreamento das nascentes tem prejudicado muito a proliferação da ictiofauna neste curso d'água. Entre as espécies relatadas para pesca estão o Piau, a Piaba e o Lobó (conhecido também como traíra).

O rio Peruaçu é um curso d'água com muitos recursos pesqueiros. No entanto, a porção do rio que se encontra inserida nas TI é de difícil acesso. Trata-se de regiões de afloramento de lençol freático, com formação de campos hidromórficos, muitas vezes tomados por espécies de plantas que impedem o acesso ao rio. Entre as espécies que ocorrem no rio Peruaçu, que são apreciadas para pesca, foram citadas pelos índios a Traíra, o Curimatá, o Dourado, o Mandi e o Piau.

O rio São Francisco, apesar de já ter sofrido bastante com as intervenções antrópicas, ainda é a maior fonte de recursos pesqueiros da região. Entre os pescados, foram citados: o Curimatá, o Dourado, o Piau, o Surubim, o Matrinxã, o Cari, a Cumbaca (bagre), o Pirá, o Pacamã, a Caranha, o Tambaquí e o Pacu. Sendo estes três últimos considerados como espécies exóticas à Bacia do São Francisco. Na Ilha do Capão e na comunidade do Remanso, áreas à beira do rio São Francisco há um consumo da carne de peixe consideravelmente maior e tradições mais voltadas para o pescado. Um exemplo disso é o fato de se ter o costume de não consumir peixes considerados remosos (peixes de couro, de carne forte, carregada) quando se está enfermo ou grávida. Costa-Neto (2000) corrobora essa informação: "*a aversão a comer bagres provém das culturas indígenas*" e tal restrição alimentar é observada em vários povos indígenas brasileiros.

Os Xakriabá de todas as aldeias costumavam ir até o Rio São Francisco para pescar, porém, com a implantação de grandes fazendas na região ribeirinha e o cercamento das áreas tornou-se muito mais difícil o deslocamento até as margens do rio. Essa situação agravou-se ainda mais devido ao permanente estado de conflito fundiário verificado desde a década de 70, tornando temerário o trânsito dos índios pelas fazendas.

EM BRANCO

EM BRANCO



Degradação Ambiental

O conflituoso e longo processo de regularização fundiária do território Xakriabá, ocasionou a degradação de parte dos recursos ambientais deste, ocasionado, sobretudo, pelos ocupantes não índios, por meio da extração de madeiras, desmatamentos, exploração de pedreiras, esgotamento de terrenos de plantio, assoreamento de lagoas e drenagens, comprometendo as atividades tradicionais de coleta e a caça.

Hoje são testemunhados nas terras em estudo vários sinais de degradação ambiental. Um dos sinais de degradação mais comuns são as áreas destinadas ao cultivo de pasto para manutenção do gado. Segundo Moura et al. (2004), a degradação de pastagem é um processo gradativo da perda de vigor, da produtividade, do valor nutritivo e da capacidade de recuperação natural da planta forrageira para sustentar os níveis de produção e qualidade exigida pelos animais, mesmo durante o período das águas, assim como, o de superar os efeitos nocivos de pragas, doenças e invasoras, culminando com a degradação avançada dos recursos naturais, em razão de manejos inadequados. Áreas de pastagens cultivadas ou nativas, mal-formadas ou mal-manejadas, normalmente apresentam algum grau de degradação. Independentemente dos cultivares utilizados, a pastagem, quando não sofre nenhuma prática de manejo relevante (adubação, vedação da pastagem etc.), tem um ciclo de produção naturalmente decadente, apresentando produções de matéria seca substancialmente maiores nos primeiros anos, sendo caracterizada pela produção estacional e cíclica no período das águas. Com o tempo, há queda de produção, relacionada às práticas de manejo: carga animal, modalidade de pastejo, queima, roçagem, adubação etc. De acordo com Barcellos (1990), a degradação das pastagens, em seus estágios mais avançados, caracteriza-se pela modificação na dinâmica da comunidade vegetal, onde as espécies desejáveis perdem lugar a outras, de menor ou quase nenhum valor forrageiro, e pelo declínio na produtividade de matéria seca, provocando reduções da produção animal. Na região pudemos avistar nas pastagens utilizadas em algumas fazendas uma espécie característica indicadora da degradação de pastagens, o algodão-de-seda, uma espécie exótica, robusta e colonizadora, estando presente em áreas exauridas de recursos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40904/13
Fls. 524
Rúbrica Elaine



Algodão-de-seda, indicador de pastagens degradadas. Julho de 2009.
Autor: Paulo Emilio Gomes Nobre

Como citado anteriormente, os rios, principalmente o Itacarambi e alguns de seus afluentes se encontram em estado de degradação avançado, devido principalmente às atividades antrópicas que vêm sendo desempenhadas ao longo de suas margens. As nascentes do Rio Itacarambizinho (afluente do Itacarambi) na região da aldeia Riacho dos Buritis estão em fase avançada de assoreamento, tanto que é possível caminhar ao longo da calha do curso d'água.



Leito soterrado do Rio Itacarambizinho, Riacho dos Buritis.
Autor: Paulo Emilio Gomes Nobre

je

Exemplar de
1942
100.000



1942
100.000
100.000



1942
100.000
100.000

EM BRANCO

1942
100.000
100.000



1942
100.000
100.000



Proc. nº 40809113
Fls 525
Rúbrica *Elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Esse fenômeno está associado, de acordo com relatos locais, à construção indiscriminada de estradas ao longo da TI sem se preocupar com o carregamento de sedimentos que essas obras ocasionam aos rios e nascentes (não construção de bacias de contenção). Outro fator causador deste fenômeno é o manejo inadequado do solo para agricultura. O solo que não foi preparado adequadamente está sujeito a erosão laminar e conseqüente carreamento de sedimentos para as partes mais baixas da terra (beira de rios). Somado a isso há também a adução indiscriminada de água para irrigação de culturas à beira do rio, sendo que a prática da irrigação é feita ainda de forma arcaica (água rodada), acarretando num enorme desperdício. A retirada de água chegou a tal ponto que o GT, ao visitar a região da foz do rio Itacarambi no rio São Francisco, teve dificuldade em identificá-la.



Foz do Rio Itacarambi desaguando no Rio São Francisco, Remanso, Junho de 2009
Autor: Paulo Emílio Gomes Nobre

O rio Peruaçu apresenta sinais de degradação, devido também à atividade agropecuária indiscriminada, sendo presenciado na região da Fazenda Vargem Grande. Fenômenos como assoreamento, pisoteio animal nas margens e diminuição da vida aquática são relatadas pelos índios.

Je



União Federal
 República Federativa do Brasil
 2023

Este documento contém informações sobre o processo de seleção para o cargo de Técnico de Saúde Pública, nível médio, para atuar em unidades de saúde da família. O processo de seleção será realizado por meio de concurso público, com avaliação de conhecimentos específicos e gerais, além de uma prova de redação. O candidato deverá apresentar-se no dia e no local indicados no edital. O processo de seleção será conduzido pelo Departamento de Atenção Básica, sob a supervisão da Secretaria de Estado de Saúde. O candidato deverá estar atento às informações contidas neste documento e ao edital do concurso.



Este documento contém informações sobre o processo de seleção para o cargo de Técnico de Saúde Pública, nível médio, para atuar em unidades de saúde da família.

Este documento contém informações sobre o processo de seleção para o cargo de Técnico de Saúde Pública, nível médio, para atuar em unidades de saúde da família. O processo de seleção será realizado por meio de concurso público, com avaliação de conhecimentos específicos e gerais, além de uma prova de redação. O candidato deverá apresentar-se no dia e no local indicados no edital. O processo de seleção será conduzido pelo Departamento de Atenção Básica, sob a supervisão da Secretaria de Estado de Saúde. O candidato deverá estar atento às informações contidas neste documento e ao edital do concurso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Assoreamento e pisoteio nas margens do rio Peruçu. Faz. Vargem Grande
Autor: Paulo Emílio Gomes Nobre

Outro tipo de degradação presenciado no interior das TI do povo Xakriabá está associado às condições de saneamento a que os índios Xakriabá estão submetidos. Na TI não há coleta de lixo, sendo que este material fica exposto no ambiente, causando todo tipo de transtorno, desde os ambientais até os de saúde pública. Ainda relacionadas às condições de saneamento, a coleta de esgoto e a distribuição de água potável são precárias. O esgoto é, na maioria das vezes, descartado nos (ainda existentes) cursos d'água. Com a intervenção da Funasa, é que hoje a principal prática de saneamento é a fossa seca. Quanto à água potável, existem nas maiores aldeias, como Brejo Mata Fome e Sumaré, poços artesianos e sistemas de distribuição de água encanada e em algumas outros sistemas de coleta e distribuição por gravidade. Porém, a grande maioria das residências é abastecida por dois caminhões pipa que tem a incumbência de atender todo o território Xakriabá (mais de 5.000 índios ao longo de um território de mais de 50.000 ha). Contribui para o baixo aproveitamento da água distribuída pelos caminhões uma prática que alguns poucos desempenham que é de armazenar a água nos tanques de armazenamento de águas pluviais para dessedentação da criação. Através de diversas fontes, especialmente de recursos angariados por organizações não governamentais, têm sido implantadas “cisternas” para coleta de água da chuva em um significativo número de residências.

Além dessas situações de degradação podemos também citar: a construção da

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 527
Rubrica: *Elaine*

barragem no rio Itacarambi que tornou a água imprópria para consumo (de acordo com relatos locais a água tem cheiro desagradável e quem a consome fica doente) e alagou áreas produtivas e a extração de areia e argila no interior da TI, expondo as camadas mais profundas do solo, mais suscetíveis à erosão.

Apesar da situação descrita acima, foi presenciado na comunidade Xakriabá várias iniciativas e movimentos de preservação ambiental. Um deles é o "Projeto Xakriabá de Mãos Dadas na Recuperação da Natureza – Água é Vida" com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente FNMA-MMA, que tem como objetivos principais a recuperação das nascentes e olhos d'água do território Xakriabá, o enriquecimento das matas com árvores nativas e a promoção da educação ambiental na comunidade. Com o advento desse projeto, várias nascentes já se encontram cercadas e recuperadas, um viveiro de mudas foi construído e a publicação de folders educativos e do "Livro das Nascentes" (Xakriabá, 2008), que se trata de um trabalho de autoria dos alunos das escolas indígenas Bukimuju, Xukurank, Kulinan e Bukinuk. Outro fato que ilustra bem o comprometimento do povo Xakriabá com a causa ambiental foi a sua efetiva participação no Seminário Ambiental Rio Itacarambi, realizado no dia 3 de julho de 2010 em São João das Missões. Neste evento, onde estavam presentes vários líderes da comunidade Xakriabá, o Prof. Flávio Pimenta da UFMG apresentou o Projeto de Diagnóstico Ambiental e Revitalização do Rio Itacarambi. O Prof. Flávio ainda propôs medidas que iriam mitigar os impactos antrópicos no rio, dentre elas:

- Cercamento das Matas Ciliares
- Substituição de sistemas menos eficientes de irrigação
- Medidas conservacionistas
- Educação Ambiental
- Uso de fontes alternativas de energia

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40904/13
Fls. 528
Rubrica Clairle



Seminário Ambiental Rio Itacarambi, compondo a mesa, da esq. para direita, os índios José Nunes, Prefeito, Domingos Alekmin, Pres. da Câmara e Vice-cacique, São João das Missões, Jul./2009 (GT Xakriabá)

REESTUDO DOS LIMITES DA TERRA INDÍGENA

As justificativas para o reestudo dos limites da TI Xakriabá levam em consideração aspectos ambientais imprescindíveis à preservação dos seus recursos naturais, área para o bem estar e reprodução física e cultural dos índios e o fato da terra ser tradicionalmente habitada por seus ancestrais, existindo inclusive ali antigas aldeias e cemitérios Xakriabá. Portanto, são áreas amparadas pela Constituição Federal Art. 231, parágrafo 1º.

Nas áreas a serem delimitadas, são aspectos ambientais determinantes: a disponibilidade e acesso a água e aos recursos pesqueiros do Rio São Francisco, o acesso a terras produtivas e o acesso a áreas de coleta de recursos (extrativistas).

Tendo esses aspectos ambientais como elementos norteadores do reestudo de limites da TI Xakriabá, duas áreas se destacam como imprescindíveis para manutenção da vida tradicional Xakriabá.

A primeira área, denominada localmente de Dizimeiro, se situa na porção oeste da TI Xakriabá. Nela predomina a vegetação de cerrado, com relevo suave a ondulado, caracterizando-se, portanto, como uma área importante para extrativismo vegetal (frutos e plantas medicinais) e caça. Dentre as práticas dos Xakriabá em relação ao uso da área

je

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40904/13
Fls. 529
Rótulo Elaine

destacam-se também o acesso ao rio Peruaçu para atividade de pesca e a implantação de pequenas lavouras comunitárias para subsistência.

Já a segunda área, se situa nas porções sudoeste, sul e sudeste da TI Xakriabá, englobando os limites da TI Xakriabá/Rancharia. Saindo da aldeia Peruaçu, seguindo pelo rio de mesmo nome, o limite continua rio abaixo até o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. Esta região é caracterizada pela presença de uma grande propriedade rural denominada Fazenda Vargem Grande, onde predominam atividades agropecuárias. Outro tipo de ocupação que ocorre nesta área é a presença das comunidades da Vargem Grande e Caraíbas, comunidades de pequenos produtores provenientes em sua maioria de famílias Xakriabá que ficaram fora das demarcações anteriores. Esta área já se encontra intensamente explorada por fazendas com pastagens, apesar de serem consideradas pelos Xakriabá como áreas apropriadas para implantação de suas lavouras comunitárias e preservação da vegetação original remanescente, de grande importância para coleta de produtos para uso medicinal e fabricação de artesanato.

Continuando a acompanhar os limites propostos, tem início uma área sobreposta ao Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu - PNCP, abrangendo aproximadamente um terço da área do mesmo. Esta área, apesar de pertencer ao PNCP, encontra-se ainda hoje ocupada por fazendeiros, não estando ainda plenamente sob jurisdição e controle do Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade (ICMBio). Mesmo assim, é uma das áreas mais preservadas dentro dos limites propostos. Essa região, pertencente ao seu território tradicional, era intensamente utilizada pelos seus ancestrais e ainda é nos dias atuais, apesar da presença das cercas e das proibições dos fazendeiros e dos órgãos ambientais, por ser uma região rica em recursos extrativistas. Sobre tal sobreposição iremos discorrer mais detalhadamente adiante.

A seguir, os limites propostos acompanham a linha de desnível entre os compartimentos Carstificado e da Depressão do São Francisco até seguir na direção leste até o rio São Francisco e, continuando rio acima, abranger a Ilha do Capão, comunidade do Remanso e depois voltando no sentido oeste leste, pela foz do rio Itacarambi, subindo rio acima e depois deixando de acompanhar esse curso d'água, segue na direção da região Morro Vermelho, conhecida também como Catito. Esta região, situada predominantemente no Compartimento da Depressão do São Francisco é considerada de fundamental importância



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Para: Todos os Estados e o Distrito Federal.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

EM BRANCO

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 530
Rubrica Uaine

pelos Xakriabá, pois é a porção de terra que os dará novamente acesso ao rio São Francisco, importante fonte de recursos hídricos e pesqueiros. Além disso, essas terras são as que possuem menos restrições quanto ao seu uso e ocupação, sendo importantes para a implantação de lavouras e hortas comunitárias. As comunidades presentes na área (Remanso e Ilha do Capão) têm ligações de parentesco e relações políticas e culturais com os Xakriabá, especialmente com os da aldeia Rancharia. Nessa área também há uma propriedade de grande porte, denominada ICIL, a qual desenvolve projetos de irrigação de culturas, principalmente pastos para a pecuária de corte e plantio de banana através de pivôs centrais de irrigação, abastecidos por extensos canais.

Neste recatado de limites da Terra Indígena Xacriaba pode-se perceber a relação entre os índios e o meio ambiente que os circunda e a necessidade de recuperação do seu território, obedecendo aos preceitos da legislação federal vigente em nosso país. A Constituição Federal no seu Art. 231, parágrafo 1º garante que: *“As Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”,* serão preservadas e de usufruto dos índios, seus verdadeiros donos.

Atualmente, em termos quantitativos, somente um terço das terras mencionadas no Termo de Doação pertence aos Xakriabá. Já qualitativamente, os Xakriabá hoje habitam uma terra considerada de pior qualidade, principalmente para atividade de agricultura de subsistência, quando comparada com as áreas em seu redor. Apesar disso, as áreas em estudo são essenciais para garantir a exploração dos recursos naturais, de forma sustentável, permitindo o seu desenvolvimento, porém, mantendo sua forma de vida, sua cultura e suas crenças religiosas.

O território Xakriabá, constituído por uma extensão de terras compostas pela paisagem do semi-árido do norte de Minas Gerais, tinha uma composição de diversos ambientes, que em seu somatório permitiam a subsistência ecologicamente equilibrada, apesar das dificuldades do clima. O próprio Termo de Doação já demonstrava a importância e a utilidade de cada porção do território, como se pode ver nestes versos, extraídos do Termo e ainda hoje recitados no ritual do Toré, em forma de ‘reza’ ou ‘poema’:

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 531
Rúbrica *Elaine*

*"Para isso eu dou terras
Pro índios morar (refrão repetido por três vezes).
Daqui para as Missões, cabeceiras do Alagoinhas,
Beira do Peruaçu até as montanhas.
Pra índios não abusar de fazendeiro nenhum,
Eu dou terra com fartura para índio morar.
A Missão para morada,
O Brejo (do Salgado) para o trabalho,
Os campos gerais para as meladas e as caçadas,
E as margens dos rios para as pescadas
Dei, registrei e selei.
Pagos os impostos por 160 reis."
(Mariz et alli, 1982:16, in Santos, 1997:40, nota de rodapé nº 4)*

Vê-se que cada porção do território tem a sua característica e que a soma destas características é que torna capaz a sobrevivência física e cultural dos Xakriabá.

Assim, os campos "gerais", situados nas regiões de planalto fornecem recursos extrativos de fundamental importância, entre eles o mel, mas também recursos usados na sua medicina tradicional e para coleta alimentar. Também esta região era a preferida para a caça, hoje já muito reduzida, mas ainda praticada, já que muitas vezes não se tem outro recurso a não ser este para se obter alimento.

Na região do Peruaçu encontram-se importantes áreas alagadas onde ocorre o Buriti, planta de fundamental importância na cultura e na alimentação Xakriabá. Mas encontra-se também o principal conjunto de cavernas, presentes ainda em outras porções do território, como a região do Catito, aqui em causa. As cavernas são a morada da Yáyá-Cabocla, a mulher-onça mítica, mãe da cultura Xakriabá. As pinturas rupestres presentes em muitas dessas cavernas são uma referência aos antepassados dos tempos míticos.

As margens do rio Itacarambi são terras férteis para o plantio, embora esse rio já tenha sido tão sacrificado. A utilização de suas águas para irrigação por não-índios tem sido feita de

Downloaded from <http://ajphaphapublications.org/>

EM BRANCO

100



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 408804/13
Fls. 532
Rubrica *Elaine*

forma abusiva, de tal forma que hoje em sua foz no rio São Francisco, situada dentro do território tradicional e próximo à área em causa, já quase não corre água.

Neste breve panorama da diversidade ambiental das terras de uso tradicional Xakriabá, resta ainda falar do Rio São Francisco, o único rio efetivamente perene hoje em toda a região. A recuperação do acesso ao São Francisco é condição fundamental para a garantia da sobrevivência física e cultural dos Xakriabá, nos termos preconizados pela Constituição Federal. Deste acesso se servirão todos os Xakriabá, mas especialmente aqueles moradores da região de Rancharia, entre os quais os moradores das comunidades de Morro Vermelho, Rancharia, Remanso e Ilha do Capão. Assim se garantirá o direito de permanecerem na região e continuarem a desfrutar dos recursos do rio todos os Xakriabá e, especialmente, aquelas famílias ligadas por laços culturais e de parentesco aos Xakriabá que hoje habitam na Ilha do Capão e na comunidade de Remanso, as quais constituem parcela significativa dos habitantes desta região. Essas áreas, além dos usos tradicionais, são de interesse das comunidades indígenas para aproveitamento da infra-estrutura de irrigação já existente para implantação de projetos comunitários. Também é somente nesta região onde ocorre a Jurema, espécie vegetal sagrada para os Xakriabá, da qual se faz um chá de efeito psico-ativo, através do qual os iniciados no culto têm contato com o mundo sobrenatural. Tal ritual é referência de identidade e de organização social para todos os Xakriabá, mas a sua prática é ameaçada pela inexistência da planta dentro do território atualmente demarcado. Conforme descreve Paraiso (2008), a prática do ritual é restrita a um grupo dos Xakriabá, sendo o seu conhecimento e o conhecimento da planta um segredo controlado por apenas algumas famílias. Segundo Grunewald (2002):

"Sangirardi Jr. (1983) afirma que o termo jurema designa várias espécies dos gêneros Mimosa, Acácia e Pithecellobium. Jonathan Ott, em seu 'The Angels' Dictionary (1995), também aponta no seu verbete sobre o "Vinho da Jurema" que, além da Mimosa hostilis Benth., outras espécies de leguminosas, tais como Mimosa Verrucosa Benth., Acacia piauhyensis Benth., e várias espécies Pithecellobium podem ser designadas pelo mesmo nome." (Grunewald, 2002:01)

Tais limitações não nos permitiram fazer a identificação e o registro fotográfico da espécie, embora os Xakriabá sejam unânimes em dizer que a espécie ocorre na região das margens do Rio São Francisco.

je



Unidades de Conservação e sobreposições

A importância ambiental da região como um todo é de tal forma reconhecida que levou à criação de diversas Unidades de Conservação que buscam proteger o bioma. Tais unidades constituem um Mosaico de Áreas Protegidas, o qual foi reconhecido pela Portaria MMA Nº128, de 24 de Abril de 2009, com o nome de Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu. Conforme essa Portaria, as Unidades de Conservação que o compõem são:

"I - do Estado de Minas Gerais:

a) sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

- 1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas;*
- 2. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu;*
- 3. Área de Proteção Ambiental do Peruaçu;*

b) sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais -IEF/SEMAD:

- 1. Parque Estadual da Serra das Araras;*
- 2. Parque Estadual Veredas do Peruaçu;*
- 3. Parque Estadual da Mata Seca;*
- 4. Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros;*
- 5. Área de Proteção Ambiental de Pandeiros;*
- 6. Área de Proteção Ambiental do Cocha e Gibão;*
- 7. Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari;*

c) sob a gestão privada:

- 1. Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Porto Cajueiro." (MMA, 2009)*

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO

EM BRANCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PERNAMBUCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4050413
Fls. 534
Rubrica Elaine

Porém, consta no Plano de Manejo do Mosaico uma composição diferente:

"O mosaico de unidades de conservação e outras áreas protegidas denominado Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP) localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, Macrorregiões Norte e Noroeste de Minas, e abrange as seguintes unidades: Parque Estadual da Mata Seca, RPPN Fazenda Ressaca, Área indígena Xacriabá, APA Federal do Peruaçu, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, APA Estadual de Pandeiros, onde está incluído o Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros, APA Estadual do Cochá e Gibão, Parque Estadual da Serra das Araras, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, Parque Nacional Grande Sertão Veredas e RPPNs Veredas do Pacari, Arara Vermelha e Fazenda Ressaca." Sic, grifo meu (ICMBio, 2008)

Note-se nessa composição a presença de mais duas Reservas Particulares e da "Área Indígena Xacriabá" (sic), embora essas não sejam citadas na Portaria que criou o Mosaico. Efetivamente, a Funai e a Associação Indígena Xakriabá fazem parte do Conselho Consultivo do Mosaico (ICMBio, 2009). Ao que parece, algumas limitações legais impedem que as terras indígenas façam parte formalmente dos Mosaicos, especialmente pelo fato delas não se constituírem como Unidades de Conservação, nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, embora sejam consideradas como áreas protegidas. Possivelmente, foi essa a motivação para a não inclusão das terras indígenas na Portaria que criou o Mosaico, embora ela seja considerada no seu Plano de Manejo. Tendo em vista as características e as finalidades da constituição de um Mosaico, a presença de uma terra indígena em seu interior não poderia ser considerada uma sobreposição. Sendo, porém, descritos como instrumentos de gestão integrada, há interpretações divergentes sobre a possibilidade de interferências de outros atores sobre a gestão das terras indígenas, podendo vir a contrariar o "usufruto exclusivo" das comunidades indígenas sobre suas terras:

"O mosaico é a gestão integrada e participativa de um conjunto de Unidades de Conservação, que estejam próximas, sobrepostas ou justapostas. Este instrumento de gestão integrada tem a finalidade de ampliar as ações de conservação para além dos limites das

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 535
Rubrica *Flavio*

UCs, compatibilizando a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (art. 26, SNUC)."
<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos.html>

Segundo o Plano de Manejo do Mosaico:

"De acordo com os documentos "Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (MMA, FUNATURA, Fundação Biodiversitas, Conservation International e UnB, 1999)" e "Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para a sua Conservação (Biodiversitas, 2005), a região do Mosaico está classificada como "Área de Extrema e Alta Importância Biológica", na qual se encontram diversas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e flora do Cerrado, e alto grau de riqueza de recursos hídricos (mais de 20% da água que abastece o Rio São Francisco é oriunda de rios existentes na região do Mosaico). A título de exemplo desta diversidade, o Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros é responsável pela reprodução de grande parte da ictiofauna do Médio Rio São Francisco." (ICMBio, 2.008:07)

No entanto, o mesmo documento reconhece:

"A quase totalidade das unidades que compõem o mosaico ainda não está implantada e apresenta sérios problemas de regularização fundiária. Muito trabalho precisa ser feito para a efetiva implantação destas unidades, tanto do ponto de vista da implementação propriamente dita das unidades, como nas ações relacionadas com os moradores do entorno / zonas de amortecimentos, corredores ecológicos e demais áreas adjacentes às unidades." (ICMBio, 2.008:07)

Em função desse quadro, o Plano de Manejo do Mosaico identifica os seguintes problemas:

"Os principais problemas ambientais existentes na região do mosaico referem-se a:



MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR
SUBJECT: [Illegible]

1. [Illegible]

2. [Illegible]

RECOMMENDATION

3. [Illegible]

4. [Illegible]

5. [Illegible]

6. [Illegible]

7. [Illegible]

8. [Illegible]

9. [Illegible]

10. [Illegible]

EM BRANCO

CONCLUSION

11. [Illegible]

12. [Illegible]

13. [Illegible]

14. [Illegible]

15. [Illegible]

16. [Illegible]

17. [Illegible]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 536
Rubrica Elaine

- a) conversão de áreas de vegetação nativa de cerrado em grandes monocultivos de grãos, café irrigado, capim para produção de semente e bovinocultura, atividades que caracterizam o agronegócio;
- b) a exploração do cerrado para a produção de carvão, a maior parte das vezes realizada de forma ilegal;
- c) a prática de queima da vegetação nativa para renovação do pasto e limpeza de terreno para roça. Além disso, ainda há na região, em escala reduzida, a prática da caça;
- d) tráfico de animais silvestres, principalmente os que envolvem a captura de psitacídeos.

As atividades que caracterizam o agronegócio e a produção de carvão vegetal são, por natureza, altamente impactantes ao cerrado. Além de levarem a uma diminuição drástica de vegetação nativa de cerrado, podem provocar outros impactos igualmente preocupantes, como a poluição ambiental provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos e a diminuição de oferta de água, em função do uso de irrigação por pivô central de forma excessiva e até o esgotamento de mananciais e, no caso do capim, a queima da palhada após a colheita das sementes tem causado poluição atmosférica e problemas respiratórios aos moradores do município de Chapada Gaúchu, MG.

Nas áreas onde não há os grandes monocultivos, o padrão de uso do solo adotado pelos agricultores familiares refere-se à criação extensiva de gado, com a utilização de pastagens nativas e agricultura de subsistência. Nestas áreas é comum o uso do fogo para a renovação do pasto, fato que tem, anualmente, ocasionado sérios problemas às unidades. Praticamente todas as famílias que cultivam ou criam gado se utilizam dessa prática. Todos os anos, além da queima de grandes áreas no entorno das unidades, boa parte das mesmas é incendiada. Algumas áreas acabam pegando fogo anualmente ou em intervalos de dois anos, fato que leva a uma perda gradual da biodiversidade local.

Outro problema causado pela presença do gado dentro das unidades ou nas suas áreas de entorno e corredores ecológicos refere-se a possibilidade de transmissão de doenças para animais silvestres. Há registro de mortandade de veados, após passagem de uma grande hoiada na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas na década de 80. A presença de gado acaba levando, também, a uma matança desnecessária de onças, por parte de donos de gado.

As roças, apesar das pequenas extensões, são feitas, em geral, em áreas de

je



Ata da reunião
do Conselho de Administração
da [Nome da Empresa]

Reunião do Conselho de Administração da [Nome da Empresa] realizada em [Data] às [Hora], com a presença dos membros do Conselho de Administração, conforme consta no processo de convocação.

Assim, o Conselho de Administração, reunido em sessão ordinária, deliberou sobre os assuntos da seguinte forma:

1. Aprovação da prestação de contas do exercício de 2022.

2. Aprovação do balanço patrimonial e do balanço de resultados do exercício de 2022.

3. Aprovação da distribuição de dividendos para o exercício de 2022.

4. Aprovação da proposta de aumento de capital da [Nome da Empresa] para o exercício de 2023.

5. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

6. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

7. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

EM BRANCO

8. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

9. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

10. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

11. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

12. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

13. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

14. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

15. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

16. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

17. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

18. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.

19. Aprovação da proposta de contratação de [Cargo] para o exercício de 2023.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 537
Rubrica *Elaine*

preservação permanente (veredas) e muitas vezes são necessários a confecção de drenos que acabam causando impactos localizados.

A agricultura familiar, seja de comunidades tradicionais, seja de projetos de reforma agrária existentes na região, tem tido pouca assistência no sentido de que suas atividades produtivas venham alcançar a auto-sustentabilidade. Em geral, a agricultura familiar é bem menos impactante que a exploração voltada para o agronegócio, porém, não sendo feita de forma adequada leva a resultados pouco promissores.

... Essas unidades encontram-se em um grau de implantação muito incipiente, sendo que a maioria ainda não tem plano de manejo e apresenta problemas recorrentes de gestão, tais como baixa taxa de regularização fundiária e carência de recursos humanos. Algumas possuem Conselho Consultivo, porém, funcionando com dificuldade.” (ICMBio, 2008: 16-17)



Je



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação de cursos de graduação em Engenharia de Produção, realizado pelo INEP em 2014. O objetivo principal é avaliar a qualidade dos cursos e fornecer subsídios para a melhoria da educação superior. O processo envolve a coleta de dados por meio de questionários e a análise desses dados por especialistas. Os resultados são divulgados em relatórios e rankings, que servem como referência para a sociedade e para as instituições de ensino superior.

EM BRANCO



Prod. nº 4080413
Fls. 538
Rúbrica Elaine

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

QUADRO 2: Estado da Arte das Unidades de Conservação e Área Indígena do MSVP

Unidade de Conservação	Decreto / Lei / Resolução (Data)	Município	Plano de Manejo	Processo	Imagem (Linha e nº de funcionários)	Projeto em andamento	Projetos Paralelos	ATIVIDADES ATUAIS
Parque Nacional Grande Serra Verde	Dec 87.658 de 12/04/1999 Orc sem nº de 21/05/2004 (ampliação) 250.671 ha	Chapada Gaúcha, Arinos, Formosa, Cocos	GM, na área original do Parque - 81.000 hectares.	GM	Escritório sede, alojamento, 03 veículos GDI, 1 moto e sistema de comunicação via rádio, Torre de Observação de Incêndios / 13 funcionários	Projeto Grande Serra Verde - FUNAI-FUNATURA	FUNATURA, Prefeitura de Chapada Gaúcha, Instituto Biológico, Escolas Municipais e Estadual de Chapada Gaúcha e Fazenda Trjunga	Gado, incêndios no interior e no exterior, caça e tráfico de animais, brechinhos, mamíferos silvícolas e capim no interior.
Parque Nacional Cavernas do Paraisópolis	Decreto de 21/08/1999 55.903 ha	Itacarambi, Jamana, São João del-Rei	GM, em estudo	GM	Alojamento para pesquisadores, escritório sede, 2 veículos e 1 moto / 22 funcionários	Projeto Verba Contar e Paraisópolis, Projeto Educação Ambiental, implantação de usina, Início Implantação do Uso Público	ICB, Prefeitura de Jamana, Minas e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários, Ministério Público, SESO, GEO (Grupo de Ecologia Orientada), EIV (ESPELEOGRI-PO), Guardas do Parque e Instituto Biológico.	Criação de gado, incêndios, caça, pesca.
Parque Estadual Veredas do Paraisópolis	Dec 26.470 de 27/09/1991 31.221 ha	Jamana e Córrego Marinho	NÃO	GM	Alojamento, escritório sede, 02 veículos, 01 moto e 03 escadarias / 8 funcionários e 25 brigadistas voluntários	Estudos para criação de Unidades, educação Ambiental, trabalhos sobre economia com comunidades do entorno	Prefeitura de Córrego Marinho, Empresa do entorno como J.A. e Agroparcia Leticia, UFRG, Uniminas, CERET, CEISA	Pecuária e extrativismo no entorno da UE
Parque Estadual Serra das Águas	Dec 39.400 de 21/05/1998 11.147 ha	Chapada Gaúcha, Distrito de Serra das Águas	GM	NÃO	Escritório sede, 4 veículos / 9 funcionários	Construção da sede, casa grande, 03 casas de funcionários, Centro de visitantes e 03 perbites: artesanato, cozinha e lavanderia, estação ambiental	Prefeitura de Chapada, Usina GDI (propriedade UPM no entorno) e Medianeira	Gado, incêndios no entorno, caça e tráfico de animais.
Parque Estadual da Mata Seca	Dec 39.851 de 09/10/1998 10.173 ha	Manga	NÃO	NÃO	Escritório na UC e em Itacarambi, alojamento, 04 casas, Galpão sede transformado laboratório central, 2 funcionários - 38 brigadistas	TOP GDI - 05 comunidades do entorno; Estações climatológicas; Instituto Biológico, estudos da paisagem, e programas científicos.	Uniminas, UFLA, Universidade de Brasília, IBAMA, Paraisópolis, Instituto Biológico.	Criação de gado, incêndios florestais, caça e pesca.
Área de Proteção Ambiental Paraisópolis do Paraisópolis	Dec 56.162 de 26/09/1998 146.000 ha	Jamana, Itacarambi, Córrego Marinho, Bonito de Minas	NÃO	GM, em projeto com outras UC's	Alojamento para pesquisadores, escritório sede, 02 veículos, sistema de comunicação com 06 HT's, 2 estações rádio e 01 fax / 2 funcionários	Projeto Paraisópolis: Nucleos em Paraisópolis com as fazendas; Educação Ambiental; laboratório; Hospital com apoio do Projeto Moinho	ICB, Prefeitura de Jamana, Minas e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Vale do Paraisópolis, Ministério Público, SESO, GEO (Grupo de Ecologia Orientada), EIV (ESPELEOGRI-PO) e Guardas do Parque.	Incêndios florestais, uso inadequado das Veredas e Lagoa
APA Estadual do Rio Pardo	Lei 11.501 de 01/09/1995 216.000 ha	Jamana e Bonito de Minas	NÃO, em 2006 foi realizado um pré-projeto	Não	O Projeto Pardo conta com 06 HT's, 2 motos, 1 caminhão, Escritório na Vila do Pardo / 9 funcionários além do Gestor de APA (ICB)	Projeto Pardo: extrativismo de peixe, febre, febre; Apicultura; artesanato; segurança alimentar; e regulamentação de abate familiar; Conselho e implementação do CCEAC (Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado)	Associação dos Membros Unidos do Pardo, Associação dos Produtores Rurais (APPR), Associação de Agricultores Rurais (AGRUR)	Pecuária, caça, extração irregular de madeira, e principalmente pecuária. Existe também na APA, uma PCH (DEMIG) construída em 1992.

Jo

127									
128	129	130	131	132	133	134	135	136	137
138	139	140	141	142	143	144	145	146	147
148	149	150	151	152	153	154	155	156	157
158	159	160	161	162	163	164	165	166	167
168	169	170	171	172	173	174	175	176	177
178	179	180	181	182	183	184	185	186	187
188	189	190	191	192	193	194	195	196	197
198	199	200	201	202	203	204	205	206	207
208	209	210	211	212	213	214	215	216	217
218	219	220	221	222	223	224	225	226	227
228	229	230	231	232	233	234	235	236	237
238	239	240	241	242	243	244	245	246	247
248	249	250	251	252	253	254	255	256	257
258	259	260	261	262	263	264	265	266	267
268	269	270	271	272	273	274	275	276	277
278	279	280	281	282	283	284	285	286	287
288	289	290	291	292	293	294	295	296	297
298	299	300	301	302	303	304	305	306	307
308	309	310	311	312	313	314	315	316	317
318	319	320	321	322	323	324	325	326	327
328	329	330	331	332	333	334	335	336	337
338	339	340	341	342	343	344	345	346	347
348	349	350	351	352	353	354	355	356	357
358	359	360	361	362	363	364	365	366	367
368	369	370	371	372	373	374	375	376	377
378	379	380	381	382	383	384	385	386	387
388	389	390	391	392	393	394	395	396	397
398	399	400	401	402	403	404	405	406	407
408	409	410	411	412	413	414	415	416	417
418	419	420	421	422	423	424	425	426	427
428	429	430	431	432	433	434	435	436	437
438	439	440	441	442	443	444	445	446	447
448	449	450	451	452	453	454	455	456	457
458	459	460	461	462	463	464	465	466	467
468	469	470	471	472	473	474	475	476	477
478	479	480	481	482	483	484	485	486	487
488	489	490	491	492	493	494	495	496	497
498	499	500	501	502	503	504	505	506	507
508	509	510	511	512	513	514	515	516	517
518	519	520	521	522	523	524	525	526	527
528	529	530	531	532	533	534	535	536	537
538	539	540	541	542	543	544	545	546	547
548	549	550	551	552	553	554	555	556	557
558	559	560	561	562	563	564	565	566	567
568	569	570	571	572	573	574	575	576	577
578	579	580	581	582	583	584	585	586	587
588	589	590	591	592	593	594	595	596	597
598	599	600	601	602	603	604	605	606	607
608	609	610	611	612	613	614	615	616	617
618	619	620	621	622	623	624	625	626	627
628	629	630	631	632	633	634	635	636	637
638	639	640	641	642	643	644	645	646	647
648	649	650	651	652	653	654	655	656	657
658	659	660	661	662	663	664	665	666	667
668	669	670	671	672	673	674	675	676	677
678	679	680	681	682	683	684	685	686	687
688	689	690	691	692	693	694	695	696	697
698	699	700	701	702	703	704	705	706	707
708	709	710	711	712	713	714	715	716	717
718	719	720	721	722	723	724	725	726	727
728	729	730	731	732	733	734	735	736	737
738	739	740	741	742	743	744	745	746	747
748	749	750	751	752	753	754	755	756	757
758	759	760	761	762	763	764	765	766	767
768	769	770	771	772	773	774	775	776	777
778	779	780	781	782	783	784	785	786	787
788	789	790	791	792	793	794	795	796	797
798	799	800	801	802	803	804	805	806	807
808	809	810	811	812	813	814	815	816	817
818	819	820	821	822	823	824	825	826	827
828	829	830	831	832	833	834	835	836	837
838	839	840	841	842	843	844	845	846	847
848	849	850	851	852	853	854	855	856	857
858	859	860	861	862	863	864	865	866	867
868	869	870	871	872	873	874	875	876	877
878	879	880	881	882	883	884	885	886	887
888	889	890	891	892	893	894	895	896	897
898	899	900	901	902	903	904	905	906	907
908	909	910	911	912	913	914	915	916	917
918	919	920	921	922	923	924	925	926	927
928	929	930	931	932	933	934	935	936	937
938	939	940	941	942	943	944	945	946	947
948	949	950	951	952	953	954	955	956	957
958	959	960	961	962	963	964	965	966	967
968	969	970	971	972	973	974	975	976	977
978	979	980	981	982	983	984	985	986	987
988	989	990	991	992	993	994	995	996	997
998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

QUADRO 2: (continuação)

Unidade de Conservação	Decreto / Atto Data (ha)	Município	Flora de Mata	Floresta Casta	Infraestrutura (R ² ou funcionários)	Projetos em andamento	Parceiros Parceiros	Principais Atividades
APA Estadual Rio Cachoeira e São	Des. 42.911 de 05/11/2004 284.463 ha	Januária e Bom Retiro de Minas	Não	Não				
Reserva Estatual de Desenvolvimento Sustentável Veredas de Anari	Decreto nº de 21/10/2003 62.975 ha	Chaparral Gaúcho e União	Não	Não	Escritório sede (Serra das Arenas), 04 veículos, centro beneficiamento de produtos, alojamento / 3 funcionários	Projeto da Madeira Intensificação de Pinus, SEBRAE e Vale do Uruguai (Agricultura). Cartas de Januária desenvolve projeto sustentável	Prefeitura de Chaparral, Município, PEDA, Cartas, Agência Vale do Uruguai e SEBRAE	Sede (principalmente), municípios vizinhos, cidades e vizinhos
Reserva Estadual de Vida Silvestre de Pandeiros	Dec. 42.910 de 05/11/2004 6.100 ha	Januária	Não	Não	alojamento, escritório sede UC, 01 moto. Sistema de irrigação (01 base fixa mais 05 HTs), 1 chefe, 6 guardas parques e 6 brigadas terrestres	Educação Ambiental, Fiscalização, Implementação infra-estrutura. Cts: De acordo com projeto de criação, CEMO e co-gestores de UC.	Projeto Pandeiros (Associação dos Monsenhores Unidos do Pandeiros, Universidades (UFPA e Unimontes), ADIFLOH.	Festa, caça e caracacamento no interior e externo. PCH construída em 1960
RPPN Veredas de Pôrto	Portaria IBAMA nº 25/2004 347 ha	Arinos	Sim	Não	Trilhas / 1 servidor	Educação Ambiental	PANITURA, IBAMA	Caça, Incêndio e monocultura soja e castor em áreas próximas.
RPPN Arinos Veredas	Portaria IBAMA nº 31/2005 348 ha	Arinos	Sim	Não	Sede com alojamento e casa serviços, trilhas / 1 servidor	Educação Ambiental	PANITURA, IBAMA	Incêndio em áreas próximas, caça monocultura soja e castor em áreas próximas.
RPPN Fazenda Pantano	Portaria IBAMA nº 25/1998 N 4.055 ha	Maripá	Não	Não			IBAMA	
RPPN Pôrto Cajuru	Portaria IEF nº 225 de 16/11/2005 6.478 ha	Januária	Sim	Não	Sede com escritório e hospedagem de funcionários Campus de Pesca	Pesquisa e Educação Ambiental	Instituto Estadual de Florestas - IEF	
Reserva Índigena dos Zakiribá	55.000 ha	São João das Missions e Itacarambi	Não	Conselho Indígena das Missions	Escritório, comércio, Sede FUNAI, funcionários FUNAI em	Mão de obra na recuperação de reserva "Água é vida". Casa de Medicina. Tanque recreio, agricultura, sustentável.	Emater, Prefeitura Missions, IEF, Cartas, IBAMA, UFPA, CAA, FUNASA, FUNAI e CAA, FUNASA	uso de fogo, desmatamento ilegal, falta planejamento corteiro das estradas.

* Informações coletadas por meio de visitas e entrevistas com chefes de Unidades de Conservação (UCs) e Lideranças comunitárias, no início de 2007.

Fonte: (ICMBio, 2008: 18-19)



Força Aérea Brasileira

Comando em Chefe

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

Aviação

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 540
Rubrica Elaine

Portanto, nota-se uma situação de fragilidade das Unidades de Conservação existentes na área do Mosaico, tanto sob o aspecto fundiário, quanto da fiscalização das mesmas.

No que diz respeito à sobreposição entre Unidades de Conservação e as terras indígenas, há sobreposição apenas da APA Federal Cavernas do Peruaçu com as terras atualmente demarcadas. Como se trata de uma unidade de uso sustentável e como a unidade não está devidamente regularizada, com pouca ação do órgão ambiental nela, não há notícia de que tal sobreposição tenha causado qualquer tipo de conflito com os indígenas até o presente momento.

Contudo, o recatado dos limites nos leva a propor uma área que se sobrepõe parcialmente também ao Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. Essa área atinge aproximadamente 1/3 da área decretada do Parque e é composta por terras que encontram-se atualmente em mãos de fazendeiros. Apesar de estarem parcialmente degradadas, especialmente pela presença de pastagens, o nível de atividade econômica nessas fazendas é atualmente bem baixo.

A respeito dessas fazendas o Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu informa:

"O Parque, além da atividade da população tradicional descrita acima, abriga a de unidades que, em condições de funcionamento normal, dirigem a sua produção, constituída, principalmente, de gado bovino, cana e soja, preferencial ou exclusivamente, para o mercado. São fazendas, cujos proprietários são pessoas físicas e jurídicas (v. detalhes em Situação Fundiária).

... Os impactos negativos da atividade da produção agropecuária desenvolvida no Parque e dirigida para o mercado atingem diretamente toda a biodiversidade regional, impactando, inclusive, os corpos d'água. Tal como já se descreveu acima: "o gado contribui para o desmatamento. As matas nativas são retiradas para o plantio de pastos, que chegam até às margens. Em muitos lugares, as boiadas bebem diretamente a água do rio, o que favorece a destruição das matas ciliares", UnB Revista (2001), p. 80 e "Os fazendeiros costumam trazer o gado para a margem do rio, a fim de utilizar a água, as gramíneas que ali se desenvolvem e o sal que aflora nos baixios marginais após as cheias", Andrade MC (1998), p. 43.

Je

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

EM BRANCO

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil

Ministry of Health of Brazil



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 541
Rúbrica: *Elaine*

Deve-se acrescentar a isto, no que respeita à biodiversidade do Parque, a homogeneização provocada pelas culturas comerciais e, quanto à poluição, principalmente dos solos e águas do Parque, a demanda de químicos por parte destas culturas.

Não foi possível, durante a estada da equipe de pesquisas no Parque, observar a ocorrência de queimadas, mas foram obtidas informações no sentido de acontecerem periodicamente, com a inevitável geração de material particulado

...Os impactos mencionados acima são de média e grande intensidade e de abrangência regional, embora reversíveis, a médio e longo prazo.

Em todo caso, à vista do que dispõe o § 1º, "in fine", do artigo 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2.000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estas unidades deverão ser desapropriadas, desaparecendo, assim, as suas atividades geradoras de degradação ambiental.

Por outro lado, a expropriação, quando ocorrer, causará impactos negativos sobre o meio antrópico, com o desaparecimento da produção das fazendas e da renda monetária, empregos diretos e indiretos e tributos que aquela produção gera.

Quanto a estes últimos, os impactos dar-se-ão sobre as receitas da União e do Estado de Minas Gerais, o que os torna insignificantes. Os municípios, na realidade, não serão atingidos, em vista de suas receitas provirem, quase que integralmente, da sua participação nas receitas federais e estaduais.

No que respeita aos empregos diretos, as fazendas do Parque pouco empregam, fora dos períodos de plantio e safra. Ademais, a pecuária que ali existe é criada extensivamente, o que demanda pouca mão de obra. SP/P2152/R1401/2003 1243

Não se pode, no entanto, dizer o mesmo da renda monetária e dos empregos indiretos gerados pelas fazendas.

No que respeita à primeira, sua extinção será sentida, certamente, a curto e médio prazo, pois não há garantia alguma de que os capitais desmobilizados pelas desapropriações serão reinvestidos na região." (IBAMA, 2005:1243)

Je



O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da avaliação do desempenho dos alunos da rede pública de ensino fundamental do Brasil, em 2013, no âmbito da Prova Brasil. Os dados foram coletados por meio de uma amostra representativa de todas as escolas e alunos do país, e os resultados são apresentados em forma de gráficos e tabelas.

Os dados mostram que a maioria dos alunos apresentou bom desempenho nas provas, com destaque para os resultados em Matemática e Língua Portuguesa. No entanto, é importante destacar que ainda há uma necessidade de melhoria em algumas áreas, como a leitura e a interpretação de textos. Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares.

EM BRANCO

Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares. No entanto, é importante destacar que ainda há uma necessidade de melhoria em algumas áreas, como a leitura e a interpretação de textos. Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares.

Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares. No entanto, é importante destacar que ainda há uma necessidade de melhoria em algumas áreas, como a leitura e a interpretação de textos. Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares.

Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares. No entanto, é importante destacar que ainda há uma necessidade de melhoria em algumas áreas, como a leitura e a interpretação de textos. Os dados também indicam que os alunos de escolas públicas apresentaram desempenho inferior em comparação com os alunos de escolas particulares.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 543
Rúbrica Flame



Sobreposição das terras em estudo com o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu.

je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 543
Rubrica elaine

Uma parte dessa área já foi retomada pelos indígenas, na localidade de Poções (ver item específico na II Parte), onde atualmente plantam e também criam gado, aproveitando os campos naturais e as pastagens existentes. Porém, a maior parte dessa área ainda é tomada por matas nativas, em locais de difícil acesso, por entre pedras calcáreas na região dos “Gerais”, tendo essas pouco ou nenhum aproveitamento por parte dos fazendeiros. Contudo, são áreas de imensurável valor para a reprodução física, econômica e cultural dos Xakriabá, constituindo-se em importantes áreas de coleta de produtos usados para consumo alimentar, medicinal e artesanal pelos índios.

Tal sobreposição, evidentemente, não era oficialmente reconhecida pelo órgão ambiental responsável pelo Parque, até porque não se constituía enquanto garantia legal. Porém, não poderia ser totalmente ignorada pelo órgão, tendo em vista o histórico de ocupação indígena da região e os usos tradicionais que os índios fazem da mesma.

Tal fato fica evidente no próprio Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, o qual, em sua fase de elaboração levou a uma consulta formal à Funai, a qual constituiu o Processo 086200698/03. Nesse processo a empresa de consultoria contratada para elaboração do Plano de Manejo dirigiu-se à Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai solicitando autorização para acesso às terras indígenas, afirmando que:

“...apesar da reserva indígena encontrar-se fora dos limites do parque nacional, o levantamento das informações de campo na área limítrofe torna-se fundamental para compreensão e posterior planejamento da unidade de conservação nacional.” (FUNAI, 2003:fl 01)

Na ocasião, conforme consta no processo, a Administração Executiva Regional de Governador Valadares foi consultada, tendo sido produzido o Memo Nº 02/SERVIDOR-JLP, de 25.06.2003, no qual o Coordenador do presente GT, na época lotado naquela regional, informa haver duas reivindicações indígenas conhecidas na área de abrangência do estudo, na região do Dizimeiro e de Morro Vermelho.

A equipe que elaborou o Plano de Manejo tomou conhecimento dos processos de



UNITED STATES OF AMERICA
DEPARTMENT OF THE ARMY
HEADQUARTERS, ARMY
WASHINGTON, D. C.

THE SECRETARY OF THE ARMY HAS THE HONOR TO ACKNOWLEDGE THE RECEIPT OF YOUR LETTER OF THE 15TH INSTANT, IN WHICH YOU REQUESTED THAT THE ARMY DEPARTMENT BE KEPT ADVISED OF THE PROGRESS OF THE RESEARCH AND DEVELOPMENT OF THE NEW TYPE OF TANK ENGINE. THE SECRETARY OF THE ARMY HAS THE HONOR TO ADVISE YOU THAT THE ARMY DEPARTMENT IS CURRENTLY CONSIDERING THE PROPOSAL AND WILL BE KEPT ADVISED OF THE PROGRESS OF THE RESEARCH AND DEVELOPMENT OF THE NEW TYPE OF TANK ENGINE.

THE SECRETARY OF THE ARMY HAS THE HONOR TO ADVISE YOU THAT THE ARMY DEPARTMENT IS CURRENTLY CONSIDERING THE PROPOSAL AND WILL BE KEPT ADVISED OF THE PROGRESS OF THE RESEARCH AND DEVELOPMENT OF THE NEW TYPE OF TANK ENGINE.

THE SECRETARY OF THE ARMY HAS THE HONOR TO ADVISE YOU THAT THE ARMY DEPARTMENT IS CURRENTLY CONSIDERING THE PROPOSAL AND WILL BE KEPT ADVISED OF THE PROGRESS OF THE RESEARCH AND DEVELOPMENT OF THE NEW TYPE OF TANK ENGINE.

EM BRANCO

THE SECRETARY OF THE ARMY HAS THE HONOR TO ACKNOWLEDGE THE RECEIPT OF YOUR LETTER OF THE 15TH INSTANT, IN WHICH YOU REQUESTED THAT THE ARMY DEPARTMENT BE KEPT ADVISED OF THE PROGRESS OF THE RESEARCH AND DEVELOPMENT OF THE NEW TYPE OF TANK ENGINE.

THE SECRETARY OF THE ARMY HAS THE HONOR TO ADVISE YOU THAT THE ARMY DEPARTMENT IS CURRENTLY CONSIDERING THE PROPOSAL AND WILL BE KEPT ADVISED OF THE PROGRESS OF THE RESEARCH AND DEVELOPMENT OF THE NEW TYPE OF TANK ENGINE.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 544
Rúbrica *elaine*

regularização fundiária em curso e teve acesso a relatórios da FUNAI, os quais são citados no mesmo. De tal forma, em vários momentos o texto do Plano de Manejo reconhece a existência de interesses indígenas na área do Parque, a qual tratam como uma *"forte interseção no que se refere aos aspectos culturais, históricos e sócio-econômicos Xacriabá"*, como poderemos ver a seguir:

"Outro elemento cultural apontado pela equipe técnica coordenada pelo antropólogo Marco Paulo Schettino no relatório da FUNAI (1999) que circunstanciou a identificação e delimitação da Terra Indígena Xacriabá de Rancharia é a relação de encantamento estabelecida com entre os Xacriabá e as "Lapas Encantadas" existentes nos afloramentos rochosos da região.

"Além dos pontos irradiantes encontrados nos sítios rituais e cemitérios, temos outros locais que articulados a estes compõem o espaço sagrado dentro do território Xacriabá em Rancharia. São as "lapas encantadas". São as grutas, entradas de cavernas e abrigos que, segundo informam, são habitadas pelos espíritos dos antepassados(...) em se tratando de sítios sagrados, os caboclos lhe dispensam absoluto respeito, evitando tocar nos objetos encontrados em seu interior e entorno." (ib:135)

Ainda outro aspecto que merece atenção no que se refere ao patrimônio intangível deste povo, é a existência de uma entidade mítica: a onça cabocla ou laiã, considerada um espírito materializado de um ancestral, que ainda percorre o território indígena assobiando e assustando os vivos. Quando enraivecida, ataca o gado dos fazendeiros. É uma espécie de guardião do território. (ib: 137)

Desta maneira, "além das lapas sagradas, possuidoras de significação religiosa para o grupo indígena, e também detentoras de rico e largo acervo arqueológico e espeleológico, esta área ainda abriga significativos recursos medicinais utilizados pelos indígenas e espécies animais como mocó, roedor que habita as escarpas, utilizada como complemento protéico na pauta alimentar Xacriabá" (ib: 141)

Faz-se fundamental, desta maneira, a participação de representantes Xacriabá, no que se refere à gestão e manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, área conígua ao seu território, e como apontado acima, com forte interseção no que se refere aos aspectos culturais, históricos e sócio-econômicos Xacriabá.

Je

GOV. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

EM BRANCO

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 545
Rúbrica *[assinatura]*

Desta maneira, sugere-se que seja realizado por parte do IBAMA contato com as lideranças Xacriabá, propondo um seminário ou reuniões visando esclarecer e nivelar as informações a respeito do Parque, buscando envolver, de fato, a comunidade indígena nas decisões e desdobramentos a respeito da gestão da Unidade de Conservação.

No entanto, sugere-se que este contato já seja realizado e intermediado por uma equipe técnica coordenada por antropólogo. Esta equipe poderá diagnosticar, de forma emergencial, as reais interferências da criação e instalação do Parque na cultura e economia Xacriabá, levando em consideração também os aspectos intangíveis ou imateriais da mesma. (IBAMA, 2005:1254-1255)

Também o levantamento arqueológico realizado para o Plano de Manejo identifica as relações históricas e presentes dos índios com a área do Parque e com os seus atuais habitantes:

"Em 1690, Matias Cardoso levou uma tropa de 600 homens até a região de Montalvânia, tratando com alguns chefes Xacriabá e combatendo outros. No início do século XVIII as aldeias indígenas de Tapiraçaba e Gualba foram destruídas; sobre seus destroços instalaram-se os centros coloniais de Brejo do Salgado e São Romão; o objetivo era criar gado para aprovisionar em carne seca e farinha de mandioca os centros auríferos das Minas Gerais e de Goiás bem como as fazendas de cana de açúcar do Nordeste.

Talvez date desta época o solo de ocupação intacto recentemente encontrado no abrigo da Cabeça d'Anta, provavelmente uma das últimas ocupações indígenas antes do contato intenso com os bandeirantes e colonos: espalhados na superfície ou guardados em nichos da parede estão os instrumentos de pedra e cerâmica, restos alimentares, artefatos de madeira, evidenciando as últimas estruturas de ocupação.

...No início do século XIX, a exploração do salitre para fabricar pólvora provocou a destruição do sedimento de muitas grutas, incluindo da Lapa do Rezar, a mais acessível das grandes jazidas do rio Peruaçu. A história da região no século XIX é dominada pela figura do coronel Ioio que, antes de libertar seus milhares de escravos, introduziu o cultivo do algodão e a exploração do látex de maniçoba - então um concorrente da Hevea. Nesta época, os Xacriabás ainda frequentavam o curso do rio Peruaçu. Alguns abrigos (Lapa da Hora)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

roc. nº 40804/13
Fls. 546
Vizinha Elaine

eram ainda aproveitados para colocar reservas alimentares semelhantes aos silos pré-históricos - uma técnica ainda lembrada por remanescentes Xacriabás.

...A Reserva, demarcada apenas em 1973 e legalizada em 1985 após sangrentos acontecimentos, ocupa apenas uma diminuta fração do vale do rio Peruaçu. Estende-se mais a Nordeste, numa região cárstica onde os Xacriabás ocupam grutas decoradas de pinturas rupestres para realizar cerimônias tradicionais como a da "jurema".

Enquanto a parte inferior do curso do rio foi explorada no século XX por grandes proprietários rurais, boa parte do canyon praticamente ficou abandonada. As partes mais acessíveis do canyon e a região situada logo a montante eram ocupadas por pequenos colonos, mestiços de negros e índios, que criaram comunidades - várias delas, infelizmente, em via de desaparecimento em razão da dispersão consecutiva à criação do Parque Nacional e da morte dos seus velhos patriarcas." (IBAMA, 2005: 1330-1331)

Portanto, pelo que aqui vimos e pelo que já fora exposto anteriormente acerca do uso e ocupação tradicional da terra pelos Xakriabá, vê-se que no processo de criação do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, apesar de haver algum conhecimento acerca da "forte interseção" existente com os interesses das comunidades indígenas, privilegiou-se os interesses ambientais. Tal escolha, não fora errônea, tendo em vista a situação legal das terras indígenas naquele momento e a conjuntura política existente. Porém, como o Parque jamais se consolidou, continuando a serem ocupadas as áreas em questão por fazendeiros, ele não vem cumprindo com os objetivos que motivaram a sua criação. Além do mais, reconhece o próprio Plano de Manejo que essas áreas foram ocupadas ao longo de séculos pelos Xakriabá e, em grande parte, a sua preservação até os dias de hoje se deve ao modo como esses índios ocuparam a área até hoje e pretendem continuar ocupando.

Je



YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI
MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

EM BRANCO

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

YATIRIM VE İNŞAAT BAKANLIĞI, MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI ve İLİMLER, İNŞAAT VE KÜLTÜR BAKANLIĞI
T.C. Milli Eğitim Bakanlığı

10

10

10

10



V - QUINTA PARTE

Reprodução Física e Cultural:

- a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;
- b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;
- c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim;

Reprodução física

Pena & Heller (2004:127), com base no censo realizado em 2003 e em dados de mortalidade coletados na Terra Indígena, procurou reconstituir a população Xakriabá para os anos de 2000, 2001 e 2002. Nesse estudo não foi considerado o movimento de entradas e saídas da população por migração, devido à inexistência de dados secundários. Assim, naqueles quatro anos, a população Xakriabá aumentou de 5.888 habitantes, em 2000, para 6.438 habitantes, em 2003, com um crescimento médio de 3,0% ao ano. Este crescimento é bem superior ao verificado pelo Censo 2000 do IBGE, que indica uma taxa de 1,6% ao ano para o Brasil no geral.

Naquele período, nasceram na Terra Indígena 417 crianças do sexo masculino (52,7%) e 374 do feminino (47,3%). Quanto aos óbitos, morreram 85 homens (54,5%) e 71 mulheres (45,5%). Tais dados podem estar subestimados, por terem sido colhidos através da Funasa, ainda no início da implantação do subsistema de saúde indígena.

Vê-se por aqueles dados que a população Xakriabá é bastante jovem. Entre 1987 e 2003 registrou-se um incremento absoluto muito grande no grupo de 0 a 4 anos, que, ao longo desses 16 anos, mais do que dobrou, enquanto os demais grupos etários mantiveram-se quase constantes.

Je



Information on the

RESEARCH PROJECT

The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...

EM BRANCO

Project Number: ...

The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...

Project Number: ...

The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...
The project is a research project in the field of...

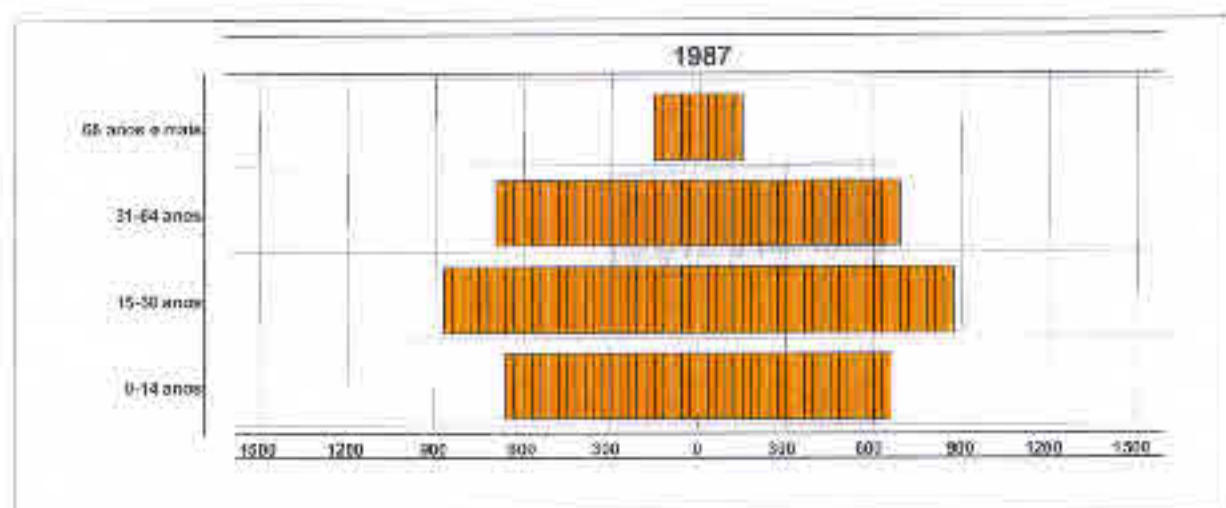
Project Number: ...



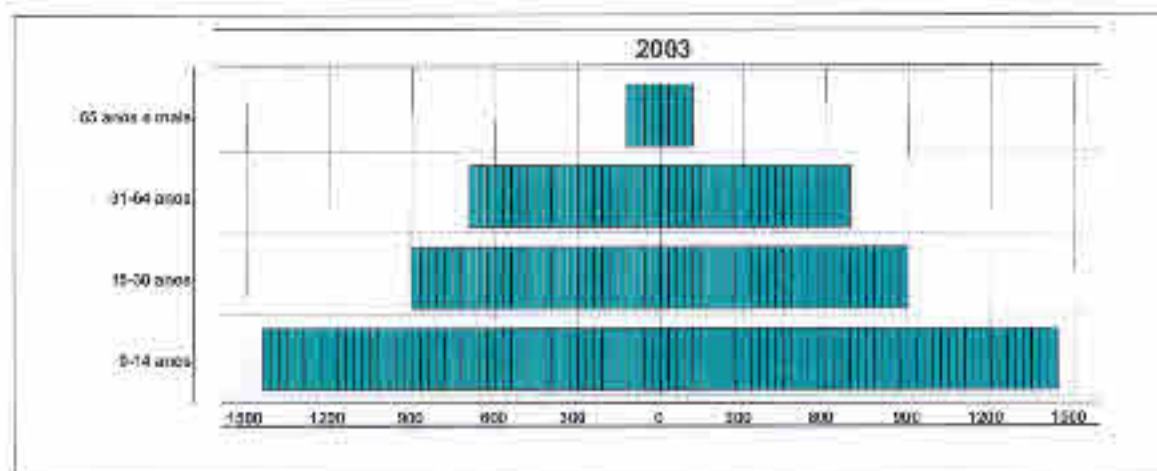
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Paraíso (1987, in Pena, 2004:133) afirma que o significativo número de pessoas na faixa de 15 a 30 anos, em 1987, está relacionado com os casamentos interétnicos e o retorno de parcela da população que vivia fora da área.

Segundo Pena (2004:130), os dados indicam que a participação do grupo de 0 a 14 anos aumentou de 27,7% para 45,1%, entre 1987 e 2003, o que se refletiu nas proporções de população dos demais grupos etários. Como não se conhece o passado demográfico dessa população, supõe-se que seu rejuvenescimento seja decorrente da redução dos níveis de mortalidade nas idades mais jovens, associada ao aumento da fecundidade.



Pirâmide etária da população Xakriabá – 1987 in Pena, 2004:132



Pirâmide etária da população Xakriabá – 2003 in Pena, 2004:133

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 549
Rubrica Elaine

Pena (2004:135) afirma que a população Xakriabá, apesar de formada por um grande número de crianças e adolescentes, já esboça sinais de arrefecimento em relação ao seu crescimento neste grupo etário, pois a proporção de população de 0-14 anos passou de 47% para 45,1%. Também se percebe uma pequena queda progressiva ao longo dos anos na proporção de pessoas de 50 anos e mais, passando de 11,4% para 10,8%.

Quanto às razões de sexo, constata Pena (2004:135) que, em todos os anos estudados, há predominância de homens. Em 2003, no grupo de 15 a 49 anos, existiam, em média, 116,3 homens para cada cem mulheres. De fato, apenas na faixa etária de 50 anos ou mais o número de mulheres superava o de homens: a razão variou de um mínimo de 92,8 a um máximo de 96,6 homens para cada 100 mulheres. Tal evento deve estar associado ao maior número de nascimentos do sexo masculino e à mortalidade de homens.

Mortalidade e esperança de vida

Segundo Pena (2004:136) entre 2000 e o início do segundo semestre de 2003 foram registrados 156 óbitos na Terra Indígena Xacriabá. As taxas de mortalidade geral, nesse período, oscilaram entre 5,9 e 7,1 óbitos por mil habitantes (média de 6,5 óbitos por mil). A taxa de mortalidade geral dos povos indígenas brasileiros em 2002 (Funasa-2003) foi de 5,8 óbitos por mil habitantes.

Pena (2004:138) informa que para a população geral do Brasil, segundo as Estatísticas do Registro Civil em 2002, a proporção de óbitos de menores de um ano no total de óbitos é de 5,18% para o ano de 2002. Na Região Sudeste esta proporção é de 4,72%. Na Terra Indígena Xacriabá, neste mesmo ano, esta proporção é 6,8 e 7,4 vezes maior, respectivamente, do que a encontrada para o Brasil e a Região Sudeste.

A maioria dos óbitos ocorridos na Terra Indígena Xacriabá, no período de 2000 a 2002, para ambos os sexos, encontra-se na categoria das causas mal definidas, correspondendo a 48,7% do total das mortes (Pena, 2004:142). Nesta categoria estão agrupadas as mortes de causa indeterminada e aquelas cuja descrição do profissional médico é dúbia ou vaga, tais como parada cardiorespiratória e insuficiência respiratória, o que indica provável deficiência no preenchimento dos atestados de óbito e precariedade de recursos

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 550
Rúbrica Elaine

médico-assistenciais.

A segunda causa agrupada conhecida de morte entre os Xakriabá é representada pelas doenças infecciosas e parasitárias, perfazendo um total de 16,0% das mortes no período, seguidas pelos óbitos ocorridos no período perinatal (10,9%) e as doenças do aparelho circulatório (8,4%). As causas externas, as doenças do aparelho respiratório e as doenças endócrinas/metabólicas são responsáveis, respectivamente, por 6,8%, 5,0% e 4,2% do total das mortes (Pena, 2004:142).

Entre as mortes por causas externas, as causas violentas (25,0%) constituem, juntamente com o suicídio (25,0%), a principal causa dentro do obituário Xakriabá, atingindo, na maioria das vezes, os adultos jovens (15 a 49 anos). Provavelmente, as mortes por causas violentas estão associadas ao consumo de álcool entre os índios. As outras causas externas de mortes estão associadas ao afogamento e acidentes com animal peçonhento (Pena, 2004:145).

De 2000 ao final do primeiro semestre de 2003, 43 óbitos de crianças menores de 12 meses foram registrados dentre os 786 nascimentos ocorridos, resultando num coeficiente médio de mortalidade infantil de 54,7 por mil nascimentos vivos. Entre a população não-índia do Brasil, a mortalidade infantil atingiu, em 1999, 31,8 óbitos por mil nascidos vivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, in Pena, 2004:146).

Segundo Pena (2004:149), a esperança de vida dos Xakriabá encontra-se 3 anos acima da média mundial que é de 65,4 anos e, aproximadamente, 3 anos abaixo da média da população brasileira, que é de 71 anos.

Em 2009, segundo os dados do SIASI/FUNASA, fornecidos ao GT pelo Pólo Base de Saúde de São João das Missões, a população Xakriabá atingira a totalidade de 7.788, com um crescimento médio de 3,48% ao ano, o que é ligeiramente superior ao que fora constatado por Pena. A permanecerem tais taxas de crescimento, demonstra-se a inviabilidade da manutenção dos limites atuais das terras indígenas, as quais se tornarão insuficientes para a sobrevivência física e cultural dos Xakriabá, especialmente tendo em vista as condições ambientais também presentes.

je

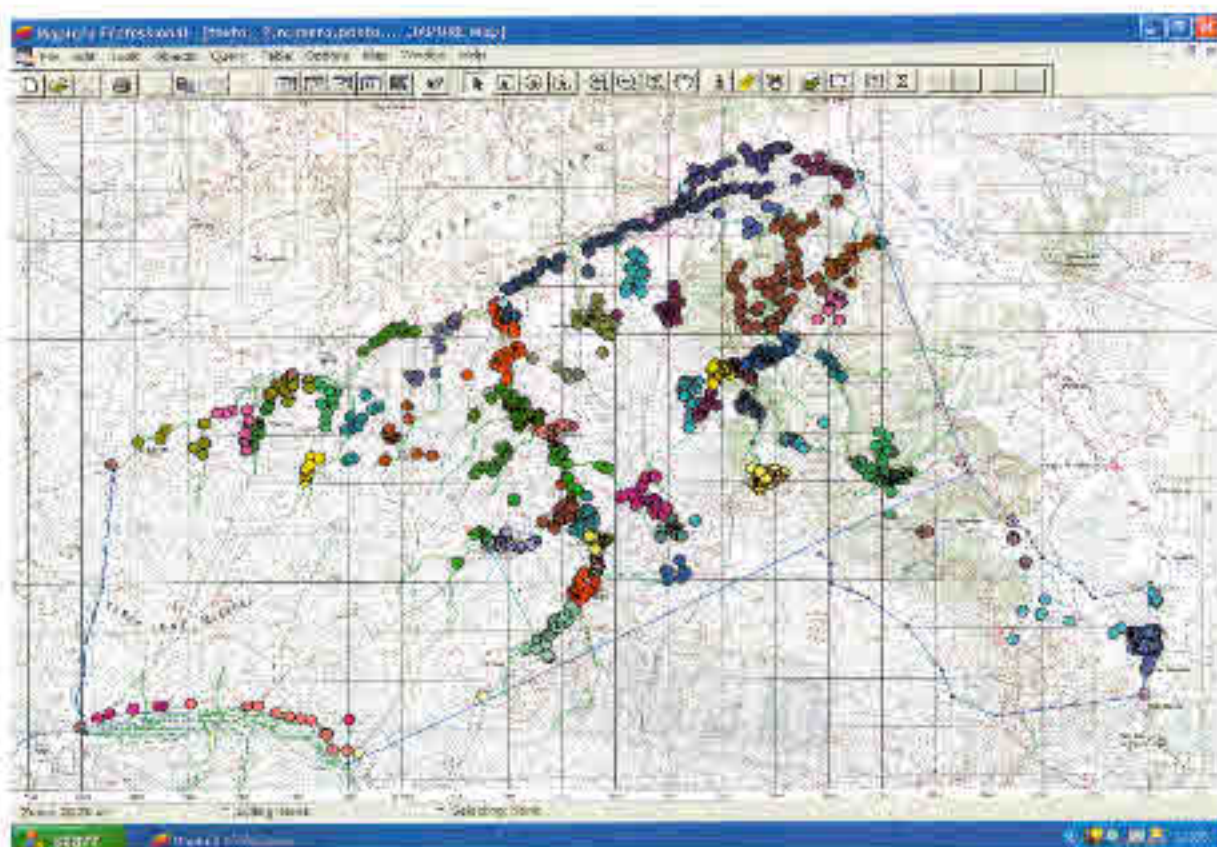
EM BRANCO

EM BRANCO



pt. n° 40804/13
Fls. 561
Rubrica *elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID



Mapa da Terra Indígena Xacriabá. Fonte: FUNASA, 2003 in Pena, 2004:51.

Je



INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS E COMPONENTES DE VEÍCULOS E MÁQUINAS

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS E COMPONENTES DE VEÍCULOS E MÁQUINAS



EM BRANCO

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS E COMPONENTES DE VEÍCULOS E MÁQUINAS

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS E COMPONENTES DE VEÍCULOS E MÁQUINAS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 552
Rúbrica *elaine*

Reprodução Cultural

Ao fazer uma análise a respeito da cultura Xakriabá, Costa e Santos (2009:02) relembra que na segunda metade do século XX, quando os Xakriabá foram até a FUNAI em busca de um (novo) reconhecimento de sua condição indígena, já negada pelo Estado, o órgão indigenista exigiu que eles apresentassem provas materiais que comprovassem sua origem, tais como “objetos sagrados, peças de artesanato e cacos de cerâmica” (Santos, 1997: 86, in Costa e Santos, 2009:02).

Segundo ele, em suas primeiras visitas às terras Xakriabá, os funcionários da FUNAI tentaram, em vão, fazer a triagem de quais seriam os “verdadeiros” índios, sendo, por fim, integrados à lista dos povos indígenas reconhecidos pelo Estado brasileiro, mas sob a condição de “índios aculturados”. Naquele momento, a pretensa “aculturação” do grupo foi justificada pela ausência de objetos tidos como icônicos dos povos indígenas (cocares, arcos, flechas, etc), por não haver entre eles outra língua além do português, pelo contato extenso com a sociedade nacional e suas implicações. A percepção dessa “aculturação” dos Xakriabá é recorrente na relação desse povo com diversos agentes e com o Estado, e também parte integrante da maneira como o grupo percebe a si mesmo.

A introjeção dessa percepção levou os próprios índios a uma necessidade de “retomada da cultura” idealizada pelos Xakriabá, no qual diversas situações colocam em confronto um conceito de cultura “dos brancos” com um outro que se desenha no seio do grupo. Como culminância deste processo de retomada os Xakriabá propuseram e viabilizaram através de parcerias a construção de uma Casa de Cultura, a qual encontra-se em curso na Aldeia Sumaré.

Informa Costa e Santos (2009:03) que, entre os Xakriabá, ritos e mitos baseados em um fundo cosmológico distinto daquele dos “brancos” e que seriam, em termos antropológicos, pilares fundamentais de uma cultura Xakriabá, são chamados por eles de “segredo” ou “segredo de índio”. Ai se incluem as festas e danças não católicas, o Toré, as práticas de cura “dos antigos”, as relações intensas com os Encantados, o uso ritual de substâncias psicoativas, entre outros.

O “segredo de índio” pode ser entendido como um contraponto à Cultura: algo para o

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 553
Rubrica *[assinatura]*

qual não se constrói uma “casa”, que não pode ser tema de projetos e que deve ser interdito aos pesquisadores. A produção da cultura Xakriabá, como pensada pelo grupo, se dá por um processo diverso, onde os adornos, instrumentos e práticas são produzidos e ostentados de maneira vistosa e intensa – e nesse sentido, a própria Casa de Cultura é uma construção que se destaca frente às casas que a cercam.

Essas interessantes reflexões fazem parte de um projeto de pesquisa de Costa e Santos (2009) o qual ainda encontrava-se em curso e a cujos resultados não tivemos acesso para melhor aproveitar neste trabalho; porém são bastante oportunas para pensarmos outros dados disponíveis sobre a Cultura Xakriabá.

Concordando, com Costa e Santos (2009), pudemos também observar a existência de duas dimensões da Cultura entre os Xakriabá, uma de ordem “pública” e outra de ordem interna, cercada pelo véu do “segredo”. Os dados coletados anteriormente também por outros pesquisadores, especialmente Santos (1994, 1997) e Paraíso (1987, 2008), apontam para uma dimensão política destas duas formas de manifestação da cultura.

Para fora, há uma cultura que se exhibe, se ostenta e que busca corresponder ao “senso comum”, ao que se espera de uma cultura indígena no contexto do semi-árido. Assim se reproduzem paramentos, ornamentos, artefatos, etc.; muito típicos dos contextos nordestinos, apesar de sempre estar presente um modo próprio Xakriabá de interpretar e produzir tais elementos. Para dentro, existe uma outra cultura, cercada de segredos, que comporta as diferenciações políticas internas em camadas diversas.

Como constatado por Costa e Santos (2009:03), o acesso dos pesquisadores é restrito neste nível da cultura e com isso nos deparamos no decorrer do trabalho, tendo tido também muita dificuldade de acesso a esse nível. Porém, também nos foi possível identificar razões de ordem política para essa dificuldade de acesso.

Oliveira (2008: 53) relata como no processo de escolha do sucessor do Cacique Rodrigo na liderança política dos Xakriabá, houve uma clara tentativa de intervenção de lideranças religiosas tradicionais, que mantêm o controle de parte significativa daqueles aspectos culturais que aqui estamos designando como de ordem interna, em favor de um dos lados na disputa. Em parte, a justificativa pela tomada de posição a favor de um dos lados, tinha a ver justamente com a posição religiosa do candidato oponente, o qual havia se

[assinatura]



Ministry of Health of Brazil
Secretariat of Health Management
Department of Health Management

Letter of Appreciation to the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil for the contribution of the Health Management Department to the development of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil.

Dear Sir,

I am writing to you to express my appreciation for the contribution of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil to the development of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil.

I am writing to you to express my appreciation for the contribution of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil to the development of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil.

EM BRANCO

I am writing to you to express my appreciation for the contribution of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil to the development of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil.

I am writing to you to express my appreciation for the contribution of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil to the development of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil.

I am writing to you to express my appreciation for the contribution of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil to the development of the Health Management Department of the Ministry of Health of Brazil.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 554
Rubrica *Elaine*

convertido ao protestantismo.

Apesar do peso político dessa intervenção, a facção contrária à apoiada por aquelas lideranças saiu-se vitoriosa, com a eleição do atual Cacique Geral, Domingos Nunes de Oliveira. O poder político desse reforçou-se ainda mais com a eleição do seu irmão, José Nunes de Oliveira, como Prefeito Municipal de São João das Missões.

Isso parece ter resultado numa divisão interna que foi sentida durante a realização dos trabalhos. Nossos contatos com os Xakriabá foram todos mediados pelo Cacique Geral e seus seguidores, de forma que eles foram os responsáveis por indicar quais seriam os nossos informantes. Assim, uma parte das lideranças ligadas àqueles aspectos tradicionais e que compõem um espectro político minoritário, não chegaram a ser ouvidas por nós.

Apesar desse fato, tendo por base aquela compreensão de Costa e Santos (2009), da existência concreta de uma dimensão da cultura de difícil acesso aos pesquisadores, temos dados suficientes nos trabalhos de campo e na literatura antropológica para podermos nos servir e para demonstrar a centralidade do reestudo dos limites das terras indígenas para a sobrevivência cultural dos Xakriabá.

Assim, a seguir, descreveremos alguns aspectos da sua cultura, em suas duas dimensões, os quais interligam-se às condições ambientais, políticas, sociais e econômicas do seu território, base para a sua existência e reprodução.

O culto à Yayá Cabocla

Segundo Paraíso (2008), com base em narrativas coletadas por João Itatitim Ruas, Romeu Sabará e Sônia Marcato e em observações próprias dela:

"Yayá, a onça cabocla, é o personagem central no "panteão" Xakriabá. Ela é a guerreira que comanda os Xakriabá nos conflitos e reivindicações, que os aconselha, orienta e acalenta nos momentos de crise, ordena o uso das fontes perenes de água e reconhece os irmãos de sangue, elemento essencial para a incorporação ou não de novos elementos à comunidade indígena. Sua importância está diretamente ligada às constantes disputas e conflitos dos índios com os criadores de gado e as características do ecossistema em que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 555
Rúbrica Elaine

vivem." Paraíso (2008:04-05)

Existem várias narrativas sobre a origem de Yayá, todas elas, porém, girando em torno dos mesmos temas. Faremos aqui um apanhado de algumas dessas versões registradas na literatura. Paraíso anotou as seguintes versões:

"Yndayá era uma índia Xakriabá que, desesperada com a fome vivida por seu povo, buscou uma solução. Descobriu que, à noite, se colocasse um galho de árvore (provavelmente de jurema) na boca, podia se transformar em onça e sair para matar bois e trazer carne para os membros da comunidade e matar-lhes a fome. Ao regressar da caçada, a mãe deveria colocar o galho na sua boca para que voltasse a ser humana. Um dia, segundo uma das versões, a mãe não a reconheceu e assustando-se não cumpriu o acordo e Yayá, seu nome no estado de onça, não mais se transformou em moça. (Segundo outras versões, a mãe perdeu o galho e nada pode fazer para propiciar a transmutação da filha).

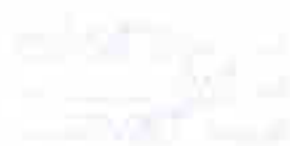
Yayá passou a se esconder nas cavernas (as mesmas nas quais os Xakriabá haviam escondido as "traíças" do ritual e onde ficava o trono dos caciques) durante o dia e continuou a caçar durante as noites, respeitando, apenas, o gado que estava marcado a ferro com o nome dos fazendeiros conhecidos e com os quais o grupo mantinha relações amistosas.

Na outra versão, que é bastante semelhante, os Xakriabá passaram a frequentar as cavernas em busca da carne trazida por Yayá, iniciando-se, desde então, os rituais de comemoração pela interferência da onça cabocla, de agradecimento e louvação, origem das atuais manifestações religiosas, quando Yayá volta a ser Yndayá e orienta seu povo." Paraíso (2008:05-06)

Outras versões foram registradas, como na Coletânea Literatura Xakriabá, escrita por professores Xakriabá e editada pela UFMG, onde se encontra no livreto "Iaiá Cabocla" (Xakriabá, 2005), escrito em forma de verso, dos quais selecionamos:

*Lá mesmo aconteceu
História de arrepiar:
Dois irmãos foram pro mato*

*A história também se conta
De uma forma diferente
Pois faz parte do passado*



Ministério da Saúde
Secretaria de Estado de Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

Brasília, 15 de maio de 2014.

Assunto: Parecer técnico sobre a solicitação de registro de medicamento para o tratamento de pacientes com doença de Chagas.

O presente parecer técnico foi elaborado em resposta à solicitação de registro de medicamento para o tratamento de pacientes com doença de Chagas, encaminhada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 15 de maio de 2014. O parecer técnico foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo fabricante do medicamento e nos dados disponíveis no banco de dados do Ministério da Saúde.

EM BRANCO

O medicamento em questão é um medicamento de uso oral, indicado para o tratamento de pacientes com doença de Chagas. O medicamento é composto por um princípio ativo e um excipiente. O princípio ativo é o mesmo utilizado no medicamento de referência, o que garante a eficácia e a segurança do tratamento. O excipiente é composto por componentes inertes, que não interferem na ação do princípio ativo. O medicamento é indicado para o tratamento de pacientes com doença de Chagas, tanto em forma aguda quanto crônica.

O medicamento em questão é um medicamento de uso oral, indicado para o tratamento de pacientes com doença de Chagas. O medicamento é composto por um princípio ativo e um excipiente. O princípio ativo é o mesmo utilizado no medicamento de referência, o que garante a eficácia e a segurança do tratamento. O excipiente é composto por componentes inertes, que não interferem na ação do princípio ativo. O medicamento é indicado para o tratamento de pacientes com doença de Chagas, tanto em forma aguda quanto crônica.

Assinatura do Secretário de Estado de Saúde
Assinatura do Secretário de Vigilância em Saúde

Assinatura do Secretário de Estado de Saúde
Assinatura do Secretário de Vigilância em Saúde



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 4080A/113
Fls. 556
Rubrica *Cláudio*

Dizendo que iam caçar.

*Quando chegaram no mato
A fome pôs-se a apertar
Fizeram uma simpatia
Para a fome não matar:*

*Um deles pegou três folhas
E saíram pra um lugar
Onde tinha um gado gordo
E bom de aproveitar*

*As folhas ele pegou
Pra quebrar a simpatia
O medo foi apertando
Que suas pernas já tremiam*

*O índio virou uma onça
Conforme o combinado
E veio logo correndo
Pois tinha matado o gado*

*Querendo as folhas na boca
Ela veio se aproximando
Seu parceiro não resistiu
E correu logo chorando.*

*A terra Xacriabá
É uma terra querida
O coitado do rapaz
Encantou pra toda vida*

(Xakriabá, 2005)

E também do nosso presente

*Uma índia e seu irmão
Sairam pra um lugar
Onde tinha muito gado
Na terra Xacriabá.*

*A índia falou pro irmão
Com uma grande emoção:
"toma aqui esse cachimbo
E segura em sua mão.*

*Eu vou matar uma rês
Na fazenda Riachão.
Quando eu voltar como onça
Eu vou abrir um bocão*

*Você coloca o cachimbo
Pra eu soltar um buirão."
Mas o rapaz não resistiu
E saiu de carreirão.*

*A índia ficou encantada
É a protetora daqui
Ela virou uma onça
E também uma juriti..."*

Assim, a depender de quem conta a história, é possível surgirem algumas variações. Porém, podemos notar alguns elementos centrais. Um dos primeiros e mais importantes é a relação que hoje se faz da Yaya Cabocla com a presença dos não índios na região. O motivo da índia se transformar em onça é a fome, e a fome surge com a presença dos não índios. Para matar a fome, não havia outra saída senão matar o gado dos fazendeiros, ele mesmo o responsável pelas mudanças ambientais que estavam resultando no desaparecimento da caça



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
 IFRS - CAMPUS DE SÃO CARLOS

Disciplina: Matemática II

Professor: _____

1. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número real.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número real.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número real.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

2. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número racional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número racional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*

3. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

4. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

5. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

6. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

7. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

8. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

9. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

10. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

11. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*

Assinale a alternativa correta:

12. *Assinale a alternativa correta:*
 a) *Se a e b são números reais, então $a + b$ é um número irracional.*
 b) *Se a e b são números reais, então $a \cdot b$ é um número irracional.*
 c) *Se a e b são números reais, então a/b é um número irracional.*
 d) *Se a e b são números reais, então a/b é um número racional.*



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 557
Rubrica Elaine

(fonte de alimento tradicional), na perda da terra e das condições de sobrevivência.

Mas Yayá não vem apenas matar a fome de carne do seu povo, ela também vem proteger, reunir e organizar o povo diante dos novos tempos de dificuldade.

Segundo Paraíso (2008):

"A presença de Yayá é sempre referida pelos indígenas em tom baixo e respeitoso. Sua presença na área está condicionada à presença/ausência dos "baianos". No período das invasões das terras comunitárias por não índios, a onça cabocla buscava refúgio nas cavernas ou em locais mais distantes, como o Rio de Janeiro, no período imperial e durante a gestão do SPI, e em Brasília após a criação da Funai. Só esporadicamente se fazia presente na aldeia, optando por se instalar na Grande Gruta ou no Olho d'Água (única fonte de água perene no território Xakriabá). Sinalizava sua presença assobiando "a mais linda toada" e por redemoinhos de vento que se levantavam na área.

Yayá também se manifestava quando julgava necessário punir os "baianos" pelos seus excessos. D. Ercina Xrakraibá, por exemplo, relata que a onça, durante uma noite, promoveu um grande vendaval que resultou na derrubada de todas as barracas dos trabalhadores da Ruralminas em 1970, quando faziam as medições para a criação do Projeto Jaíba. Assustados, os trabalhadores se retiraram em caminhões, que foram tombados por outro vendaval por ela promovido, quando um dos trabalhadores teria perdido uma das pernas.

Portanto, os sinais emitidos – assobios e cantos ou rugidos, vendavais, confusões nas capoeiras e batidas nas portas durante as noites – são indicativos da satisfação ou insatisfação da onça cabocla.

Nos momentos de tensão, só o pajé, conhecedor da língua de Yayá (a língua do ritual na qual ainda é possível identificar alguns resquícios do antigo idioma), é capaz de acalmá-la...

A decisão de se apresentar como onça ou moça e de falar no ritual é dela, oportunidade em que expressa sua preocupação com as angústias coletivas ou individuais de seu povo. Assim, suas orientações passam por questões de interesse da comunidade e de particulares, oferecendo aos consulentes conselhos sobre crises familiares, informações sobre

je



GOVERNAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ARTIGO 150 - O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PODE ASSIGNAR, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,

QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,

EM BRANCO

PARA ASSINAR, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,

PARA ASSINAR, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,

PARA ASSINAR, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,

PARA ASSINAR, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
QUE, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, SEJA NECESSÁRIO
QUE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO, ASSINE, EM NOME DO ESTADO, A QUALQUER
EMPRESA, A QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. n° 40804113
Fls. 558
Rúbrica *Elaine*

os perigos a serem enfrentados por líderes em seus deslocamentos e dando notícias sobre as familiares que estejam fora da aldeia.

A confiança em Yayá é tão grande que os índios a ela assim se referem: "se nos merecer, ela atende a nossa precisão, não precisa nem pedir"; "se eu tivesse sorte de encontrar Yayá, tinha sorte, saúde e sossego pro resto da vida"; "quando Yayá vivia aqui, não tinha confusão não. Depois quando ela saiu, ninguém mais se entendia. Agora ela voltou e nós vai ter paz e alegria de novo." Paraíso (2008:06)

Paraíso (2008:06) propõe que:

"...os Xakriabá ordenam sua narrativa histórica em três grandes ciclos construídos de acordo com a presença ou ausência de Yayá, as quais se opõem a presença ou ausência de "baianos" na área:

1º momento: presença de Yayá – ausência de posseiros – ordem e paz social;

2º momento: ausência de Yayá – presença de posseiros – caos e conflitos sociais,

3º momento: retorno de Yayá – expulsão de posseiros – reconstrução da ordem social."

A presença da Yayá regula de tal forma a ordem social a ponto de atingir todos os foros da vida da comunidade:

"Por viver nas grutas, torna-as sagradas e, ao não permitir que sejam visitadas, preserva as fontes perenes de água. Ao proibir que animais bebam água no Olho d' Água, estabelece a qualidade da água potável

Ao afirmar que só gosta de "pessoas cujo sangue combine com o dela", define as regras de casamento preferencial e cria os mecanismos de controle sobre o acesso de não índios às terras dos Xakriabá. Ao se recusar ou aceitar comparecer ao ritual, após avaliar os participantes, referenda as regras de inclusão/exclusão de pessoas da comunidade que, apesar de viverem na reserva, não são reconhecidas como seus membros efetivos." Paraíso (2008:06-07)

Je

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 559
Rúbrica: *Carine*

Santos (1997:190, nota de rodapé nº 7) registrou a informação de que a Onça Cabocla é chamada pelo vocativo de Iaiá, o qual é utilizado para os parentes mais velhos, como avós e bisavós, sendo considerada, por aqueles que lhes são próximos, como a “avó de todos nós”, conforme se expressou a ela D. Anália, líder religiosa do Toré na aldeia Brejo do Mata-Fome, da mesma forma que também a designou D. Saturnina em entrevista ao presente GT na comunidade de Caraibas.

O Toré, o ritual secreto dedicado à Yayá Cabocla

Paraíso dá uma idéia da relação do culto à Yayá Cabocla com a própria história dos Xakriabá:

“Abandonados pelo governo provincial durante todo o século XIX, como atesta Pizarro, os Xakriabá buscaram construir novas estratégias de sobrevivência, de preservar a memória de seu devenir, construir alianças e manter seu sentimento de pertença. Tornaram-se agricultores num espaço destinado predominantemente à pecuária, converteram-se ao cristianismo ainda que mantivessem suas crenças mesmo que transformadas, adotaram hábitos dos oponentes e aceitaram um conjunto de imposições, particularmente no que se refere à prática de rituais religiosos. Os objetos usados no culto, por eles chamados de “traíás”, foram escondidos nas cavernas e os rituais passaram a ser praticados na calada da noite nas grutas longe dos olhos dos “baianos”, onde passaram a reverenciar Yayá, sua protetora e propiciadora da vida.” Paraíso (2008:03)

Paraíso (2008) foi uma das poucas pessoas não índias que já participou de um ritual do Toré, tendo feito uma descrição da sua experiência, a qual, pela importância documental, reproduzimos a seguir:

Je



REPUBLIC OF TURKEY
MINISTRY OF HEALTH
GENERAL DIRECTORATE OF PUBLIC HEALTH

TO THE DIRECTOR OF THE GENERAL DIRECTORATE OF PUBLIC HEALTH
FROM THE DIRECTOR OF THE GENERAL DIRECTORATE OF PUBLIC HEALTH
SUBJECT: ...

EM BRANCO

...

...



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 4080413
Fls. 560
Rótulo Clame

"As atividades dos líderes dos rituais são diferenciadas. O pajé é o responsável pela convocação das reuniões regulares ou emergenciais e pelos trabalhos preparatórios e pelo bom andamento do ritual. Nas reuniões e atividades que precedem o ritual, o pajé é sempre acompanhado pela madrinha. Esta personagem deve apresentar os novos membros da comunidade que se habilitam - geralmente quando completam sete anos de idade - a participar das práticas religiosas. Já a mestra do terreiro, detém a guarda das "traias" sagradas: as tigelas, a bebida, o bastão e as vestimentas e deve realizar a limpeza física e espiritual do espaço e dos participantes.

Outras pessoas envolvidas nos rituais são os rezadores, os raizeiros e os curandeiros. A "reunião" ou a "dança para Yayá" também conhecida como toré nos dias atuais, ocorre num terreiro no meio da catanga, com acesso difícil e só conhecido pelos participantes.

Acompanhamos a mestra e seu marido após termos sido autorizados pelas lideranças. O homem ia à frente abrindo a picada com facão. O terreiro é de chão batido e limpo de toda a vegetação, tem forma retangular e se localiza num ponto do qual é possível ver a Gruta Grande, onde vive Yayá. Numa das extremidades do terreno consagrado, fica um pequeno monte de pedras no qual se guardam os objetos do ritual, inclusive, os restos da bebida feita com a jurema.

A participação plena no ritual só é permitida aos "conhecedores da ciência" que, para tanto, têm o sangue de Yayá e não são casados com "baianos" ou, em casos excepcionais, é autorizada a observação por convidados considerados confiáveis.

As pessoas, ao chegarem ao terreiro, são recebidas pela madrinha que as orienta quanto à posição que devem ocupar no espaço sagrado. Os participantes devem estar vestidos de branco e descalços, condições exigidas para "pisar o chão sagrado de Yayá".

Antes de se iniciarem as danças, prepara-se a jurema. A bebida é feita pela cocção de talos da casca da árvore, provavelmente misturadas a outras ervas. Após alguns momentos de dança ao som ritmado de cânticos, o bastão sagrado inicia seu trabalho.

O bastão é de "tamanho médio" e feito de madeira e só pode ser tocado pelo cacique. Qualquer outra pessoa que o faça terá morte instantânea. O pajé recolhe "as traias" e a bebida guardadas no monte de pedras e as coloca no perímetro da área limpa. O bastão,

Je



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA

O presente documento tem como objetivo principal apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2019, sobre a percepção da população brasileira em relação à saúde pública. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário online, com a participação de 10.000 pessoas, distribuídas em todas as regiões do Brasil. Os resultados mostram que a maioria da população considera a saúde pública como uma prioridade, mas também aponta para a necessidade de melhorias em áreas como o acesso aos serviços de saúde e a qualidade da atenção primária.

Os dados coletados foram analisados e os resultados foram organizados em tópicos, para facilitar a compreensão dos principais pontos levantados. A primeira seção trata da percepção geral da população sobre a saúde pública, seguida por uma análise detalhada das expectativas e das necessidades da população em relação aos serviços de saúde. A terceira seção aborda as principais dificuldades encontradas pela população no acesso aos serviços de saúde, e a quarta seção apresenta sugestões e recomendações para a melhoria da saúde pública no Brasil.

Os resultados da pesquisa indicam que a população brasileira tem uma visão positiva da saúde pública, mas também reconhece a necessidade de melhorias. A maioria dos entrevistados considera que o governo deve investir mais em saúde pública, especialmente em áreas como a atenção primária e a prevenção de doenças. Além disso, a população também aponta para a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços de saúde, incluindo a formação dos profissionais de saúde e a infraestrutura dos serviços.

Com base nos resultados da pesquisa, foram elaboradas algumas recomendações para a melhoria da saúde pública no Brasil. Entre as principais recomendações, destacamos a necessidade de aumentar o investimento em saúde pública, melhorar a qualidade dos serviços de saúde e promover a participação da população na tomada de decisões sobre a saúde pública.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 661
Rúbrica *Uaine*

enido, inicia sua dança, emitindo fumaça pelas extremidades. Termina sua dança em cima da grande tigela de jurema e fazendo um sinal da cruz na frente das pessoas com as quais Yuyá irá se comunicar.

Após esse ato, inicia-se a distribuição da heblida em pequenas tigelas nas quantidades definidas pelo pajé como adequadas a cada participante. Seu efeito alucinógeno dura entre duas a três horas. A interpenetração entre o poder político e religioso não se resume a esse aspecto. Segundo a crença geral, o pajé/cacique que ocupava o poder quando visitamos a aldeia, havia resgatado "traias" escondidas na Gruta Grande, onde os "antigos" praticavam o ritual quando não o podiam fazer no terreiro. As grutas, como já afirmamos anteriormente, além de serem reservadas e de difícil acesso por serem sagradas e nelas viver Yuyá, eram interditas aos "baianos" por não conhecerem a "ciência."

A autorização que nos foi concedida não ultrapassava o nível da observação. Mas, naquela noite, o tema central das preocupações da comunidade e, portanto de Yuyá, era o fato de não termos encontrado documentos comprobatórios da doação das terras aos Xakriabá.

Então, segundo nos foi relatado, as lideranças consultaram a onça oráculo sobre o assunto. E cantaram a mensagem de Yuyá para que a ouvíssemos e compreendêssemos, pois não éramos "conhecedores da ciência". O sentimento que de nos se apossou foi de espanto, deslumbramento e preocupação, pois não estávamos com gravador por considerarmos que era fundamental respeitar as regras estabelecidas para assistirmos o ritual.

Ouvíamos, em coro, os índios velhos cantarem um trecho da carta de doação e nos perguntávamos como guardar seu teor e reproduzi-lo? Felizmente essa última questão, sem que soubêssemos, pode ser resolvida graças ao antropólogo Alceu Cotia que, em 1981, havia gravado a música.

O canto de Yuyá "transmitido" pelos líderes presentes assim dizia:

"Para isso eu dou terras

Pro índios morar (refrão repetido por três vezes).

Daqui para as Missões, cabeceiras do Alagoinhas,

Beira do Peruaçu até as montanhas.

Pra índios não abusar de fazendeiro nenhum,

Je

Handwritten notes in the top left corner.



GOVERNAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Em 15 de março de 1964, o Sr. [nome] apresentou para registro o seguinte documento:

Um instrumento de compra e venda de terreno, firmado entre [nome] e [nome], com a seguinte descrição: [descrição do terreno].

EM BRANCO

O presente documento foi registrado em 15 de março de 1964, sob o nº [número].

O registro foi feito em conformidade com o disposto no art. 1.566 do Código de Processo Civil.

Assim, o presente documento foi registrado em 15 de março de 1964, sob o nº [número].

Em 15 de março de 1964, o Sr. [nome] apresentou para registro o seguinte documento:

Um instrumento de compra e venda de terreno, firmado entre [nome] e [nome], com a seguinte descrição: [descrição do terreno].

O presente documento foi registrado em 15 de março de 1964, sob o nº [número].

O registro foi feito em conformidade com o disposto no art. 1.566 do Código de Processo Civil.

Assim, o presente documento foi registrado em 15 de março de 1964, sob o nº [número].

O presente documento foi registrado em 15 de março de 1964, sob o nº [número].



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 562
Rúbrica Elaine

*Eu dou terra com fartura para índio morar:
A Missão para morada,
O Brejo (do Salgado) para o trabalho,
Os campos gerais para as meladas e as coçadas,
E as margens dos rios para as pescadas
Dei, registrei e selei.
Pagos os impostos por 160 reis."*

O registro desses dados nos deixou perplexos ante a riqueza dos detalhes e perguntamos a "Yayá", através do pajé-cacique, onde poderíamos encontrar o documento que fora registrado e selado? E a resposta não se fez demorar: vá ao Cartório de Januária que "o paper véio ta lá." Paraíso (2008:07-08)

Neste relato, destaca-se o "canto de Yayá", nada menos que o próprio Termo de Doação do território e a indicação de onde encontrar este registro, no cartório de Januária, demonstrando o quanto a territorialidade está inscrita na vida social e religiosa dos Xakriabá.

Paraíso (2008) anota ainda que:

"No caso Xakriabá, é no ritual da "dança para Yayá" que o processo de memorização da trajetória milenar do grupo se fortalece pela sua repetição através dos cantos e são reafirmados os laços de pertença dos "conhecedores da ciência" e dos neófitos introduzidos na cosmologia do seu povo através da prática religiosa.

Yayá e as "traias", por tanto tempo escondidas na Grande Gruta (talvez um símbolo da consciência coletiva tão ciosamente (re)construída e preservada na memória desse povo), são presenças essenciais no processo da organização da luta pela terra e de reconstrução da sociedade Xakriabá.

- Há ainda que considerar que as práticas religiosas controladas por um corpo sacerdotal especializado – no caso o domínio da ciência pelos três personagens centrais do ritual – resulta em relações de poder, inclusive de caráter institucional – o pajé é o cactque –



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA

PROVA DE FÍSICA - 2023

2023-01-01

PROVA DE FÍSICA - 2023

PROVA DE FÍSICA - 2023

PROVA DE FÍSICA - 2023

PROVA DE FÍSICA - 2023

PROVA DE FÍSICA - 2023

A seguir, são apresentadas algumas questões de Física para serem resolvidas. As respostas devem ser dadas em uma folha separada, com o nome do aluno e o número da prova. As questões são de Física Geral e Mecânica. As respostas devem ser dadas em uma folha separada, com o nome do aluno e o número da prova.

EM BRANCO

As questões são de Física Geral e Mecânica. As respostas devem ser dadas em uma folha separada, com o nome do aluno e o número da prova.

PROVA DE FÍSICA - 2023

As questões são de Física Geral e Mecânica. As respostas devem ser dadas em uma folha separada, com o nome do aluno e o número da prova.

PROVA DE FÍSICA - 2023

As questões são de Física Geral e Mecânica. As respostas devem ser dadas em uma folha separada, com o nome do aluno e o número da prova.

PROVA DE FÍSICA - 2023

As questões são de Física Geral e Mecânica. As respostas devem ser dadas em uma folha separada, com o nome do aluno e o número da prova.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 563
Rúbrica Elaine

cuja legitimidade de atuação é dada pela união obtida na Dança de Yaya.” Paraíso (2008:09)

Tais anotações demonstram o poder desse ritual, em legitimar papéis políticos e principalmente, em servir de referência de indianidade, abalizando os diversos graus de pertencimento ou não pertencimento ao grupo. Outros aspectos nesse sentido ainda serão levantados mais à frente, mas ainda se faz necessário fornecer mais detalhes para a compreensão deste complexo ritual.

Tem papel central no ritual do Toré dos Xakriabá, o consumo da Jurema, uma planta de efeito psico-ativo, utilizada em vários outros contextos rituais indígenas no semi-árido, onde essa planta ocorre. O antropólogo Rodrigo Grunewald (Grunewald, 2002) é um dos estudiosos dos rituais envolvendo essa planta. Segundo ele, a sua classificação botânica parece ainda não estar plenamente definida, uma vez que são mais de uma as plantas que se designam por um mesmo nome. Citando Sangirardi Jr., afirma que o termo Jurema designa várias espécies dos gêneros *Mimosa*, *Acácia* e *Pithecellobium* e que Jonathan Ott, também aponta no seu verbete sobre o “Vinho da Jurema” que, além da *Mimosa hostilis* Benth., outras espécies de leguminosas, tais como *Mimosa Verrucosa* Benth., *Acacia piauihyensis* Benth., e várias espécies *Pithecellobium* podem ser designadas pelo mesmo nome (Grunewald, 2002:01).

Segundo ele, independente de gênero e espécie, pode-se afirmar ainda que a Jurema é tradicionalmente usada para fins rituais e medicinais. Diz ainda haver uma carência de material científico dedicado a uma explicação ou comprovação dos possíveis efeitos alucinógenos (e/ou excitantes) e curativos. A Jurema contém a substância DMT (a mesma encontrada na chacrona, planta que unida ao cipó Mariri, compõe a “ayahuasca”, chá de efeito psico-ativo muito conhecido na Amazônia). Nesse sentido, Grunewald alerta para a necessidade de se verificar os elementos que são misturados ou usados concomitantemente a Jurema nos rituais indígenas, citando como exemplos o manacá (*Brunfelsia uniflora* Don), o maracujá silvestre (*Passiflora* sp.) e o tabaco (Grunewald, 2002:02).

A respeito do seu uso ritual, Grunewald cita que a Jurema era usada por grupos Jê e Kariri do nordeste, sem haver registros históricos dos seus rituais. Apesar de Sangirardi Jr.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

NOTA TÉCNICA Nº 001/2011

Esta Nota Técnica tem por objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a importância da vacinação em massa, especialmente a vacinação contra a gripe, e a necessidade de atualização das informações sobre a situação epidemiológica da doença.

A gripe é uma doença infecciosa aguda causada por vírus, que pode ser grave e até fatal em algumas situações. A vacinação é a maneira mais eficaz de prevenção e controle da doença. A vacinação em massa é uma estratégia importante para a redução da incidência e da gravidade da gripe.

EM BRANCO

A vacinação em massa é uma estratégia importante para a redução da incidência e da gravidade da gripe. A vacinação em massa é uma estratégia importante para a redução da incidência e da gravidade da gripe.

Esta Nota Técnica é uma orientação para os profissionais de saúde e para a população em geral.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. n° 40804/13
Fls. 564
Rúbrica Elaine

apontar o nordeste como habitat exclusivo da Jurema e ser ali exclusivamente onde ocorre o seu uso ritual, Grunewald, em nota, afirma saber que a Jurema: *"é elemento central de rituais Xakriabá (Minas Gerais), em cuja região deve, por hipótese, ser usada também na medicina popular"*. (Grunewald, 2002:04, Nota de rodapé nº 08)

O seu uso foi combatido pelas missões e sofreu perseguições até, pelo menos, a metade do séc. XX. Citando Sangirardi Jr:

"as reuniões de culto em que heblam jurema era chamada antigamente de adjunto da jurema e designava prática supersticiosa, c/ artes do demônio e, como tal, os seus adeptos estavam sujeitos às penas da lei". (Grunewald, 2002:03)

Grunewald relata ainda a difusão do seu uso ritual entre diversos sistemas de cultos em áreas rurais e urbanas, tais como *"cutimbós, xungôs, candomblés, etc"*. No entanto, afirma que cada grupo guarda um *"regime"* específico, com variações no ritual, bem como na relação prática e simbólica que os membros de cada um desses grupos estabelece com a jurema; cada população indígena diferenciando o seu Toré e seus trabalhos espirituais dos de outros grupos indígenas ou de rituais não indígenas. Dessa forma, o uso ritual da jurema é um símbolo de identidade:

"Um ponto comum aos índios do Nordeste é que em todas as comunidades (ou etnias) o toré (centrado na jurema) é exibido como sinal diacrítico na construção/manutenção de suas etnicidades. Como já sugeriu Mota, "a ingestão de drogas" por índios pode redefinir um "grupo em si, que encontra sua primordial fonte de força, identidade e poder" (Mota, 1990:183), bem como plantas tais como a jurema vêm a fornecer símbolos de seres encantados e proporcionar comunicação com poderes invisíveis da natureza (ibidem).

Segundo Barbosa (1995), a jurema oscilaria entre uma ostentação distintiva (na etnicidade) e o segredo (da sacralização). Isso, de fato, parece ser geral a todos os grupos indígenas portadores da tradição do toré (12), embora cada grupo guarde um regime (13) específico. (Grunewald, 2002:05)

Ainda com referência à dinâmica do ritual, Santos (1997) afirma que:

"Não só o ritual propriamente dito tem acesso restrito; há todo um universo mítico a ele relacionado [...] de que fazem parte o pé de coco de três galhos e o milho escrivido na

Je



FORÇA ARMADA BRASILEIRA
FORÇA AEREA
FORÇA AEREA DE COMANDO E CONTROLE

1. O presente documento tem por finalidade estabelecer as regras e normas para a execução dos trabalhos de planejamento, organização, execução e avaliação das atividades de controle de tráfego aéreo, visando a segurança e a eficiência das operações de voo.

2. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

3. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

4. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

5. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

6. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

7. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

8. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

9. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

10. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

11. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

12. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

13. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

14. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

15. O presente documento é de aplicação obrigatória para todos os setores da Força Aérea Brasileira, bem como para as organizações e entidades que prestam serviços à FAB.

EM BRANCO



pedra, ambos ligados à lapa sagrada em que haviam sido escondidas as coisas do trabalho do qual também se nega o conhecimento aos que não praticam ou não respeitam o Toré." (Santos 1997:190, nota de rodapé nº 6)

O "pé de coco de três galhos" é um dos elementos míticos do Toré, o qual diz-se se apresentar para identificar o lugar do terreiro, sempre mantido em segredo sendo somente encontrado pelos iniciados, os quais são capazes de ver aquele pé de coco. O "milho escrivido" é, provavelmente, uma inscrição rupestre encontrada na caverna onde haviam sido guardadas as "traias".

Os grupos de Toré são denominados 'batalhão'. Santos (1997), durante sua pesquisa, identificou dois "batalhão", um liderado por aquele que se tornaria o Pajé Xakriabá, Zé de Conceição, que reunia o pessoal do Riachinho, Pedra Redonda e Embaúba, e outro liderado por D. Anália, moradora do Brejo:

"Cada batalhão, composto, no mínimo, por seis pessoas, entre homens e mulheres indistintamente, conta com pelo menos dois especialistas: o mestre ou mestra da mesa, que dirige o trabalho, e o 'cozinheiro', responsável pela preparação da bebida e arrumação do terreiro." (Santos 1997:190-191, nota de rodapé nº 8)

Ainda segundo Santos (1997:191, nota de rodapé nº 9) "mesa" é o termo que designa o *locus* central a partir do qual é propiciada a relação com seres "espirituais", que se manifestam por incorporação ou possessão nos indivíduos para tanto habilitados em todos os povos indígenas que praticam o Toré, tais seres são designados "encantos" ou "encantados".

A dimensão política do Toré e as lutas pelo território

Apontado pelos índios como a primeira grande "revolução" em seu território, o episódio do Curral de Varas, ao qual nos referimos na primeira parte deste relatório, guarda estreita relação com a prática do Toré. Segundo Santos (1997:51), a construção do curral que deu origem ao episódio de conflito, se deu onde estava situado um dos "terreiros" de Toré, o que teria sido um dos principais motivos da reação extremada dos Xakriabá, que o destruíram.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4030413
Fls. 566
Rubrica *Prumo*

Porém, a repressão que se seguiu ao episódio é apontada como a principal responsável pelo “enterramento” das “traias” do Toré. Tal enterramento se deu não apenas no plano material, significando esconder os materiais usados no ritual, mas também representa a necessidade sentida de esconder a sua prática e, em alguns casos, até abandoná-la.

Por isso, o episódio do Curral de Varas é apontado como um “fracasso”, que dá origem a uma série de outros fracassos, nas palavras do índio Oswaldo F. Ribeiro, por Santos (1997) registradas. Este fracasso, segundo Santos, está diretamente ligado às perseguições às práticas e danças rituais do grupo, as quais configuram a própria indianidade. Assim relatam os próprios índios, em depoimento colhido por Santos:

“Leôncio: — E então, eu vi eles falar, os mais véio, mas... nós já somo dos mais novo, nós quase não entende nada, que... e depois disso, aí, ficou o que tinha, o trabalho dos índio, mas os branco deu pra atingir muito, num tinha jeito de conseguir, né? E quando ia pra conseguir, eles cisava a semente debaixo de sete palpo e isso tá até hoje.

Emílio: — É... ele tá contando a história, Ana, assim que foi que... essa religião nossa, do índio, Xakriabá, foi enterrado pro mode dessa desbronca que deu. Que esse Capitão Delfino era comandante da polícia. E eles tava lá concentrando, o trabalho deles, a religião. E eles invadiu a religião, que foi nesse lugar que adonde tinha esse curral de vara. Eles foi fazer esse trabalho lá, na beira do rio. Foi lá tem o curral de vara, na beira do rio. Que aqui, os índio andava, fazendo religião, na reserva toda, né. O blocozinho, né. Fazia num canto, fazia em outro, em outro... Era assim, a união, né. O povo chamava de união, né. Andava o grupo, pra fazer esse trabalho. Um tempo fazia lá, outro tempo fazia cá... (...) Aí aconteceu esse Capitão... e com essa polícia e foi invadido, por que eles achava que tava fazendo coisa contra o branco, pra perseguir o branco. (...) Então foi por isso que foi... judiou do índio, espancou índio muito, acho que até... ..nós num sabe se tem índio sumido, ou se foi matado, ou como é que foi. Diz que espalharam e outros sumiram, dessa vez. Uns sumiram, né? Então, (...) muito chefe dentro dessa religião desapareceram, né. Aí, eles queimaram o curral do fazendeiro. Que eles fizeram, o fazendeiro, né. Fizeram um curral proximado o terreiro, de dança, né. Eles queimaram” (Leôncio e Emílio, Embaúba, 1995).”(Santos, 1997:52)

Je



ESTIMATED TAX INSTRUCTIONS
2019
Form 1040-ES

Use Form 1040-ES to estimate your 2019 federal income tax liability and to make estimated tax payments. You must use Form 1040-ES if you expect to owe tax on your 2019 federal income tax return. You must also use Form 1040-ES if you expect to receive a refund on your 2019 federal income tax return. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your filing status or if you expect to have a change in your marital status. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your dependent status or if you expect to have a change in your exemption status. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your credit status or if you expect to have a change in your deduction status. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax status or if you expect to have a change in your tax rate. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax credits or if you expect to have a change in your tax deductions. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax liability or if you expect to have a change in your tax refund. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax status or if you expect to have a change in your tax rate. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax credits or if you expect to have a change in your tax deductions. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax liability or if you expect to have a change in your tax refund.

Use Form 1040-ES to estimate your 2019 federal income tax liability and to make estimated tax payments. You must use Form 1040-ES if you expect to owe tax on your 2019 federal income tax return. You must also use Form 1040-ES if you expect to receive a refund on your 2019 federal income tax return. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your filing status or if you expect to have a change in your marital status. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your dependent status or if you expect to have a change in your exemption status. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your credit status or if you expect to have a change in your deduction status. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax status or if you expect to have a change in your tax rate. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax credits or if you expect to have a change in your tax deductions. You must use Form 1040-ES if you expect to have a change in your tax liability or if you expect to have a change in your tax refund.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 40904113
Fls. 567
Rubrica *Cloume*

Ao mesmo tempo, a “redescoberta” das “traias” do Toré, feito esse atribuído ao Cacique Rodrigo, que as teria encontrado escondidas em uma gruta no início da década de 1970, é também a retomada da indianidade e é momento simbólico na reorganização dos Xakriabá para a “luta pela terra”. Segundo Santos, as “traias” teriam sido levadas até a FUNAI, tendo servido para comprovar a indianidade do grupo (Santos, 1997:52, nota de rodapé nº 8).

Recuperado o ritual, ele passa a ser referência identitária inclusive para uso interno. O segredo do Toré passa a ser vinculado à presença de baianos no *terreno dos caboclos* e à mistura que teria resultado dos casamentos com esses. Santos afirma:

“Segundo D. Anália, Mestra de uma das ‘mesas’, o conhecimento só pode ser passado para quem é ‘do mesmo sangue’, e para aqueles que se dispõem a resguardá-lo. ‘Às vezes dá o conhecimento e a pessoa sai estendendo no mundo. Agora aí não pode né. Que é uma parte de segredo. Desde os antigo’ (Brejo do Mata-Fome, 1995). Provavelmente, o segredo possuía uma dimensão política, já que o Toré é sempre associado às chefias do grupo. Após o reconhecimento oficial dos Xakriabá, quando o ritual se torna elemento chave da afirmação de indianidade, esta associação vem se explicitando através das disputas de legitimidade e autenticidade envolvendo rituais praticados por líderes políticos de facções diferentes, como Emílio (vice-cacique) e Raimundo Gomes de Oliveira, representante □ não reconhecido pela Funai □ da aldeia São Domingos.” (Santos, 1997:190, nota de rodapé nº 6)

A preservação do Toré está intimamente relacionada à possibilidade de recuperação territorial, tendo em vista a disponibilidade de áreas de ocorrência da Jurema, segundo os índios só encontrada na região das margens do Rio São Francisco.

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 568
Rúbrica *Cláudio*

Festa da Santa Cruz



Cartaz feito manualmente para a Festa de Santa Cruz
(GT Xakriabá, 2009).

A respeito dessa “Festa”, citada em várias fontes, Gerkem & Teixeira (2008) escreveram um artigo, a partir de sua observação do ritual na aldeia Barreiro Preto, que nos servirá como base para sua descrição. O autor constata que a cultura Xakriabá é marcada pela contradição entre a busca da modernização e da preservação da identidade cultural. Percebe ele um movimento que tem se efetivado por meio de uma absorção bilateral de conhecimentos obtidos através do contato com outras culturas, especialmente por meio da escolarização e apropriação da linguagem escrita, e da realização regular de festas e rituais tradicionais, destacando o sincretismo de algumas dessas com a Igreja Católica. Esse vem a ser o caso da Festa de Santa Cruz, que é realizada anualmente em várias aldeias, entre os dias 23 de abril e 10 de maio. (Gerkem & Teixeira, 2008: 326)

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 408041/3
Fls. 569
Rubrica *clame*

Segundo Gerkem & Teixeira (2008), toda a população se envolve na sua realização, podendo, nesse sentido, ser caracterizada como um evento simbólico único para a comunidade. Os rezadores ocupam posição central, por possuírem o domínio de certos conhecimentos que são armazenados e transmitidos em forma oral.

A Festa de Santa Cruz é realizada sempre num cemitério:

"Segundo os sujeitos entrevistados, é o lugar destinado para a celebração por constituir solo sagrado que representa a presença dos seus ancestrais". (Gerkem & Teixeira, 2008: 326)

Nesse sentido, os cemitérios se tornam referência fundamental de identidade e marcos históricos da ocupação tradicional, sendo a sua localização sempre lembrada, mesmo que por motivos alheios à sua vontade uma comunidade tenha mudado de localização. Nesse caso, a memória em relação ao cemitério se refere não somente à lembrança dos parentes ali sepultados, mas também às festas lá realizadas. Encontramos exemplo disso no caso do Cemitério do Catito, onde houve uma ocupação antiga da família de D. Carmélia, hoje moradora da Aldeia Morro Vermelho, em terras que foram retomadas pelos índios do fazendeiro conhecido com Zé Biriba. Da mesma forma também tivemos conhecimento do antigo cemitério de Caratbas, hoje situado em meio à pastagem da Fazenda Vargem Grande, do qual somente se pode avistar o antigo cruzeiro.

Gerkem & Teixeira (2008) descrevem ainda a dinâmica da Festa de Santa Cruz e a importância da mesma como referência de identidade e de organização social:

"A rotina diária é interrompida pela organização e participação na festa. De acordo com comerciantes de São João das Missões, a compra de materiais para a ornamentação do local de celebração inicia-se vários meses antes, o que demonstra que sua realização é meteticulosamente planejada. Para os que a organizam, não se constitui propriamente um momento de lazer, mas de trabalho intenso e prazeroso. Trabalho que envolve diferentes etapas como a preparação do local para a celebração e a confecção dos ornamentos. A prática do ritual pode ser dividida em três etapas distintas: o levantamento do mastro, a realização da novena e a festa da derrubada do mastro. A utilização do sistema de festeiros constitui um dos recursos fundamentais nesse processo. Tal mecanismo pressupõe que algumas pessoas - denominadas mastreiros e ajudantes - sejam escolhidas como

Je

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13

Pág. 570

Rúbrica *Elaine*

responsáveis para realização da festa, possibilitando a participação ativa das diversas categorias de sujeitos.

Uma vez que a maior parte do evento ocorre à noite, todos os sujeitos se reúnem durante o dia para a preparação do espaço de celebração, que exige dedicação tanto dos homens como das mulheres. Aos homens é conferida a responsabilidade de limpeza do cemitério. A vegetação é toda capinada e retirada do local. Em seguida, é construído no centro do cemitério o espaço do ritual, que reproduz a forma de uma igreja. A parte superior é enfeitada com bandeirinhas de papel e balões de borracha, que saem do centro em círculos até as laterais. No interior do círculo é montado um altar, onde são colocadas velas e flores artificiais coloridas. Os enfeites de papel são confeccionados pelas mulheres-festeiras e requerem habilidades manuais específicas. Dessa forma, o trabalho de preparação da festa permite o contato e a troca entre pessoas de diferentes idades, constituindo-se em verdadeiro espaço de aprendizagem da cultura.

A festa possui participação efetiva desde os mais velhos até as crianças, que são livres para circular por todo o espaço e tempo de celebração, inclusive para tentar ajudar os adultos durante o trabalho. Qualquer iniciativa delas em tentar realizar algum ofício é bem aceita e estimulada pelos adultos. Por outro lado, as crianças são tratadas com atenção especial: podem brincar na fogueira e circular entre os adultos. Se os pequeninos choram ou dormem não são retirados do local, mas tranquilizados e acomodados em alguma esteira no chão.

O levantamento do mastro, um tronco de aproximadamente dez metros de altura, ocorre no dia 23/04 e constitui a primeira parte da festa de que toda a comunidade participa. A celebração, neste dia, inicia-se com um sinal do Rezador chefe (Sr. J.) para que se organize uma procissão que tem como objetivo chegar até o mastro, colocar a bandeira de Santa Cruz em uma de suas extremidades e carregá-lo, circulando por todo o cemitério. Alguns indivíduos trazem velas acesas às mãos, outros batem palmas e todos cantam a seguinte música enquanto acompanham o cortejo:

Que bandeira é essa que vamo levá / É de Santa Cruz para festejá / Que bandeira é
essa que vamo levá / É de Santa Cruz para festejá / Cantemo e louvemo com muita alegria
/ Cantemo e louvemo com muita alegria / Levando a bandeira da Virgem Maria / Levando

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 571
Rubrica *clame*

a bandeira da Virgem Maria.

Ao final de três voltas, são feitas algumas saudações e o mastro é erguido e fixado no chão. Posteriormente, as pessoas retornam ao altar e inicia-se a reza. A forma de disposição das pessoas durante a reza é praticamente a mesma em todas as etapas: elas se dispõem em torno do altar, ficando os rezadores ao lado direito, numa posição central, e os outros participantes dispostos em forma de círculo. É possível dizer que essa disposição confere ao rezador a possibilidade de exercer um certo controle social e simbólico sobre os participantes. Percebe-se também que as crianças ficam aglomeradas num determinado lugar: os homens de um lado do altar e as mulheres do outro.

Rezadores e rezadeiras mais velhas conduzem as orações tradicionais, denominadas benditos e ladainhas. Nessas orações, são usados recursos como a associação da rima e da melodia em formas de diálogo entre as vozes dos participantes, o que contribui para uma apropriação coletiva dos conteúdos e para a preservação da memória coletiva. Os benditos são rezados essencialmente pelas mulheres, embora existam homens capazes de acompanhá-los.

... Ao final da celebração há um momento de descontração, em que pode haver uma pequena festividade, com a distribuição de bebidas, ou uma grande festa, com a realização de danças típicas, ao toque de violão, acordeão e outros instrumentos musicais. Essa variação está sujeita a uma série de fatores, dentre os quais estão as condições financeiras dos festeiros e a ocorrência de acontecimentos na comunidade, como a morte e a doença.

O levantamento do mastro precede a Novena de Santa Cruz, que acontece entre os dias 24/04 e 02/05 em torno do mastro. Nesses dias, toda a comunidade se reúne para a reza. No dia 03/05 acontece a festa de encerramento da Novena de Santa Cruz. Todo o cemitério é novamente limpo e enfeitado e a reza se inicia ao sinal do rezador para que as pessoas se acomodem dentro do espaço de celebração. Ao final da reza, é lida a lista dos festeiros, que serão responsáveis pela festa no ano seguinte. Este momento, embora descontraído, é importante, por isso, as pessoas ficam muito atentas e certificam-se de que os escolhidos estão cientes da sua função e responsabilidade. Após a leitura da lista de festeiros, acontece a última parte da festividade. Sete dias após o fim da novena é realizada a derrubada do mastro. Este evento ocorre pela manhã, num clima de festa e descontração.” (Gerkem &

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4030413
Fls. 572
Rubrica *elaine*

Teixeira, 2008: 326-328).

Analisando o evento, Gerkem & Teixeira (2008:328) destacam a sua importância como prática social de organização e transmissão simbólica que, por meio de estratégias orais e gestuais, visa à transmissão e preservação da memória coletiva da cultura Xakriabá. Destaca ele, entre os inúmeros recursos simbólicos presentes na Festa de Santa Cruz, o canto de benditos e ladainhas, onde a associação da rima e da melodia, em formas de diálogo entre as vozes dos participantes, contribui para uma apropriação coletiva dos conteúdos constituintes do ritual e são fundamentais na preservação da memória coletiva. Essa importância é também destacada nas falas dos índios, como a de uma rezadeira, contando como o pai lhes ensinava:

"Aí nós ia rezá. (...) falava com uma das menina: Menina, tira ladainha! Menina, reza o terço! Umás que tava (...) fazem umas gracinha. Cêis tá pensano que a gente é eterno? A gente passano ocêis já não sabe de nada. Tem que tirá bendito pra modo de... adianlá! E não é que já tava perto dele morrê!" (Gerkem & Teixeira, 2008: 328)

A transmissão dos cantos e rezas é feita praticando:

"G: Por isso que eu falo, a pessoa que tem aquela... inteligência, ensina não, abasta vê. Também ninguém nunca me ensinou não, rezava com finado meu pai... e as minha irmã mais velha nenhuma não aprendeu, rezava tudo junto comigo."

"I: Não, bendito eu ensino é assim... quando tá assim... numa reza... eu mundo ela escutá."

"H: É, e assim ... a gente vai indo, né. (...). As veiz não tá ajudano a rezá, né, mas pelo menos tá ouvino, né... tá apreciano de uma certa forma, prá entendê." (Gerkem & Teixeira, 2008: 328)

Também é importante que essas orações sejam realizadas num espaço social compartilhado.

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 573
Rúbrica *elaine*

"G: ... nós não reza ofício assim separado não, as vez quem sabe rezá o terço não sabe, eu se for na hora pra rezá sozinha eu não sei. Nós aqui é tudo junto, é eu (...) se errar eu sei qualê que tá falando (D. G.)."

"H: Se as vez até falha eu já sei até aonde que falha, né, mais se tivê eu só... é aquele costume de tá junto, né. É ... então cê ... igual ... dizê assim... aí tá o grupo... acostumou assim, né, a rezá junto, né, e aí ... chega na hora, só com aqueles que é da frente mesmo, né, esses mais velho, eles tem todo, né..., como se diz, mastigadinho, né. Então a gente costuma mais é tá ali e ajuda, né? (Sr. Ht.)." (Gerkem & Teixeira, 2008: 328)

Dessa forma a Festa de Santa Cruz é também organizada de maneira a transmitir às gerações mais novas a lógica de organização do grupo, que diz respeito ao modo de viver e pensar e nas divisões do trabalho e do saber que estão presentes na realidade cotidiana do grupo e organizados segundo uma lógica de divisão por gênero e por idade.

Segundo Gerkem & Teixeira (2008), o sistema de festeiros permite identificar algumas dessas divisões:

"1- Os festeiros sempre são (casais) e isso possibilita a divisão do trabalho durante a organização da festa; 2- Na maioria das vezes (o casal) de festeiros é composto por pares de parentes, isto é, por pais e filhos, irmãos, primos, tios e sobrinhos e assim por diante; 3- É comum que sejam escolhidas pessoas com idades diferenciadas. Essa diferença de idade torna-se essencial uma vez que, sendo festeiro, o indivíduo tem a possibilidade de aprender os mecanismos de organização da festa; 4- Leva-se em consideração se as pessoas a serem escolhidas podem comparecer à maior parte da festa, se são queridos na comunidade e competentes para assumir a responsabilidade." (Gerkem & Teixeira, 2008: 328)

A Festa da Santa Cruz, nesse sentido, é um momento de reprodução da própria organização social do grupo, conforme demonstra Gerkem & Teixeira (2008):

"A divisão por gênero é fundante da própria estrutura, organização e realização da festa. D. G. enfatizou que, em sua juventude, todos os irmãos ajudavam os pais no cultivo de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc nº 40804/13
Fls 574
Rúbrica *elaine*

alimentos, entretanto, ao chegarem da roça, as mulheres deveriam realizar os serviços domésticos e os homens tinham o tempo livre. Era comum que nesse momento os homens se reunissem para rezar e os rezadores tradicionais ensinarem aos mais jovens alguns conteúdos. Muitos jovens, inclusive Sr. J., aprenderam a rezar utilizando momento livre do trabalho. No caso das mulheres, a aprendizagem deveria acontecer durante os rituais. Tal configuração nos permite concluir que homens e mulheres possuíam momentos diferenciados para a aprendizagem.

A divisão etária também pode ser observada na participação dos indivíduos nas tarefas. Embora a presença de jovens seja importante na divisão e na aprendizagem dos conteúdos que o culto pretende transmitir, as orações são conduzidas por rezadores mais velhos da comunidade...

... não só a incorporação de elementos culturais por parte dos mais jovens é importante, mas, também, quem é o responsável pela transmissão de conhecimentos. Os locais, circunstâncias e agentes responsáveis pela transmissão dos conhecimentos são definidos culturalmente, e nesse processo os rezadores mais velhos ocupam lugar central, o que reifica o seu poder na organização simbólica do grupo. (Gerkem & Teixeira, 2008: 329)

A “Via-Sacra”

Outro ritual de origem sincrética que é realizado nos cemitérios Xakriabá é a Via-sacra, um ritual tradicional que integra as festividades da Semana Santa e acontece nas quartas, quintas e sextas-feiras santas, o qual também foi descrito por Gerkem & Teixeira (2005) conforme reproduziremos a seguir:

“O local privilegiado para sua realização é o cemitério, que é previamente capinado e limpo. Toda comunidade se mobiliza para participar do ritual, apesar do sol forte das quinze horas numa região de clima semi-árido. No início da tarde os moradores começam a se aglutinar, aguardando o início das atividades de celebração, aproveitando para conversar com parentes e amigos e para colocar velas nos túmulos e rezar pelos parentes mortos.

Além da limpeza do cemitério, na preparação do espaço para celebração, são assinaladas 14 Estações, ao longo do perímetro interno do cemitério, em cartazes

je



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Centro de Controle e Prevenção de Doenças

Assunto: Notificação de casos de COVID-19. O presente documento tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre a notificação de casos de COVID-19, bem como a importância de manter a atualização constante das informações sobre a situação epidemiológica da doença.

Boa tarde, Senhor(a) [nome]

Conforme solicitado, segue em anexo o formulário de notificação de casos de COVID-19, bem como o manual de instruções para preenchimento. O formulário deve ser preenchido e enviado para o endereço eletrônico [e-mail] até o dia [data].

EM BRANCO

Atenciosamente,
[Assinatura]
[Nome]
[Cargo]

Atenciosamente,

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, pelo telefone [telefone] ou pelo e-mail [e-mail].

Atenciosamente,
[Assinatura]
[Nome]
[Cargo]

Este documento é de uso exclusivo do Centro de Controle e Prevenção de Doenças e não deve ser divulgado para o público em geral.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 545
Rúbrica *Flavio*

manuscritos e pendurados nas cercas. Essas estações serão percorridas durante o ritual e correspondem aos episódios da Paixão de Cristo.

As crianças são livres para percorrer o cemitério e ajudar os adultos na organização dos últimos detalhes para a celebração. Observou-se que há uma negociação prévia entre o rezador-chefe - Sr. J. - condutor do processo ritualístico, e o leitor - Sr. H. - que parece confirmar e "ensaiar" o que deverá ser lido publicamente aos demais presentes.

O ritual desenvolve-se da seguinte maneira: Ao sinal do Sr. J., todos os presentes se reúnem em torno da primeira estação. À frente está uma criança, que segura uma bandeira com a face de Cristo pintada, mais adiante estão o Rezador-Chefe - Sr. J. - e o leitor - Sr. H. - e, logo em seguida, toda comunidade. Em cada uma dessas estações, canta-se um trecho do ofício (um tipo especial de ladainha que conta a história da Paixão de Cristo), realiza-se uma leitura e canta-se um Bendito. Os benditos e ladainhas são formas melódicas caracterizadas pelo ritmo e pela repetição em diferentes vozes e tradicionalmente realizadas e transmitidas em linguagem oral e gestual. São praticadas pelos rezadores e acompanhadas por toda comunidade, inclusive as crianças. Algumas ladainhas são realizadas em fórmulas orais oriundas do latim. Estas são conduzidas pelos rezadores mais velhos e apenas um número reduzido de pessoas é capaz de acompanhá-las. Observou-se que, durante o ritual da Via-Sacra, algumas pessoas acompanhavam as rezas utilizando-se de anotações prévias dos benditos e ladainhas.

Sr. H. pode ser considerado "leitor oficial", uma vez que adquire posição de destaque na condução do ritual ao assumir a responsabilidade de ler as orações. A leitura é realizada a partir do livro "Cartilha da Doutrina Cristã", que data o início do século XX e incorpora tanto lições catequéticas, como lições de primeiras letras e aritmética. De acordo com informações obtidas, o livro constitui patrimônio sagrado do grupo e atualmente, está sob os cuidados do Sr. J., que afirma tê-lo ganhado, do antigo dono, que era o falecido Sr. F., respeitado rezador e conhecedor das tradições Xakriabás, sendo muito conhecido por alfabetizar e ensinar orações e outros conteúdos da tradição às pessoas da comunidade. É importante dizer que Sr. F. era pai da rezadeira D. G., avô do rezador Sr. H. e padrinho do rezador-chefe Sr. J..

O ritual está condicionado à presença do livro, o que demonstra o valor simbólico que

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 576
Rúbrica: *Elaine*

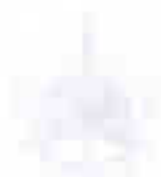
ocupa no grupo. O jogo simbólico construído entre as fórmulas orais em latlm, os benditos cantados pela comunidade e as leituras feitas por um único sujeito, num único exemplar antigo, demonstram os processos através dos quais a escrita está sendo assimilada simbolicamente.

... Em primeiro lugar chama a atenção o fato de que o rezador que conduz os trabalhos não domina a linguagem escrita, mas é o guardião do livro. Ele conhece os conteúdos do livro, não porque os adquiriu por meio da leitura, mas sim pela participação em práticas de letramento, nas quais incorporou certos conteúdos ao assumir papel de ouvinte durante leituras. Uma das hipóteses que pode ser levantada é que, mesmo não dominando os processos de decifração que permitem ter acesso aos significados do texto escrito, Sr J. sabe, à semelhança das "Lições de Escrita de Lévi-Strauss", que a posse do livro confere-lhe um poder que legitima seu saber oral.

...Assim, Sr. J. torna-se guardião do livro, não por saber ler e escrever, mas por ocupar lugar privilegiado numa cadeia de significações que legitima o saber criado e transmitido por meio da oralidade.

Em segundo lugar, a escolha do leitor não é feita com base em critérios de proficiência. É importante dizer que dentre os participantes do ritual, há várias pessoas com graus de proficiência maior no domínio da leitura e da escrita, como os professores e os alunos da oitava série. Durante a Via-Sacra, Sr. H. se esforça para realizar a leitura, escandindo sílabas, quebrando o ritmo, tropeçando nas palavras, mas conduzindo o ritual com autoridade, ao lado do Sr J..

A escolha do leitor se dá em função de uma lógica que demarca espaços numa estrutura de transmissão de saber e de poder e que, é importante ressaltar, não se estrutura no domínio da linguagem escrita. Se a proficiência em leitura fosse o critério de escolha do leitor, provavelmente teríamos a presença de professores e alunos nessa posição. O ritual da Via-Sacra, portanto, constitui-se num momento singular de aprendizagem da cultura da Aldeia Barreiro Preto, no qual os sujeitos se apropriam não só dos valores simbólicos compartilhados, mas sobretudo, das formas de funcionamento social do grupo, mais especificamente, as hierarquias de saber e de poder, que estão perpassadas pelos lugares ocupados pelo rezador, pelo leitor e pelo livro durante o ritual." Gerkem & Teixeira, 2005;



YÖNEMLERİNE
MILLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI
T.C. MİLLÎ EĞİTİM BAKANLIĞI

İlkokul ve ortaokul öğrencileri için hazırlanan bu kitap, her yıl okullarda
okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır. Bu kitap,
okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.

Bu kitapta yer alan bilgiler, Millî Eğitim Bakanlığı tarafından hazırlanmış ve
okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.

EM BRANCO

Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.

Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.

Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.
Bu kitap, okullarda okutulacak olan ders kitapları ile birlikte kullanılmak üzere hazırlanmıştır.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 577
Rúbrica *Cloume*

07-08)

A respeito desse ritual não encontramos outras referências, porém, parece se constituir em um momento de uma sequência de rituais que têm lugar nos cemitérios e que supomos, possam estar encadenados com a própria Festa da Santa Cruz.

O fato de ter como base um ritual católico conhecido, a Via-Sacra, não descaracteriza a tradicionalidade do ritual, tendo em vista uma série de elementos que o compõem, a exemplo do local onde é realizado: o cemitério, ao contrário das igrejas nos rituais católicos. Da mesma forma, a reza e a leitura de textos de origem católica, porém, dentro de um contexto de afirmação de autoridades religiosas próprias ao grupo, definidas pela tradição e pela oralidade indígenas e não pela proficiência na leitura ou pela hierarquia católica.

Considerando a existência de uma série de rituais guardados em segredo e a ainda pequena etnografia existente a respeito dos Xakriabá, podemos imaginar que, a exemplo do ritual da Via-Sacra, ainda possa haver muito o que se conhecer neste sentido.

Os cemitérios, territórios sagrados

As referências a tantos rituais que têm seu *locus* nos cemitérios, parecem fazer sentido em relação à origem lingüística dos Xakriabá, pertencente ao Tronco Jê, no qual é comum a existência de complexos rituais funerários, a exemplo dos rituais Bororo. Isso coloca a importância da preservação desses locais, os quais são constantemente referidos como marco de ocupação indígena e como referência de indianidade, tal como pudemos perceber nas entrevistas realizadas nas comunidades Xakriabá situadas fora dos limites atualmente demarcados.

Segundo observou Paraíso (1987), o povo Xakriabá vê a morte com muito respeito:

"Durante um mês interrompem-se as "reuniões (2008:06) de Yayá". Os enterros são feitos ou nos fundos das casas ou nos cemitérios. As covas são cobertas por pálios, que nos lembram as formas de enterramento tradicionais dos grupos Jê do nordeste, mas que são justificadas, pelos Xakriabá, pela necessidade de preservar os mortos da ação de animais

je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 578
Rúbrica *Flavio*

predadores." (Paraíso, 1987:51)

O que nos chamou atenção, especialmente, foram as Festas de Santa Cruz citadas na maioria das entrevistas realizadas. Como por exemplo, na entrevista com D. Saturnina, em Caraibas, a qual destacou a proibição do uso do cemitério onde tradicionalmente elas se realizavam, do qual hoje pode-se ainda avistar o antigo cruzeiro, perdido entre os pastos da Fazenda Vargem Grande. Apesar disso as Festas ainda sobreviveram, sendo transferidas para um novo cemitério, até quando uma nova fatalidade, o terremoto que destruiu as casas da comunidade, as interrompeu. Lembra a anciã como as festas realizadas no cemitério antigo permitiam a integração entre as comunidades, para estas vindo índios de vários lugares.



Cemitério de Vargem Grande com ornamentos da
Festa de Santa Cruz (GT Xakriabá, jun. 2009)

Esta também é a principal lembrança de D. Santa, moradora da comunidade de Vargem Grande. Ela recorda que as ligações entre Vargem Grande e as aldeias eram ainda mais próximas nos tempos mais antigos, quando havia sempre visitas aos parentes, principalmente nas festas da Santa Cruz.

Da mesma forma João Araújo da Silva, de 102 anos se recorda das festas, quando ele, de origem baiana, pode se interrelacionar com os Xakriabá, resultando no seu casamento com Leodília Gonçalves, de 84 anos, uma "cabocla" de Vargem Grande. Na terra deles também tinha um cruzeiro onde faziam a Festa de Santa Cruz e vinham índios de vários lugares. João

Ja



FORÇA AEREA
COMANDO EM CHEFE
AVIAÇÃO BRASILEIRA

FORÇA AEREA - COMANDO

Em conformância com o disposto no artigo 1º da Lei nº 1.366, de 19 de dezembro de 1967, e no artigo 1º da Lei nº 1.367, de 20 de dezembro de 1967, o Comandante em Chefe da Aviação Brasileira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14º da Lei nº 1.366, de 19 de dezembro de 1967, e pelo artigo 1º da Lei nº 1.367, de 20 de dezembro de 1967, resolve:

EM BRANCO



Em Brasília, 15 de dezembro de 1967.

O Comandante em Chefe da Aviação Brasileira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14º da Lei nº 1.366, de 19 de dezembro de 1967, e pelo artigo 1º da Lei nº 1.367, de 20 de dezembro de 1967, resolve:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 679
Rubrica Elaine

tocava sanfona e também era convidado para participar das festas na aldeia Sumaré.

A Festa de Santa Cruz continua a ser praticada no cemitério de Vargem Grande, no qual estão enterrados muitos Xakriabá, sendo esse referência para enterramento de índios de todas as comunidades indígenas da região do rio Peruaçu. Numa das ocasiões em que passamos pela comunidade pudemos avistar o cemitério ainda enfeitado com as bandeiras e outros paramentos típicos daquela festa.

A Festa também foi citada na aldeia Morro Vermelho, onde os vestígios do antigo local de moradia da família de D. Carmélia, no Catito, são facilmente verificáveis, sendo especialmente demarcados por um cemitério onde foram enterrados vários membros da família. No cemitério resiste o cruzeiro plantado pelo pai de D. Carmélia, onde a família realizava as suas festas.

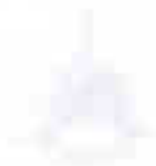


Cemitério do Catito, com o cruzeiro, onde se realizavam as Festas de Santa Cruz, Aldeia Morro Vermelho. (GT Xakriabá, jul. 2009)

Tal importância cultural é reconhecida também no Livro “Valorizando o Patrimônio Cultural Xakriabá”, elaborado por professores indígenas (Xakriabá, 2005), cujo objetivo foi fazer um inventário do patrimônio cultural existente nas terras hoje demarcadas. Nesse inventário mereceram destaque 15 cemitérios, situados em várias aldeias. Ali também a descrição não se refere exclusivamente à memória dos mortos lá sepultados, mas destaca as festas e a alegria:

Je

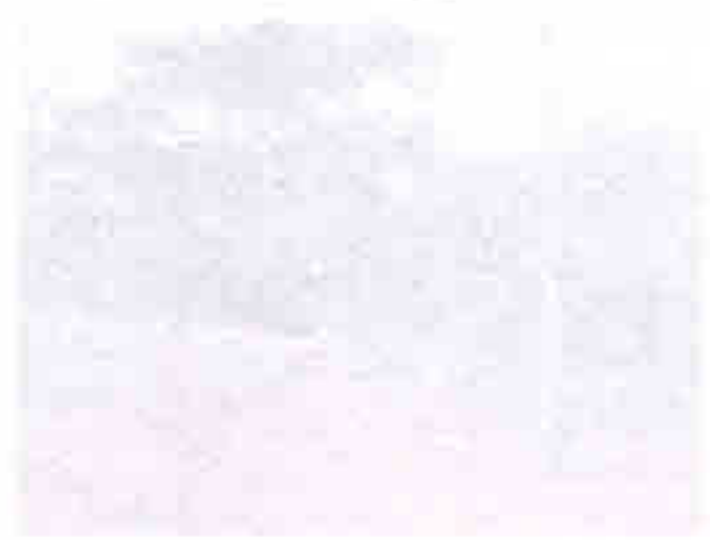
Handwritten notes in the top left corner, possibly a date or reference number.



Handwritten title or header text centered at the top of the main body.

Main body of handwritten text, consisting of several lines of cursive script.

EM BRANCO



Handwritten text located directly beneath the large obscured rectangular area.

Final paragraph of handwritten text at the bottom of the page.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 580
Rúbrica *Flame*

*“Este cemitério, é uma grande fantasia
Todo ano tem a festa de Santa Cruz
Que é uma grande alegria*

*O cemitério do Riacho do Brejo
Precisa ser preservado, porque todos
Precisam dele para ser sepultado*

*O Cemitério é um lugar totalmente conhecido
Pois é a casa de todos, depois de falecido.” (Xakriabá, 2005:103)*

Os cemitérios, considerados como local sagrado para a maioria das culturas humanas, tem entre os Xakriabá um significado ainda mais forte, por serem neles realizados esses importantes rituais. Tudo isso vem a reforçar a imprescindibilidade do reestudo dos limites das terras indígenas, de forma a reincorporar tais espaços sagrados ao território Xakriabá.

Outros territórios sagrados

Paraíso (1987) se refere a outros locais que seriam considerados sagrados pelos Xakriabá, entre eles os “terreiros” (onde se pratica o “Toré”), as grutas e os olhos d’água. Segundo ela:

“É nestes espaços que a onça-cabocla se metamorfoseia e exerce suas funções de oráculo, onde se refugia e se diverte, banhando-se e observando os seus irmãos.” (Paraíso, 1987: 52)

Entre os lugares sagrados também estão sítios arqueológicos:

“Afirmam os Xakriabá que os cacos devem ser preservados porque “as origem de nós querer guardar os achados de barro é porque a força dos velhos mora lá” (Rodrigues, 1987) (Paraíso, 1987: 52)

Paraíso (1987) aponta ainda alguns lugares considerados sagrados que teriam ficado fora da demarcação:

Je

Handwritten notes in the top left corner.



DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

EM BRANCO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação CGID

Fisc. nº 40804113
Fls. 931
Rubrica *Ubiratã*

"Há outros locais que os índios consideram sagrados e que foram deixados fora da área demarcada, fato que lamentam profundamente: a lagoa de Jaiba, a mata de jurema, às margens do rio São Francisco e a Igreja de São João das Missões. A lagoa de Jaiba é considerada sagrada, porque acreditam que é aí que Yayá se refresca. Sua importância é fundamental por ser perene, podendo servir a uma população que sofre a agrura de longos períodos de seca. A mata de jurema, é o sítio da árvore sagrada, essencial para a prática do ritual. Os atuais proprietários da área proíbem os índios de colher a jurema, obrigando-os a irem até Carinhanha para colherem a quantidade necessária para o Toré. A Igreja de São João das Missões dos Índios, o terceiros dos sítios referidos, foi construída sobre a antiga aldeia destruída pelos primeiros colonizadores. Os índios afirmam que ela ocupa a área do antigo cemitério em que estão enterrados os seus velhos." (Paraíso, 1987: 52)

A respeito das áreas citadas por Paraíso, que ficaram fora da demarcação, não tivemos qualquer informação sobre a chamada "lagoa da Jaiba". Sabe-se que toda a região de Januária era chamada de "Mata da Jaiba", mas não encontramos nos documentos históricos nenhuma referência a uma lagoa com esse nome. Supomos que a autora pudesse estar se referindo à lagoa da Rancharia, onde está situada a comunidade de Rancharia, cuja área também não fora ainda demarcada na época em que a mesma elaborou o Laudo Antropológico Identidade Étnica dos Xakriabá (Paraíso, 1987). Outra hipótese é que a autora se referisse à lagoa das Trairas, a qual ela cita no mesmo documento (Paraíso, 1987:55) como uma das comunidades excluídas da demarcação. A lagoa das Trairas é também citada por Schettino (2003:09) entre as áreas a serem consideradas para efeitos de regularização. Porém, no decorrer dos trabalhos de campo do GT as próprias lideranças indígenas não reivindicaram a inclusão dessa área, que fica situada entre a sede do município de São João das Missões e a T.I. Xacriabá. Verificamos que a área tem hoje um expressivo número de ocupantes não indígenas, embora ainda se encontrem índios moradores no local. Economicamente a comunidade se difere das terras indígenas, especialmente pela dedicação ao plantio irrigado de tomate e hortaliças. A comunidade também tem grande importância no contexto político atual do município, especialmente pela aliança de produtores rurais de lá com as lideranças indígenas que exercem o poder político local.

Quanto à sede do município de São João das Missões, a sua inclusão também não foi

Je



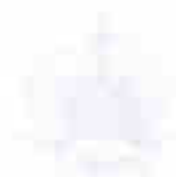
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 582
Rúbrica *Elaine*

objeto de reivindicação dos indígenas durante os trabalhos do GT, assim como também não foi cogitada a inclusão da sede do município de Itacarambi, a qual também está entre os limites do Termo de Doação. Os Xakriabá têm clara a situação atual das ocupações nessas áreas e mantêm com a sede dos municípios relações econômicas, sociais e políticas, as quais fazem parte do seu dia-a-dia e do seu modo de ser. Isso não impede que a Igreja de São João das Missões continue a ser considerada por eles um lugar sagrado. Um bom exemplo disso ocorreu na cerimônia de posse do primeiro prefeito indígena eleito no município, quando foi realizado um ritual na praça da Igreja.

je

EM FAVOR



GOVERNAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei nº 12.227, de 20 de maio de 2010, e no artigo 1º da Lei nº 12.228, de 20 de maio de 2010, a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

1. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

2. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

3. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

4. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

5. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

6. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

7. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

8. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

9. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

10. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Pública, torna pública a seguinte informação:

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 583
Rúbrica *Flame*

VI - SEXTA PARTE

Levantamento Fundiário:

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
- b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
- c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
- d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

Histórico da ocupação não-indígena

A ocupação de não índios nas terras Xakriabá é fato antigo, que remonta ao fim do século XIX, quando acossados pela seca os “baianos” chegaram na região. Porém, naquele momento, os Xakriabá tinham o domínio das terras, sendo o Termo de Doação oficialmente reconhecido por todas as autoridades públicas, devidamente registrado em cartório. Assim, a entrada de não índios nas terras acontecia apenas quando consentida pelos próprios índios. Somente após o início do século XX vão ocorrer as primeiras invasões do território, as quais foram marcadas pela memória Xakriabá através do episódio do Curral de Varas, conforme citado anteriormente neste relatório.

Este episódio foi um marco, pois nele, um fazendeiro, sem o conhecimento dos índios, construiu um curral em um local sagrado, um terreiro de Toré, querendo se apossar das terras. A reação contrária dos índios é a prova de que os mesmos, até aquele momento, mantinham o controle do território. Eles se organizaram e atearam fogo ao curral, expulsando de lá os invasores. Porém, inesperadamente, não se sabe ao certo o motivo, daquela vez as autoridades se posicionaram a favor do invasor. A destruição do curral seguiu-se uma perseguição aos índios e às suas lideranças, resultando no desaparecimento de vários deles.

Essa derrota e a perda das principais lideranças fragilizou os Xakriabá, que se desorganizaram e passaram por um período onde tiveram de “enterrar” a cultura,

Je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 408041/3
Fls. 684
Rúbrica: *Uaine*

simbolicamente representada pelo desaparecimento das "traias" do Toré. Consequentemente, as invasões ao território passaram a ser mais frequentes e agora os próprios índios eram impelidos a vender suas posses de terra a terceiros. Contraditoriamente, a venda de posses de terra era "legalizada" no cartório de Januária (MG) pelo reconhecimento dos índios, que o faziam como legítimos herdeiros e sucessores do Termo de Doação, única base legal de propriedade reconhecida. Podemos citar como exemplo a seguinte "*Certidão narrativa de uma escritura de Cessão de posse*", a qual se refere especificamente à compra de um lote limítrofe à região do Catito:

"Certifica que ... encontra-se uma escritura de "Cessão De Posse", lavrada em a data, 14 de março de 1961, sendo outorgante vendedor João Gonçalves de Macedo, adquirente Coronel João Alves Pereira...que sendo o vendedor, senhor e possuidor livre e desembaraçado de direitos de posse, domínio sem contestações pessoais ou judiciária de posse e domínio numa gleba de terrenos na fazenda de Índios do Senhor São João das Missões, do município de Januária Minas Gerais, cuja posse e domínio é no lugar denominado "Buqueirão", onde vê-se seus antigos serviços constante de resto de uma casa e cercado onde era sua residência antiga ... as quaes posse e domínio houve, como sucessor de índios da fazenda do Senhor São João da Missões, tradição esta mansa e pacífica usada e generalizada entre eles condomínios em comum na dita fazenda que fora doada aos seus aancestrais possuidores conforme doação de, 1728, passada no arraial de Morrinhos, e assinada pelo, administrador de, Januario Cardoso de Almeida Brandão e registrada em, Ouro Preto, 25 de setembro de 1856 e essa de numero onze; tradicionalmente respaldada e reconhecida por todos os poderes publico da nação. ...Nota:- Os limites são os seguintes; os limites desse terreno está localizados no lado de lá da parte do Siqueira no Bouqueirão de quem vaede Missões a Pratapor aquela estrada e, cuja amarração ou ponto de partida é do marco cravado no cruzamento da estrada com a grotta referida...e dali para rumo da serra geral do lado que está o Morro de Itacarambi, e, ...que volta para o lugar denominado "Catita"...(sic) (Cartório da Comarca de Itacarambi, 1969)

Consta ainda no mesmo Cartório outro registro referente à área do Boqueirão, anterior a este, datado de 1942, no qual é usado pelo mesmo Coronel João Alves Pereira outro artifício para se apossar de direitos sobre as terras dos índios. Neste caso, ele faz registrar uma

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. n° 40809/13
Fls. 585
Rubrica Elaine

procuração do índio Delfino Augusto Pereira, uma liderança de Rancharia, nomeando o dito Coronel como seu procurador para: *"qualquer pesquisa de minérios em terrenos de sua propriedade e residência no lugar denominado "Boquirão", ou em outro lugar na fazenda dos Índios do Senhor São João das Missões do Riacho do Itacarambi..."* (Cartório da Comarca de Itacarambi, 1969)

Note-se como, a partir de uma procuração individual, o referido Coronel pretendia se apossar de direitos de mineração onde morava o dito índio *"ou em outro lugar na fazenda dos Índios"*.

Tais registros, ao contrário de provar que as terras foram legitimamente adquiridas pelos não índios, demonstram como estes usaram de artifícios supostamente legais para se apossarem de terras indígenas, as quais, por serem de uso coletivo, jamais poderiam ser negociadas individualmente e já se encontravam sob a proteção das leis da época, as quais contemplavam a inalienabilidade das terras indígenas.

Esse sistema permaneceu vigente até o início dos anos de 1960, quando a RURALMINAS, órgão fundiário do Estado de Minas Gerais, desconheceu a validade jurídica do Termo de Doação e considerou as terras dos Xakriabá como devolutas, tendo em vista a regularização das posses requeridas por terceiros existentes naquelas terras, conforme já relatado anteriormente.

Em função dessa definitiva ameaça, os Xakriabá tiveram de encontrar formas de se reorganizar e buscaram o SPI para fazer valer os seus direitos. Esse processo resultou em sérios conflitos, com várias mortes, que se estenderam até os anos de 1980. Somente após um massacre perpetrado por posseiros contra lideranças Xakriabá, em 1987, é que os posseiros foram definitivamente retirados de uma parte da terra que sempre lhes pertenceu e ela foi devolvida aos Xakriabá. No entanto, eles receberam de volta apenas cerca de um terço das terras a que se referia o Termo de Doação.

Hoje, mesmo nas terras que foram liberadas para a ocupação de terceiros após a demarcação, permanecem existindo algumas comunidades de origem étnica Xakriabá. A maior parte dos moradores indígenas dessas comunidades não possui outras posses hoje além de suas casas e seus quintais. Porém, alguns ainda têm a posse de pequenas porções de terra, nas quais, geralmente, vivem várias famílias nucleares indígenas.



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. É proibida a divulgação de qualquer informação contida neste documento sem a autorização expressa do Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças. A violação desta política pode resultar em ações legais e disciplinares.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. É proibida a divulgação de qualquer informação contida neste documento sem a autorização expressa do Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. É proibida a divulgação de qualquer informação contida neste documento sem a autorização expressa do Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças.

EM BRANCO

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. É proibida a divulgação de qualquer informação contida neste documento sem a autorização expressa do Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. É proibida a divulgação de qualquer informação contida neste documento sem a autorização expressa do Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. É proibida a divulgação de qualquer informação contida neste documento sem a autorização expressa do Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças.





Caracterização socioeconômica da região

O reestudo de limites da TI Xacriabá contempla os municípios de São João das Missões, Itacarambi e Cônego Marinho, no Estado de Minas Gerais. Os três municípios fazem parte dos 29 da região norte do Estado de Minas Gerais denominada "Alto Médio São Francisco". Os municípios dessa macro-região têm como principal característica econômica a atividade agropecuária.

O tipo de vegetação predominante nessa região é o cerrado, com áreas mescladas de caatinga. A pequena variação da temperatura ao longo do ano na região e a pequena variação das precipitações dificultam a exploração agrícola.

A região caracteriza-se pelas condições de extrema pobreza, pouco desenvolvimento econômico e social e um índice pluviométrico relativamente baixo, cuja população sofre com a seca e o acesso à água potável, utilizando os sistemas de abastecimento de água que funcionam de forma precária, através de poços artesianos com bombeamento por compressores e com distribuição racionada em determinada época.

A seguir são apresentadas algumas informações históricas, demográficas e socioeconômicas dos três municípios, considerados rurais, recolhidas nas suas publicações oficiais e nos dados do IBGE:

São João das Missões

Com uma população de 11.715 habitantes (IBGE 2010) e uma área de 679,89 km², o município foi emancipado de Itacarambi em 1995. Situado na micro região do Vale do Peruaçu, fica a uma distância de 247 Km de Montes Claros, cidade pólo do norte de Minas. Está posicionado a 18 Km do rio São Francisco e é banhado pelo Rio Itacarambi em quase todo o seu território. Tem como único distrito a comunidade indígena de Rancharia, possuindo ainda, segundo a Prefeitura Municipal, 43 "povoados", entre os quais 31 aldeias indígenas.

A principal atividade econômica desenvolvida no município é a agropecuária. A agricultura é representada no cultivo irrigado (feijão, milho, cana-de-açúcar e tomate) e de sequeiro (milho, feijão catador, mamona e mandioca). A pecuária é desenvolvida com o objetivo de produzir bezerros para a venda, sendo, também, praticada a pecuária leiteira,

Official document (Official title)

Official document (Official title)

Official document (Official title)

EM BRANCO

Official document (Official title)

Official document (Official title)

Official document (Official title)

Official document (Official title)

Official document (Official title)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 587
Rúbrica *[assinatura]*

despertando, ainda, a criação de caprinos, ovinos e peixe.

Somam-se a essas atividades as pequenas fabriquetas de farinha, rapadura, cachaça, queijo, etc. Os demais produtos abastecem o mercado interno e o restante é comercializado na região.

As principais localidades do município que sofrem com falta de água são: Morro Falhado, Caatinginha e Custódio, todas elas aldeias pertencentes à T.I. Xakriabá.

Segundo informa o site da Prefeitura Municipal:

"As péssimas condições do passado, com seqüelas presentes, provoca, ainda, o êxodo rural, principalmente, da população mais jovem, que está migrando para o interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul, em busca de emprego nas Usinas de produção de Açúcar ou para as capitais dos estados, a procura de trabalho na construção civil. Incontestavelmente, ainda existe, principalmente na área indígena, um "bolsão" de miséria e desnutrição, constituindo um verdadeiro desafio na luta pela sobrevivência, numa situação que se perpetua ao longo dos anos em um círculo vicioso, representado por baixa renda, desnutrição, baixa qualidade de vida."

(http://www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21&Itemid=3, consultado em 25.03.2013)

A prefeitura vem investindo no turismo religioso, para a preservação de manifestações religiosas seculares, incluindo a Festa de São João, evento de destaque regional. Cabe indicar que a história do município, bem como suas festas religiosas, estão fortemente relacionadas à presença da comunidade Xakriabá na região.

Itacarambi

Fundado em 1962, a base da atividade econômica do município também é a agropecuária, com cultivo de algodão e cereais. O gado é destinado ao corte e à produção de leite. Por ter sua sede localizada à margem do rio São Francisco, diferente dos outros dois municípios, oferece as praias fluviais para atividades de lazer e práticas esportivas, bem como locais favoráveis para pesca. Dentre as atividades turísticas soma-se o acesso às cavernas e grutas do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Dentre os três municípios, possui a maior população com 17.720 (IBGE 2010) e uma área de 1.252,074 km.

11-02-2023
2023



REPUBLIC OF TURKEY
MINISTRY OF HEALTH
GENERAL DIRECTORATE OF PUBLIC HEALTH

...
...
...

...

...

...

EM BRANCO

...

...

...

...



Cônego Marinho

Com uma população recenseada em 7.056 habitantes em 2010 (IBGE) e uma área de 1.617,916 km, a emancipação do município de Januária ocorreu no mesmo ano que a emancipação de São João das Missões – 1995. Possui dois distritos: Cruz dos Araújo e Olhos D'água. O município não apresenta uma atividade econômica relevante, exceto o artesanato de utensílios de barro (olaria) produzidos por artesãos em uma comunidade próxima ao distrito de Cruz dos Araújo. Há também produção de cachaça, que é comercializada quase que totalmente no próprio município.

O povoado que deu origem a Cônego Marinho era chamado de Saco dos Bois, devido à formação geográfica do local, caracterizada pela fertilidade e fartura de água, que fez da região um lugar propício para criação de gado, em especial no período da estiagem, nessa região tão seca.

Sobreposição com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

A questão da sobreposição da TI Xacriabá com parte do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), administrado pelo ICMBio, já foi discutida no Capítulo IV, mas cabe lembrar que o Parque, localizado nos municípios de Itacarambi e São João das Missões, com extensão de 56.448,32 hectares, foi criado pelo Decreto s/nº de 21 de setembro de 1999. Seu Conselho Consultivo foi estabelecido pela Portaria nº 96, de 17 de dezembro de 2004, que define no seu art. 2º, parágrafo "X- *que contará com um representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, na condição de titular e um representante da Terra Indígena dos Xacriabás, como suplente*".

Em site oficial do governo federal (<http://www.brasil.gov.br/localizacao/parques-nacionais-e-reservas-ambientais/parque-nacional-cavernas-do-peruacu-mg>), consta a seguinte informação sobre o Parque: "... *abriga mais de 140 cavernas, mais de 80 sítios arqueológicos e pinturas rupestres, além da tribo Xacriabás*." (sic). Tal informação corrobora o fato de que vivem dentro da área do Parque algumas famílias indígenas, especialmente na comunidade de

Atividade de Avaliação

A atividade de avaliação de aprendizagem é uma atividade essencial para o processo de ensino e aprendizagem. Ela serve para avaliar o conhecimento adquirido pelo aluno e o desempenho dele em relação ao conteúdo estudado. A avaliação de aprendizagem é uma atividade que deve ser realizada de forma contínua e sistemática, permitindo que o professor possa identificar as dificuldades do aluno e tomar as devidas providências para ajudá-lo a superar essas dificuldades. A avaliação de aprendizagem também serve para fornecer feedback ao aluno, permitindo que ele saiba onde está em relação ao conteúdo estudado e onde precisa melhorar. A avaliação de aprendizagem é uma atividade que deve ser realizada de forma justa e equitativa, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades.

EM BRANCO

Assinatura do Professor Responsável pela Atividade

A avaliação de aprendizagem é uma atividade essencial para o processo de ensino e aprendizagem. Ela serve para avaliar o conhecimento adquirido pelo aluno e o desempenho dele em relação ao conteúdo estudado. A avaliação de aprendizagem é uma atividade que deve ser realizada de forma contínua e sistemática, permitindo que o professor possa identificar as dificuldades do aluno e tomar as devidas providências para ajudá-lo a superar essas dificuldades. A avaliação de aprendizagem também serve para fornecer feedback ao aluno, permitindo que ele saiba onde está em relação ao conteúdo estudado e onde precisa melhorar. A avaliação de aprendizagem é uma atividade que deve ser realizada de forma justa e equitativa, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades.

A avaliação de aprendizagem é uma atividade essencial para o processo de ensino e aprendizagem. Ela serve para avaliar o conhecimento adquirido pelo aluno e o desempenho dele em relação ao conteúdo estudado. A avaliação de aprendizagem é uma atividade que deve ser realizada de forma contínua e sistemática, permitindo que o professor possa identificar as dificuldades do aluno e tomar as devidas providências para ajudá-lo a superar essas dificuldades. A avaliação de aprendizagem também serve para fornecer feedback ao aluno, permitindo que ele saiba onde está em relação ao conteúdo estudado e onde precisa melhorar. A avaliação de aprendizagem é uma atividade que deve ser realizada de forma justa e equitativa, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 589
Rúbrica *elaine*

Poções, localizada em área que, embora localizada no interior dos limites da UC, ainda continua sob domínio de um fazendeiro. Da mesma forma, existem muitos não-índios vivendo no interior do Parque, pois ainda não receberam as indenizações, ou seja, até o momento não foi realizada a regularização fundiária da unidade de conservação.

A área sobreposta é constituída especialmente de vegetação de cerrado, de extrema importância para a reprodução física e cultural dos Xakriabá, notadamente pela sua relevância em relação à coleta de plantas medicinais e de uso alimentar, além da coleta de mel. O tipo de ocupação exercida pelos índios naquela região, antiga e duradoura, tem contribuído para a preservação daquele bioma.

O trecho de sobreposição corresponde a 30% da área total do Parque e a 40% da terra indígena ora delimitada. Cabe enfatizar que os principais atrativos do Parque, em especial o conjunto de Cavernas do Janelão, não foram contemplados na presente proposta de limites da TI Xacriabá.

Os trabalhos de levantamento fundiário

O levantamento fundiário foi realizado em três etapas, todas durante o ano de 2011. A primeira ocorreu no período de 13/06 a 12/07 (Portaria nº 776, de 20 de maio de 2011 e posteriormente alterada pela Portaria nº 848, de 7 de junho de 2011). A segunda etapa foi realizada entre os dias 29/08 a 27/09 (conforme Portaria nº 1189, de 11 de agosto de 2011, posteriormente alterada pela Portaria nº 1281 de 31 de agosto de 2011) e por último foi realizada a etapa no período de 07/11 a 06/12 (Portaria nº 1498, de 31 de outubro de 2011).

O Grupo Técnico foi composto, inicialmente, pelo Eng. Agrônomo Pedro Vilson Dias Pinheiro – CTL/PVH-CR/Ji-Paraná/FUNAI, coordenador; Thiago Henrique Fiorott Indigenista Especializado – CR Governador Valadares/FUNAI; Sebastião da Cunha Filho, motorista – CR Governador Valadares/FUNAI e o servidor do INCRA/MG Antônio Augusto Miranda de São José- Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, incluído pela portaria PP 848/11. Na segunda etapa através da Portaria nº 1189, de 11 de agosto de 2011 foi incluído no GT o servidor Hélcio de Mattos Batista – Engenheiro Agrimensor – CR Governador Valadares/FUNAI, em substituição ao servidor Thiago Henrique Fiorott.

O Relatório do Levantamento Fundiário informa que foram identificadas 432



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 590
Rúbrica *elaine*

(quatrocentas e trinta e duas) ocupações não indígenas na Terra Indígena ora delimitada, no entanto, só foram realizados 378 laudos de vistoria e avaliação das benfeitorias. No Relatório esclarece-se que tal diferença deveu-se à ausência de alguns ocupantes, por ocasião da visita do GT e a negativa de uns poucos ocupantes a prestar as informações necessárias para o preenchimento do laudo. Entre os 54 ocupantes não identificados, 34 deles estariam localizados na Ilha do Capão. Porém, não há uma informação segura a respeito destes, estando as informações baseadas nas declarações do presidente da Associação dos Moradores da Ilha do Capão.

Com o objetivo de facilitar o levantamento e a análise dos dados obtidos, o relatório fundiário dividiu as ocupações em 11 micro regiões: Morro Vermelho (14 ocupações não indígenas); Rancharia (132 ocupações não indígenas); Jenipapo (8 ocupações não indígenas); Coqueiro (45 ocupações não indígenas); São Bernardo (43 ocupações não indígenas); Volta da Serra e Riacho Seco (36 ocupações não indígenas); Remanso (76 ocupações não indígenas); Ilha do Capão (61 ocupações não indígenas); Várzea Grande/Caraibas (6 ocupações não indígenas); Poções e Sumaré (7 ocupações não indígenas); Dizimeiro (4 ocupações não indígenas). Essas microregiões correspondem a classificações locais, estabelecidas enquanto “comunidades”, grupos de vizinhança, grupos formados por associações de produtores rurais ou regiões toponímicas. As coordenadas geográficas de 323 dessas ocupações estão representadas no mapa a seguir.

Registre-se também que, conforme relatado anteriormente, a Prefeitura Municipal de Itacarambi promoveu ação judicial visando impedir a realização do levantamento fundiário, através de medida liminar, a qual não foi acolhida pela Justiça Federal. Naquela ação a Prefeitura, antes mesmo de conhecer a área efetivamente delimitada, apresenta como atingidos pela presente proposta todos os detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, no município, documento esse que habilita trabalhadores rurais para os programas de apoio à agricultura familiar, não tendo qualquer relação com a efetiva posse de terras na área em questão.

Na referida ação também tomou-se conhecimento da fundação da Associação dos Produtores Rurais e Moradores do Vale dos Rios Itacarambi e Peruaçu – APROVI, cujo principal objetivo é a defesa dos interessados no processo de demarcação das terras indígenas. Consta naquela ação cópia do “Livro de Associados”, contendo 281 nomes de sócios.



Ministry of Education
Secretariat of Educational Policy
2011 National Survey of Student Performance

The objective of the National Survey of Student Performance is to provide information on the performance of students in the areas of mathematics, science, and language. The survey is conducted annually and is a key indicator of the quality of education in Brazil. The results of the survey are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education. The survey is conducted by the Ministry of Education, and the results are published in a report that is available to the public. The survey is a key indicator of the quality of education in Brazil, and the results are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education.

The survey is conducted annually and is a key indicator of the quality of education in Brazil. The results of the survey are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education. The survey is conducted by the Ministry of Education, and the results are published in a report that is available to the public. The survey is a key indicator of the quality of education in Brazil, and the results are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education.

EM BRANCO

The survey is conducted annually and is a key indicator of the quality of education in Brazil. The results of the survey are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education. The survey is conducted by the Ministry of Education, and the results are published in a report that is available to the public. The survey is a key indicator of the quality of education in Brazil, and the results are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education.

The survey is conducted annually and is a key indicator of the quality of education in Brazil. The results of the survey are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education. The survey is conducted by the Ministry of Education, and the results are published in a report that is available to the public. The survey is a key indicator of the quality of education in Brazil, and the results are used to inform policy and practice, and to monitor progress in the areas of education.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. n° 40804/13
Fls. 591
Rúbrica *Elaine*

Embora associar-se seja um ato voluntário, pode-se ter, a partir do número de associados, uma boa idéia das pessoas efetivamente interessadas na ação.

Pode-se observar que a maioria das ocupações não indígenas apontadas pelo levantamento fundiário está concentrada na comunidade de Rancharia e na região das margens dos rios São Francisco e Itacarambi, não por outro motivo a não ser pela fertilidade das terras e pela disponibilidade de água, recursos esses que também são fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos Xakriabá.

Contudo, como pudemos ver na segunda parte deste relatório, as comunidades situadas na região dos rios São Francisco e Itacarambi, como Remanso e Ilha do Capão, também possuem características sociológicas semelhantes, especialmente no que diz respeito às relações de parentesco (vide as genealogias presentes na segunda parte deste relatório).

Cabe aqui lembrarmos que processos anteriores também passaram por situações semelhantes. Desde a intervenção da Ruralminas sobre o território, uma divisão entre os índios que defendem a todo custo a manutenção do território uno e indiviso e aqueles que sucumbem às pressões políticas e econômicas contrárias à demarcação das terras indígenas, tem se verificado. Na demarcação da T.L. Xakriabá, isso resultou na saída do território de muitas famílias indígenas, algumas delas encontradas por Santos (1997) na sede do município de Itacarambi. Da mesma forma, na demarcação de Rancharia, como falamos anteriormente, a comunidade foi cortada ao meio, ficando várias famílias divididas pela linha demarcatória. Independentemente da sua postura individual diante do processo, nessa região existem muitas famílias que se reconhecem como indígenas e os Xakriabá reconhecem como indígenas boa parte dos membros dessas comunidades. Nas conversas realizadas em nossa presença com membros dessas comunidades, as lideranças indígenas Xakriabá, especialmente o Cacique Domingos, por várias vezes reafirmou a disposição dos Xakriabá em acolher aquelas famílias que são tradicionais habitantes daquela região e que são reconhecidas por eles como indígenas.

Contudo, as lideranças Xakriabá decidiram não influenciar na opção individual dessas pessoas, fato que os levou a não querer acompanhar os trabalhos do levantamento fundiário e nem mesmo indicar quais as famílias que consideravam indígenas. Registre-se que a decisão de não acompanhar os trabalhos de levantamento fundiário também foi influenciada por ameaças recebidas pelas lideranças, a exemplo dos fatos ocorridos em reunião da equipe do levantamento fundiário realizada na comunidade de São Bernardo.

Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 592
Rúbrica *Prime*

Cabe esclarecer que, nas comunidades Remanso e Ilha do Capão, muitas pessoas se identificaram como não-indígenas, a despeito dos vínculos de parentesco com os Xakriabá e do modo de ocupação, idêntico ao observado entre aqueles que se identificam como Xakriabá. Portanto, é necessário estar atento para o fato de que, devido à complexidade da estrutura das relações interétnicas e do panorama fundiário existente na área, a classificação étnica nas diferentes comunidades pode sofrer variações ao longo do processo de demarcação da terra indígena, com repercussões decisivas para o pagamento de indenizações e o reassentamento de famílias. Isto porque os diversos subgrupos Xakriabá historicamente experimentam divergências internas que, associadas às ameaças externas, derivadas do conflito local pela posse da terra, resultam por vezes em negação pública da identidade indígena. Entretanto, enfatizamos que, para além dos casos pontuais (e circunstanciais) de indefinição da classificação étnica, o presente reconhecimento dos limites da TI Xakriabá pautou-se pelo tempo e modo de ocupação Xakriabá, conforme determina a legislação vigente.

[Faint stamp]

je



INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

Eu, Sr. [nome], de [idade] anos, [estado civil], [profissão], residente e domiciliado em [endereço], por este instrumento público e legalmente constituído, declaro que sou proprietário legítimo de um imóvel situado no [localidade], [bairro], [cidade], [estado], com área total de [área] metros quadrados, inscrita no [registro], [volume], [folha].

Declaro também que este imóvel encontra-se livre de quaisquer ônus, hipotecas, penhoras ou outras gravames, e que a transferência aqui mencionada não gera qualquer responsabilidade para mim perante terceiros.

Por fim, declaro que a presente transferência é feita de forma voluntária e sem qualquer coação, fraude ou dolo, e que todos os requisitos legais para a validade do ato foram devidamente observados.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 593
Rúbrica Elaine



LOCALIZAÇÃO DOS OCUPANTES NÃO ÍNDIOS IDENTIFICADOS NO
LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

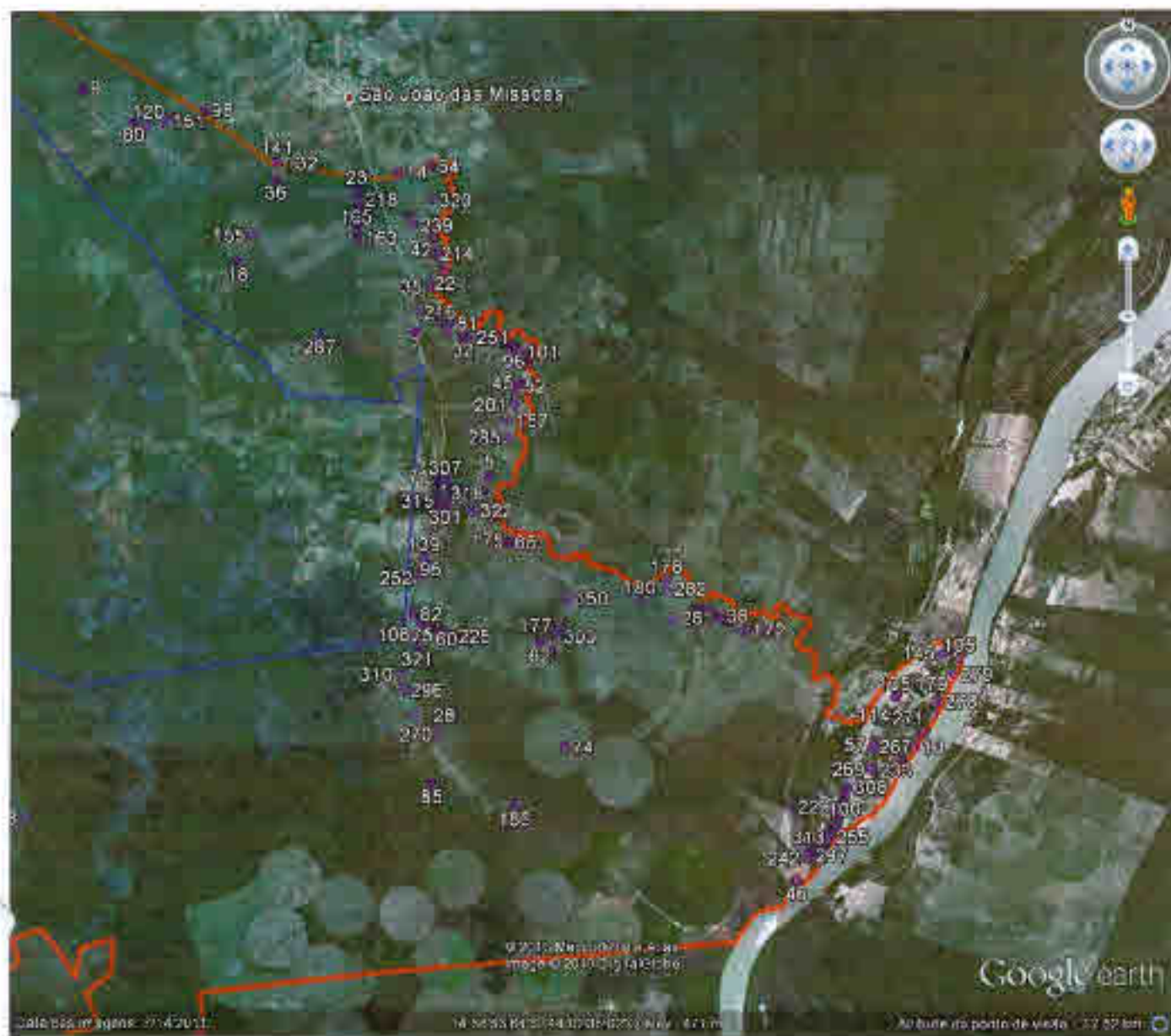
Jo

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 594
Rubrica *elaine*



"ZOOM" NA REGIÃO DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE OCUPANTES NÃO
ÍNDIOS

je

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 695
Rubrica *Glauco*

Porém, apesar da presença de famílias indígenas na área, temos, efetivamente, também a presença de não índios e uma relação conflituosa com parte deles. O histórico de conflito fundiário existente na região, que já contabilizou várias mortes e violências ao longo das décadas, ficou claro durante os trabalhos de campo de levantamento fundiário, quando alguns ocupantes não-índios fizeram bravatas e ameaças que causaram grande indignação aos índios, conforme descrito no Relatório Fundiário.

Por fim, importa ressaltar que o levantamento detalhado das benfeitorias, com vistas ao pagamento de indenizações, será realizado após a expedição da Portaria Declaratória dos limites da terra indígena, em conformidade com a IN n.º 02/12.



Je



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 4080413
Pg. 596
Rúbrica *Elaine*

CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Assim, como pudemos ver acima, caracteriza-se nas terras aqui em questão a habitação permanente, pela presença pretérita e atual de grupos familiares ligados por laços culturais e de parentesco e que se reconhecem e são reconhecidos pelos demais como pertencentes ao grupo étnico Xakriabá. Tais terras são utilizadas por estes para suas atividades produtivas, quando não seja pelo seu uso agrícola direto, devido aos impedimentos causados pela usurpação do território por terceiros; o é pelo seu uso nas atividades de caça, pesca e coleta, sendo necessária a sua recuperação, tendo em vista que o território atualmente demarcado tem se demonstrado insuficiente para garantir a reprodução física do grupo. São terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, pois visam reconstituir os ambientes necessários à preservação da integridade das espécies animais e vegetais usadas nas atividades produtivas e culturais do povo Xakriabá, entre as quais se pode destacar a Jurema. Desta forma, se tornam então, terras necessárias à sua reprodução física e cultural, garantindo a preservação dos usos, costumes e tradições praticados por este Povo; patrimônio que deve também ser considerado como pertencente a toda a Nação brasileira e por ela protegido.

As terras indígenas a que nos referimos são assim descritas:

OESTE: Abrangendo a região do Dizimeiro, a linha de delimitação segue do marco da T.I. Xacriabá situado na cabeceira do Rio Itacarambi em direção ao Alto da Boa Vista, divisor de águas, ponto delimitado desde o Termo de Doação, no qual é descrito: "onde deságua para lá e para cá". Do Alto da Boa Vista segue em linha seca até a margem do Rio Peruaçu, no local conhecido como Imbiruçu Ferrado, também apontado como o limite estabelecido pelo Termo de Doação; daí seguindo pelo Rio Peruaçu até onde encontra o Marco Nº 07 de demarcação da T.I. Xacriabá, situado no mesmo rio.

Com esses limites, abrange-se toda a região do Dizimeiro, incluindo uma importante área de cerrados bem preservada, onde ocorrem vários animais de caça e espécies vegetais de coleta para uso medicinal e artesanal, muitas delas somente presentes naquela região. Abrange ainda áreas alagáveis das margens do Rio Peruaçu, onde os Xakriabá praticam a pesca para



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 597
Rubrica Flávia

subsistência; áreas estas propícias para a agricultura e onde também ocorrem espécies vegetais endêmicas ou de maior concentração, a exemplo do Buriti, planta de inúmeras utilidades para os Xakriabá (frutos para alimento humano e animal; atração de caças, palha para cobertura de casas; talos, fibras e caule para artesanato, etc.). Também possui pastagens naturais apropriadas para o gado da comunidade. Abrange ainda as moradias de várias famílias indígenas que ali sempre se mantiveram, apesar das terras ainda não terem sido demarcadas, a exemplo da família de D. Minervina, esposa do Sr. Artur, uma das lideranças indígenas locais e também as casas e roças construídas pelos Xakriabá nas áreas por eles retomadas.

Ao sul, vai pelo Rio Peruaçu, seguindo desde o Marco Nº 06 da demarcação da T.I. Xacriabá, até o limite da Fazenda Vargem Grande com o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, abrangendo as comunidades indígenas de Vargem Grande e Caraíbas, onde residem mais de 100 famílias indígenas; importantes áreas alagáveis da margem do Rio Peruaçu, com grande incidência de buritizais e propícias para a pesca. Nestas áreas também os indígenas moradores das comunidades de Caraíbas e Vargem Grande praticam a agricultura de subsistência. Nesta região também estão presentes cavernas e cemitérios de importância simbólica para os Xakriabá, onde praticam rituais da sua cultura.

SUL: Do limite entre a Fazenda Vargem Grande e o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, segue-se por uma linha reta até um ponto situado na estrada de acesso de Itacarambi a Vargem Grande, na encosta da Serra Geral, no limite do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu. Nessa parte estão abrangidas áreas de cerrado e os chamados “geraes”, ambiente de características específicas, não encontradas em outras partes do território, onde ocorrem várias espécies de plantas endêmicas e animais de caça (a exemplo do mocó) e também uma variedade de abelhas nativas e exóticas produtoras de mel, alimento muito apreciado pelos Xakriabá, que também o utilizam em sua medicina, além de aproveitarem a cera em diversas peças artesanais.

Caracteriza esta área a presença de uma grande extensão de áreas degradadas por pastagens, a maioria delas pertencente à Fazenda Vargem Grande, as quais chegam a ocupar até os limites das comunidades de Caraíbas e Vargem Grande, restando a muitas famílias indígenas apenas as áreas de seus quintais para plantio. Tais pastagens foram implantadas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este documento contém informações sobre o processo de avaliação do ensino de português no ensino médio. O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio. O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio.

O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio. O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio.

EM BRANCO

O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio. O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio.

O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio. O documento é dividido em duas partes: a primeira parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio e a segunda parte trata da avaliação do ensino de português no ensino médio.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 598
Rubrica *Elaine*

sobre antigas áreas de ocupação indígena, das quais ainda se pode observar os vestígios, a exemplo do cruzeiro do antigo cemitério da comunidade de Caraíbas, local de uso ritual, hoje isolado em meio à pastagem e cujo acesso foi proibido aos índios.

Também inclui esta região, na área mais próxima ao limite sul da T.I. Xacriabá, as localidades de Poções e Licuri, de antiga ocupação indígena, região característica de matas (mata-seca) onde praticavam agricultura. Também esta área foi retomada pelos índios da região de Sumaré e nela hoje possuem roças comunitárias e criam gado.

Parte desta área abrange terras pertencentes ao Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, as quais, porém, encontram-se ainda em posse de seus antigos proprietários, por não terem sido estes até hoje indenizados. Apesar dos fazendeiros continuarem a exercer suas atividades, essas áreas estão bem preservadas, por suas próprias características ambientais, muito ricas em diversidade de espécies, mas pouco propícias para agricultura.

Também os índios têm nesta área interesses preservacionistas, interessando-lhes economicamente apenas as atividades de coleta, as quais, se bem orientadas, não causam impactos ambientais. Também pretendem os Xacriabá articular uma parceria com o ICMBIO para auxiliar o Instituto a alcançar os objetivos do Parque, ainda hoje não alcançados devido à permanência dos fazendeiros.

Nesta área pertencente ao Parque, a linha de delimitação segue pelas encostas da Serra Geral, nos mesmos limites deste, até um ponto onde, por uma linha seca, segue na direção de onde o canal de irrigação da Fazenda do Sertão corta a Rodovia BR-135, no trecho entre Itacarambi e São João das Missões; seguindo a linha seca, na mesma direção, até a margem do Rio São Francisco, onde está situada a captação de água do referido canal.

Neste trecho, o território dá acesso ao Rio São Francisco, passando por terras hoje pertencentes à Fazenda do Sertão, as quais são aquelas que possuem as melhores condições para a atividade agrícola em todo o território Xacriabá e que eram utilizadas pelos mesmos até que as terras foram ocupadas por grandes fazendas. A proposta, feita em acordo com os índios, incorporando os principais pontos de ocupação atual de famílias indígenas, abrange apenas parte da referida Fazenda, não atingindo a sua sede e os principais investimentos, não inviabilizando a continuidade de seus negócios. Ao mesmo tempo, propicia aos Xacriabá a oportunidade de optarem pelo que considerarem o melhor modelo de produção para a área. Durante as conversas com as lideranças percebemos uma tendência ao desenvolvimento de



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância Epidemiológica

1. O presente documento tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2019 sobre a percepção da população brasileira em relação à saúde pública e ao sistema de saúde. A pesquisa foi realizada por meio de uma pesquisa de opinião pública, com a participação de 10.000 pessoas, distribuídas em todas as regiões do Brasil. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria da população brasileira considera a saúde pública uma prioridade e que o sistema de saúde precisa ser melhorado. Além disso, a pesquisa também identificou algumas das principais preocupações da população em relação à saúde pública, como a falta de acesso a serviços de saúde e a qualidade dos serviços oferecidos.

EM BRANCO

2. Os resultados da pesquisa também indicam que a maioria da população brasileira acredita que o governo federal deve investir mais em saúde pública e que o sistema de saúde precisa ser mais transparente e responsável. Além disso, a pesquisa também identificou algumas das principais necessidades da população em relação à saúde pública, como a melhoria da infraestrutura dos serviços de saúde e a capacitação dos profissionais de saúde. Os resultados da pesquisa também indicam que a maioria da população brasileira acredita que o governo federal deve investir mais em saúde pública e que o sistema de saúde precisa ser mais transparente e responsável.

Assinatura



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 4080413
Fls. 602
Rúbrica Elame

propostas para a região no sentido de manter ali produção comunitária, irrigada, aproveitando a vocação agrícola local.

LESTE: neste trecho a linha de delimitação segue a margem do Rio São Francisco, indo até a foz do Rio Itacarambi, onde está situada a comunidade de Remanso, incorporando também a Ilha do Capão, numa que tem um histórico de ocupação indígena antiga, ali residindo várias famílias com vínculos de parentesco com famílias indígenas e modo de vida semelhante ao dos Xakriabá.

Esta região tem características muito especiais para os Xakriabá e significa uma segurança para a sua sobrevivência física, tendo em vista que o Rio São Francisco é a única fonte de água verdadeiramente perene em toda a região. A sazonalidade entre períodos de permanência nas margens do Rio e de permanência nas áreas de serra e cerrado é uma característica cultural dos Xakriabá que garantiu a sobrevivência do grupo durante milhares de anos, apesar das agruras do semi-árido. Esse modo de vida ainda é mantido nos dias de hoje, principalmente pelos habitantes da Ilha do Capão, impelidos pelas enchentes anuais do rio, embora hoje não tenham mais a liberdade de construir suas moradias temporárias onde queiram, visto que as terras estão cercadas e ocupadas por pastagens.

O regime de cheias do rio São Francisco também permite a fertilização das terras da Ilha do Capão e das suas margens, porém, nos dias de hoje, os índios não têm acesso a áreas para plantio na Ilha do Capão e em Remanso, além de seus próprios quintais e na frente da comunidade. Apesar disso, devido à generosidade dos recursos naturais, conseguem produzir o suficiente para o seu sustento.

O acesso ao rio é também a garantia de acesso ao recurso pesqueiro, do qual foram privados os Xakriabá que vivem nas regiões mais distantes do rio. Apesar disso, os habitantes de Remanso e Ilha do Capão encontram na pesca um importante meio de subsistência.

As características ambientais da região ribeirinha do São Francisco também são únicas e fornecem recursos não disponíveis nas demais regiões do território Xakriabá, entre estes, tem importância fundamental a planta Jurema, que só ocorre naquela região e que é elemento central em seus rituais, pois dela preparam o chá de efeito psico-ativo usado por eles.

Esta região se conecta às comunidades de São Bernardo e Coqueiros, de ocupação antiga pelos Xakriabá, embora tenham sido hoje ocupadas por várias propriedades de pequeno

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 603
Rubrica *9/10/13*

porte. Apesar disso, nestas localidades ainda vivem algumas famílias indígenas e se pode apontar os vestígios de ocupações anteriores ao processo de esbulho perpetrado pela Ruralminas, a qual titulou para os não índios as terras antes doadas aos Xakriabá.

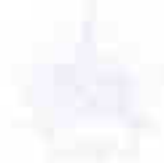
Mais distante da margem está a aldeia de Rancharia, hoje dividida ao meio pela linha demarcatória da T.I. Xakriabá/Rancharia, a qual teve o propósito de separar índios e não índios ali residentes, mas que acabou separando várias famílias indígenas, que agora passam a ter a oportunidade de se reconstituírem.

Afastando-se da margem do São Francisco a linha de delimitação segue pelo rio Itacarambi, o qual, apesar da grave situação de degradação que enfrenta, possui importantes áreas férteis. Ele ainda é utilizado para pesca pelos índios da aldeia Morro Vermelho e de Rancharia, principalmente nas barragens artificiais nele existentes. De um ponto na margem do rio Itacarambi, segue-se uma linha seca, que cruza a rodovia e segue em direção ao limite da T.I. Xakriabá, desta forma englobando a totalidade da T.I. Xakriabá/Rancharia.

Nesta região incorpora-se ao território a área de ocupação tradicional do Catito, que, por reconhecido engano, havia ficado de fora das demarcações anteriores. Também incorpora a região do Jequitibá, importante referência até para as comunidades situadas mais no interior do território, como a comunidade de Caralhas, onde também foi citada. Nesta área estão presentes importantes cavernas, com grande significado simbólico para os Xakriabá, sendo um local de moradia da Onça Cabocla, entidade mítica central para toda a cultura Xakriabá. Tais cavernas possuem inscrições rupestres de grande valor arqueológico, mas encontram-se hoje inteiramente desprotegidas.

A área delimitada soma, aproximadamente, 43.111 ha (quarenta e três mil cento e onze hectares) divididos em duas áreas com 38.584 ha e 4.527 ha respectivamente, com um perímetro de, aproximadamente, 181 km (cento e oitenta e um quilômetros).

Com tais limites, recupera-se grande parte do território histórico Xakriabá, definido pelo Termo de Doação de 1728. Porém, mais que isso, neste processo de reconquista da terra, também vem se reconquistando a unidade do povo Xakriabá, quebrada com os violentos processos de conflito fundiário que tiveram de enfrentar e com as políticas fundiárias inadequadas que lhes foram impostas. Durante o processo de reconquista da terra se rearticularam as relações de parentesco e as alianças políticas dos Xakriabá com uma parcela de seu povo que havia sido abandonada pelo Estado brasileiro. A presente proposta não



Ministério da Saúde
Secretaria de Estado de Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

Assunto: Notificação de caso de doença infecciosa de notificação compulsória.

Para o preenchimento do formulário de notificação, o profissional de saúde deve seguir as orientações contidas no Manual de Notificação de Doenças Infecciosas de Notificação Compulsória.

O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do caso, e enviado para o órgão de saúde pública responsável pela vigilância epidemiológica.

EM BRANCO

O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do caso, e enviado para o órgão de saúde pública responsável pela vigilância epidemiológica.

O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do caso, e enviado para o órgão de saúde pública responsável pela vigilância epidemiológica.

O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do caso, e enviado para o órgão de saúde pública responsável pela vigilância epidemiológica.

O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do caso, e enviado para o órgão de saúde pública responsável pela vigilância epidemiológica.

O formulário deve ser preenchido e assinado pelo profissional de saúde responsável pelo diagnóstico e tratamento do caso, e enviado para o órgão de saúde pública responsável pela vigilância epidemiológica.



Proc. nº 40804/13
Fls. 604
Rubrica *elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

resolve todas as situações existentes, ainda restarão famílias isoladas vivendo fora do território, a maioria delas nos espaços urbanos do entorno. Parcelas do território histórico ainda ficam fora dos limites da terra indígena. Algumas delas, como as regiões de Trairas e Porteirinha e a cidade de São João das Missões, são muito caras às antigas lideranças. Porém, apesar das referências históricas, os próprios índios não nos forneceram elementos que pudessem comprovar a sua ocupação permanente, nos termos da legislação atual. Notou-se haver uma consciência política em torno do que se pode hoje buscar resgatar. Tal decisão é informada pela maturidade política alcançada pelas lideranças indígenas Xakriabá nos últimos anos, alcançada com a prática, com o exercício do poder municipal. Temos elementos para acreditar que tal maturidade política será bem aproveitada para conduzir este novo processo de conquista territorial de forma harmoniosa, sem conflitos e com sabedoria para bem gerir estes recursos que a sociedade brasileira lhes reconhece de direito, mas que também são tão importantes para nós quanto para eles.

Brasília - DF, 19 de 03 de 2013

JORGE LUIZ DE PAULA
ANTROPÓLOGO
FUNAI/MAT. 0446349

EM BRANCO

EM BRANCO



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Lorenzo. *Etnia, pra que te quero.* Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=483&pagina=10> 2007.

ALMEIDA, R. H. *Xakriabá – cultura, história, demandas e planos.* Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.9-39, jul./dez. 2006.

ARAÚJO, E. C.; BARBOSA, R. S. *Vazanteiros do Rio São Francisco: os "encurralados" pelas Unidades de Proteção Integradas no Norte de Minas Gerais.* 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT4: Conflitos Ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. 2008.

BARBOSA, J. M.; FERRAZ, K. S. *Sistematização de nomes vulgares de peixes comerciais do Brasil: 1. Espécies dulciaquícolas.* Departamento de Pesca e Aquicultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, v. 3, p. 64-75, 2008

BARCELLOS, A. de O. *Recuperação de Pastagens Degradadas.* Curso de formação e Manejo das Pastagens. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1990. (EMBRAPA-CPAC, série Treinamento).

CAMPOS, L.A.O. *A criação de abelhas indígenas sem ferrão.* Extraído do Informe Técnico - Ano 12 - Número 67 - Conselho de Extensão - Universidade Federal de Viçosa – UFV.

CAMPOS, Marden Barbosa de; CAMPOS, Thiago Barbosa de & MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. *"A questão demográfica indígena: o caso dos Xakriabá, no Norte de Minas Gerais"* XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.

CEDEPLAR/FAE, UFMG *Conhecendo a economia Xakriabá. Relatório Preliminar.* Belo Horizonte: São João das Missões: Associação Indígena Xakriabá, 2004.

CEDEPLAR, UFMG *Seminário sobre a Economia Mineira, 2006,* Diamantina. *Anais.* Belo Horizonte, 2006.

CLEMENTINO, Alessandro M.; MONTE-MÓR, Roberto Luis de M. (2006) *Xakriabá: economia, espaço e formação de identidades.* In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. *Anais.* Belo Horizonte: ABEP, 2006.

COSTA, João Batista Almeida. *Cultura Natureza e populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira.* Revista Verde Grande. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1 (3), 2005. pp. 8-45.

COSTA-NETO, E. M. *Restrições e preferências alimentares em comunidades de pescadores do município de Conde, Estado da Bahia, Brasil.* Trabalho elaborado a partir da dissertação



YATIRIM VE EKONOMİK İŞLER BAKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

EM BRANCO

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ

TEKİRGÖZ İL MİLLÎ EĞİTİM İDARESİ BAŞKANLIĞI
MÜHÜR VE İMZA BÖLÜMÜ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 606
Rúbrica Elaine

de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: "Etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade no litoral norte baiano. Um estudo de caso entre pescadores do município de Conde", UFAL, Maceió, Alagoas, out. de 1998.

COSTA E SANTOS, Rafael Barbi *O Índio, o Segredo e a Cultura: invenção e resignificação do termo "Cultura" entre os Xakriabá*. (Apresentação de trabalho/Congresso Anpocs), 2009.

DINIZ, Sibelle Cornélio; MAGALHÃES, Felipe Nunes.; MONTE-MÓR, Roberto Luis. *Economia e Etno-desenvolvimento no Território Indígena Xakriabá*. Belo Horizonte, Cedeplar, 2006.

FUNAI, PROC. Nº 4108/78, 1978.

FUNAI, PROC. Nº 1982/94, 1994.

FUNAI, PROC. Nº 086200698/03, 2003.

FUNAI, OE. Nº 379/DAF, de 17 de junho de 2004.

FUNDEP, Belo Horizonte. *Fortalecimento das práticas agroecológicas, resgate de variedades locais e construção da autogestão das comunidades Xakriabá em São João das Missões*. Projeto apresentado ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, seleção 2006.

GERKEN, Carlos Henrique S.; TEIXEIRA, Isis Aline V. *Recriação da memória coletiva na cultura Xakriabá: Reflexões a partir da Festa de Santa Cruz Pesquisas e Práticas Psicossociais* 2(2), São João del-Rei, Fev. 2008.

GERKEN, Carlos Henrique S.; TEIXEIRA, Isis Aline V. A construção da identidade cultural: oralidade e letramento entre os índios Xakriabás. *Anais do 15º COLE - Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas, SP, UNICAMP, 5 a 8 de julho de 2005. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/

GODOY, Rogério C. de. *Recuperação do fazer cerâmico das comunidades Xakriabá*, 51º Congresso Brasileiro de Cerâmica, Salvador-BA, Jun. 2007.

GOMES, Ana Maria; MONTE-MÓR, Roberto Luis de M. *Educação e alternativas de produção: diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (norte de Minas Gerais)*. In: III Seminário Internacional da ARIC – Association pour la Recherche Inter Culturelle na América Latina, 2006, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2006.

GOMES, Ana Maria R.; SANTOS, Rafael Barbi C.; SILVA, Rogério Correia da *Organização da aprendizagem e participação das crianças Xakriabá no contexto familiar e comunitário*. Apresentação de Trabalho no 32º Encontro Anual da ANPOCS. 2008. Disponível em:

Je



GOVERNAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
 SECRETARIA DE ESTADO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

1. O presente instrumento tem por objeto a outorga de uma licença de uso temporária de bens culturais pertencentes ao Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro.

2. A licença de uso temporária é concedida a quem a requerer, desde que não haja impedimento legal para a sua outorga, e é concedida por prazo determinado.

3. A licença de uso temporária é concedida para a utilização dos bens culturais para fins de pesquisa, estudo, documentação, conservação, restauração, divulgação ou qualquer outra finalidade que não implique em alteração física dos bens.

4. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

5. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

6. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

EM BRANCO

7. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

8. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

9. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

10. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

11. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.

12. A licença de uso temporária é concedida por prazo determinado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804113
Fls. 607
Rúbrica *Elaine*

http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2447&Itemid=230

GOMES Ana Maria R. *O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação.* Revista Brasileira de Educação. Vol. 11. Nº 32. Rio de Janeiro. Mai/Ago 2006.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo, A Jurema no "regime de índio": o caso Atikum. In: MOTA, Clarice Novaes da; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Orgs.) *As muitas faces da Jurema: de espécie botânica a divindade afro-indígena.* Recife: Bagaço, 2002, p. 97-124. Disponível em: <http://users.lycaeum.org/~room208/jurema/Rodrigo/>

IBAMA – MMA *Plano de Manejo do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu.* Brasília. Maio de 2005.

ICMBio – Instituto Chico Mendes – MMA. *"Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu"* Brasília, Janeiro de 2008

ICMBio – Instituto Chico Mendes – MMA. *"Regimento Interno do Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu"*. Brasília, 2009.

JUSTIÇA FEDERAL, Subseção Judiciária Federal de Montes Claros, *Ação de manutenção de Posse nº 2006.38.07.002507-9.* Sentença pronunciada pelo MM Juiz Federal Dr. João Miguel Coelho dos Anjos, em 23.01.2012.

JUSTIÇA FEDERAL, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Processo: 235-07.2012.4.01.3400 - Mandado de Segurança Individual, Sentença pronunciada pela MM Juíza Federal Substituta da 20ª Vara/DF Mara Lina Silva do Carmo, em 13.06.2012

MARCATO, Sônia de A. *"Remanescentes Xakriabá em Minas Gerais"*. In: Revista do Arquivo do Museu de História Natural. VI. III. Belo Horizonte : UFMG, 1978.

MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais.* 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Portaria No-128, de 24 de abril de 2009*

MOURA, E. V. L.; SOUZA, E. A.; ANDRÉA, M. V. *Pastagens degradadas: em busca da solução.* Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 2004.

NACIE, Rodrigo Thurler, *Breve relato sobre área demandada por grupo da etnia Xakriabá.* FUNAI/CGID, 2006.

NOGUEIRA-NETO, P. *Vida e Criação de Abelhas indígenas sem ferrão.* São Paulo: Editora Nogueirapis, 1997. 445 p.

Je



GOVERNAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOV. WILSON WITTMANN
RUA DO OURO, 150 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

EM BRANCO

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Assessoria de Planejamento Econômico, Social e Urbano
Rua do Ourol, 150 - Centro - Rio de Janeiro - RJ



OLIVEIRA, Alessandro R., *Política e políticos indígenas: A experiência Xakriabá*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/UNB, Brasília, 2008.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro, *Lauda Antropológico Identidade Étnica dos Xakriabá*. Brasília: FUNAI, 1987.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro, *Memória, sentimento e religião entre os Xakriabá do Norte de Minas Gerais*. In *História, Cultura e Sentimento: outras histórias do Brasil*, Org. Montenegro, Antonio et al. Recife, UFPE, Cuiabá, UFMT, 2008.

PENA, João Luiz, *Perfil sanitário, indicadores demográficos e saúde ambiental após a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena: o caso dos Xakriabá em Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PENA, J.L.; HELLER, L. *Saneamento e saúde indígena: uma avaliação da população Xakriabá, Minas Gerais*. Engenharia Sanitária e Ambiental. Vol. 13. No. 1. Rio de Janeiro, Jan/Mar. 2008.

PENA, J.L.; HELLER, L.; JÚNIOR, C. S. D. *A população Xakriabá, Minas Gerais: aspectos demográficos, políticos, sociais e econômicos*. Rev. Bras. Estudos. População, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 51-59, jan./jun. 2009.

PINHO, B. A. T. D.; CAMPOS, M. B. *Xakriabás: a mobilidade como estratégia de sobrevivência*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG -Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

RAMALHO, C. I. *Licuri (Syagrus coronata)*. Grupo de Pesquisa Lavoura Xerófila. Disponível em: <<http://www.cca.ufpb.br/lavouraxerofila/pdf/licuri.pdf>> Acesso em: 01 out. 2009.

SANTANA, Jeuzani P. *Central de Associações Indígenas Xakriabá*. Texto desenvolvido no Curso Superior Indígena. Primeiro Módulo, Eixo Socioambiental - Projetos Sociais. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Maio/Agosto de 2006.

SANTOS, Ana Flávia M. *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo*. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 1997. 304p.

SANTOS, A. F. M. *Xakriabá: Identidade e História*. Relatório final de pesquisa (FAFICH/UFMG). Programa de Bolsas de Aperfeiçoamento do CNPq. Série Antropologia. Brasília. 1994.

Je



EM BRANCO



Proc. nº 40804/13
Fls. 609
Rubrica *elaine*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xakriabá Rancharia* - MG. Brasília : FUNAI, 1999.

SCHETTINO, Marco Paulo F. *Relatório de levantamento prévio da demanda por revisão de limites das Terras Indígenas Xakriabá e Xakriabá Rancharia* - MG, FUNAI/CGID, 2003. (Processo FUNAI/DPT nº 0698/03)

SILVA, C. A. Parque nacional das Cavernas do Peruaçu -PARNA -Januária/Itacarambi - MG - *Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território.* Dissertação de Mestrado. programa de Pós Graduação em Desenvolvimento - UNIMONTES, Montes Claros, 2007.

SILVA, C. A.; SALGADO, H. C. *Xakriabá: uma comunidade tradicional indígena do Norte de Minas Gerais* - Brasil. Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES 2009 Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/arca08/8220_SILVA_Cassio_Alexandre_da.doc

SILVEIRA, Elza Gonçalves da, *Sobre a literatura Xakriabá.* FAE/UFMG SECAD/MEC, 2005.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDECOM. *Xacriabás participam de curso de economia e educação:* 09 de junho de 2004. Disponível em <http://www.ufmg.br/online/arquivos/000411.shtml>. Acesso em 25/03/2007.

UFMG inaugura internato rural em reserva indígena Xakriabá, 12 de janeiro de 2006. Disponível em <http://www.ufmg.br/online/arquivos/002884.shtml>. Acesso em 25/03/2007.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas - CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, *"Relatório Econômico - Renda e Consumo Alimentar - Oficina de Projetos Sociais em Rancharia"* Belo Horizonte, 25 de julho de 2007.

URBAN, Greg. *A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas.* In: CUNHA, Maria Manuela C. da. (org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, Fapesp, SMC, 1992. p. 87-102.

XAKRIABÁ *De olho vivo no espaço onde vive.* Povo Xacriabá. Belo Horizonte. 2005.

XAKRIABÁ *O livro das nascentes.* Projeto "Xacriabá de mãos dadas na recuperação da natureza: 'Água é vida'". Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA - MMA). 2007

XAKRIABÁ *O tempo passa e a história fica.* Professores indígenas Xakriabá. Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais. SEE-MG. Belo Horizonte 1ª Ed. , 1997.

XAKRIABÁ *Livro Xacriabá de plantas medicinais. Fonte de esperança e mais saúde.*

Je



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

EM BRANCO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID

Proc. nº 40804/13
Fls. 610
Rubrica *Flavio*

Professores Indígenas Xacriabá. SEE – MG MEC. Belo Horizonte, 1997.

XAKRIABÁ *Com os mais velhos*. FALE/UFMG:CGEEI/SECAD/MEC, Belo Horizonte, 2005.

XAKRIABÁ *Iaiá Cabocla*. FALE/UFMG:CGEEI/SECAD/MEC, Belo Horizonte, 2005.

XAKRIABÁ, *Professores Indígenas. Valorizando o patrimônio cultural Xacriabá. Documentar para preservar*. Belo Horizonte : Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

XAKRIABÁ *Revelando os conhecimentos*. Ed. Cipó Voador, Belo Horizonte, 2005.

XAKRIABÁ, Associação Indígena & UFMG-Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação / Faculdade de Ciências Econômicas, ProEx – Pró-Reitoria de Extensão “*Conhecendo a Economia Xacriabá - Relatório Final de Atividades (Versão Preliminar)*”, Belo Horizonte, dezembro de 2005

XAKRIABÁ, Associações Indígenas, UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais & MODENA, Província de (Itália) “*Projeto Casa de Cultura Xacriabá - Relatório de Atividades*”, Belo Horizonte, Agosto 2007

Artigo 231 e 232 da Constituição - Capítulo VIII - DOS ÍNDIOS; Artigo 231. Parágrafos de 1 a 7, 1988.

Decreto Nº. 1775 de 08 de janeiro de 1996. Publicado no Diário Oficial da União - Ano CXXXIV - N. 6 de 9/01/1996 que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

Je

Processo Concluído
FUNAI/SEPRO
Data: 25/07/13
Visto e folha: 610
Assinatura: *Flavio*



GOVERNAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

EM BRANCO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 2011

